

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

EDELI BARBOSA

Nas páginas da imprensa sindical:
as dinâmicas de comunicação do *Jornal do Metalúrgico* — São José dos Campos (1981–
1992)

Uberlândia
2026

EDELI BARBOSA

Nas páginas da imprensa sindical:
as dinâmicas de comunicação do *Jornal do Metalúrgico* — São José dos Campos (1981–
1992)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais

Uberlândia

2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B238 2026	Barbosa, Edeli, 2001- Nas páginas da imprensa sindical: [recurso eletrônico] : as dinâmicas de comunicação do Jornal do Metalúrgico — São José dos Campos (1981–1992) / Edeli Barbosa. - 2026. Orientador: Sérgio Paulo Moraes. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em História. Modo de acesso: Internet. DOI http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.346 Inclui bibliografia. 1. História. I. Moraes, Sérgio Paulo ,1972-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em História. III. Título. CDU: 930
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 36, PPGHI				
Data:	Vinte seis de fevereiro de dois mil e vinte e seis	Hora de início:	18:00	Hora de encerramento:	21:00
Matrícula do Discente:	12412HIS009				
Nome do Discente:	Edeli Barbosa				
Título do Trabalho:	Nas páginas da imprensa sindical: as dinâmicas de comunicação do Jornal do Metalúrgico São José dos Campos (1981-1992)				
Área de concentração:	História, cultura e poder				
Linha de pesquisa:	Práticas Culturais e Relações de Poder				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	HISTÓRIA SOCIAL E HISTÓRIA ORAL: pesquisas sobre trabalho e trabalhadores no Triângulo Mineiro (2000-2016)				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Mario Borges Netto - FAGED/UFU; Richard de Oliveira Martins - INEP; Denise De Sordi - ENSP/Fiocruz; Sérgio Paulo Morais orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais, apresentou a Comissão Examinadora e o candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu a Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Mestra**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação

interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Paulo Morais, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/02/2026, às 20:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denise Nunes De Sordi, Usuário Externo**, em 27/02/2026, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Richard de Oliveira Martins, Usuário Externo**, em 27/02/2026, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7035257** e o código CRC **99934767**.

EDELI BARBOSA

Nas páginas da imprensa sindical:
as dinâmicas de comunicação do *Jornal do Metalúrgico* - São José dos Campos (1981–1992)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Área de concentração: História Social

Uberlândia, 26 de fevereiro de 2026.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes – (Orientador) (INHIS/UFU)

Prof. Dra. Denise Nunes de Sordi – (ENSP/FIOCRUZ)

Prof. Dr. Mario Borges Netto – (FACED/UFU)

Prof. Dr. Richard de Oliveira Martins – (INEP)

Às trabalhadoras e aos trabalhadores
metalúrgicos de São José dos Campos e
Região, em especial à minha família, cujas
histórias, por vezes, reencontrei nas páginas e
nos silêncios das fontes deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Abro meus agradecimentos destacando o financiamento desta pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), responsável por 19 meses de fomento. Esse apoio foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, possibilitando maior dedicação ao trabalho investigativo, especialmente no que se refere aos deslocamentos realizados para a consulta às fontes e à participação em eventos acadêmicos, etapas essenciais para o amadurecimento teórico e metodológico desta dissertação.

Durante esse período, a presença de inúmeras pessoas me fez seguir em frente, mantendo uma escuta ativa e um olhar atento em relação ao meu trabalho. Agradeço, em especial, ao meu orientador, Sérgio Paulo Moraes, pela atenção constante, pelas leituras construtivas e pela presença na continuidade de uma parceria iniciada ainda nos projetos de iniciação científica, durante a graduação. Sérgio, obrigada pela confiança e por todo o resto!

Agradeço a todos os professores e professoras que fizeram parte da minha formação, seja por meio das disciplinas cursadas, das bancas ou dos eventos acadêmicos. Registro, de modo especial, meus agradecimentos aos professores Vagner Moreira, Richard Martins, Denise de Sordi e Mario Borges Netto, pelas leituras, pelas contribuições e pela disponibilidade em integrar as bancas de qualificação e de defesa, colaborando de forma decisiva para o aprimoramento deste trabalho.

Agradeço também ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, especialmente à Shirley Rodrigues, pela atenção e pelo tempo que me concedeu em todas as ocasiões em que precisei estar no sindicato.

Ao longo desse período, o afeto, para além da pesquisa, mostrou-se essencial para o desenvolvimento deste trabalho. Os anseios e as angústias que surgiram ao longo do percurso ecoaram por diversos ouvidos e, por vezes, foram os abraços daqueles que amo que me sustentaram. Agradeço à minha mãe, Erika, por me motivar e por sempre acreditar em mim (mesmo nos momentos em que eu mesma não acreditava). Você me inspira. Ao meu pai, Cleison, pelas risadas, histórias e ligações que acompanharam inúmeros cafés da manhã. Às minhas amigas Lúcia, Milena e Bruna, que ouviram por horas as lamentações e frustrações de uma pesquisadora iniciante, mas compartilharam comigo tantos bons momentos ao longo desse período.

Agradeço, por fim, ao meu noivo, Kadu, que transformou os quilômetros em cuidado. Seu apoio, sua paciência e sua presença tornaram este caminho mais leve. Compartilhar a vida com você tem sido um percurso marcado pelo afeto e pelo companheirismo.

RESUMO

O contexto das políticas nacionais entre o período de ruptura com a Ditadura Empresarial-Militar até o desenrolar da primeira eleição realizada com participação popular, que culminou no impeachment do então presidente, foi marcado por tensões sociais e políticas que interferiram diretamente no cotidiano dos trabalhadores brasileiros. Mediante as conjunturas deste cenário, o presente trabalho se propõe a fazer uma análise da história a partir da imprensa, observando as demandas dos trabalhadores dispostas nas páginas do *Jornal do Metalúrgicos* de 1981 a 1992, meio de comunicação oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (SMSJR), e uma história da imprensa, conduzindo esforços para compreender o funcionamento deste jornal sindical em seu contexto de produção. Portanto, com base na análise do *Jornal do Metalúrgico*, busca-se captar quais eram as reivindicações deste grupo, considerando os acordos e dissonâncias existentes, e como tais interações eram relatadas no jornal. Nesse tocante, nosso objetivo é compreender como o *Jornal do Metalúrgico* foi produzido enquanto uma importante ferramenta de comunicação entre o sindicato e os trabalhadores e como as experiências dos operários se faziam presentes em suas páginas, colaborando com a historiografia acerca dos mundos do trabalho. Demonstra-se que o periódico funcionou como um espaço estratégico de mediação entre a vivência fabril, as disputas políticas e a construção de sentidos coletivos, sendo central para entender o sindicalismo combativo da época. Em última análise, o *Jornal do Metalúrgico* conferiu densidade à experiência operária, situando a ação coletiva no diálogo entre o local e o nacional, fornecendo ferramentas críticas para a compreensão da transição democrática e da emergência do neoliberalismo no Brasil.

Palavras-chave: História; Imprensa sindical; Sindicato; Trabalhadores; Comunicação.

ABSTRACT

The context of national policies from the rupture with the Business-Military Dictatorship to the unfolding of the first popular election, which culminated in the impeachment of the then-president, was marked by social and political tensions that directly interfered in the daily lives of Brazilian workers. Within this scenario, this study proposes an analysis of history through the press, observing workers' demands in the pages of the *Jornal do Metalúrgico* from 1981 to 1992—the official communication channel of the Metalworkers' Union of São José dos Campos and Region (SMSJC) — and a history of the press, focusing on the internal workings of this labor newspaper within its production context. Therefore, based on the analysis of the *Jornal do Metalúrgico*, the research seeks to capture the group's grievances, considering existing agreements and dissonances, and how these interactions were reported. In this regard, the objective is to understand how the newspaper was produced as a vital communication tool between the union and the workers, and how workers' experiences were present in its pages, contributing to the historiography of the worlds of labor. It is demonstrated that the periodical functioned as a strategic space for mediation between factory experiences, political disputes, and the construction of collective meanings, configuring itself as a central element for understanding the combative unionism of the era. Ultimately, the *Jornal do Metalúrgico* added density and complexity to the working-class experience, situating collective action in the dialogue between the local and the national, while providing critical tools for understanding the democratic transition and the emergence of neoliberal policies that profoundly impacted the world of labor in Brazil.

Keywords: History; Union press; Union; Workers; Communication.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - “Pelego Fora” Histórico da greve de 79	35
Figura 2 - “Vote assim para votar certo”	56
Figura 3 - “Chapa 1 – A luta continua”	61
Figura 4 - “Chapa 1 – Interesses do PMDB acima da categoria”	62
Figura 5 - “De um lado o patrão, do outro o empregado”	73
Figura 6 - "Delfim, não acreditamos em você".	74
Figura 7 - “Mulher metalúrgica: venha brigar pelos seus direitos”	81
Figura 8 - "A bronca do Dito: Aqui fala o trabalhador"	89
Figura 9 - "Greve mostrou a força da categoria"	92
Figura 10 - "As feras da GM"	98
Figura 11 - "Nada de colocar a raposa pra tomar conta do galinheiro"	132
Figura 12 - "CUT desmarca greve geral"	138
Figura 13 - "Dia de protesto"	146

LISTA DE ABREVIATURAS

AJS	Alicerce da Juventude Socialista
ANAMPOS	Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais
ACODE	Associação Comunitária dos Operários
CECOSE-VP	Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CGG	Comando Geral de Greve
CONCLAT	Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CS	Convergência Socialista
CTA	Centro Técnico Aeroespacial
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EMCLAT	Encontros Municipais da Classe Trabalhadora
FCCR	Fundação Cultural Cassiano Ricardo
FMSP	Federação Metalúrgica de São Paulo
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FADE	Fundo de Apoio aos Desempregados
GM	General Motors
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
MEP	Movimento pela Emancipação do Proletariado
MP	Medida Provisória
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDS	Movimento Sindical Democrático
OSM-SJC	Oposição Sindical Metalúrgica de São José dos Campos
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SMSJR	Sindicato dos Metalúrgicos de São José e Região
SNI	Serviço Nacional de Informação
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UJES	União Joseense de Estudantes Secundaristas
UST	União Sindical dos Trabalhadores
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: “NÃO HÁ BEM QUE SEMPRE DURE NEM MAL QUE NUNCA ACABE”: OS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ E REGIÃO	27
1.1 Transições ou metáforas? Os caminhos para um novo cenário	28
1.2 Fortalecimento do trabalho de base: PT, CUT e eleições municipais.....	49
CAPÍTULO 2: O <i>JORNAL DO METALÚRGICO</i> : IMPRENSA, SOCIABILIDADE E DISPUTA DE CLASSES	66
2.1 O papel formativo e mobilizador da imprensa sindical	69
2.2 A centralidade da coluna Dito Bronca como voz operária.	89
2.3 E toda safadeza foi castigada? Autoritarismo, saúde e alimentação: as questões dos trabalhadores para o Dito Bronca.....	96
CAPÍTULO 3: À SOMBRA DA ‘NOVA REPÚBLICA’: A CLASSE TRABALHADORA ENTRE DIREITOS, CRISES E DEMOCRACIA (1985–1992)	106
3.1 Os Primeiros Momentos da Nova República: promessas, tensões e disputas	108
3.2 “Nada de colocar raposa para tomar conta do galinheiro”: discursos e disputas políticas no <i>Jornal do Metalúrgico</i>	117
3.2.1 <i>A fábrica entra na urna: as perspectivas de 1989 na visão sindical</i>	122
3.3 A Base Decide: as eleições sindicais e a ruptura no campo cutista	133
3.3.1 <i>Da ruptura à reconstrução: o posicionamento da nova direção sindical</i>	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS.....	151

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasce do cruzamento entre uma curiosidade pessoal e uma inquietação acadêmica. Desde a infância, acompanhei de perto a presença e atuação sindical: os jornais que chegavam em casa, as festas em clubes sindicais e a carteirinha vermelha que meus pais carregavam que sempre me despertaram interesse. À época, meu olhar era o da curiosidade infantil, mas, com o tempo, esse interesse amadureceu junto com minha formação como historiadora. Passei a me interessar especialmente pelas formas de organização dos trabalhadores e seus meios de comunicação, com uma atenção particular ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (SMSJR) — tão presente em minha trajetória pessoal, quanto inserido em um campo de pesquisas acadêmicas em expansão.¹

As pesquisas sobre sindicatos e sindicalismo no Brasil atravessaram diversas fases, acompanhando as próprias transformações nas formas de organização dos trabalhadores. Da presença operária na Grande Greve de 1917, passando pela institucionalização promovida pela Era Vargas com a Lei de Sindicalização, até o ressurgimento dos chamados sindicalismos autênticos no contexto da ditadura empresarial-militar, as estratégias de ação e resistência das classes trabalhadoras revelam um campo dinâmico e múltiplo, que não se esgota nas estruturas formais dos sindicatos. No entanto, como observa Marco Aurélio Santana, os estudos sobre o mundo do trabalho durante a ditadura permaneceram por muito tempo negligenciados, evidenciando uma lacuna importante nas abordagens sobre o período — tanto no que diz respeito à conjuntura que antecedeu o golpe, quanto aos vinte e um anos de regime autoritário.² Essa mesma ausência é reiterada por Larissa Corrêa e Paulo Fontes, que, anos após a análise de Santana, destacam que os temas "trabalho, trabalhadores e movimento sindical têm caminhado à margem dos estudos sobre a ditadura no Brasil".³

Neste sentido, uma das possíveis leituras sobre a escassez de pesquisas voltadas ao tema do trabalho e dos trabalhadores durante a ditadura se apoia na ideia de uma suposta “não reação,

¹ As pesquisas acerca deste sindicato serão abordadas mais adiante, mas vale ressaltar os três principais trabalhos no campo da história que abordam o período da ditadura empresarial-militar. MEDEIROS, 2006; GUERRA, 2015 e; MARTINS, 2022. Além do livro de Celso Horta, que se constitui como bibliografia essencial para compreender as relações dos metalúrgicos da região, em especial na GM. Cf. HORTA, Celso. *A greve da GM*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

² SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e ditadura militar: o 1968 operário no Brasil. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula de (orgs.). **1968. 40 anos depois: história e memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 150.

³ CORRÊA, Larissa; FONTES, Paulo. As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/60849/39214>. Acesso em 10 maio 2025. P.132.

paralisa e/ou passividade”⁴ da classe trabalhadora diante do golpe de 1964. Essa perspectiva ganhou força, sobretudo, a partir da interpretação acerca das teorias do populismo desenvolvida por Francisco Weffort, para quem a relação corporativa entre Estado e sindicatos teria gerado um tipo de dominação que imobilizou os trabalhadores, esvaziando sua autonomia política. Segundo essa leitura, tal passividade teria se aprofundado com os mecanismos refinados de controle e repressão implementados pelo regime autoritário, apagando ou deslegitimando experiências de resistência e reorganização operária ao longo do período.⁵

Tal perspectiva prolongou-se ao longo do período ditatorial e continuou a mobilizar adeptos mesmo após o início do processo de “abertura política”. Trabalhos como os de Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis contribuíram para a consolidação dessa leitura ao reafirmarem a perspectiva de imobilismo e silêncio entre a classe trabalhadora e resgatarem a chamada “teoria dos dois demônios”. Segundo essa abordagem, a esquerda brasileira também teria responsabilidade pelo golpe de 1964, uma vez que careceria de convicções democráticas e teria adotado posturas autoritárias tais quais os militares golpistas. Dessa forma, os autores acabaram por reforçar uma narrativa que minimizava o tom do regime militar e sustenta a ideia de que a ditadura teria atendido a um suposto clamor da sociedade civil, retificando elementos do discurso justificatório do golpe.⁶ Além de colocar os trabalhadores num espectro de omissão – o famoso “quem cala consente” – tais pesquisas dissimularam a perspectiva do “civil” inaugurado por René Dreifuss quando retrata o golpe “civil-militar”, onde a parcela da sociedade mencionada pelo cientista político uruguaio estaria relacionada ao setor empresarial, ou tecnoempresários, como afirma o autor.⁷

⁴ *Ibid.*, p.133.

⁵ WEFFORT, Francisco Correa. **Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do após-guerra.** Estudos Cebap, São Paulo, n. 4, p. 65-105, 1973.

⁶ MELO, Demian Bezerra. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 157-188.

⁷ A perspectiva da sociedade civil de Dreifuss se baseia na teoria de Gramsci, onde a sociedade civil estaria pautada num campo de luta pela hegemonia, perpetrada por projetos políticos de natureza classista. Como ponderam Melo e Hoeveler “Dreifuss foi um dos primeiros estudiosos a caracterizar o golpe de 1964 como um golpe “civil-militar”, indicando que existiu não apenas a participação de “civis” no golpe, mas, fundamentalmente, que existia um projeto de classe inscrito no golpe e na ditadura. Os “civis” a que Dreifuss se refere, ao longo de toda obra, têm nome, endereço e interesse concreto: são empresários, tecnoempresários, ou “dublês” de empresários que representavam determinados projetos inscritos numa sociedade dividida em classes, num determinado momento histórico do capitalismo brasileiro, e não entre “militares” e “civis” (entendidos apenas como os indivíduos “não-militares”) tal como na acepção da própria visão militar da sociedade.” MELO, D. B. de; HOEVELER, R. C. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 13-43, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/11096>. Acesso em: 18 maio. 2025.

Portanto, ao longo deste trabalho, ainda que eventualmente recorramos a outras expressões, adotaremos prioritariamente o termo **empresarial-militar** para nos referirmos ao regime instaurado em 1964. Reconhecemos que essa formulação oferece maior especificidade ao evidenciar a participação ativa de setores do empresariado tanto no golpe quanto na sustentação do regime. Além disso, entendemos que esse binômio carrega um importante peso teórico e político, na medida em que explicita que a ditadura não foi obra exclusiva das Forças Armadas, mas contou com o apoio e a participação de amplos segmentos civis, por se tratar de um projeto classista, especialmente dos setores empresariais. Tal escolha mostra-se particularmente relevante para a compreensão das experiências dos trabalhadores nesse contexto de disputa, em que as alianças entre setores civis e militares foram determinantes para a repressão e o controle do mundo do trabalho.

Embora as pesquisas sobre os trabalhadores tenham permanecido à margem das principais agendas acadêmicas durante e após o período ditatorial, autores como Corrêa, Fontes e Melo atribuem um papel decisivo ao momento de instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV).⁸ Segundo os autores, foi especialmente a partir de 2014 que a temática dos trabalhadores durante a ditadura civil-militar passou a ganhar maior visibilidade no campo historiográfico. Ainda assim, apesar do avanço no interesse e na produção acadêmica sobre o tema, grande parte das pesquisas voltadas ao mundo do trabalho e ao sindicalismo permaneceu concentrada na experiência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, relegando outras regiões e sindicatos a um papel secundário.⁹

No entanto, na última década, observa-se um crescimento significativo nas investigações voltadas a outras experiências sindicais, sinalizando um movimento de ampliação e diversificação do campo.¹⁰ Nesse contexto, torna-se fundamental reconhecer as

⁸ Principalmente por uma pressão protagonizada por centrais sindicais para o desenvolvimento do 13º e último grupo de pesquisa (Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical). CORRÊA e FONTES, *op. cit.*, p.130; MELO, *op. cit.*, p.157.

⁹ Trabalhos historiográficos de grande relevância sobre o movimento operário e os trabalhadores foram desenvolvidos por FONTES, Paulo. **Trabalhadores e Cidadãos**: Nitro Química: a Fábrica e as Lutas Operárias nos Anos 50. São Paulo: Editora Anna Blume, 1997; MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998; SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários sem patrões**: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003; NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de Montagem**. O industrialismo nacional desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2004.

¹⁰ ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Osasco 1968**: A greve no feminino e no masculino. Tese (Doutorado em História), FFLCH/USP. São Paulo, 2012; CORRÊA, L. A 'rebelião dos índices': Política salarial e Justiça do Trabalho na Ditadura Civil-Militar (1964-1968). In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. (Orgs.) **A Justiça do Trabalho e sua história**: os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 263-300; RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política**: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973). Tese (Doutorado em História), Centro de Pesquisa e Documentação, FGV. Rio de Janeiro, 2015; REZENDE, Vinícius de. **Vidas Fabris**:

especificidades de cada categoria de trabalhadores e suas formas próprias de organização. Silvia Petersen, em seu artigo *Ainda o movimento operário como objeto historiográfico*, propõe uma reflexão que vai ao encontro dessa perspectiva, ao defender a importância de compreender os processos particulares dos sindicatos regionais como etapa essencial para apreender sua inserção e relevância na construção de um processo nacional de lutas. Essa abordagem rejeita leituras globalizantes e homogeneizadoras das experiências sindicais e valoriza a observação dos sujeitos, dos contextos locais e das práticas específicas que conformam a trajetória de cada sindicato.¹¹

Partindo desse pressuposto, se faz relevante investigar a trajetória de trabalhadores e sindicatos ainda não tão evidenciados pela historiografia.¹² Neste montante se insere o SMSJR fundado no ano de 1956, tardiamente, se comparado a outros sindicatos dos trabalhadores metalúrgicos, mas que exerceu forte influência na região do Vale do Paraíba paulista devido a adoção de um perfil combativo e de lutas. Entretanto, ao nascer num momento de instabilidade e nas vésperas de um golpe articulado entre setores da sociedade civil e militar, o SMSJR manteve uma postura retraída durante as suas duas primeiras décadas de existência, mantendo uma frente assistencialista para os trabalhadores. Embora a diretoria que comandava o sindicato tivesse essa postura, os trabalhadores da base já planejavam e articulavam mudanças, bem como outros sindicatos do país e movimentos sociais e populares que passaram a tomar as ruas no final das décadas de 1970.

Até o momento, três historiadores se debruçaram sobre a história do SMSJR, contribuindo significativamente para a construção de uma memória sobre a atuação sindical na região. A primeira pesquisa, desenvolvida por Mônica Xavier Medeiros (2006) na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), investiga as experiências dos trabalhadores metalúrgicos dentro

Trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980). São Paulo: Alameda, 2017; NAGASAVA, Heliene. **O Sindicato que a ditadura queria**: o Ministério do Trabalho no Governo Castelo Branco (1964-1967). Jundiaí: Paco Editorial, 2018; SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Corpos para o Capital**: acidentes de trabalho, precarização e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2019; SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Forjando lideranças**: comportamentos políticos e militância operária no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem durante a ditadura militar (1964-1984). Doutorado em História. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

¹¹ PETERSEN, S. R. F. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. **Anos 90**, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 62–78, 1997. Disponível em: <https://seer.ufg.br/index.php/anos90/article/view/6195>. Acesso em: 29 mar. 2025.

¹² Para Gramsci, em artigo publicado no jornal *Ordine Nuovo* “o Sindicato não é esta ou aquela definição de Sindicato: o sindicato torna-se uma determinada definição e assume, assim, uma determinada figura histórica enquanto as forças e as vontades operárias que o constituem imprimem-lhe aquela direção e impõe à sua ação aquelas finalidades que estão afirmadas na definição”. GRAMSCI, Antonio. Sindicatos e Conselhos. In: GRAMSCI, Antonio; BORDIGA, Amadeo. **Conselhos de Fábrica**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. p.100-101. Os grifos são do autor.

e fora do espaço fabril e sindical, atentando para as formas como esses sujeitos vivenciaram e interpretaram as transformações sociais e políticas ocorridas do período pós-golpe de 1964 até o início dos anos 2000. Sua dissertação apoia-se, sobretudo, em entrevistas orais e em recortes de jornais locais e da própria entidade sindical, abrindo caminhos para uma compreensão da perspectiva operária diante de mudanças que extrapolam a esfera do trabalho.¹³ Os dois outros trabalhos foram produzidos na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A dissertação de Caio César da Silva Guerra (2015) busca recuperar as singularidades do chamado "novo sindicalismo" no SMSJR, bem como as articulações e disputas entre diferentes forças da esquerda em torno da direção do sindicato. Para isso, o autor reconstrói a trajetória da entidade desde sua fundação, na década de 1950, até os anos 1990, utilizando como principais fontes as atas das reuniões sindicais, materiais jornalísticos e entrevistas orais.¹⁴ Mais recentemente, Richard de Oliveira Martins apresentou uma contribuição de grande relevância com sua tese de doutorado, publicada como livro em 2022 sob o título *Lutas Vigeadas*. Martins investiga as estratégias de resistência dos trabalhadores frente à repressão e à violência durante o regime militar, com destaque para a existência das chamadas “listas negras” — documentos produzidos em articulação entre empresários e forças de segurança para vigiar e controlar a atuação de militantes na região. Sua pesquisa baseia-se em documentos oficiais, jornais e entrevistas reunidas pela Comissão da Verdade Michal Gartenkraut da Câmara Municipal de São José dos Campos.¹⁵

Em ambos os trabalhos, observa-se a centralidade da categoria de *experiência* como elemento fundamental da análise. Forjada a partir das pesquisas do historiador inglês E. P. Thompson, a experiência humana é compreendida como o “termo ausente” nas formulações de Karl Marx em *O Capital*, na medida em que possibilita ao pesquisador apreender as mediações entre o ser social e a consciência social.¹⁶ Nessa perspectiva, a classe social e a consciência de

¹³ MEDEIROS, Mônica Xavier de. **Bom mesmo é ser metalúrgico**: vivências de trabalhadores metalúrgicos na cidade de São José dos Campos - SP. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

¹⁴ GUERRA, Caio Cesar da Silva. **Mais vale um ano de leão que cem anos de cordeiro**: trajetória dos metalúrgicos de São José dos Campos (1956-1960)' 25/03/2015 281 f. (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

¹⁵ MARTINS, Richard de Oliveira. **Lutas vigeadas**. Militância operária, retaliação patronal e repressão no vale do paraíba (1979-1994). Salvador: Sagga, 2022.

¹⁶ “Voltamos assim ao termo que falta, experiência, e enfrentamos imediatamente os verdadeiro silêncios de Marx. Não se trata apenas de um ponto de junção entre “estrutura” e “processo”, mas um ponto de disjunção entre tradições opostas e incompatíveis. Para uma delas, aquela do dogma idealista, esses “silêncios” são espaços em branco ou ausência de “rigor” em Marx (incapacidade de teorizar plenamente seus próprios conceitos) e devem ser costurados aproximando os conceitos gerados conceitualmente pela mesma matriz conceitual. THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.183.

classe não são categorias abstratas e fixas, mas se constituem historicamente a partir das experiências concretas vividas pelos sujeitos. A experiência, nesse sentido, é o terreno em que se articulam as condições materiais de existência e as formas pelas quais os trabalhadores interpretam, resistem e agem diante dessas condições. Na palavras do autor

Os historiadores também se ocupam, em sua prática cotidiana, da formação da consciência social e de suas tensões. Nossa observação raramente é singular: esse objeto do conhecimento, esse fato, esse conceito complexo. Nossa preocupação, mais comumente, é com múltiplas evidências, cuja inter-relação é, inclusive, objeto de nossa investigação. Ou, se isolamos a evidência singular para um exame a parte, ela não permanece submissa [...] ao interrogatório: agita-se, nesse meio tempo, ante nossos olhos. Essa agitação, esses acontecimentos, se estão dentro do “ser social”, com frequência parecem chocar-se, lançar-se sobre, romper-se contra a consciência social existente. Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuamente à experiência – uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador.¹⁷

Portanto, a experiência “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”.¹⁸ Para Thompson, os sujeitos devem ser compreendidos enquanto agentes dentro do processo histórico, não se reduzindo a estruturas previamente elaboradas, mas a processos estruturados a partir de um campo da experiência, sendo ele vivenciado ou manipulado, dentro de “sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão”.¹⁹

Dessa maneira, ao considerarem as experiências dos trabalhadores em meio às tensões da realidade que vivenciavam, os autores retratam as particularidades dos metalúrgicos do SMSJR, suas experiências individuais e coletivas, assim como os modos pelos quais se destacavam ou se conformavam diante das situações do cotidiano. Nesse contexto, o *Jornal do Metalúrgico* emerge como um artefato privilegiado para acessar as formas pelas quais esses trabalhadores se expressavam, negociavam e ressignificavam suas vivências. Enquanto espaço de mediação entre a base e a direção sindical, o jornal não apenas informava, mas disputava

¹⁷ *Ibid.*, p.15.

¹⁸ *Ibid.*, p.15.

¹⁹ Continuando: a “experiência” (descobrimos) foi, em última instância, gerada na “vida material”, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o “ser social” determinou a “consciência social” [...], mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer “agora” “manipula” a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação. *Ibid.*, p.188-189.

sentidos sobre as lutas, os direitos e os rumos do movimento operário tanto no interior da própria categoria, quanto em relação aos discursos proferidos na grande imprensa. Por meio de suas páginas, é possível observar como determinados acontecimentos foram interpretados, quais vozes foram legitimadas, que imagens de classe se buscou construir e de que maneira se forjaram identidades políticas em meio às transformações no mundo do trabalho. Embora tenha sido mobilizado por pesquisas anteriores, o jornal ainda não foi objeto de um aprofundamento sistemático que considere suas múltiplas camadas discursivas, sua função política e simbólica, bem como seu papel na formação da consciência de classe. Trata-lo simultaneamente como objeto e fonte permite, portanto, articular os discursos nele presentes às experiências concretas dos trabalhadores, compreendendo-o como instrumento de disputa de hegemonia e de mediação de conflitos no interior da classe trabalhadora.²⁰

É nesse entrelaçamento entre vivência e investigação que esta pesquisa se constitui, tendo como objetivo compreender como o *Jornal do Metalúrgico* foi produzido enquanto uma importante ferramenta de comunicação entre o sindicato e os trabalhadores e como as experiências dos operários se faziam presentes em suas páginas, a partir do exame das relações entre sindicato e base mediadas por esta publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. Inserido no contexto de ascensão das políticas de flexibilização das relações de trabalho e das reconfigurações do cenário político brasileiro até os anos 1990, o estudo debruça-se sobre o processo histórico vivenciado pelos trabalhadores da base do SMSJR frente à reestruturação do capital, à ofensiva patronal e aos mecanismos de desestruturação das organizações sindicais combativas, iniciada no período ditatorial e prolongada na chamada “Nova República”. Parte-se da hipótese de que o *Jornal do Metalúrgico* atuou como um aparato formativo, informativo e organizativo da classe trabalhadora, ao se posicionar em defesa dos

²⁰ Conforme destaca Francisco Foot Hardman em *Nem pátria, nem patrão!* a imprensa operária — especialmente em sua vertente libertária e independente — não deve ser compreendida apenas como repositório de fatos, mas como um jornalismo de alta qualidade informativa, original em sua linguagem e orientado por um propósito educativo. Para o autor, esses periódicos atuavam como espaços pedagógicos e de mediação, nos quais se operava a passagem do particular ao universal, articulando as experiências concretas de grupos específicos de trabalhadores a projetos mais amplos de transformação social. Embora a pesquisa de Hardman se concentre em uma temporalidade distinta daquela aqui analisada, o diálogo estabelecido assume caráter comparativo, permitindo identificar permanências, deslocamentos e reconfigurações nas funções políticas, culturais e simbólicas atribuídas à imprensa operária em contextos históricos diversos. Ao tratar o jornal simultaneamente como fonte e objeto, esta pesquisa converge com a perspectiva do autor ao compreender a cultura operária como uma camada menos visível da história, cujas representações, sinais e práticas socioculturais precisam ser desvelados para além dos discursos oficiais e da grande imprensa corporativa, historicamente responsável pelo silenciamento das classes subalternas. Nesse sentido, o jornal é concebido como um laboratório de construção identitária, agitação política e disputa de hegemonia, registrando fragmentos da vivência operária que, não raro, permanecem silenciadas. HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!** Memória operária, cultura e literatura no Brasil. 4. ed. São Paulo: Unesp Digital, 2024.

direitos trabalhistas, da autonomia sindical e de um projeto democrático, constituindo-se como mediador das experiências de classe e intervindo nas dinâmicas da luta de classes durante a transição democrática. Ao tratar o jornal como uma das principais ferramentas dentro da experiência sindical, busca-se acessar os discursos, as práticas comunicacionais e os mecanismos de organização dos trabalhadores entre 1981 e 1992, ampliando a compreensão sobre as dinâmicas do sindicalismo brasileiro e seus modos de interlocução com a base operária.

Dentre os expoentes deste debate, Rozinaldo Miani, ao fazer um estudo sobre as produções comunicativas do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, aponta que ao final da década de 1970, com o surgimento de um “novo sindicalismo”, se fez emergir uma nova imprensa sindical, adaptando suas técnicas de comunicação e profissionalização de seus recursos tecnológicos, fazendo frente direta aos abusos da ditadura civil-militar e aos planos econômicos e políticos dos anos 1980, dando bases para um sindicalismo combativo.²¹ Tal característica foi rompida com a partir da década de 1990, com o avanço de um projeto político neoliberal que tinha como objetivo a reestruturação produtiva. Nesse tocante, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC passou a assumir uma postura de sindicalismo cidadão, e as páginas do jornal *Tribuna Metalúrgica*, passaram a legitimar as ideias que eram propostas pela direção política, ainda que houvesse vozes dissonantes entre a direção e os trabalhadores. Dessa forma, a imprensa sindical se tornou um meio de difundir e propagar a proposta que se pretendia assumir por uma determinada direção sindical num determinado período.

Indo de encontro com a concepção de Miani de que a imprensa sindical pode ser considerada uma vitrine dos interesses de uma direção sindical e, em conjunto com o momento histórico ao que se desenvolve, Heloisa Faria Cruz ao fazer uma análise sobre os modos de comunicação popular e sindical na cidade de São Paulo entre os anos de 1970 e 1990, conclui que a imprensa não somente assimila projetos, mas é tida como um espaço de privilegiado para sua articulação, que a partir de sua força social, atua na formação de uma percepção hegemônica.²² Segundo a autora, a imprensa alternativa foi um recurso para a compreensão do social até a década de 1990, ficando a parte do debate meios de comunicação de resistência e

²¹ MIANI, Rozinaldo Antonio. O sindicato cidadão nas páginas da imprensa sindical. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, SP, v. 11, n. 3, p. 69–89, 2016. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/71>. Acesso em: 9 jun. 2024.

²² FARIA CRUZ, H. Comunicação popular e trabalhadores: redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de São Paulo – 1970/1990. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 48, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/20703>. Acesso em: 9 jun. 2024.

jornais sindicais, sendo tais materiais de grande importância para um outro olhar sobre movimentos e personagens históricos.

Dessa forma, ao concordarmos com Cruz, que os jornais sindicais são de grande importância para a investigação de “rastros da formação e atuação de importantes redes de comunicação que conformaram espaços de emergência e afirmação da cultura dos trabalhadores no período”²³, compreendemos que a cultura impressa foi, e é, parte relevante para a formação dos trabalhadores enquanto classe e para a consolidação das propostas sindicais pois contribui para a construção de sentidos e entendimento de mundo, além de ordenamento da realidade social e constituição de memórias contra hegemônicas.²⁴

Assim, compreendemos que o conteúdo veiculado nas páginas do jornal sindical expressa uma concepção de mundo que, em grande medida, se descola das narrativas produzidas pela grande imprensa. Maria Helena Rolin Capelato, ao empregar ironicamente o termo “má imprensa” para se referir à imprensa operária, evidencia justamente esse contraponto: trata-se de uma produção que se constrói à margem da ordem burguesa, voltada à defesa dos interesses dos trabalhadores e à construção de uma memória e identidade próprias da classe.²⁵ Nesse sentido, o jornal sindical não apenas informa, mas atua como instrumento de politização e contestação, dando voz a sujeitos históricos frequentemente silenciados pela mídia hegemônica.

Portanto, partindo dessas avaliações, é possível perceber as peculiaridades da imprensa sindical do SMSJR. Produzida no interior do próprio sindicato, a publicação refletia, em grande medida, a posição do presidente da entidade, cuja palavra final orientava o conteúdo editorial. As disputas por espaço e voz não se limitavam à relação entre sindicato e patronato ou à polarização com a grande imprensa, mas também se manifestavam internamente — tanto na direção sindical, composta por diferentes correntes políticas, quanto na base operária, marcada por experiências diversas e posicionamentos heterogêneos. Assim, o jornal expressava não apenas consensos, mas as tensões e negociações que atravessavam a própria organização dos trabalhadores.

Nesse contexto, as estratégias desenvolvidas no interior do jornal serviram principalmente à organização dos trabalhadores para confrontos diretos, contribuindo para sua formação e articulação enquanto categoria metalúrgica. À época, as lutas operárias

²³ *Ibid.*, p.7.

²⁴ MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro *et. al.* (orgs.) **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olhos d'Água, 2004.

²⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

concentravam-se sobretudo em torno da questão salarial, como resposta às políticas de arrocho impostas durante a ditadura, desdobramento do chamado “milagre econômico”, que, longe de beneficiar a maioria da população, resultou na redução significativa do poder de consumo dos trabalhadores. Somam-se a esse cenário a incorporação de empreiteiras, o avanço da terceirização e outras transformações no modo de produção, que impactaram diretamente diversos aspectos da vida e do trabalho dos metalúrgicos — especialmente no que se refere à saúde, à alimentação e ao lazer. A partir dessas considerações, a investigação das formas de organização dos trabalhadores torna-se fundamental para compreender as dinâmicas de conflito e mediação no interior do mundo do trabalho.

Ao abordar os governos de José Sarney (1985–1989) e Fernando Collor de Mello (1990–1992), David Maciel analisa a transição de um regime militar autoritário para uma democracia de orientação liberal, destacando as contradições e continuidades no campo econômico. Segundo o autor, a década de 1980 foi marcada por uma profunda crise econômica e pela intensificação da atuação dos grandes grupos monopolistas — tanto nacionais quanto estrangeiros — que buscaram consolidar sua hegemonia no mercado. A partir desse quadro, a chamada “burguesia de Estado” rapidamente estabeleceu alianças em torno do tripé que sustentava a economia brasileira: capital estrangeiro, capital privado nacional e capital estatal.²⁶

O governo Sarney, embora tenha herdado expectativas de reconstrução democrática, falhou em implementar uma política industrial sólida voltada ao fortalecimento do mercado interno e das empresas nacionais, que passaram a ser gradualmente abandonadas a partir de 1987. A tentativa de conter a inflação por meio do Plano Cruzado resultou em um forte arrocho salarial, o que impulsionou uma onda de greves em todo o país, marcando um período de intensa mobilização trabalhista e crescente insatisfação popular. Já nos últimos anos do governo Sarney, políticas de viés neoliberal começaram a ser adotadas, com cortes significativos nos investimentos públicos — tendência que seria aprofundada na gestão de Fernando Collor. A insatisfação com Collor, perceptível desde os primeiros momentos de seu mandato, refletia-se na sociedade e entre os trabalhadores, tempos depois foi sentida nas ruas de todo país em manifestações dos “caras pintadas”.

Ao partirmos desse cenário, destacamos o interesse em compreender a atuação sindical como um agente de coesão e mobilização da classe trabalhadora. A transição de um regime ditatorial autoritário para uma democracia ainda incipiente foi um momento crucial para o

²⁶ MACIEL, David. **De Sarney à Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. Goiânia, Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, UFG, 2008.

fortalecimento das mobilizações operárias, especialmente no ciclo grevista iniciado em 1978.²⁷ No entanto, esse mesmo processo também abriu espaço para a reconfiguração das relações de trabalho, com perdas de direitos, avanço da flexibilização produtiva e fortalecimento do medo da demissão como elemento disciplinador. Assim, o sindicalismo viu-se diante do desafio de manter viva a capacidade de luta coletiva em um cenário cada vez mais marcado pela fragmentação e insegurança, temas centrais para o desenvolvimento deste trabalho que está estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado **“Não há bem que sempre dure nem mal que nunca acabe”**: os processos de transição do Sindicato dos Metalúrgicos de São José e Região, apresenta os referenciais teóricos, historiográficos e metodológicos que orientam esta pesquisa, situando-a no campo da História do Trabalho e dos estudos sobre o sindicalismo no Brasil contemporâneo. Ao longo da discussão, priorizam-se os debates acerca do mundo do trabalho durante a ditadura instaurada em 1964, problematizando interpretações que enfatizaram a passividade da classe trabalhadora em favor de abordagens que evidenciam as formas de resistência e a participação empresarial na sustentação do regime — o que justifica a adoção do conceito de ditadura empresarial-militar.

Nesse percurso, busca-se superar leituras homogêneas do sindicalismo ao valorizar experiências regionais, afirmando a centralidade da categoria de experiência, formulada por E. P. Thompson, como eixo analítico para compreender a formação da classe e da ação coletiva. A investigação fundamenta-se no cruzamento entre a materialidade do *Jornal do Metalúrgico* (1981-1992), tomado como fonte e objeto, e a historiografia regional, com destaque para o diálogo com a obra de Caio Guerra, cujas análises sobre as atas sindicais permitem preencher lacunas deixadas pelo discurso oficial do periódico. Demonstra-se, assim, que o jornal foi um espaço estratégico para a construção de uma nova identidade política e de autonomia sindical, evidenciando as esperanças e os limites da atuação da categoria no alvorecer da redemocratização.

No segundo capítulo, intitulado **O Jornal do Metalúrgico: imprensa, sociabilidade e disputa de classes**, discutiremos o papel do periódico como instrumento de comunicação sindical, sociabilidade e disputa de classes, destacando sua especificidade frente à grande imprensa. Mais do que um veículo informativo, o jornal funcionava como um espaço de aproximação entre sindicato e trabalhadores, articulando o cotidiano fabril com debates

²⁷ Cf. NORONHA, Eduardo Garutti. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 119-168, 2009. Disponível em: <https://www.cedec.org.br/de-volta-aos-movimentos-sociais/>. Acesso em: 14 jan. 2026.

políticos nacionais e internacionais. Inspirado em experiências como a do *Tribuna Metalúrgica*, o periódico consolidou-se como arena de expressão operária e de formação política, especialmente por meio de colunas como 'Nossa Opinião' e 'Dito Bronca'. Esta última funcionava como um canal de denúncia e expressão direta da base, operando a mediação entre as vivências individuais no chão de fábrica e as pautas coletivas de resistência.

O texto também insere o jornal no debate teórico sobre os limites e potencialidades dos sindicatos, recorrendo a Marx, Engels, Lênin e Gramsci para refletir sobre sua função organizativa e pedagógica. A análise evidencia que, entre 1981 e 1992, o periódico adaptou-se às demandas da conjuntura por meio de uma linguagem acessível e do uso de recursos visuais. Contudo, problematizam-se os limites da polifonia desse espaço: investigamos como a mediação da diretoria e as urgências da luta sindical estabeleciam fronteiras para a expressão da base. Em síntese, apresentamos como o *Jornal do Metalúrgico* se constituiu como um espaço estratégico, porém tensionado, onde a construção da consciência coletiva enfrentava os desafios da institucionalização e da própria visão do operariado.

O terceiro capítulo, intitulado **À Sombra da 'Nova República': a classe trabalhadora entre direitos, crises e democracia (1985–1992)**, examina o período de transição democrática e as frustrações da categoria frente às políticas da Nova República. Analisa-se como o *Jornal do Metalúrgico* denunciou a continuidade de práticas autoritárias e a repressão aos movimentos grevistas, apresentando o novo regime como uma estrutura que frequentemente reproduzia aspectos do período ditatorial. A investigação foca nas estratégias de resistência do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região perante os sucessivos planos econômicos e a emergência de políticas neoliberais que impactaram o mundo do trabalho. Por meio da análise de editoriais, charges e coberturas de greves, evidencia-se o fortalecimento de uma identidade sindical independente e combativa. O capítulo encerra-se com o ciclo de 1992, destacando como o periódico serviu de ferramenta para a leitura crítica da conjuntura e para a organização da classe trabalhadora em um cenário de profunda reestruturação produtiva e fragmentação social.

Nas **Considerações Finais**, momento em que se revisitam os objetivos iniciais para consolidar as conclusões da pesquisa. Mais do que um balanço do que foi exposto, este fechamento reafirma o papel do *Jornal do Metalúrgico* como uma ferramenta ativa, capaz de conferir densidade à experiência operária e articular a resistência política em um cenário de profundas incertezas democráticas. A síntese dos resultados destaca que o periódico não foi apenas um reflexo das lutas sindicais, mas um espaço de mediação fundamental onde o 'real vivido' se transformava em projeto coletivo. Ao evidenciar tanto as potencialidades quanto os

limites da polifonia sindical, a pesquisa entrega uma compreensão crítica sobre como a comunicação operária forjou identidades e sustentou o sindicalismo combativo frente ao avanço neoliberal. Por fim, indicam-se caminhos para que futuros estudos continuem a explorar as vozes e as memórias que compõem os mundos do trabalho no Brasil.

CAPÍTULO 1: “NÃO HÁ BEM QUE SEMPRE DURE NEM MAL QUE NUNCA ACABE”: OS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ E REGIÃO

Companheiro

Depois do que o trabalhador passou durante 24 anos em que o Sindicato existia como se ele, que é a força que segura em pé um sindicato, não tivesse importância nenhuma, nós que estamos agora na diretoria dessa entidade há menos de um ano, compreendemos que fica mesmo difícil voltar ou começar a acreditar que alguém possa **lutar com honestidade** pelos interesses da classe trabalhadora.

Com paciência, confiando no trabalho que estamos fazendo e acima de tudo, sabendo que o trabalhador metalúrgico não vai ficar nem deixar que seus companheiros fiquem ao Deus dará, que não vai aceitar sem fazer nada tudo o que acontece de errado dentro da fábrica, nós temos muitas esperanças no que podemos fazer juntos pela categoria no ano que vem. **E provar que se somos nós trabalhadores, que produzimos tudo isso que está aí, a gente vai fazer com que todo mundo reconheça e nos respeite por isso, lutando de todas as formas possíveis.**

Certos disso, **nós iniciamos realmente uma nova fase do sindicalismo em São José dos Campos**, a fase da resistência, da luta ombro a ombro junto com os trabalhadores, da defesa intransigente dos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Este é o caminho que escolhemos, pois este será sempre o caminho que vão seguir os **trabalhadores autênticos**, firmes no compromisso de colocar a classe trabalhadora no lugar que lhe pertence, que é no comando da nação.²⁸

Como períodos de transição podem ser benéficos para a criação/manutenção dos vínculos de luta da classe trabalhadora? Até que ponto associações sindicais podem interferir no processo de tomada de consciência de classe? Como o jornal, enquanto um meio de comunicação transparece as intenções por trás das ações de lideranças sindicais?

O enxerto acima trata-se de uma parte do primeiro editorial presente na primeira edição do *Jornal do Metalúrgico*, órgão informativo do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (SMSJR). Os escritos, sem assinatura do redator do texto, contribuindo para gerar uma sensação de unidade, revela a intenção da nova diretoria em reorganizar os rumos do sindicato, apelando para a angústia do trabalhador que passou quase todo o período da ditadura empresarial-militar com uma gestão acomodada e conveniente com as políticas governamentais. Partido das indagações inicialmente propostas e da citação apresentada, buscaremos neste capítulo, contextualizar três níveis de processos de transição relevantes para a estrutura do trabalho, do micro ao macro, valendo-nos de um jogo de escalas que possibilite

²⁸ **Jornal do Metalúrgico**, Ano I, nº1, dezembro de 1981. p.2. Grifos nossos.

a integração de ambas as visões.²⁹ O primeiro nível se trata das mudanças que ocorreram na diretoria do SMSJR, sobretudo a partir do ano de 1981 até o ano de 1984, com foco na mudança de diretoria sindical após um longo período nas mãos de líderes “pelegos”. O segundo nível se baseia no regional, onde buscaremos nos atentar para as mudanças políticas que ocorreram na cidade de São José dos Campos/SP, sobretudo na eleição de um prefeito filiado ao PMDB e por fim, recorreremos as questões de nível nacional, levando em consideração a instauração do processo de “transição democrática” iniciada no governo Ernesto Geisel (1974-1979), seus desdobramentos no governo de João Batista Figueiredo (1979-1985) e suas implicações mais imediatas nas políticas nacionais que atingiram diretamente os trabalhadores.

Observando a consolidação do processo de transição em níveis estruturais, estaremos aptos a pincelar sobre as mudanças de mentalidades neste contexto, sobretudo das ações realizadas pelos trabalhadores em prol de melhores condições de trabalho e de vida. Portanto, utilizaremos o *Jornal do Metalúrgico* para compreender os espaços de reivindicação dos trabalhadores e a forma como essas demandas eram articuladas no interior do sindicato. Ao mesmo tempo, compreendemos o jornal como um espaço de mediação entre a base e a diretoria, no qual se veicula um discurso consciente, orientado pelos interesses das diretorias à frente do órgão.

1.1 Transições ou metáforas? Os caminhos para um novo cenário

“O que significa democratizar o Brasil?”,³⁰ a questão levantada pela cientista política Margaret Keck nos chama para uma discussão encorpada sobre o processo de transição democrático brasileiro, que segundo a autora produziu um “conjunto desordenado de esperanças conflitivas entre os brasileiros”,³¹ tais expectativas, para a autora, são decorrentes de um processo de transição longo e sem demarcações concretas, o que acarretou numa “explosão da sociedade civil” no epicentro do debate, impactando o frágil processo de transição de um regime autoritário para um regime democrático. Entretanto, sem uma perspectiva triunfalista da redemocratização, Keck sinaliza para uma ambiguidade que faz notável o processo de transição brasileiro a partir de uma análise comparativa com outros países do Cone Sul: ao mesmo tempo em que se abria espaço para a criatividade e a atuação de movimentos

²⁹ REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: REVEL, J. **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.15-38.

³⁰ KECK, Margaret E. **PT-A lógica da diferença**: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. 2010. p.42.

³¹ *Ibid.*, p.42.

sindicais, sociais, intelectuais etc. o processo de transição iniciado “a partir de cima” se mantinha tencionado devido a um criterioso processo de monitoramento estratégico de poderio militar que somava força com grupos detentores de capital financeiro, o que conduziu o processo político para um caminho que privilegiasse a continua manutenção de poder dentro da sociedade democrática.

Neste contexto, Zilda Iokoi destaca a peculiaridade do conceito de “transição” no Brasil, que, longe de representar uma ruptura paradigmática,³² assume a forma de uma metáfora marcada por uma “modernização sem mudança” — ou seja, uma conciliação entre velhas estruturas e novas demandas que evita confrontar as transformações profundas exigidas por períodos de intensa mobilização social. Para a autora, embora a Lei da Anistia de 1979 represente um marco simbólico do retorno à legalidade democrática, o processo como um todo foi guiado por uma cultura política de acomodação, especialmente no que diz respeito à responsabilização pelos crimes de Estado cometidos durante a ditadura. Ainda assim, esse percurso institucional coexistiu e veio à tona a partir de movimentos de resistência e enfrentamento, impulsionados por setores populares em momentos de maior acúmulo de forças. Apoiada na noção de “democracias tímidas, descontínuas e de baixa intensidade”, formulada por Boaventura de Sousa Santos, Iokoi aponta para um modelo democrático em que os direitos humanos permanecem incompletos, os textos constitucionais sofrem recorrentes discontinuidades em contextos de exceção e as reformas estruturais são limitadas a medidas mínimas destinadas a preservar a ordem vigente e evitar mudanças mais profundas.³³

Talvez essa perspectiva de uma “modernização sem mudança” seja particularmente eficiente para compreender o percurso trilhado dentro do SMSJR, que culminou, ao mesmo tempo, em uma virada de chave com relação aos desejos e angústias dos trabalhadores metalúrgicos, mas que também preservou estruturas herdadas do sindicalismo tutelado durante o regime ditatorial. A manutenção de práticas assistencialistas e posturas conciliatórias

³² A autora se vale da definição de Thomas Kuhn na elaboração de um padrão típico para o desenvolvimento da ciência, definindo de duas maneiras a crise de paradigmas: “Quando a cultura comum do grupo em torno de um determinado assunto englobando todas as crenças, valores, técnicas etc. compartilhadas pelos membros, de uma certa comunidade, faz com que a crença nesse saber seguido como verdadeiro leve a uma resistência a mudanças.” Ou “Quando o compartilhamento dessa constelação de crenças que empregado como modelo ou exemplo, pode substituir regras explícitas como base de uma solução dos enigmas remanescentes de uma ciência comum. É o conhecimento da natureza adquirido enquanto se aprende as relações de similaridade, incorporadas na maneira de se ver situações físicas em vez de regras ou leis. Resulta no conhecimento tácito que é aprendido ao se fazer ciência, e não no aprendizado das regras de como fazer ciência.” Cf. Kuhn, Thomas. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University Chicago Press, 1962, p.98.

³³ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. A longa transição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil. v. 2. São Paulo: Hucitec, 2009.

demonstra como o “novo” conviveu com o “velho”, sem romper totalmente com as formas tradicionais de mediação. Ainda assim, é necessário ressaltar que, mesmo nesse cenário de continuidade, germinavam resistências significativas. A tensão entre permanência e ruptura, nesse sentido, aponta para um processo contraditório em que as experiências acumuladas ao longo dos anos 1980 se tornaram base para embates futuros e para a possível reconfiguração do próprio movimento sindical na região.

Nas variáveis presentes entre distinções e continuidades no movimento sindical, a adoção de uma postura mais combativa pela oposição ao regime ditatorial imposto, configurou-se como elemento central na sensibilização e conscientização dos trabalhadores para a eleição de uma nova diretoria no SMSJR. Tal dinâmica insere-se no contexto da Greve Geral de 1979, decorrente das mobilizações salariais daquele ano, que articularam sindicatos da Grande São Paulo e do Interior Paulista sob a égide de um “novo sindicalismo” em ascensão. A greve em questão foi o estopim, segundo a perspectivas de trabalhadores, para o movimento que já vinham se organizando dentro do sindicato. Além da organização interna, o grupo de trabalhadores da oposição já observava a postura dos trabalhadores no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SMSBCD), principalmente a greve da Scania em 1978.³⁴ Mais do que um episódio isolado, tratou-se de um momento de reestruturação nas práticas de organização operária, no qual se consolidou a formação da Oposição Sindical Metalúrgica de São José dos Campos (OSM-SJC), composta majoritariamente por lideranças oriundas do Comando Geral de Greve (CGG) formadas em assembleia após a sua deflagração.³⁵ A emergência dessa nova configuração sindical revela, portanto, não apenas a reação às condições materiais imediatas, mas uma reconfiguração das formas de ação coletiva e da própria articulação política do movimento operário.

³⁴ José Luiz Gonçalves, entrevista concedida ao programa “**História e Memórias**”, da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), Parte 1. 12 mar 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ugdrbuUkifs&t=3s>. Acesso em 30 abr. 2025. Entretanto, a presença metalúrgica destacava-se desde a década anterior. Sonia Avelar, embora detenha seu foco na historiografia operária inicial de São José dos Campos que recaia sobre o setor têxtil, reforça que os metalúrgicos tornaram-se a força de trabalho predominante com o avanço da indústria pesada na região. A importância do grupo manifestou-se tanto na esfera política, através da participação em greves gerais lideradas por sindicatos metalúrgicos em 1957 e 1963, quanto na transformação estrutural da economia local: o setor de metalurgia, que representava apenas 0,20% do operariado em 1945, saltou para 6,84% em 1977. Se somado aos setores de veículos e equipamentos elétricos, o contingente metalúrgico passou a compor 55,68% da força de trabalho industrial em 1977. Essa hegemonia é exemplificada pela presença de grandes empresas na cidade em 1973, como a General Motors (8.214 funcionários), a Ericsson (2.650) e a Embraer (2.480). AVELAR, Sonia M. de. **The social basis of workers’ solidarity: a case study of textile workers in São José dos Campos, Brazil**. Tese (doutorado) – University of Michigan, 1985. 2 Vol.

³⁵ Richard Martins afirma que o perfil da liderança sindicalista que se constituiu a partir de 1979 era de “homens jovens, na faixa dos trinta anos de idade, e pouquíssimos dentre eles contavam com alguma experiência prévia em termos de organização política e gestão sindical.” MARTINS, Richard. **Lutas vigiadas: militância operária, retaliação patronal e representação no Vale do Paraíba (1979-1994)**. Salvador, BA: Sagga, 2022. p.111.

Em revista comemorativa aos 65 anos do Sindicato,³⁶ Ernesto Gradella, sindicalista vinculado a corrente de oposição da Convergência Socialista (CS), ao relembrar os antecedentes da greve aponta as tentativas de manobra realizadas por José Domingues, então presidente do sindicato, para evitar que o “fantasma da greve” chegasse à associação. José Domingues, mais conhecido pelos trabalhadores como “Zézinho pelego” foi um dos fundadores do SMSJR em 1956. Durante a ditadura empresarial-militar, o líder considerado “pelego” assumiu uma postura de acomodação perante a perda de direitos dos trabalhadores metalúrgicos. Alinhado as prerrogativas do da Federação Metalúrgica de São Paulo (FMSP), a direção do sindicato parecia ajustado as correntes sindicais anticomunistas como o Movimento Sindical Democrático (MSD) e a União Sindical dos Trabalhadores (UST). Por manter uma postura adequada ao militarismo, o SMSJR não sofreu intervenções e não teve nenhum dos seus diretores cassados.³⁷ Em assembleia realizada uma semana após a votação e deflagração de greve no ABC, os metalúrgicos de São José dos Campos se reuniram em grande volume para decidirem os rumos que tomariam a partir daquele momento. Domingues por sua vez tentou convencer os metalúrgicos de que o acordo negociado na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) pela Federação Metalúrgica de São Paulo (FMSP) seria a melhor saída para o sindicato naquele momento, para isso sugeriu uma votação secreta a partir do voto depositado em uma urna, “mas um companheiro, o Tambaú, subiu lá e disse que não tinha nada de votação em urna, que era greve e quem fosse a favor que levantasse o braço. Foi unânime.” Neste momento, com cerca de 2 mil votos favoráveis a greve foi instaurada no SMSJR.³⁸

José Luiz Gonçalves (Zé Luiz), em entrevista concedida a Fundação Cultural Cassiano Ricardo, também precursor da OSM-SJC, rememora que assim que a greve foi votada, José Domingues deixou a assembleia e fechou o sindicato. A partir daquele momento foi eleito o Comando Geral de Greve (CGG). Zé Luiz menciona que a greve foi iniciada de forma “espontânea”,³⁹ sem nenhum meio de divulgação como boletins e carros e som. Contudo, essa

³⁶ Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, **Revista Comemorativa dos 65 anos de fundação** – 1956/2021, p.9. Disponível em: <https://www.sindmetalsjc.org.br/historia>. Acesso: 20 abr. 2025.

³⁷ GUERRA, Caio; SOARES, João Ricardo; MENCIONI, Amanda(orgs.). **Metalúrgicos de São José dos Campos e Região** - 65 anos de história e luta. São Paulo: Sundermann, 2021. p.54. Ademais, Domingues foi candidato a prefeitura da cidade de São José dos Campos filiado ao ARENA, partido político de suporte a ditadura civil-militar. *O Estado de S. Paulo*, 05/11/1978, p.7.

³⁸ Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, **Revista Comemorativa dos 65 anos de fundação** – 1956/2021, p.9. Disponível em: <https://www.sindmetalsjc.org.br/historia>. Acesso: 20 abr. 2025.

³⁹ Para o sindicalista, a espontaneidade residia na ausência de uma organização formal e sistematizada, embora a insatisfação com a direção sindical daquele momento fosse evidente entre uma parcela dos trabalhadores. Em “O que fazer?”, Lênin compreende a espontaneidade como “uma forma embrionária do caráter consciente”. p.48 Uma discussão mais ampla sobre o caráter espontâneo ou não das greves pode ser encontrado em ANTUNES, Ricardo. A dialética das formas de greve. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 18, 2025.

greve foi de grande importância para unificar os movimento que já ocorriam nas indústrias da região.⁴⁰

As assembleias lotadas, o Comando de Greve e a ação dos piquetes na greve serviram como “ponto de encontro” para indivíduos dispersos e grupos que vinham atuando simultaneamente no interior das fábricas da região, embora não se conhecessem. Alguns deles organizados no MDB, outros militantes da Convergência Socialista, alguns atuando de modo independente, enquanto outros buscavam engajar-se no projeto de construção de um partido da classe trabalhadora. Nesse sentido, ações que antes ocorriam isoladamente foram unificadas no movimento de 1979.⁴¹

Com duração de 3 dias, Antônio Donizete Ferreira (Toninho) afirma que o saldo mais importante daquela greve foi a consolidação da OSM-SJC.⁴² Ary Russo, presidente do sindicato eleito pelo voto dos trabalhadores em 1981 corrobora com a opinião de Toninho, “a maior vitória da greve de 79 não foi monetária, porque isso não teve, mas foi o fato de os pequenos grupos de oposição se conhecerem. Com esse conhecimento, passamos a ter uma ação conjunta em todas as fábricas e, a partir daí, construímos uma verdadeira oposição”.⁴³

Apesar de seu caráter inicialmente “espontâneo”,⁴⁴ a greve de 1979 representou um marco na consolidação da oposição sindical, que passou a estabelecer canais de comunicação mais eficazes com a base operária. A produção e distribuição de boletins próprios — entregues

Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/20170>. Acesso em: 12 jan. 2026.

⁴⁰ Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, **Revista Comemorativa dos 65 anos de fundação** – 1956/2021, p.9. Disponível em: <https://www.sindmetalsjc.org.br/historia>. Acesso: 20 abr. 2025.

⁴¹ GUERRA, Caio César da Silva. **Mais vale um ano de leão que cem anos de cordeiro**: trajetórias dos metalúrgicos de São José dos Campos (1956-1990). 2015. 265 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1625074>. Acesso em: 1 mai. 2024. p.96

⁴² José Luiz Gonçalves afirma que a Oposição Metalúrgica era composta por grupos diversificados ligados ao MDB, a grupos de esquerda clandestinos (Convergência Socialista (CS), Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), etc.) e grupos interessados com a Fundação do Partido dos Trabalhadores. José Luiz Gonçalves, entrevista concedida ao programa “**História e Memórias**”, da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), Parte 1. 12 mar 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ugdrbuUkifs&t=3s>. Acesso em 30 abr. 2025.

⁴³ Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, **Revista Comemorativa dos 65 anos de fundação** – 1956/2021, p.9. Disponível em: <https://www.sindmetalsjc.org.br/historia>. Acesso: 20 abr. 2025.

⁴⁴ Como demonstrado durante o capítulo, os trabalhadores da região já se organizavam e conscientizavam da sua situação, principalmente de suas condições materiais monetárias. Esse processo pode ser acompanhado a partir da grande mídia. No ano de 1978, José Domingues informava ao jornal *O Estado de S. Paulo* que a situação a situação dos Metalúrgicos de São José dos Campos era calma, não havendo nenhum perigo de greve na cidade, ainda classificou o movimento iniciado pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo como “ilegal e intempestivo”, afirmando que “maior que a necessidade do aumento, nosso trabalhador tem necessidade de trabalhar”. *O Estado de S. Paulo*, 20/05/1978, p.26. Dias após esta afirmação Domingues atualiza seu discurso, informando que o clima nas indústrias da cidade era tranquilo, “só existindo uma certa manifestação na General Motors”. *O Estado de S. Paulo*, 01/06/1978, p.34. Dessa forma, desde o ano anterior as agitações começaram a ser sentidas na cidade, com início na GM, onde estava concentrada a maior base de metalúrgicos da região.

dentro e fora das fábricas — tornou-se prática recorrente, somando-se a formas já consagradas de mobilização, como a comunicação direta entre os trabalhadores.⁴⁵ Nesse contexto, destacaram-se duas publicações de ampla circulação: o *Unidade Metalúrgica*, ligado aos organizadores da futura Chapa 3 nas eleições de 1981, e o *Luta Metalúrgica*, associado à formação da Chapa 4.⁴⁶ Esses impressos não se limitavam a informar, mas cumpriam uma função política essencial, pois, como em toda sociedade, a estrutura das comunicações é decisiva para a expressão política e a difusão de ideias.

As publicações da OSM-SJC, articulava-se em torno de dois eixos centrais: a luta pela reposição salarial e a defesa da liberdade de organização política. Através de panfletos, boletins, assembleias e da comunicação direta nas fábricas — impulsionada por trabalhadores engajados com a oposição — construiu-se um processo de mobilização que ia além da denúncia das condições de trabalho. Esse engajamento visava incutir nos operários a ideia de que era possível, e necessário, disputar o sindicato como um espaço de luta autêntica. Inspirados por experiências combativas de outras regiões do estado de São Paulo, especialmente no ABC paulista, os metalúrgicos joseenses passaram a reivindicar um modelo sindical mais democrático, participativo e combativo, em oposição ao modelo conciliador herdado da

⁴⁵ Jorge Luiz Jardim destaca a centralidade dos meios de comunicação na propagação de ideias entre os trabalhadores, ressaltando a diversidade de suportes utilizados pelo movimento operário, como livros, panfletos, folhetos e, sobretudo, a oralidade. Embora o livro fosse menos acessível — devido ao alto custo e à barreira do analfabetismo —, ele ainda circulava por meio de práticas coletivas de leitura. Já o panfleto se mostrava mais viável por sua agilidade e baixo custo, embora não tivesse o alcance e a legitimidade simbólica de um jornal, nem a capacidade de abordar uma gama mais ampla de questões. Nesse cenário, a comunicação oral assumia papel privilegiado, sendo considerada o meio mais eficaz de contato direto com a base operária, seja nas assembleias, seja no interior das fábricas. Rompendo com as barreiras impostas pelos outros formatos, a oralidade permitia uma circulação viva e imediata das ideias, funcionando como instrumento fundamental de politização e organização no cotidiano da luta sindical. JARDIM, Jorge. *Imprensa Operária: comunicação e organização. Estudos Ibero-Americanos*, v. 22, n. 2, p. 27-40, 1996. p.31.

⁴⁶ Neste período o SMSJR já possuía um veículo de comunicação impresso para acessarem os trabalhadores denominado *Folha Metalúrgica* (o qual não obtivemos acesso), entretanto, por ser produzido dentro do sindicato e ter como diretor o presidente da instituição, era veiculado nesses boletins assuntos pertinentes a diretoria vigente, caso comum como observaremos mais adiante. Um exemplo que demonstra a parcialidade dos impressos diz respeito a assembleia convocada para a votação da greve geral de 1979. Ernesto Gradella relembra a posição de José Domingues com relação a distribuição de panfletos convocando os trabalhadores para a greve e a retração do presidente. “Ele fez a impressão do panfleto, mas já não colocou o timbre do Sindicato. Entregamos o boletim nos pontos de ônibus e os trabalhadores levaram para as fábricas”. Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, **Revista Comemorativa dos 65 anos de fundação – 1956/2021**, p.9. Disponível em: <https://www.sindmetalsjc.org.br/historia>. Acesso: 20 abr. 2025. José Luiz Gonçalves rememora que os trabalhadores que tinham mais formação (cursos de especialização feitos no SENAI e outras instituições) possuíam mais liberdade dentro das empresas por se tratar de uma mão de obra com mais qualificação e mais difícil de ser encontrada. Cita também que antes da deflagração da greve de 1979, os sindicalistas mais ativos iam até o sindicato, pegavam os boletins escondidos e distribuíam para os trabalhadores. José Luiz Gonçalves, entrevista concedida ao programa “**História e Memórias**”, da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), Parte 1. 12 mar 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ugdrbuUkifs&t=3s>. Acesso em 30 abr. 2025.

estrutura sindical oficial e alinhado à lógica do controle estatal vigente durante a ditadura empresarial-militar.

O período entre a greve geral e as eleições do SMSJR, foi também um momento em que as manifestações por anistia que ganhavam cada vez mais espaço por todo país. Uma em específico que ocorreu na Praça Afonso Pena, região central da cidade de São José dos Campos contou com a participação de diversos membros da OSM-SJC, políticos e outras personalidades ativistas pelos direitos políticos, como o Cartunista Henfil, responsável por criar o personagem mais simbólico do sindicato, o *Dito Bronca*, nome dado ao personagem por Edson Cavalcanti, ativista e um dos futuros diretores do sindicato.⁴⁷ *Dito Bronca* foi utilizado inicialmente como personagem nas publicações da *Unidade Metalúrgica*, como apresentado na charge a seguir ganhando destaque e falas. A utilização de Dito nas charges e em demais espaços dos boletins, tinha como objetivo representar a voz de toda a categoria metalúrgica contra a opressão e exploração dos patrões. O sucesso do personagem na comunicação com a categoria foi grande e em 1981 é incorporado ao jornal criado pela diretoria sindical eleita.⁴⁸

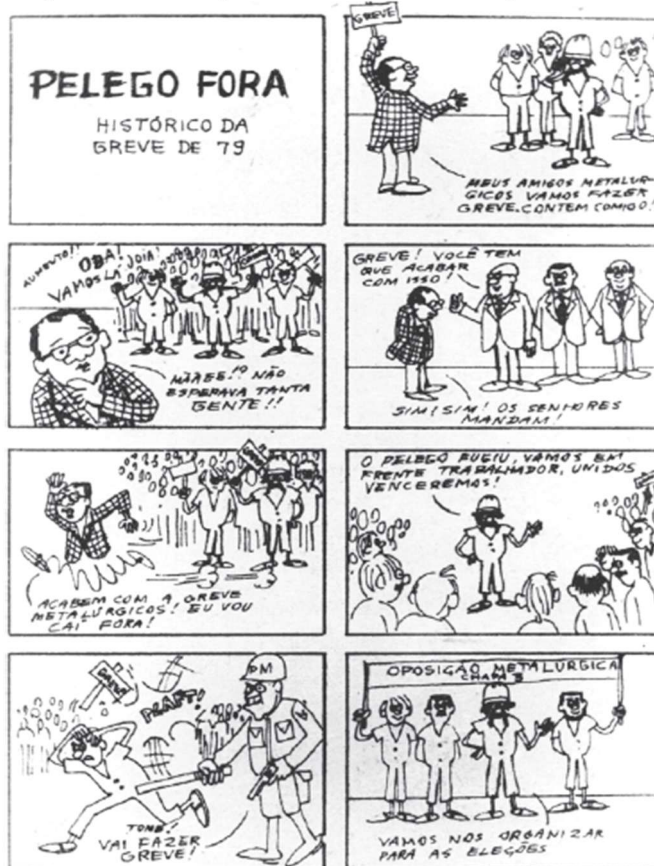
Com o crescimento da circulação de materiais impressos, maior também foi o controle no interior das fábricas. Zé Luiz, que trabalhava na *Genaral Motors* (GM) afirma que um dos pontos de controle dos trabalhadores era o confisco dos jornais, independente da ideologia que carregasse. Sendo assim, jornais sindicais, regionais e da grande mídia como *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, eram apreendidos, pois era interessante para as indústrias que os trabalhadores não obtivessem informações do que estava acontecendo nos demais sindicatos do país, sobretudo nos sindicatos de São Bernardo do Campo e Diadema, evitando a organização da classe e paralisações na produção.⁴⁹

⁴⁷ Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, **Revista Comemorativa dos 65 anos de fundação** – 1956/2021, p.10. Disponível em: <https://www.sindmetalsjc.org.br/historia>. Acesso: 20 abr. 2025.

⁴⁸ Abordaremos a construção do personagem e a relação com a categoria metalúrgica no segundo capítulo, destacando a utilização de um personagem fictício como prática comunicativa adotada por outros sindicatos.

⁴⁹ José Luiz Gonçalves, entrevista concedida ao programa “**História e Memórias**”, da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), Parte 1. 12 mar 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ugdrbuUkifs&t=3s>. Acesso em 30 abr. 2025. Outra situação de intervenção na GM foi relatada no jornal de setembro de 1982, com relação ao anúncio da demissão de 1200 trabalhadores colocados em férias coletivas. Nesse contexto uma das atitudes da empresa foi reprimir a direção do sindicato no momento de distribuição de boletins sobre a situação dos trabalhadores. Com mais de 10 guardas na entrada, agrediram um diretor do sindicato com empurrões em frente aos trabalhadores que saíam às 17h42. Acreditamos que mais do que uma violência contra o diretor do sindicato, aquele momento foi utilizado como exemplo para outros trabalhadores que tivessem atitudes de oposição ou estivessem vinculados ao sindicato. **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 9. setembro, 1982. p.3. Algumas indústrias da região também possuíam seus próprios materiais informativos. Na Embraer, era divulgada a Revista Bandeirante; na GM, a Revista Panorama circulava entre os trabalhadores. Em grande medida, essas publicações responsabilizavam os funcionários pelos acidentes sofridos, ao mesmo tempo em que reforçavam o discurso de que se tratava de produções dos próprios trabalhadores. A Revista Bandeirante podia ser acessada no site do Centro Histórico da Embraer; entretanto, a página não se encontra disponível na presente data.

Figura 1 - “Pelego Fora” Histórico da greve de 79



Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de São José e Região, 2021, p.9⁵⁰

Ao mesmo tempo em que a oposição renovava suas formas de interlocução com a base operária, José Domingues mobilizou novas táticas de comunicação com o objetivo de preservar sua hegemonia sindical. A criação do programa de rádio "Hora Sindical" foi central nesse esforço: concebido não apenas como meio de divulgação institucional, mas como ferramenta ativa de deslegitimação da oposição. O discurso veiculado associava sistematicamente as chapas oposicionistas à ameaça de desmonte dos serviços assistenciais, buscando instaurar entre os trabalhadores um clima de insegurança e dependência em relação à estrutura sindical vigente.⁵¹ Dessa forma, a comunicação não se restringia à disputa de narrativas, mas operava como instrumento de controle camuflado sob a promessa de estabilidade e proteção social, na tentativa de moldar percepções e neutralizar potenciais rupturas, desviando as energias

⁵⁰ Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, **Revista Comemorativa dos 65 anos de fundação** – 1956/2021, p.9. Disponível em: <https://www.sindmetalsjc.org.br/historia>. Acesso: 20 abr. 2025.

⁵¹ José Luiz Gonçalves, entrevista concedida ao programa “**História e Memórias**”, da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), Parte 1. 12 mar 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ugdrbuUkifs&t=3s>. Acesso em 30 abr. 2025.

coletivas da luta por transformação estrutural para a manutenção de uma ordem compatível com os interesses das classes dominantes.

As disputas em torno da direção sindical mobilizaram distintas estratégias narrativas, todas com o objetivo de conquistar um interlocutor comum: o trabalhador. O voto, entendido como instrumento central de transformação dentro da estrutura sindical, dependia da sindicalização prévia dos operários — exigida com ao menos seis meses de antecedência —, o que impunha às chapas concorrentes o desafio de comunicar-se de maneira eficaz. Essa comunicação envolvia tanto a articulação de informações relevantes quanto, em alguns casos, sua ocultação deliberada como tática de convencimento. Mais do que apresentar diagnósticos sobre os problemas enfrentados pela categoria, era necessário oferecer um projeto político crível, capaz de responder às frustrações e despertar esperança. Jornais e boletins funcionavam como veículos-chave nesse processo, alternando entre uma linguagem politizada e, por vezes, eufemística, embora o uso de adjetivações para qualificar adversários e defender propostas fosse uma constante em ambos os lados.

Termos como “honestidade”, “esperança”, “nova fase”, “resistência” e “compromisso” foram utilizados na primeira edição do *Jornal do Metalúrgico*, enfatizando o momento de renovação pelo qual o sindicato passava, sendo o fruto de uma eleição entre os trabalhadores da própria organização que almejavam novos rumos para a associação e para as suas vidas.⁵² Realizadas no início de 1981, as eleições para nomear a nova diretoria do SMSJR foi executada em dois turnos com um total de 4 chapas inscritas no primeiro turno, sendo duas relacionadas ao setor patronal e duas com lideranças de oposição. Com a divisão de chapas e, conseqüentemente, a divisão de votos, no segundo turno das eleições apenas duas chapas estavam concorrendo: a Chapa 1 com os membros que já atuavam na diretoria, encabeçada por José Domingues e a Chapa 3 com membros de oposição, tendo como candidato a presidente Ary Russo. Caio Guerra propõe que a divisão do setor de oposição para as primeira eleições sindicais após 25 anos de sua fundação, foi o que adiou a sua vitória em primeiro turno, entretanto a dissolução da Chapa 4 demonstrou essencialmente a vontade dos trabalhadores em derrubar a diretoria “pelega”, apoiando a Chapa 3 liderada por Ary Russo, ainda que obtivessem ideias distintas para o sindicato.⁵³

⁵² **Jornal do Metalúrgico**, Ano I, nº1, dezembro de 1981. p.2.

⁵³ As chapas estavam compostas da seguinte maneira: A Chapa 1 foi encabeçada por José Domingues; Chapa 2 por lideranças e chefias da GM; Chapa 3 se formou a partir da *Unidade Metalúrgica*, tendo como presidente o emedebista Ary Russo e José Luiz Gonçalves como secretário; e a chapa 4 reuniu membros da Convergência Socialista, dentre eles Ernesto Gradella, Toninho e Tambaú. Segundo Guerra, no primeiro turno das eleições de 1981, a Chapa 3 já obtinha a maioria dos votos seguido pela Chapa 4, 1.828 e 1.543 respectivamente, enquanto

No mesmo editorial, a nova diretoria sindical afirmava que uma nova fase do sindicalismo havia começado em São José dos Campos: “a fase da resistência, da luta ombro a ombro junto com os trabalhadores, da defesa intransigente dos direitos conquistados pela classe trabalhadora”.⁵⁴ A declaração foi uma reação à gestão anterior, de José Domingues, e a forma assistencialista consolidada no sindicato durante a ditadura. Ao decorrer do mandato de Ary Russo, essa fase foi amplamente criticada dentro do jornal, especialmente em relação às diferenças entre as direções.

Até pouco mais de um ano, os metalúrgicos daqui da nossa base passavam o diabo quando precisavam contar com a atuação da diretoria do sindicato, na época em que ele estava infestado pelos pelegos. Muitos companheiros que não têm memória curta se lembram muito bem que na greve de 1979, fomos atingidos por um golpe traiçoeiro da diretoria pelega que não se contentou em fugir do pau depois de convocar todo mundo para a greve: teve também a baixeza de entregar os trabalhadores pra polícia descer a lenha.⁵⁵

Guerra ressaltava que a nova direção sindical propunha a condução do sindicato com princípio de neutralidade “sem ‘propaganda partidária’ para fomentar o ‘espírito de companheirismo’ de forma independente da ‘ideologia’, ‘religião’, ‘crença’, ou ‘partido’ de cada um dos membros”⁵⁶. Portanto, o autor indica que essa heterogeneidade seria um dos postos-chave para compreender este sindicato, que estava relacionado ao PMDB e a grupos do PT, com intenção de fundar a CUT.⁵⁷

as chapas 1 e 2 obtiveram 1.222 e 591 votos. O que reafirma a posição do autor de que a divisão da oposição adiou a vitória para o segundo turno. Guerra faz um amplo debate sobre a formação das chapas para as eleições de 1981, demonstrando que a insatisfação dos trabalhadores com relação a estrutura sindical despontou, principalmente, a partir de 1979, ano de grande importância por também ser o ano da concessão da anistia política. GUERRA, Caio César da Silva. **Mais vale um ano de leão que cem anos de cordeiro: trajetórias dos metalúrgicos de São José dos Campos (1956-1990)**. 2015. 265 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1625074>. Acesso em: 1 maio 2024. p.98

⁵⁴ A nova diretoria sindical era composta pelos seguintes membros: João Miranda, João Batista da Silva, José Roberto Ferreira da Silva, Antônio Raimundo Guimarães (“Raimundo”), Mauro Zocchio, José de Moura Barreto, José Adolfo dos Santos (“Pesçoço”), Kléber Dias Mamede – Ericsson; Régio de Lima – Tecnasa; José Teodoro dos Santos – Sade; Josino Bernardes – Bundy, Célio Custódio Siqueira, Francisco Marcos Júnior (“Treta”) – GM; José Magno Leandro, David Nelson Barbosa – Embraer; Antônio Mauro Teles – MCS; Edson Guimarães Cavalcanti – AMF; Jesus de Souza – Fischer. **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 1. dezembro 1981. p.2.

⁵⁵ **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 9. setembro 1982, p.2. “Com pouco mais de um ano à frente do sindicato, a atual diretoria fez muito mais pelo movimento dos trabalhadores do que a diretoria anterior: em 25 anos de poder ela não conseguiu formar uma história de lutas dos metalúrgicos. Essa história começou a se formar naquele momento de mobilização, depois da lição dada pelos trabalhadores grevistas.” **Jornal do Metalúrgico**, Ano I. nº. 12, dezembro, 1982. Entretanto, veremos a seguir que o assistencialismo permaneceu em alguns aspectos dentro da direção.

⁵⁶ GUERRA, 2015, p. 101-102.

⁵⁷ *Ibid.*, p.102.

As principais mudanças que a direção de Ary Russo trouxe para o sindicato, segundo Zé Luiz, foram a alteração dos rumos de negociação, que antes eram realizadas pela FMSP e a partir daquele momento passaram a ser realizadas de forma independente, seguindo os rumos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, a fundação de uma subseção regional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em São José dos Campos e a criação de um jornal que ia para a fábrica todo mês, comunicando aos trabalhadores os principais acontecimentos da região, convocando para assembleias e fazendo divulgação de eventos de cunho cultura ou político.⁵⁸

As novas diretrizes adotadas pela direção sindical, sob a liderança de Ary Russo, se tornaram evidentes a partir de abril de 1981, quando a chapa assumiu oficialmente a gestão do sindicato. Esse momento marcou uma intensificação das mobilizações trabalhistas, refletida em uma série de greves e paralisações que desafiavam diretamente as empresas e o poder estatal. Na Engesa, duas greves consecutivas, em junho e julho, buscaram pressionar a empresa a quitar salários e regularizar os depósitos do Fundo de Garantia, que estavam atrasados há mais de um ano. Esse movimento não foi isolado: em julho, uma greve na Ferdimat, com duração de uma semana, exigiu o pagamento do Fundo de Garantia referente a um período de mais de dois anos, além de melhorias urgentes nas condições de trabalho, como higiene e segurança. A conquista de um supervisor de segurança e a promessa de regularização até janeiro de 1982 divulgadas na edição de balanço do ano de 1982, indicavam a capacidade do sindicato de articular acordos, ampliando sua influência sobre a gestão das condições de trabalho.⁵⁹

No entanto, o primeiro ano da gestão de Ary Russo também revelou a complexidade das negociações e das concessões feitas para trabalhadores. Em agosto, os trabalhadores da Schrader aceitaram uma redução na jornada de trabalho e no salário, em troca de estabilidade no emprego por nove meses. Embora essa negociação tenha sido uma vitória parcial, ela também reflete a dureza das condições econômicas e a pressão dos trabalhadores para manter seus postos de trabalho. Em setembro, quando os salários na Avibrás estavam novamente atrasados, os trabalhadores, mobilizados pelo sindicato, conseguiram garantir os pagamentos, mas sem a compensação pela multa de atraso, algo que a legislação trabalhista lhes assegurava. O caso da Avibrás ilustra como o sindicato navegava entre vitórias pontuais e a necessidade de

⁵⁸ José Luiz Gonçalves, entrevista concedida ao programa “**História e Memórias**”, da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), Parte 1. 12 mar 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ugdrbuUkifs&t=3s>. Acesso em 30 abr. 2025.

⁵⁹ **Jornal do Metalúrgico**, Ano I. nº. 1, dezembro, 1981. p.3.

compromissos pragmáticos para evitar a paralisação total da fábrica e consequentemente ainda mais perdas para os trabalhadores.⁶⁰

Em outubro, a ameaça de demissões nas fábricas da Embraer e da Fi-EL expôs as tensões entre as demandas trabalhistas e a realidade das negociações com as empresas. Na Embraer, as mobilizações sindicais reduziram drasticamente o número de demissões, de 1.200 para 400, com a conquista de direitos como o pagamento de dois avisos prévios e assistência médica até o final do ano. Por outro lado, na Fi-EL, a resistência sindical garantiu o pagamento integral do reajuste salarial, após a empresa tentar justificar as demissões com a alegação de incapacidade financeira. O que se revela nesse processo é uma mudança na postura sindical, que, em vez de apenas reagir às pressões do capital, começa a articular soluções que garantem direitos substanciais aos trabalhadores, ampliando a visibilidade e a força do movimento sindical.⁶¹

As conquistas dos trabalhadores, durante o período de greves e paralisações, ocorreram inicialmente dentro das fábricas, com o suporte do sindicato, que mediava as negociações com os patrões. O principal entrave enfrentado pelos trabalhadores nesse contexto estava relacionado à perda salarial e ao risco constante de demissões.⁶² A instabilidade econômica vivida pelo Brasil após o "milagre econômico" da ditadura empresarial-militar teve um impacto direto nas demissões em massa que afetaram as indústrias da região do Vale do Paraíba, como evidenciado pelos casos da Embraer e da Fi-EL, que, em outubro de 1981, demitiram 400 e 300 funcionários, respectivamente. Nesse cenário, a rotatividade de mão de obra nas empresas, incentivada pela precarização das condições de trabalho, não só fortalecia os lucros dos patrões, mas contribuiu para a redução salarial, ao mesmo tempo em que consolidava o crescimento de empreiteiras e empresas terceirizadas, que passaram a assumir uma parte considerável das atividades anteriormente realizadas por trabalhadores efetivos.⁶³

⁶⁰ *Ibid.*, p.3.

⁶¹ *Ibid.*, p.3.

⁶² Com relação as demissões, a lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966 criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro do ano seguinte. A lei facilitava a demissão dos trabalhadores e retirava a estabilidade no emprego do trabalhador que permanecesse por 10 anos no mesmo local de trabalho. A lei contribuía também na rotatividade de mão de obra e, consequentemente, na redução dos salários. “O empobrecimento geral da população assalariada e a grande rotatividade da força de trabalho, possibilitada pela implantação do FGTS, levaram ao aumento da mão-de-obra disponível e disposta a aceitar salários cada vez mais baixos e condições de trabalho cada vez mais precárias. Com um exército industrial de reserva cada vez maior, o preço da força de trabalho declinava ainda mais.” SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, precarismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. 2016. 423 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18673>. Acesso em: 28 fev. 2025. p.101.

⁶³ “A lei que criou o FGTS determinava o recolhimento mensal pelas empresas do equivalente a 8% das remunerações pagas aos empregados. A diferença básica em relação ao fundo anterior é que esses depósitos deveriam integrar um fundo unificado de reservas, com contas individuais cujos titulares seriam os próprios

Segundo dados da *Folha de S. Paulo*, no primeiro semestre de 1981, a dívida externa do Brasil ultrapassava US\$ 60 bilhões, com alta inflacionária de 120%, registrando, nos melhores cenários, cerca de 150 mil desempregados só no estado de São Paulo.⁶⁴ Na virada para a década de 1980, que posteriormente é considerada como “a década perdida”, o sindicato se empenha em suas campanhas salariais, além dos aumentos conforme a alta inflacionária, a seguridade de emprego para os trabalhadores da base metalúrgica, reféns da possibilidade de demissão sem qualquer tipo estabilidade. Entretanto, ainda com a possibilidade evidente do desemprego, a década de 1980 foi de grande importância para os trabalhadores da região se manifestarem pelos seus direitos. Greves, paralisações e movimentações realizadas pelos trabalhadores nesse período ocuparam um lugar de grande importância para a organização sindical, vitoriosas ou não, como a greve da *Embraer*, *Ericsson* e *Schrader* em 1982, apresentadas como um exemplo para a região, onde o presidente do sindicato anuncia que “a organização e liberdade dos trabalhadores depende somente dos trabalhadores!”.⁶⁵ Os anos da gestão de Ary Russo foram marcados por greves e paralisações em diversas empresas da área de cobertura do sindicato. Em 1982, nos meses de maio e junho o sindicato comemorou as greves vitoriosas da *Ericsson* e da *Embraer*, tendo a mobilização de 6 mil trabalhadores na *Embraer* e 3,5 mil na *Ericsson*. As greves com grande número de trabalhadores adeptos ajudaram a conquistar reivindicações em outras fábricas da região por medo de mais greves. Em 1983 a ameaça de greves na região também se estendeu, na capa do *Jornal do Metalúrgico* de março foi exposto o estudo de uma possível greve tendo como pauta principal a redução dos salários a alta da inflação, impactando no poder de compra do trabalhador. Em outubro do mesmo ano era anunciada uma greve geral pela CUT contra o decreto 2.045/1983 que arrocharia ainda mais o salário dos trabalhadores, caso ele não fosse derrubado até o dia 15/10. Também em outubro os funcionários da *Ericsson* decidiram que se ao menos um funcionário da empresa fosse demitido eles entrariam em greve. A decisão foi tomada após assembleias no sindicato.

Em uma matéria assinada por Francisco Marcos Junior (Treta), o sindicalista garante que a principal luta dos sindicalistas naquele momento seria a garantia de emprego. Responsabilizando o governo e as empresas que se aproveitavam da situação de déficit fiscal, o autor menciona que a falta de estabilidade não afeta somente os trabalhadores do setor industrial, mas recai sobre todo comércio da cidade e o setor agrícola.

trabalhadores. Mas o grande objetivo da introdução do FGTS era, de fato, a flexibilização da legislação trabalhista. Cf. OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de *et. al.* **A rentabilidade do FGTS**. 1999. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2717>. Acesso em 12 nov. 2024. p.3.

⁶⁴ GUERRA, 2015., p.104.

⁶⁵ **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 6. junho 1982. p.2.

Nos dias de hoje, a grande luta sindical é pela garantia de emprego. Atualmente, ninguém tem garantia de coisa nenhuma no aspecto econômico, seja o assalariado, o industrial, o comerciante, o agricultor. O assalariado não sabe se amanhã vai ter salário para comprar do comerciante, o comerciante pelo seu lado não sabe se vai poder comprar do industrial e o agricultor terá que vender a sua produção por preços abaixo da crítica. [...] Aferram-se no econômico e se esquecem dos problemas sociais que estão nas ruas como o desemprego gerando insatisfação, marginalidade e afetando o econômico. Neste último porque o desempregado não compra, não havendo compra o comércio é lesado e sem o comércio não há produção.⁶⁶

A crítica de Treta reflete uma insatisfação generalizada que se tornou um dos principais motores para as greves e paralisações ao longo dos anos 1980. O cenário econômico nacional, marcado pela alta inflação e a perda do poder de compra dos trabalhadores, se tornou um tema recorrente nas assembleias e nos informativos do sindicato. A indignação com a situação econômica foi um forte motivador para que os trabalhadores se organizassem em protestos cada vez mais expressivos contra o que consideravam um "regime de fome" imposto pelo governo federal. A narrativa predominante, defendida pelos sindicalistas, era de que os trabalhadores não eram responsáveis pela dívida pública, mas eram os mais afetados por ela, pagando as consequências de uma crise que não haviam causado.

Nesse período de incertezas, foi criada pelos trabalhadores desempregados a Associação Comunitária dos Operários (ACODE). Enquanto uma saída temporária, a ACODE foi uma forma encontrada para superarem um momento de crise com a campanha "doe uma hora do seu salário para o companheiro necessitado". Além disso, a matéria divulgada nas páginas do *Jornal do Metalúrgico*, indicava que estes os trabalhadores estavam indo todos os dias no sindicato para traçarem estratégias para suas lutas, propondo a criação de um fundo desemprego e realizando pesquisas sobre o mercado de trabalho.⁶⁷ Na esfera municipal iniciativas também foram tomadas com relação ao desemprego com a criação do Fundo de Apoio aos Desempregados (FADE) que visava solucionar problemas imediatos dos desempregados da cidade como garantir alimentos e passes de ônibus aos desempregados, estimular a geração de novos empregos e a "reciclagem de mão de obra", visando dar "maior eficiência aos trabalhadores especializados e resguardar as oportunidades de emprego para os trabalhadores

⁶⁶ **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 5 abr. 1982. p.4.

⁶⁷ **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 6. junho 1982. p.3. Abaixo da notícia o sindicato sinalizava para o funcionamento de um balcão de emprego, cadastramento dos desempregados e apoio e auxílio para os desempregados na sede do sindicato.

do município”.⁶⁸ A verba despendida para o auxílio dos trabalhadores do faturamento mensal das indústrias (0,1%) e excepcionalmente 0,1% do salário dos trabalhadores. A adesão do sindicato ao FADE foi motivo de discordâncias entre os diretores, enquanto 14 votos foram a favor da decisão 5 diretores do sindicato foram contra, dentre eles Zé Luiz, afirmando que a FADE era

“um organismo paliativo para enganar os trabalhadores” e que a crise deveria ser resolvida por aqueles que a criaram, isto é, os patrões e o governo. Segundo ele, embora se dispusessem a dar “migalhas” para o FADE, os empresários continuavam a demitir os trabalhadores e a obrigá-los a fazer horas. Portanto a medida funcionaria como uma “cortina de fumaça”⁶⁹

Para os diretores contrários, a adesão à FADE representava não apenas uma decisão imposta de cima para baixo, mas uma deslegitimação do trabalho de base desenvolvido pelos próprios trabalhadores no interior do sindicato. A crítica central residia no entendimento de que tal adesão significava um pacto conciliatório com governo e empresários, o que contrariava os princípios de uma organização classista e autônoma. Independentemente dos possíveis ganhos imediatos, temia-se que essa aliança institucional esvaziasse o impulso por uma mobilização verdadeiramente independente, enfraquecendo a capacidade de enfrentamento e a construção de um projeto político próprio da classe trabalhadora.⁷⁰

Por mais que medidas assistencialistas fossem tomadas pelos empresários da região, no contexto das novas agitações populares que se espalhavam pelo país, o setor patronal também buscou se organizar, promovendo um curso de “prevenção de greves”. Oferecido a empresários de todo o Brasil, o curso foi conduzido pelo professor norte-americano Paul F. Shaw e afirmava que as greves eram resultado de problemas de relacionamento entre patrão e empregado. Os panfletos distribuídos na região com o anúncio do curso sugeriam que, com o aprendizado oferecido, os empresários poderiam intervir nos conflitos antes que uma greve fosse deflagrada. Em resposta a essa iniciativa, o sindicato rebatia os argumentos, destacando que o verdadeiro problema de relacionamento não estava entre patrões e empregados, mas entre o capital e o trabalho. O artigo finalizava com uma crítica contundente: “Quer dizer: não basta a polícia, a

⁶⁸ Guerra relata que além dos planos imediatos, os de médio e longo prazo estavam relacionados com a criação de postos de emprego. A FADE era coordenada pelo coronel Ozires Silva, presidente da Embraer, e contava com a participação de sindicatos da região, dentre eles o SMSJR. Participavam também o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), da Associação Comercial e Industrial e da Associação de Administradores de Pessoal de São José dos Campos. GUERRA, 2015, p. 117.

⁶⁹ *Ibid.*, p.117.

⁷⁰ Nas edições do *Jornal do Metalúrgico* não foi encontrada nenhuma informação sobre a FADE.

Justiça do Trabalho e os pelegos para acabar com as greves, agora os patrões também querem a tecnologia norte-americana."⁷¹

Entretanto, os empresários não se contentaram com abordagens "cautelosas" como cursos de "prevenção de greves" para controlar as manifestações que se estendiam pela região; ao contrário, responderam de forma dura e implacável. As greves foram tratadas com repressão violenta, que incluiu demissões arbitrárias, assédio moral e verbal, e, principalmente, o uso sistemático da violência policial. Seja nas empresas privadas ou estatais, a força policial foi utilizada como uma ferramenta estratégica para esmagar qualquer forma de resistência dos trabalhadores, não apenas para impedir a greve, mas para garantir que a hierarquia e a exploração continuassem intactas, sufocando as mínimas tentativas de contestação ao sistema capitalista e à ordem estabelecida.

Com a experiência de luta de dentro das fabricas, uma coisa ficou clara para nós: o processo usado pelas empresas é sempre o mesmo pra deixar o trabalhador acuado, inseguro e entregue nas suas mãos. É sempre a mesma coisa: começam demitindo, reprimem a distribuição de boletins chamando para assembleias, botando a polícia no nosso calcanhar e depois quando acreditam que está todo mundo enfraquecido e com medo dão o golpe. Quando chega aí a gente fica sabendo exatamente o que eles querem: pode ser avisando que não tem dinheiro para pagar o reajusta; que precisam demitir para conter as despesas e por aí afora.⁷²

A repressão policial é um dos temas abordados no debate proposto por Richard Martins em seu livro *Lutas Vigradas*. O autor contextualiza, ao longo da obra, o papel das forças policiais no Vale do Paraíba paulista e fluminense, destacando a sua atuação no combate a greves e a qualquer ação que se desviasse da ordem. Martins, ao focar nas experiências vividas pelos trabalhadores, enfatiza as consequências e a violência a que estavam sujeitos durante suas mobilizações. O autor aponta que, embora as formas de repressão tenham se tornado “mais sutis” durante a redemocratização em comparação aos métodos utilizados nos “anos de chumbo” (1968-1974), elas permaneceram presentes e intensas. O autor menciona práticas como monitoramento político, processos contra trabalhadores e repressão policial a greves e manifestações operárias, que continuaram a ser observadas no decorrer da “Nova República”.⁷³ A construção de um sistema de monitoramento político e de coerção na região não esteve somente a cargo da polícia, era também conduzido por serviços de segurança patrimonial,

⁷¹ **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 8. agosto, 1982. p.6.

⁷² **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 1. dezembro 1981. p.3.

⁷³ MARTINS, 2022. p.48.

estando por vezes nas mãos de militares reformados, antigos membros de polícias políticas e ou de oficiais com treinamento na área de informação.⁷⁴ Martins pontua que a cidade de São José dos Campos era considerada “área de interesse da segurança nacional” por abrigar unidades militares como o Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e um complexo industrial de alta tecnologia e bélico.⁷⁵

Entre as táticas de monitoramento utilizadas como forma de retaliação patronal e estatal, estava a criação de “listas sujas” para o acompanhamento de militantes e ativistas.⁷⁶ Com essas listas as empresas da região ficavam a par de quem eram os sujeitos que estavam rompendo com a ordem e causando agitações das indústrias da região. Essas listas serviam para punir os grevistas ou trabalhadores envolvidos em atividades sindicais ou políticas de oposição.⁷⁷

Após serem demitidos, esses ativistas não obtinham emprego em nenhuma outra fábrica da região, ou, quando conseguiam se empregar, eram demitidos sem explicações após curtos períodos. Em muitos casos, essa dificuldade para ser contratado ou efetivado se prolongava por anos, expondo os trabalhadores desempregados a situações de extrema vulnerabilidade social.⁷⁸

Martins explica como eram formadas as listas.

O procedimento que materializava as “listas sujas”, portanto, era a *verificação de antecedentes* para a contratação de trabalhadores, junto aos empregadores anteriores e/ou aos departamentos de polícia e organismos de informações. [...] Esse tipo de verificação podia se dar de diversas maneiras, fosse através de consultas aos departamentos de recursos humanos (RH) das empresas onde

⁷⁴ *Ibid.*, p.53.

⁷⁵ *Ibid.*, p.55.

⁷⁶ As listas são chamadas inicialmente de “listas negras”, sendo adotado também o nome de “listas sujas”. Aqui trataremos por “listas sujas” seguindo o referencial teórico de Martins, 2022.

⁷⁷ As listas eram formuladas no âmbito do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba (CECOSE-VP), que operou entre os anos de 1983 e 1991. Em documentos disponíveis para acesso no Arquivo Nacional, Martins cita que um total de 25 empresas integravam esse mecanismo de monitoramento, sendo 13 transnacionais (Caterpillar, Cebrace, Embrap, Ericsson, Fi-El, Ford, General Motors, Johnson & Johnson, Kodak, National, Phillips, Rhodia e Volkswagen), oito nacionais (Avibras, Confab, Engesa, FNV, Mecânica Pesada, Tecelagem Parahyba, Vibasa e Villares) e quatro estatais (Cosipa, Embraer, Petrobras e Telesp). MARTINS, Richard de Oliveira. **"O Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba (CECOSE/VP): Cumplicidade patronal-militar na 'redemocratização'"**. Anais do XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP. Guarulhos/SP, UNIFESP, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530830288_ARQUIVO_CECOSEanpuhspRMartins.pdf. Acesso em: 2 maio 2025. O tema do serviço de espionagem é discutido por Carlos Fico como uma das bases repressivas do Estado. Com uma estrutura sofisticada, a espionagem se instalou em níveis nacionais e estaduais, realizados pelas polícias políticas do regime militar com o intuito de monitorar atividades contrárias e de oposição à ditadura ou ao governo militar. FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.) **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. v.4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 167-205.

⁷⁸ MARTINS, 2022, p.165.

o candidato havia trabalhado anteriormente, fosse exigindo o chamado “atestado ideológico” (emitido pelos DOPS) na hora da seleção.⁷⁹

Desde 1982 a perseguição aos trabalhadores já era relatada no *Jornal do Metalúrgico*. Em setembro o jornal denunciava a Engesa, a única empresa da região, pelo menos do que se tinha conhecimento até aquele momento, solicitava o “atestado de antecedentes político-ideológicos” emitido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) na relação de documentos para registrar o trabalhador. Em tom sarcástico, a matéria do jornal questiona se ideologia “pega” tendo em vista que também era solicitado aos trabalhadores o exame de abreugrafia para identificar tuberculose.⁸⁰ Em agosto, entretanto, uma situação peculiar relatada por um dos trabalhadores revela casos de advertências e demissões arbitrárias na Kone realizadas por um funcionário do setor do RH da empresa. “Após ser demitido, o sr. Wagner do RH prometeu que este trabalhador nunca mais conseguiria emprego na região e assim foi feito, quando chegava nas fábricas a vaga almejada havia sido suspensa ou já tinha sido preenchida.”⁸¹ Neste relato o nome do trabalhador demitido não foi divulgado, provavelmente para manter descrição e não chamar a atenção de outras indústrias da região que tivessem o mesmo perfil, restringindo ainda mais a possibilidade deste trabalhador ser empregado.

Além das listas forjadas para punir os trabalhadores, a repressão policial, tanto dentro quanto fora das fábricas, criou um ambiente de medo constante entre os operários. Na GM, por exemplo, as revistas realizadas nos horários de entrada e saída tornaram-se um ponto de debate. Durante a saída dos trabalhadores, os guardas inspecionavam rigorosamente os funcionários, verificando se estavam levando comida da fábrica. Caso encontrassem algum lanche, obrigavam os trabalhadores a descartá-lo. Esses lanches, preparados com o pão e a proteína fornecida nas refeições, eram uma forma de os operários complementarem a alimentação de suas famílias ou de sobreviverem em repúblicas, refletindo a situação econômica precária que enfrentavam, em que os salários eram insuficientes para suprir suas necessidades. O sindicato questionava essa prática, argumentando que os lanches eram uma necessidade básica, e não um “roubo” como os patrões tentavam fazer parecer.⁸² Além disso, como anteriormente mencionado, os trabalhadores também eram proibidos de entrar com jornais na empresa, o que indicava que a vigilância se estendia para além da segurança física, controlando até mesmo as

⁷⁹ *Ibid.*, p.166.

⁸⁰ *Jornal do Metalúrgico*. Ano I. nº 9. setembro, 1982. p.7.

⁸¹ *Jornal do Metalúrgico*. Ano I. nº 8. agosto, 1982. p.2.

⁸² *Jornal do Metalúrgico*, Ano I. nº. 9, setembro, 1982. p.6. Em abril de 1983 a GM novamente aparece nas páginas do jornal, mas dessa vez colocando um detector de metal na entrada e saída dos trabalhadores. *Jornal do Metalúrgico*, Ano II. nº. 15, abril, 1983. p.7.

informações acessíveis aos operários. As revistas, portanto, não se limitavam ao controle de alimentos saídos do refeitório, mas se estendiam a outros espaços da fábrica, como vestiários, refeitórios e pátios, reforçando um clima de constante vigilância e opressão.⁸³

Com o enfrentamento de um clima hostil dentro das indústrias da região, os trabalhadores precisaram se posicionar para garantirem o básico para sua sobrevivência. Intimidados pela crise do desemprego e da recessão, o medo era sentido no chão da fábrica. Ao final do artigo sobre a crescente das demissões no setor metalúrgico, Treta afirma que "a única alternativa é o trabalhador perde o medo, pois com medo ou sem medo, enquanto não existir a estabilidade no emprego, ele será mandado embora do mesmo jeito. Encerrando lembramos: quem sabe faz a hora, não espera acontecer."⁸⁴

Ainda que enfrentando uma situação instável e de recessão, o mandato da Ary Russo afrente do sindicato foi fortuito em inúmeras questões, principalmente no que tange a união dos trabalhadores para atuarem a favor dos seus objetivos. Entretanto, como inicialmente mencionado, ainda que os ganhos fossem grandes e a ruptura com o peleguismo fosse visível dentro do sindicato, as pautas assistencialistas não desapareceram em sua gestão, ainda que fosse alvo de crítica pela direção do sindicato. No balanço anual apresentado na primeira edição do *Jornal do Metalúrgico*, percebe-se a continuidade de práticas assistencialistas no jornal: farmácias, barbearias, cursos profissionalizantes, restaurante, cinema, teatro e atuações na área da saúde. Para Ary Russo, deveria haver um equilíbrio entre os embates por lutas econômicas e o papel de assistência que o sindicato deveria prestar aos trabalhadores.⁸⁵

Dentre os cursos ofertados pelo sindicato, estavam o de matemática básica, português, trigonometria, leitura e interpretação de desenho que eram oferecidos semestralmente e com um valor para cobrir o gasto com materiais.⁸⁶ O acervo da biblioteca do sindicato contava com livros de legislação, história do movimento sindical, revistas boletins e jornais sobre o movimento operário sindical e enciclopédias que para além dos associados poderia ser acessado por crianças em idade escolar. Os horários de operação da barbearia também se estenderam

⁸³ Caso semelhante ocorria na Embraer, que através de seguranças, impediam a entrada de lanches, embrulhos e agasalhos na fábrica e impediam que os trabalhadores saíssem com material escolar. Acreditamos que assim como a GM, a Embraer estivesse fiscalizando a entrada e saída de "material ideológico". **Jornal do Metalúrgico**, Ano II. nº. 13, janeiro, 1983, p.8.

⁸⁴ **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 5 abr. 1982. p.4.

⁸⁵ José Luiz Gonçalves, entrevista concedida ao programa "**História e Memórias**", da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), Parte 2. 9 maio 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HOnuCAvLADA>. Acesso em 30 abr. 2025.

⁸⁶ O curso poderia ser feito por trabalhadores membros ou não do sindicato, com uma diferença de valor no custeio. **Jornal do Metalúrgico**, Ano I. nº. 9, setembro, 1982.

durante a gestão de Ary Russo, nos períodos da manhã e da noite, recebendo cada vez mais associados para fazerem a manutenção da aparência.

Ao confrontarmos as críticas dirigidas à gestão de José Domingues e as continuidades observadas durante a gestão de Ary Russo, percebemos elementos que aprofundam a discussão sobre a possibilidade de uma "modernização sem mudança". Como abordado anteriormente, ainda que o sindicato tenha adotado uma postura mais combativa no momento de transição entre as diretorias, muitas das práticas de caráter assistencialista foram preservadas. Essa permanência pode ser associada à própria estratégia de Russo, que buscou manter uma posição de relativa neutralidade dentro da diretoria, apostando em um perfil conciliatório que evitasse a ruptura com a base de associados.⁸⁷ Assim, apesar das mudanças no discurso e em algumas práticas sindicais, as estruturas herdadas de gestões anteriores continuaram a moldar a atuação sindical, revelando as tensões entre transformação e continuidade em seu processo de transição. A ideia de um “novo sindicalismo” é, segundo Mattos, marcada pela ruptura com a estrutura sindical, que vinculava os sindicatos ao Estado e dificultava a mobilização consciente dos trabalhadores.⁸⁸ Eder Sader, por sua vez, ao analisar a introdução do “novo sindicalismo” ou “sindicalismo autêntico” entre as categorias metalúrgicas paulistas, destaca que foi graças à capacidade das lideranças de absorver a pressão das bases e articulá-las no aparelho sindical que se conseguiu, de alguma forma, sistematizar as reivindicações dos trabalhadores, explorando as brechas no sistema burocrático do Estado.⁸⁹

O “novo sindicalismo” estaria dessa forma sendo um contraponto ao “velho sindicalismo” indicando ruptura total entre as práticas de ambos os períodos. Guerra sintetiza esta situação da seguinte forma:

A formação da identidade do “novo sindicalismo” se deu nesse contexto, partindo do discurso e atuação dos sindicalistas “autênticos” e das análises acadêmicas voltadas aos eventos em curso naquele fim de década [1970/1980]. O sindicalismo então emergente seria marcado pela negação do passado sindical do período 1945-64. Nesse sentido, as ações do “novo”

⁸⁷ Embora o acirramento das lutas tenha marcado o início do mandato de Ary Russo como presidente do sindicato, em seus momentos finais, o discurso propagado já era distinto e preservando uma passividade “Nas reuniões, o que tem sido falado pelos líderes do movimento, é sobre a necessidade de tudo ser feito pacificamente e com organização. O presidente do Sindicato, Ary Russo, disse que está na hora de serem tomadas medidas definitivas sobre o problema do desemprego, que segundo ele, não será resolvido com violência.”. **Jornal do Metalúrgico**, Ano II. nº. 15, abril, 1983. p.2.

⁸⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. O novo sindicalismo. In: MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 60-61.

⁸⁹ SADER, Eder. Matrizes discursivas. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p.182. O sindicalismo tido como “velho” para os ativistas do final da década de 1970 seria o sindicalismo institucionalizado por Getúlio Vargas, fundando os pilares do sindicalismo em amarras estatais.

teriam como contraponto, as práticas atribuídas ao “velho”: o “vanguardismo”, o “cupulismo”, o distanciamento das bases, a debilidade organizativa, características que explicariam tanto a incapacidade de resistência ao golpe de 1964, quanto de ruptura com a estrutura sindical corporativa.⁹⁰

A partir da década de 1990, novos estudos começaram a revisar as interpretações sobre o chamado “velho” sindicalismo, frequentemente desprezado pelos setores autointitulados “autênticos” na década de 1980. Essas pesquisas passaram a destacar as sólidas continuidades existentes entre os períodos pré e pós-ditadura, questionando a ideia de ruptura e criticando a generalização da experiência do ABC paulista como modelo único para compreender o sindicalismo nacional. No caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São José e Região, autores como Medeiros, Guerra e Martins tomam a greve de 1979 como referência para a manutenção na atuação dos trabalhadores e para a emergência do “novo sindicalismo” na região do Vale do Paraíba — perspectiva que também é confirmada nas narrativas dos próprios trabalhadores. Contudo, esses autores sublinham que a greve de 1979 não foi um fenômeno espontâneo: ela se enraizou em experiências anteriores de luta e organização, revelando que a renovação sindical foi um processo histórico, alimentado por práticas pré-existentes e não uma criação abrupta surgida apenas no final da década de 1970 instituindo por sua vez a consciência de classe nos trabalhadores.

Baseando-nos nas formulações de E. P. Thompson, entendemos que as classes sociais são formações históricas e culturais, derivadas do “modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e da experiência de suas situações determinadas, em um ‘conjunto de suas relações sociais’, influenciadas pela cultura e pelas expectativas transmitidas”. Embora as relações de produção sejam um fator central para a manifestação da classe, é na vida cotidiana e nas experiências coletivas que encontramos elementos que contribuem para sua formação, perceptíveis em áreas como a política e o trabalho. Assim, para Thompson, a consciência de classe é construída a partir das vivências compartilhadas por grupos sociais, manifestando-se em diversas formas culturais, sem uma fórmula fixa que determine seu desenvolvimento. “A classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do ‘conjunto de suas relações sociais’, com a cultura e as expectativas a elas transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. De tal sorte que, afinal, nenhum modelo pode dar-nos aquilo que deveria ser a ‘verdadeira’ formação de classe em um certo ‘estágio’ do

⁹⁰ GUERRA, 2015, p.17.

processo. Em uma análise comparativa, o modelo tem apenas valor heurístico, passível de geralmente redundar em perigo dada sua tendência em direção a uma estase conceitual. Na história, nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real que outra. As classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente”.⁹¹

Portanto, a “modernização sem mudanças” que abordamos acerca deste sindicato, não tem por objetivo desqualificar a vitória dos trabalhadores no quesito de mobilização e atuação mais combativa, mas nos interessa colocar em voga as continuidades presentes no mandato de Ary Russo, sendo as duas principais as práticas assistencialistas e a busca por uma neutralidade entre a diretoria, tendo em vista a participação de trabalhadores vinculados a diferentes partidos políticos, como o próprio Ary Russo, vinculado ao PMDB e sindicalistas independentes, como é o caso de José Luiz Gonçalves, que foi filiado a ala Alicerce dentro do Partido dos Trabalhadores. As diferentes posições tomadas pelos sindicalistas não eram sentidas dentro do jornal, consideramos que essas diferenças eram deixadas de lado ao longo da redação da folha operária para não servir como mote na desagregação dos trabalhadores perante suas lutas.

Dessa forma, outras transformações consideráveis podem ser observadas no período de 1981 a 1984, no que tange as relações políticas da região, como a atuação do sindicato nas eleições municipais de 1982, a vinculação à recém-criada Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores (PT) em São José dos Campos. Essas mudanças refletiram um esforço estratégico de aprofundamento do trabalho de base, que buscava não apenas mobilizar os trabalhadores para demandas imediatas, mas investir em sua formação política. Tratava-se de preparar a categoria para os embates mais intensos que se desenhavam no horizonte.

1.2 Fortalecimento do trabalho de base: PT, CUT e eleições municipais

Na capa da primeira edição do *Jornal do Metalúrgico*, uma chamada na lateral da página ganha destaque: a realização de um congresso no mês de agosto para a fundação da CUT. A notícia que compartilha espaço com outros temas de luta para o trabalhador, como a campanha salarial do ano de 1982, mas é direcionada para a quarta página do periódico, onde são apresentados os resultados do encontro.

⁹¹ Cf. THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’. In: **THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva (Orgs.). Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 271-272.

A partir de 1964, quando o governo militar acabou com a mobilização da classe trabalhadora, a nossa organização praticamente parada e só voltou a existir em 1978, quando a abertura foi conseguida no Brasil, graças às lutas e pressões do próprio povo, que até aí não podia se manifestar em massa, publicamente.

Com isso, foi possível a realização da 1ª CONCLAT, a Conferência da Classe Trabalhadora, nos dias 21, 22 e 23 de agosto na Praia Grande, com a presença de 5.200 trabalhadores. A importância do CONCLAT foi muito grande porque nela ficou decidido que agora em 1982, no mês de agosto, vai ser realizado um congresso para fundar um órgão destinado a reunir todas as categorias da classe do País e aí sim, os trabalhadores, juntos, poderão lutar para resolver os problemas que tem em comum.⁹²

Com o trecho que introduz a matéria, o sindicato reforça para o trabalhador a importância da fundação da CUT e da maior participação possível para que o órgão não recaia sobre a mão de “líderes pelegos”. O congresso que foi realizado no ano de 1981 passou por instancias municipais, os Encontros Municipais da Classe Trabalhadora (EMCLAT) que elegeu delegados para participarem da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) e que a partir dela foi eleita uma comissão denominada Pró-CUT que organizou o evento que ocorreria no ano seguinte. Fora a organização do evento que seria o fundador da CUT, a Pró-CUT ficou responsável por ir até Brasília entregar uma pauta com as reivindicações da classe para o governo, entretanto, não obtiveram um retorno, sendo assim, os dirigentes da Pró-CUT se reuniram e tiraram as seguintes conclusões:

- I - encaminhar a todas as sindicais as resoluções da CONCLAT.
- II - elaborar um abaixo-assinado dando destaque ao plano de lutas da CONCLAT nos seguintes pontos: a) luta contra o desemprego, b) estabilidade no emprego, c) reajuste trimestral, d) salário-mínimo real e unificado, calculado com base no INPC mais 10%, e) manutenção dos 10% sobre INPC até três salários-mínimos, f) questão do campo, nos seguintes itens: 1) exigir que se desenrole a reforma agrária a partir da desapropriação, por interesse social de todas as áreas em conflito. 2) exigir o estabelecimento de uma política agrícola que proteja os produtos de consumo interno, que atenda os interesses dos pequenos produtores.
- III - Promover nos vários Estados encontros microrregionais e regionais.
- IV - desencadear a partir de janeiro uma intensa campanha de sindicalização no País.
- V- Promover até 30 de maio Encontros da Classe Trabalhadora (ENCLATs).
- VI- Promover semanas sindicais para que os trabalhadores realizem manifestações no 1º de maio.⁹³

⁹² **Jornal do Metalúrgico.** Ano I. nº 1. dezembro 1981. p.4.

⁹³ *Ibid.*, p.4.

Em agosto de 1982, entretanto, uma matéria publicada no jornal do sindicato evidenciava a frustração dos trabalhadores com a comissão Pró-CUT, cujas expectativas, formadas ao longo de um ano, não foram correspondidas. Segundo o sindicato, a inércia da comissão se explicava pelas "posições atrasadas" de muitos de seus membros, alguns dos quais chegaram a se opor às greves e a outras formas de mobilização operária, consideradas por eles arriscadas para a conquista de uma suposta "liberdade democrática". Classificados como "pelegos", esses membros agiram de duas maneiras para desestabilizar a formação da CUT: primeiro, tentando impedir a realização da 2ª CONCLAT em 1982; depois, buscando reduzir a participação dos trabalhadores na construção da nova central, a fim de preservar espaços de poder dentro do sindicalismo oficial. No entanto, tanto no encontro realizado em São José dos Campos (EMCLAT) quanto no encontro estadual em São Paulo (ENCLAT), a maioria dos trabalhadores rejeitou o adiamento da CONCLAT, reafirmando a necessidade de fortalecer a organização independente da classe operária. Decidiu-se, assim, que as datas originalmente previstas para a realização da CONCLAT também marcariam o fim do mandato da comissão Pró-CUT, simbolizando a rejeição à tentativa de contenção do novo sindicalismo.⁹⁴

Ao longo de 1982, o sindicato manteve os trabalhadores informados sobre o processo de fundação da CUT, que seria oficialmente consolidada apenas em agosto de 1983.⁹⁵ Como destaca Paulo Roberto Almeida, a criação da central foi "fruto de um momento rico de tensões, propostas, embates, aprendizados e de luta", resultado de um acúmulo histórico e não de um simples ato fundacional. Almeida enfatiza que o debate sobre a unificação sindical extrapolava a fusão formal de entidades, envolvendo questões centrais sobre a condução do novo movimento: "seria uma centralização dos movimentos ou para os movimentos?", indagava-se, revelando o desafio de equilibrar a autonomia local com a necessidade de articulação nacional. As greves deflagradas entre o final dos anos 1970 e início dos 1980, que confrontaram abertamente o regime autoritário, serviram como laboratórios práticos para a formulação de

⁹⁴ "A posição da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos é a de jogar toda força para que, daqui para a frente, o processo de criação da nossa Central Unica de Trabalhadores não sofra os impedimentos que vem sofrendo até aqui e para que ela seja. realmente única. Não pela vontade das cúpulas dirigentes, mas por decisão da maioria, ativa e consciente." A comissão contava com a participação de José Luiz Gonçalves, diretor do sindicato a época. **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 8. agosto, 1982. p.5. A nova comissão Pró-CUT, tinha até então 25 nomes dos sindicatos mais combativos, dentre eles o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Jair Meneguelli, Joel do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, Gilmar do Sindicato dos Bancários de São Paulo, José Luiz do Sindicato dos Metalúrgico de São José dos Campos, Miguel Rupp do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Agenor, dos Químicos de Santo André. Os novos membros tomaram posse no dia 17 de outubro de 1982.

⁹⁵ Menções sobre os encontros apareceram nas edições de setembro, novembro e dezembro. **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 9. setembro, 1982. p.3; **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 11. novembro, 1982. p.4-5; **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 11. dezembro, 1982. p.4.

diretrizes e táticas que dariam coerência à nova entidade. A pluralidade de concepções e práticas, longe de fragilizar o processo, conferiu-lhe um caráter dinâmico e genuinamente coletivo, ainda que permeado por embates internos sobre estratégias e prioridades. Simultaneamente, enquanto a CUT surgia como símbolo de esperança para milhares de trabalhadores, ela também se tornava alvo de intensa criminalização por setores conservadores, que a tachavam de "radical" e "intransigente" diante das ameaças que sua existência impunha ao status quo. Dessa forma, como sintetiza Almeida, a fundação da CUT expressou o amadurecimento de um ciclo de lutas e tensões, marcando uma inflexão histórica no sindicalismo brasileiro.⁹⁶

A construção da CUT vinculada principalmente aos desejos dos trabalhadores foi se fortificando com mais movimentações realizadas no país. Ainda em 1983, no mês de outubro, a manchete acompanhada de uma imagem que estampa a capa do *Jornal do Metalúrgico* é a decisão de uma greve geral marcada para o dia 25 daquele mês. A relação estreita do SMSJR com a central, gerou ainda um editorial assinado por Ary Russo, manifestando o seu apoio a greve e cobrando a participação dos trabalhadores da região.

Até o dia 25 de outubro, terá que ser votado pelo Congresso Nacional ou retirado pelo governo, o decreto 2045, que diminui o reajuste dos nossos salários em 80% do INPC. Entidades do Brasil inteiro estão promovendo protestos contra este decreto, que se for aprovado vai provocar um arrocho tão violento nos salários a ponto de representar, sem que a gente deixe de trabalhar, a perda em dinheiro de 79 dias de serviço por ano.

Principalmente depois da derrubada do decreto 2.024 pelo Congresso Nacional no dia 21 de setembro, o governo está tentando de todas as formas fazer passar o decreto 2.045, avisando que se ele não for aprovado no próximo dia 25, vai tomar outras medidas de arrocho, do mesmo peso do 2.045.

Mas o que nenhum trabalhador pode esquecer é que se hoje existem possibilidades desse decreto ser retirado pelo governo, foi graças à mobilização dos trabalhadores, que acabou derrubando o 2.024. No dia da votação havia mais de 150 dirigentes sindicais no Congresso, fazendo pressão para que os deputados votassem contra, numa manifestação decisiva na queda do 2.024.

Foi por entender que o momento exige uma atuação firme dos trabalhadores nessa luta, que a CUT, a Central Única dos Trabalhadores marcou uma greve geral para o dia 25, se até lá o governo não retirar o decreto 2.045 ou ele não for derrubado pelo Congresso Nacional.

E mesmo que mais essa medida de arrocho do governo cair, a nossa luta vai continuar porque a intenção dos governantes é promover mudanças na lei salarial de qualquer maneira e já estamos sabendo que se o 2.045 não passar,

⁹⁶ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Os caminhos do movimento operário: do (res)surgimento dos movimentos grevistas à fundação da Central Única dos Trabalhadores. *Tempos Históricos*, v. 1, pág. 157-175, 1999. Disponível em: dialnet.unirioja.es. Acesso em: 27 abr. 2025.

eles vão adotar novas medidas de arrocho em cima dos nossos salários. Por isso, a mobilização é a nossa única saída.⁹⁷

As mobilizações acerca da ampliação das políticas de arrocho salarial foram sentidas já no mês de julho de 1983, quando no dia 21 instaurou-se uma greve geral. Informações do sindicato relatam que nenhum dado foi apresentado nas rádios ou na televisão.⁹⁸ A greve que foi realizada em peso pelos trabalhadores de todo país, ia contra principalmente as políticas de arrocho salarial do governo, que impactou 90% dos trabalhadores brasileiros, reduzindo um quarto dos salários e reduzindo consideravelmente seu poder de compra.⁹⁹ Assim como o governo federal e as tentativas de silenciar a greve para desarticular o movimento, a forte repressão policial e a perseguição aos grevistas também foi alvo de discussão no sindicato. Um dia antes da greve o governo federal baixou um decreto de convocação da Polícia Militar, através do Exército, para a repressão de “perturbações na ordem”. Em São José dos Campos, rondas policiais foram iniciadas no início da noite do dia 20, e o contingente policial foi redobrado na cidade, com o cancelamento das folgas de policiais militares e civis. Um trabalhador da Embraer que fazia piquete e o fotógrafo a serviço do sindicato foram presos e liberados após a chegada de Ary Russo e do presidente da Câmara Municipal chegarem à delegacia.¹⁰⁰ Na Embraer, quatro trabalhadores foram demitidos por justa causa, dentre eles três militantes da CS (Toninho, Araldo Todesco e Miriam Lazarimm), a decisão foi revista posteriormente e os trabalhadores receberam as indenizações obrigatórias. Uma nova greve contra a demissão desses trabalhadores foi proposta para o dia 22, entretanto foi completamente frustrada pela quantidade de policiamento.¹⁰¹

⁹⁷ **Jornal do Metalúrgico**, Ano II. nº. 20, outubro, 1983. p.2.

⁹⁸ No *Jornal do Metalúrgico* é apresentada uma notícia publicada na coluna “Radar” da revista Veja do dia 3 de agosto, que anunciava a descoberta de uma “verdadeira central de desarticulação do movimento”. Coordenada pelo chefe do Gabinete Civil, João Leitão de Abreu, a comissão iniciou seus trabalhos com uma semana antes da greve levantando respostas para cada passo da radicalização. Nesse mesmo cenário, o presidente em exercício Aureliano Chaves, anunciou em cadeia nacional de televisão no dia 20 de julho a defesa da “paz e a ordem social” sem mencionar em momento algum a greves que se iniciaria. **Jornal do Metalúrgico**. Ano II. nº 18 agosto, 1983. p. 5.

⁹⁹ Além disso, a greve reivindicava a revogação do pacote do BNH, congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, criação de empregos e salário desemprego, estabilidade, redução da jornada de trabalho, reforma agrária e o fim da relação com o FMI. **Jornal do Metalúrgico**. Ano II. nº 18 agosto, 1983, p.3.

¹⁰⁰ **Jornal do Metalúrgico**. Ano II. nº 18 agosto, 1983. p.4. A utilização de piquetes como uma forma de mobilização também é um ponto que encontro entre o “velho” e o “novo sindicalismo”. FONTES, P; MACEDO, F. Piquetes como repertório: organização operária e redes sociais nas greves de 1957 e 1980. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.18, n.34, p. 23-47, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/rYjGYsXB8FGnnW3kDhB5qqB/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2026.

¹⁰¹ *Ibid.*, p.8. Na Embraer o medo pela paralisação parecia transparecer antes mesmo da realização da greve, pois produziam naquele momento o novo avião, o Brasília, que teria lançamento ainda dentro do mês de julho. GUERRA, 2015, p. 113.

O avanço da oposição nas fábricas foi acompanhado por um recrudescimento da repressão, revelando o temor das elites econômicas e políticas diante de possíveis rupturas na ordem estabelecida. Esse medo se traduzia em reforço do aparato policial, demissões arbitrárias e atos de violência seletiva que funcionavam como mecanismos exemplares de controle social. Mais do que respostas pontuais, essas práticas operavam como estratégias conscientes de disciplinamento, buscando dissuadir qualquer tentativa de organização autônoma por parte dos trabalhadores e reafirmar a hierarquia autoritária presente nas relações de trabalho. A repressão, portanto, não era apenas física, mas simbólica, voltada à contenção da consciência de classe e à manutenção da hegemonia patronal nas fábricas.

A heterogeneidade presente na direção sindical entre 1981 e 1984 constituiu, simultaneamente, um terreno fértil para conquistas e uma arena de embates — tanto externos, envolvendo o sindicato, as fábricas e os governos, quanto internos, marcados por divergências entre dirigentes com orientações políticas distintas. Nesse cenário, figuras como Zé Luiz, Toninho e Gradella destacaram-se não apenas na atuação sindical, mas na articulação política regional voltada à consolidação do Partido dos Trabalhadores. Com forte engajamento de base, esses militantes percorreram bairros e fábricas, buscando filiar trabalhadores ao novo partido, numa tentativa de ampliar sua inserção no campo político institucional. Essa mobilização não se restringia a uma estratégia partidária, mas expressava um esforço deliberado para que os trabalhadores ultrapassassem os limites da luta sindical e se afirmassem como sujeitos políticos ativos na arena pública.¹⁰²

A empreitada iniciada pelos metalúrgicos demonstrou um resultado palpável já nas eleições de 1982. O *Jornal do Metalúrgico*, nesse sentido, teve um papel fundamental para a comunicação com o trabalhador, onde os diretores do sindicato se utilizaram de diversos artifícios: textos assinados, imagens, apresentação de nomes de candidatos etc. Em um artigo intitulado “Eleições: é hora de dar o troco”, assinado por José Adolfo dos Santos, um dos diretores do sindicato, o autor do texto buscava conscientizar os trabalhadores sobre o “lado” que não deveriam ocupar.

Nestes 18 anos, não foi feito realmente nada que nos levasse a dar méritos razoáveis ao trabalho daqueles que se intitulam “salvadores da Pátria”. A classe trabalhadora brasileira está cansada, desiludida e com toda a razão. A inflação corroendo as entranhas da já falida economia brasileira, a dívida externa atingindo limites que comprometem até mesmo a autonomia nacional

¹⁰² Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, **Revista Comemorativa dos 50 anos de fundação** – 1956/2006, p.5. Disponível em <https://issuu.com/sindmetalsjc/docs/revista>. Acesso em: 30 abr. 2025.

em razão da dependência externa que está criando. Estamos chegando ao ponto da dívida externa governar o Brasil. A corrupção campeia por todos os cantos, sem que o governo tome qualquer atitude para mudar esta situação.

Todos os governos dos últimos 18 anos assumiram o compromisso de democratizar o País. Promessas apenas, pois todas as decisões são tomadas de cima para baixo, sem qualquer consulta ao povo.

Por isso, a classe trabalhadora brasileira terá uma responsabilidade muito grande nas eleições deste ano, pois teremos a oportunidade maior de mostrar a nossa insatisfação, o nosso repúdio, a nossa revolta e o mais importante, a nossa vontade de dar o troco, votando maciçamente nos candidatos da oposição.¹⁰³

Ainda que numa política de não citar nem esse nem aquele partido, o sindicato toma uma posição dura com relação a política nacional no artigo de José Adolfo, mencionando sobretudo o lado que o trabalhador não deveria estar. Este posicionamento fica evidente na campanha realizada pelo jornal acerca das eleições de 1982, quando um lado é tomado, o lado contra o Partido Democrático Social (PDS). Esse lado é afirmado em matéria onde o sindicato apresenta os parlamentares que foram complacentes a aprovação do “pacotão” do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), deixando de comparecer a votação para decurso de prazo, todos do PDS. Dentre eles o candidato José de Castro Coimbra, que já havia começado a ir atrás de trabalhadores da região para angariar votos.

Outras matérias acerca das eleições foram publicadas no jornal durante 1982. Uma página da edição de novembro foi dedicada a guiar os trabalhadores para o momento da eleição, mostrando a cédula e como ocorreria o processo eleitoral daquele ano.

¹⁰³ **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 8. agosto, 1982. p.8.

Figura 2 - “Vote assim para votar certo”

Página 3

Vote assim para votar certo

JUSTIÇA ELEITORAL	
PARA GOVERNADOR	
NOME	OU Nº
PARA SENADOR	
NOME	OU Nº
PARA PREFEITO	
NOME	OU Nº
PARA DEPUTADO FEDERAL	
NOME	OU Nº
PARA DEPUTADO ESTADUAL	
NOME	OU Nº
PARA VEREADOR	
NOME	OU Nº

1. Todos os candidatos que você escolher têm que ser do mesmo partido, de governador a vereador para o voto não ser anulado.
2. Cada partido tem um número que é o mesmo do candidato a governador. Assim: Reynaldo nº 1, Rogê Ferreira nº 2, Lula nº 3, Jânio Quadros nº 4 e Franco Montoro nº 5.
3. Os outros candidatos (senador, deputado estadual e federal, prefeito e vereador) também têm números, que começam pelo número do partido, ou seja, pelo mesmo número do candidato a governador.
4. Ninguém pode escrever nada diferente na cédula, senão o voto será nulo. Só pode constar os nomes dos candidatos e/ou os números deles.
5. É muito importante confirmar antes os números dos candidatos para evitar erro e anulação do voto.

(Veja os detalhes na matéria abaixo).

Fonte: **Jornal do Metalúrgico**, Ano I. nº. 11, novembro, 1982. p.3.

É interessante observar que na demonstração da célula apresentada no jornal como exemplo do que ocorreria nas eleições, são citados os candidatos que estavam concorrendo ao cargo de governador de cinco partidos diferentes, sendo respectivamente PDS, PDT, PT, PTB e PMDB. Nessas eleições, Franco Montoro foi eleito governador do estado de São Paulo com 49,04% dos votos, somando mais de 5 milhões, sendo o número mais expressivo da votação, seguido pelo candidato do PDS com 25,68% dos votos.¹⁰⁴ Abaixo das instruções, o jornal apresenta dois textos desqualificando o PDS, sendo o primeiro a exposição das falcaturas do governo para eleger políticos associados ao seu partido e o outro expondo o deputado federal e candidato a prefeito em São José dos Campos, José de Castro Coimbra, chantageando os trabalhadores com a promessa de conquista de uma casa própria.¹⁰⁵

Na mesma edição, o editorial retoma a importância do voto do trabalhador a partir de um texto de Russo, que evidencia a situação de vida dispare entre trabalhadores e patrões e denuncia as promessas de campanha feitas por Coimbra, afirmando ser um político que

¹⁰⁴ As eleições para governador marcaram os seguintes números: André Franco Montoro 5.209.952 (49,04%); Reynaldo Emygdio de Barros 2.728.732 (25,68%); Jânio da Silva Quadros 1.447.328 (13,62%); Luiz Inácio Lula da Silva 1.144.648 (10,77%); e José Antônio de Affonseca Rogê Ferreira 94.395 (0,89%). As informações foram coletadas da base de dados do TSE. **Resultados**. Justiça Eleitoral. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1982/resultados>. Acesso em: 28 abr. 2025.

¹⁰⁵ **Jornal do Metalúrgico**, Ano I. nº. 11, novembro, 1982. p.3.

despreza o trabalhador. Finaliza o texto enfatizando a necessidade de o trabalhador não votar no PDS.

Nenhum dos candidatos do PDS está comprometido sincera e honestamente com a resolução dos problemas dos trabalhadores e isso a gente pode afirmar seguramente. Para se ter a certeza disso, é suficiente observar a grande e injusta diferença que existe no País entre as classes sociais e não esquecer de que foi esse governo que está aí o responsável pela criação desse sistema e que se é ele quem usa de tudo, inclusive de corrupção para mantê-lo, o momento é decisivo para que a classe trabalhadora contribua com o seu voto para fazê-lo desaparecer.

TRABALHADOR: VOTE NA OPOSIÇÃO!¹⁰⁶

A partir do que foi apresentado na edição de dezembro, supõe-se a eficácia da campanha realizada pelo sindicato: dos 136 mil eleitores de São José dos Campos, 121.047 participaram do processo eleitoral, sendo insignificante a quantidade de votos nulos e brancos.¹⁰⁷ Das 19 vagas para vereador na cidade, 14 foram preenchidas por candidatos de partidos da oposição. Além disso, a cidade elegeu Robson Ridel Marinho do PMDB, que recebeu 55,09% dos votos, enquanto seu concorrente direto, José de Castro Coimbra, 12,72%. Ainda que o jornal não tenha feito campanha direta para o candidato do PMDB, nem se quer o ter citado no jornal, talvez pelo grau de parentesco de Ary Russo com Marinho, o efeito em incentivar a oposição foi uma decisão coerente com o que foi proposto para a gestão sindical.

As eleições daquele ano foram de grande importância para consolidar o grupo do PMDB como forte oposição ao governo dos militares, expressando a vontade da maioria do povo paulista em acelerar o processo de distensão e consolidar de uma vez por todas o processo democrático. Ainda que representasse um grupo de oposição, o PMDB ainda condensava uma base moderada entre os seus candidatos. Em entrevista, José Luiz Gonçalves menciona que o grupo de oposição mais ativo de São José dos Campos, do qual fazia parte, não pertencia nem ao PDS nem ao PMDB, todavia votavam no último, embora não fosse militante do partido.¹⁰⁸ Nessas eleições, o grupo encabeçado por José Luiz Gonçalves já apoiava as candidaturas do PT e defendiam uma mudança radical para a política nacional, não pactuando com políticos conservadores.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p.2.

¹⁰⁷ **Jornal do Metalúrgico**, Ano I. nº. 12, dezembro, 1982. p.4.

¹⁰⁸ José Luiz Gonçalves, entrevista concedida ao programa “**História e Memórias**”, da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), Parte 1. 12 mar 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ugdrbuUkifs&t=3s>. Acesso em 30 abr. 2025

Embora o PMDB tenha conquistado a maioria dos votos tanto no município quanto no estado demonstrando no primeiro caso a força dos trabalhadores da região, o grupo de oposição dos metalúrgicos, eleito em 1981, enfrentou uma ruptura interna com a aproximação das eleições sindicais de 1984. Realizadas entre 8 e 10 de fevereiro daquele ano, as eleições marcaram a formação de uma nova chapa oposicionista, liderada por integrantes petistas ligados à Convergência Socialista. Encabeçada por José Luiz Gonçalves, essa nova formação saiu vitoriosa, superando duas outras chapas: a Chapa 1, composta por membros alinhados ao PMDB, e a Chapa 3, articulada por antigos líderes “pelegos” vinculados às chefias das fábricas.¹⁰⁹

Em livro comemorativo aos 65 anos do sindicato, é apresentado que a gestão de Russo sempre sofreu oposição dos ativistas da CS que se estenderam para o interior de sua gestão, se tornando públicas em meados de 1983.¹¹⁰ Guerra aponta que essa exposição ocorreu após a demissão de Moacyr Pinto da Silva, assessor do sindicato. Em resposta a demissão arbitrária, Moacyr escreveu uma carta aberta a categoria para expor as disputas políticas pelo controle da entidade que ocorriam entre Russo e uma minoria de diretores ligados ao PT.¹¹¹ Naquele momento, os dois grupos estavam à frente da direção do sindicato: o setor majoritário liderado por Ary Russo, Presidente do Comitê Municipal do PMDB e um outro grupo liderado por José Luiz Gonçalves ligado ao PT. No livro, é exposto que o agravamento do conflito estaria relacionado as disputas políticas municipais, “quando os petistas se colocaram na oposição a Robson Marinho”. Moacyr, por sua vez, afirma que “a divisão foi ocasionada pela filiação desse grupo de diretores ao PT”.¹¹²

A atual eleição apontou um novo rumo para os caminhos do sindicato, que era contra a estrutura assistencialista preservada por Russo, e com tomadas de decisões mais duras. Muitos trabalhadores acabaram se desassociando, como fala José Luiz, “foi um momento de mudança radical. Alguns trabalhadores chegaram a se desfiliar, mas na medida que uns saiam, muitos

¹⁰⁹ Dos 8.175 votos registrados nas 20 urnas distribuídas pela base territorial, 4.644 foram destinados à Chapa 2, garantindo sua eleição para a nova gestão sindical. A chapa encabeçada por Ary Russo, que representava uma continuidade moderada da gestão anterior, obteve 2.663 votos, enquanto a Chapa 3, vinculada aos antigos “pelegos” aliados de José Domingues, recebeu apenas 567 votos — número apenas ligeiramente superior ao total de votos brancos e nulos, que somaram pouco mais de 301. GUERRA, Caio; SOARES, João Ricardo; MENCIONI, Amanda(orgs.). **Metalúrgicos de São José dos Campos e Região - 65 anos de história e luta**. São Paulo: Sundermann, 2021. p.104

¹¹⁰ *Ibid.*, p.103.

¹¹¹ GUERRA, 2015, p.114.

¹¹² *Ibid.*, p.114.

entravam para ter um sindicato que defendesse seus direitos”.¹¹³ Após a exposição de Moacyr, em agosto de 1983, o grupo petista do SMSJR,¹¹⁴ foi até a porta das fábricas e distribuiu um documento criticando a direção do sindicato e debatendo “questões programáticas” para o sindicato “com o objetivo de discutir com a base e recrutar novos membros para uma chapa de oposição na disputa das eleições sindicais de 1984” essa chapa seria “independente, classista, democrática e operária”.¹¹⁵ Em reportagem ao *Valeparaibano*, jornal local, os petistas afirmavam que Russo teria “caído para direita” quando assumiu a posição de defender a política municipal ao invés da organização da classe.¹¹⁶

O principal eixo da campanha que saiu vitoriosa em 1984 foi a luta contra o desemprego, contra o arrocho salarial e a defesa de um sindicalismo combativo e independente, que não se associava aos comandos municipais e estaduais representados pelo PMDB. Os dias que antecederam as eleições foi marcado por um “clima de guerra”, com pleitos acalorados entre PT e PMDB, marcado por trocas de acusações e episódios de violência, as situações foram registradas em um jornal de grande circulação na região, fazendo aqueles acontecimentos tomarem novas proporções e se alastrarem entre os demais sindicatos.¹¹⁷ A situação conflituosa não demarcava apenas o âmbito do sindicato, em carta aberta divulgada a população, a União Joseense de Estudantes Secundaristas (UJES) afirma que o presidente da organização, Munir Ghattas, foi agredido enquanto participava de um plebiscito por eleições livres e diretas na Câmara Municipal de SJC em 14 de janeiro de 1984, dentre os agressores estavam Ary Russo e outros integrantes da Chapa 1.

Sempre defendemos o Direito de Manifestação e Expressão. Por isso, a Diretoria da UJES que realizou eleições em novembro, garantindo a mais ampla democracia entre Chapas Concorrentes, denuncia o fato à toda população por considerar injustificável a agressão sofrida pelo presidente Munir Ghattas.

Entendemos que os integrantes da chapa 1 [do SMSJR], principalmente Ary Russo, que tantas vezes falou em democracia na imprensa, desrespeitou

¹¹³ Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, **Revista Comemorativa dos 50 anos de fundação** – 1956/2006, p.5. Disponível em <https://issuu.com/sindmetalsjc/docs/revista>. Acesso em: 30 abr. 2025.

¹¹⁴ Grupo composto por: José Luiz Gonçalves, Jesus Souza, José Magno Álvares Leandro, Josino Bernardes, Antônio Mauro Teles e Moacyr Pinto da Silva.

¹¹⁵ O documento criticava a insuficiência no trabalho de muitos diretores da base nas portas das fábricas e a falta de combatividade nos momentos de luta da categoria. Acusava também Russo de tomar medidas antidemocráticas e centralizadoras, renegociando acordos contrários ao interesse da categoria antes de consultá-la. GUERRA, 2021, p.103.

¹¹⁶ *Valeparaibano*, 05/07/1983.

¹¹⁷ GUERRA, 2021, p.104.

profundamente a liberdade de escolha, quando parte para agressões físicas, simplesmente por Munir apoiar a Chapa 2¹¹⁸.

Como abordado anteriormente, o *Jornal do Metalúrgico*, enquanto órgão informativo oficial do sindicato, não se configurava como um espaço de debate entre os próprios diretores da entidade. Consideramos duas hipóteses para essa característica. A primeira é que, por se tratar de uma publicação cujo diretor responsável era o próprio presidente do sindicato, cabia a ele a decisão final sobre o que seria ou não veiculado, priorizando os acontecimentos mais relevantes do mês.¹¹⁹ Por outro lado, a homogeneidade presente nas páginas do jornal também pode ser interpretada como uma estratégia de unificação da categoria. Ainda que em outros espaços a fragmentação e os conflitos fossem perceptíveis entre os trabalhadores, o jornal desempenhava o papel simbólico de representar uma unidade em torno das lutas e reivindicações dos trabalhadores.¹²⁰

Além dos embates nas ruas, nos jornais da grande imprensa e nos espaços de debate, a campanha eleitoral de 1984 também foi marcada pela criação de boletins e jornais produzidos pelas próprias chapas concorrentes. Esses materiais apresentavam propostas, discutiam a situação da região e, ao mesmo tempo, buscavam desqualificar os adversários. Em estrutura semelhante ao do *Jornal do Metalúrgico*, a Chapa 1 publicou um editorial assinado por Ary Russo em forma de carta aberta, no qual se posicionava como resposta ao que chamava de “jogo sujo” de violência e difamação promovido pela Chapa 2, liderada por José Luiz, acusado por Russo de agir movido por uma “gana presidenciável”. O editorial também destacava que, desde a formação da nova chapa, José Luiz e outros quatro diretores haviam “pulado fora” da gestão sindical, deixando claro que não participariam de qualquer movimento conduzido pela diretoria então vigente. Ao lado do texto, o boletim apresentava as vitórias conquistadas pela gestão eleita em 1981, com destaque para greves e campanhas salariais.¹²¹

¹¹⁸ “**Carta Aberta a População: Presidente da UJES agredido**”. fls. 2-3. “Informe nº 007/AI/CTA”. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/ VAZ.49A.86) p.1/16, p.2.

¹¹⁹ Por não termos acesso as atas de reunião e demais documentos do sindicato não conseguimos afirmar com certeza esta posição. Partimos dessa hipótese a partir informações prestadas por uma das editoras do jornal, Shirley Rodrigues, no ano de 2024. A partir de uma visita ao sindicato Shirley afirmou as informações que iam para o jornal eram aprovadas pela diretoria do sindicato.

¹²⁰ Como um aparelho privado de contra hegemonia a organização sindical e o jornal por eles redigido seria o um meio de articular e agrupar a opinião dos trabalhadores contra a grande imprensa hegemônica e outras formas de domínio cultural, que para Gramsci é “a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a “frente” teórica ou ideológica”. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.78.

¹²¹ “**Chapa 1**”. fls. 9-12. “Informe nº 007/AI/CTA”. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/ VAZ.49A.86) p.1/16, p.10.

Em outra página do mesmo jornal, os componentes da Chapa 1 demonstram satisfação com a divisão de chapas para a eleição de 1984, afirmando que sabiam que esta fragmentação ocorreria, pois, a junção de sindicalistas de variadas tendências foi necessária no ano de 1981 para consolidar uma chapa de oposição e derrotar a diretoria pelega, mas que naquele momento já não seria mais necessário. Além disso apontam que não concordam com interferência político partidária dentro do sindicato, mesmo Ary Russo, que concorria como presidente da Chapa 1, sendo presidente do Comitê Municipal do PMDB.

Figura 3 - “Chapa 1 – A luta continua”



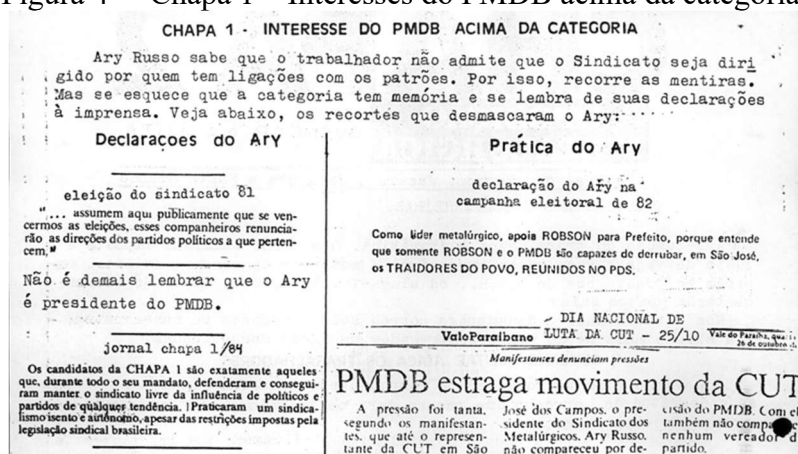
Fonte: **Chapa 1**. São José dos Campos, 1984, p.1.

Na mesma publicação a Chapa 1 informa que já haviam se passado três meses desde o início da campanha eleitoral, e que, naquele momento, o material publicado visava responder às ações das chapas rivais e apresentar suas propostas para a continuidade do mandato iniciado em 1981. O apoio à CUT e as frequentes menções à central sindical aparecem com destaque, em razão de Ary Russo integrar a comissão executiva municipal da entidade — o que tornava profícua sua vinculação à campanha sindical. No entanto, embora o discurso de aproximação com a CUT fosse forte na retórica da chapa, Caio Guerra demonstra que a adesão efetiva de Ary Russo à central não era tão sólida. Segundo o autor, apesar de ter sido eleito membro executivo da CUT no Vale do Paraíba, Russo não teria contribuído de forma significativa para a construção da regional em São José dos Campos. Além disso, durante a greve geral de julho

de 1983, ele não teria comparecido às manifestações, em razão da retirada de apoio do PMDB, que orientou sua militância a não participar dos protestos.¹²²

A falta de articulação de Ary Russo e outros diretores do sindicato também foi alvo de ataques em publicações da Chapa 2. Em um dos jornais concluem que Ary também era responsável pela situação de crise e o desemprego em que os trabalhadores se encontravam “porque não organizou a categoria para lutar contra o governo e os patrões”.¹²³

Figura 4 - “Chapa 1 – Interesses do PMDB acima da categoria”



Fonte: **Chapa 2 – Avançar na Luta**. São José dos Campos. 1984, p.2.

Enfatizam, por fim, sua posição:

Somos contra a manipulação do Sindicato, mas também não concordamos que o trabalhador não deva fazer política partidária. A política não é privilégio dos patrões. São eles e o governo que querem que o trabalhador continue pensando isso, para continuar explorando. A independência do Sindicato não será garantida com as mentiras do Ary, mas sim com um sindicato aberto a participação de todos os trabalhadores sem distinção de partido político, onde impere a unidade em torno das decisões da maioria.¹²⁴

A troca de farpas se intensificou nas edições seguintes dos jornais das chapas. Enquanto a Chapa 1 acusava a Chapa 2 de espalhar mentiras e tentar impor sua ideologia e posição política sobre os trabalhadores, a Chapa 2, por sua vez, direcionava ataques diretos à figura de Ary Russo. As críticas apontavam sua suposta cumplicidade com a classe patronal e com políticos

¹²² GUERRA, 2015, p.118. Guerra afirma que no começo da campanha pela presidência do sindicato Jair Meneguelli, presidente do SMSBD, PT e CUT encaminhara uma carta de apoio a Chapa 1, o que causou estranhamento nos petistas que compunham em peso a Chapa 2. Nos dias das eleições, entretanto, membros do SMSBD, estavam presentes distribuindo lanches para os correligionários da Chapa 2 apoiados por Lula.

¹²³ “Chapa 2 – Avançar na Luta” fls 15-16. “Informe nº 012/AI/CTA” (BR/NA/BSB/VAZ.49A8) p.1/18. p.15

¹²⁴ *Ibid.*, p.16.

ligados ao PMDB, que, embora se colocassem como oposição, estariam, segundo os adversários, se beneficiando às custas da classe trabalhadora. Esses embates evidenciam não apenas divergências eleitorais, mas projetos distintos de sindicalismo e de atuação política.

Em documento produzido pelo SNI, a Agência de São Paulo (ASP/SNI) relata aos seus superiores o desenrolar das eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (SMSJR). Ao descrever a formação das chapas, o relatório aponta que a Chapa 1 “era a chapa preferida dos empresários, em virtude da posição moderada que tem sido adotada por Ary Russo”. Já a Chapa 2 teria sido “ostensivamente apoiada pelo PT”, contando com pronunciamentos de Luiz Inácio Lula da Silva e o engajamento do Alicerce da Juventude Socialista (AJS), com destaque para Ernesto Gradella, militante do PT em São José dos Campos. Quanto à Chapa 3, a agência não teceu maiores comentários, devido à sua votação inexpressiva, “sem chance de vitória”. A conclusão do documento afirma que se tratava de mais uma vitória do PT, “através do seu braço sindical CUT/ANAMPOS”, o que garantiria uma nova base de atuação sindical para o partido. O texto encerra com tom de alerta e preocupação, destacando que “a organização subversiva AJS conseguiu, pela primeira vez, obter uma posição proeminente no âmbito de um importante sindicato operário do Estado de São Paulo”, revelando o incômodo da repressão diante do avanço de uma nova cultura política no movimento sindical.

A leitura do documento revela não apenas o acompanhamento sistemático das movimentações sindicais por parte dos órgãos de repressão do Estado, como já destacado a partir do trabalho de Richard Martins, mas o incômodo diante da ascensão de setores mais combativos e alinhados à esquerda no movimento operário. A caracterização da AJS como “organização subversiva” e a preocupação com a “perturbação” da ordem nas negociações trabalhistas evidencia o temor da elite dirigente frente à reorganização política da classe trabalhadora. Nesse sentido, a vitória da Chapa 2, apoiada por figuras e organizações vinculadas ao PT e à CUT, representa não apenas uma mudança de direção sindical, evidencia também a consolidação de um projeto político que buscava romper com os limites do sindicalismo conciliador.

A nova direção sindical foi empossada em 1º de abril, em meio a um contexto de intensa mobilização operária. A cerimônia ocorreu diante dos portões da GM,¹²⁵ que naquele momento se encontrava em greve em função da campanha salarial, assim como outras empresas da região,

¹²⁵ Em tom descontraído, Toninho conta “Estava tudo pronto no sindicato para a festa da posse, mas quando chegamos depois de passar o dia todo na porta da fábrica, os convidados já tinham ido embora.” Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, **Revista Comemorativa dos 50 anos de fundação** – 1956/2006, p.5. Disponível em <https://issuu.com/sindmetalsjc/docs/revista>. Acesso em: 30 abr. 2025.

como a Bundy e a National, que já haviam deflagrado paralisações no final de março. Quando a nova gestão assumiu o sindicato, dez fábricas já estavam paralisadas — seis delas ocupadas pelos próprios trabalhadores —, envolvendo mais da metade da categoria. Com a adesão de mais quatro fábricas após a paralisação da GM, o movimento cresceu ainda mais, totalizando cerca de 18 mil operários em greve e em ocupação de suas unidades produtivas.¹²⁶

A nova direção enfrentou um mandato de greves, segundo informações do sindicato, num período de 10 anos, entre 1979 e 1989, o sindicato realizou 85 greves, sendo 70% desse total concentrada entre o período de 1984 e 1989, confirmando o apoio da nova direção ao movimento grevista, incentivando a formação de comissões de fábrica e buscando mudanças estruturais para o país.¹²⁷ “Acho que esticamos a corda até o limite”¹²⁸ é o que afirma Zé Luiz quando reflete sobre seu período afrente da diretoria do sindicato que posteriormente sofreu com o isolamento por ser considerado ultrarradical, entretanto aponta que isso não foi de todo ruim, pois a categoria estava ao lado, apoiando todos os embates que tiveram com os empresários, município e com outros sindicato, o que é possível observar com a greve da GM em 1985, que ganhou destaque em todo país.¹²⁹

Aos traçar um caminho até as eleições de 1984, chegamos ao resultado de que o *Jornal do Metalúrgico* enquanto órgão informativo da categoria, estabeleceu até o momento o papel de informar a base de trabalhadores sobre a atuação do sindicato em greves e paralisações, destacar as conquistas e derrotas durante esse período, introduzir o trabalhador as discussões mais acaloradas do cenário regional e nacional, colocando em evidência a necessidade do processo de redemocratização do país e do atuação dos trabalhadores nesse processo. Entretanto, reconhecemos os limites do periódico em informar de fato o que ocorria nas reuniões e assembleias do sindicato para aqueles que não conseguiam estar presentes. Por se tratar de um jornal que tinha como objetivo fortalecer as lutas da classe trabalhadora e ser dirigido pelo próprio presidente do sindicato, informações relevantes que nos ajudariam a recompor o cenário daquele período, como as divergências dentro da própria gestão sindical,

¹²⁶ GUERRA, 2021, p.105.

¹²⁷ *Ibid.*, p.105.

¹²⁸ José Luiz Gonçalves, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), Parte 2. 9 maio 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HOnuCAvIADA>. Acesso em 30 abr. 2025.

¹²⁹ A greve da GM pode ser compreendida com os trabalhos de Guerra e Martins, que destrincham o acontecimento, dando foco para a atuação dos trabalhadores e do fortalecimento da estrutura empresarial-militar na região.

não eram relatadas, ficando implícito ao leitor que não acompanhava os debates de que estaria tudo bem.¹³⁰

Neste sentido, o trabalho de Caio Guerra nos foi fundamental para recompor algumas das situações que passaram batido pelas páginas do jornal. O autor em questão foi o único historiador a ter acesso as atas de reuniões do sindicato, o que contribuiu para que pudesse traçar uma rota com maiores informações a partir do sindicato e não apenas de jornais regionais ou nacionais. Ainda que o acesso as atas seriam de grande importância para preenchermos lacunas com relação a produção do jornal, sua materialidade nos fornece muitas informações sobre as distintas diretorias e o perfil dos trabalhadores da base fomentando assim uma discussão sobre um grupo heterogêneo, mas que estavam dispostas a lutarem por um mesmo objetivo.

¹³⁰ Até o momento em que chegavam nas fabricas ou outros locais de socialização e partilhavam com os colegas, ou outros líderes sindicais o que estava acontecendo de fato. Não estamos aqui definindo o trabalhador como alheio as informações e as movimentações que ocorriam no setor, tratamos principalmente daqueles que não faziam parte da base filiada ao sindicato ou daqueles filiados que não conseguiam participar dos debates no momento que aconteciam.

CAPÍTULO 2: O JORNAL DO METALÚRGICO: IMPRENSA, SOCIABILIDADE E DISPUTA DE CLASSES

O *Jornal do Metalúrgico*, assim como outras folhas jornalísticas alternativas, possuía especificidades que o diferenciavam da mídia tradicional.¹³¹ Além de veicular informações de interesse imediato ao trabalhador — como questões políticas, acontecimentos nas fábricas e ações da direção sindical em exercício —, o jornal também construía em suas páginas formas de aproximação entre a categoria e sua entidade representativa. Ainda que não apresentasse uma estrutura rígida, com colunas fixas que distinguíssem claramente informação e opinião, sua presença constante no cotidiano operário possibilitava discussões intensas, capazes de articular situações do universo fabril com debates mais amplos da esfera nacional e internacional.

Nesse sentido, o *Jornal do Metalúrgico* consolidou-se como um espaço privilegiado para que os chamados “novos sindicalistas”¹³² se conectassem com sua base, em um processo que marcou o sindicalismo em todo o território nacional, aqui observado de maneira particular na experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. Mais do que um simples veículo informativo, o jornal funcionava como instrumento de disputa ideológica, contrapondo-se à grande imprensa e elaborando narrativas próprias sobre o trabalho, a política e a organização sindical.

A partir daqui, analisaremos sua estrutura interna, buscando compreender como esses discursos foram produzidos, articulados e dirigidos à classe trabalhadora, bem como o modo pelo qual o jornal supera a dimensão informativa para constituir-se também em um espaço de formação política e sindical.

Para aprofundar essa reflexão, recorreremos ao estudo de Kátia Paranhos sobre o *Tribuna Metalúrgica*, jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. A autora demonstra como, a partir de 1971, os dirigentes daquela entidade passaram a investir no jornal como um instrumento pedagógico e político, capaz de contribuir para a reestruturação do sindicato no contexto pós-64. Nessa perspectiva, o *Tribuna Metalúrgica* não se limitava a transmitir notícias:

¹³¹ Giannotti destaca que a comunicação sindical é extremamente exigente, pois diferenciando-se da grande imprensa, o grupo que produz esse tipo de comunicação precisa chegar ao leitor, não o contrário. O autor ainda aponta neste mesmo caminho, que a redação do jornal sindical precisa levar em consideração que o público para quem destina seu jornal é um público não-leitor. GIANNOTTI, Vito. **Comunicação dos trabalhadores e hegemonia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: <https://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/11/Comunicação-web-ok.pdf>. Acesso em 14 ago. 2025. p.139

¹³² Discussão realizada no capítulo anterior, p.40. Cf. Mattos, 2003; Sader, 1988.

O Jornal Tribuna Metalúrgica representava uma iniciativa que não visava apenas atingir a massa dos metalúrgicos. Revelava uma estratégia fundamental: a veiculação das “vozes operárias” (“Este jornal será sua voz”) significava simultaneamente o desejo de que participassem efetivamente do sindicato.

Inspirados por esse paralelo, destacamos o *Jornal do Metalúrgico* como espaço de atuação sindical, arena de expressão operária e um espaço de sociabilidade entre os trabalhadores da base sindical. Nosso foco será identificar quais vozes ganharam visibilidade em suas páginas e de que modo a coluna “Dito Bronca” se consolidou como um espaço privilegiado de interlocução com a base, abrindo caminho para a análise de sua função formativa e de sua capacidade de tensionar discursos hegemônicos.

Neste sentido, é preciso reconhecer também os limites das ações sindicais, assim como da mídia produzida por esse tipo de organização. Esse debate, presente em diversos autores da tradição marxista,¹³³ remonta a Karl Marx e Friedrich Engels, que destacava que os sindicatos possuem restrições inerentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para Marx e Engels, o sindicato não se limita à defesa de interesses econômicos imediatos, mas deve atuar como meio de organização da classe operária, promovendo a consciência sobre a necessidade de sua emancipação radical. Assim, os sindicatos, ao se posicionarem como “defensores e representantes de toda a classe operária”, têm o papel de reagruparem, em seu seio, aqueles trabalhadores que ainda não estão organizados, ampliando a ação coletiva e fortalecendo a luta contra a exploração capitalista.¹³⁴

¹³³ Semelhante à de Marx, Engels e Lênin que reconheciam os limites do sindicato e sua importância para a organização coletiva, Gramsci, ao longo da sua vida, demonstrou sua inquietude sobre essas instituições, que segundo ele, não eram instrumentos para a transformação social ou para a revolução, ficando esse papel direcionado ao Partido Político. “A teoria sindicalista falhou completamente na experiência concreta das revoluções proletárias. Os sindicatos demonstraram a sua incapacidade orgânica para encarnarem a ditadura do proletariado. A evolução normal do sindicato está assinalada por uma linha de decadência do espírito revolucionário das massas: aumenta a força material, enfraquece ou desaparece de todo o espírito de conquista, quebra-se o impulso vital; à intransigência heroica sucede a prática do oportunismo, a prática ‘do pão e da manteiga’. O incremento quantitativo determina um empobrecimento qualitativo e uma acomodação fácil às formas sociais capitalistas, determina o aparecimento de uma psicologia parasitária, mesquinha, de pequena e média burguesia. E, no entanto, a tarefa elementar do sindicato é a de recrutar ‘toda’ a massa, é a de absorver nos seus quadros todos os trabalhadores da indústria e da agricultura. O meio não é, pois, adequado ao fim, e, uma vez que o meio não é senão um momento do fim que se realiza, que se faz, deve-se concluir que o sindicalismo não é um momento para a revolução, não é um momento da revolução proletária, não é a revolução que se realiza, que se faz: o sindicalismo não é revolucionário senão pela possibilidade gramatical de acoplar as duas expressões”. GRAMSCI. Antonio. **Sobre democracia operária e outros textos**. n. 4. Lisboa/Portugal: Ulmeiro. 1976. p. 47-48.

¹³⁴ O texto se trata da Resolução da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre os sindicatos. Abordam primeiramente o seu passado, que estava vinculado ao processo de lutas diárias, mais precisamente a questões relacionadas ao salários e as horas de trabalho, atividade considerada como legítima e necessária. Em seu presente, é apresentado que ocupam exclusivamente as lutas locais e imediatas contra o capital, entretanto, nos

Lênin, ao encontro das considerações realizadas por seus antecessores, avaliava que os sindicatos representavam um avanço para a união dos trabalhadores, ainda nos primeiros estágios do capitalismo, a fim de que se chegasse ao momento de instauração da ditadura do proletariado. Com o desenvolvimento do partido revolucionário do proletariado, os sindicatos passaram a revelar inevitavelmente certos aspectos conservadores, como uma visão limitada, tendência à neutralidade política e apego a práticas rotineiras. Entretanto, Lênin afirmava que “o desenvolvimento do proletariado não se realizou e nem podia realizar-se em nenhum país de outra maneira senão por meio dos sindicatos e por sua ação conjunta com o partido da classe operária.”. Ao finalizar o pensamento, lembrava ainda que os sindicatos continuariam sendo, ainda por muito tempo, as “escolas do comunismo” ao criar um espaço fundamental para preparar os trabalhadores para exercer sua ditadura, sendo uma associação indispensável para que a classe operária assumisse gradualmente o controle da economia nacional.¹³⁵

Lênin também relatava a importância da comunicação e da imprensa como um meio de divulgação e defendia a criação de um jornal político para toda a Rússia, afim de “desenvolver, enraizar e alargar essa organização”. Nas palavras do autor

Um jornal, todavia, não tem somente a função de difundir ideias, de educar politicamente e de conquistar aliados políticos. O jornal não é somente um propagandista e agitador coletivo, mas também um organizador coletivo. Sobre esse último aspecto, se pode comparar o jornal com a estrutura de andaimes que envolve o edifício em construção, mas permite adivinhar seus traços, facilita os contatos entre os construtores, lhes ajudando a subdividir o trabalho e a dar conta dos resultados gerais obtidos com o trabalho organizado. Através do jornal e com o jornal se formará uma organização permanente, que se ocupará não somente do trabalho local, mas também do trabalho geral sistemático, que ensinará a seus membros a acompanharem atentamente os acontecimentos políticos, a avaliar a importância e a influência de diversos estratos da população, a elaborar quais métodos permitem ao partido revolucionário exercer sua influência sobre os mesmos.¹³⁶

últimos tempos começaram a tomar consciência de sua missão histórica. Ao retratar o seu futuro é considerado que “Além da sua obra imediata de reação contra as manobras impertinentes do capital, devem agora agir como como foco de organização da classe operária para o grande fim da sua emancipação radical. Devem ajudar qualquer movimento social e político orientado nesse sentido. Considerando-se e agindo como defensores e representantes de toda a classe operária, conseguiram recuperar no seu seio todos aqueles que ainda não estão organizados; ocupando-se das indústrias onde a retribuição é das mais miseráveis, como a indústria agrícola, onde as circunstâncias excepcionalmente desfavoráveis impediram qualquer resistência organizada, farão nascer das massas operárias a convicção de que, em vez de estarem circunscritas a limites estreitos e egoístas, o seu objetivo tende para a emancipação de milhões de proletários oprimidos. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre o sindicalismo**. Lisboa/Portugal: Iniciativas Editoriais, 1974. p. 28-30.

¹³⁵ LENIN, Vladimir I. **Sobre os sindicatos**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1961. p.29-37. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/livros/sindicato/04.htm>. Acesso em 12 ago. 2025.

¹³⁶ LENIN, Vladimir I. Por onde começar. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1901/05/onde.htm>. Acesso em 12 ago. 2025.

Para autor, o jornal político ultrapassa a função de simples propagandista: ele é também um instrumento de organização coletiva. A metáfora do andaime ilustra seu papel estruturante, permitindo que os militantes coordenem esforços, subdividam tarefas e acompanhem o progresso da ação política. Ao orientar sobre os acontecimentos, avaliar diferentes setores da sociedade e indicar métodos de intervenção, o jornal forma, portanto, militantes conscientes e integra-os em uma ação sistemática, consolidando a influência do partido revolucionário. Assim, a imprensa não apenas difunde ideias, mas educa, mobiliza e organiza politicamente, sendo central para a construção de uma ação coletiva coesa.

Embora o líder da revolução bolchevique via o jornal como um instrumento capaz de articular e organizar a ação política de forma sistemática, ele também reconhece que as organizações — inclusive sindicatos — funcionavam, em certa medida, como um intermediário entre a base social e os objetivos revolucionários mais amplos. Os sindicatos, assim como o jornal, podem mobilizar, educar e coordenar os trabalhadores, oferecendo um espaço de sociabilidade e de ação coletiva. No entanto, essa função intermediária também implicaria limites: nem sempre conseguiriam transformar plenamente as demandas imediatas em mudanças estruturais, funcionando muitas vezes como pontes entre a luta cotidiana e projetos mais amplos de organização política.

2.1 O papel formativo e mobilizador da imprensa sindical

Ao afirmar que a história da imprensa sindical é contemporânea à própria história do sindicalismo, Miani nos leva a refletir que o chamado “novo sindicalismo” também demandava a construção de uma “nova imprensa sindical”.¹³⁷ Tal constatação suscita uma questão fundamental: quais foram os papéis da imprensa sindical no contexto de abertura política para a organização e mobilização da classe operária?

Entre 1981 e 1992, foram publicadas 195 edições do *Jornal do Metalúrgico* pelo SMSJR.¹³⁸ Em sua fase inicial, com periodicidade mensal, o jornal reunia um compilado dos acontecimentos considerados mais relevantes, privilegiando uma abordagem abrangente e

¹³⁷ MIANI, Rozinaldo Antonio. O sindicato cidadão nas páginas da imprensa sindical. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, SP, v. 11, n. 3, p. 69–89, 2016. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/71>. Acesso em: 30 set. 2025.

¹³⁸ Esse quantitativo não inclui as edições suplementares do jornal. Além disso, embora o número total de publicações some 195, não tivemos acesso a todas, uma vez que parte das edições não se encontravam conservadas. Dessa forma, a pesquisa se desenvolveu a partir de 149 exemplares disponíveis, o que, ainda que parcial, constitui um corpus significativo para compreender a atuação e os discursos produzidos pelo *Jornal do Metalúrgico*.

interpretativa. No período entre 1981 e 1983, sob a gestão do presidente Ary Russo, uma parte significativa de suas páginas foi dedicada a temas ligados à cultura, gênero, lazer e saúde dos operários. Embora continuasse a dar espaço às pautas políticas e econômicas — consideradas funções centrais da atuação sindical — esses outros conteúdos ganhavam maior destaque, evidenciando um caráter mais assistencialista naquele momento.

A partir de 1987, contudo, houve uma inflexão: a publicação passou a ser quinzenal e reduziu o número de páginas de oito para quatro. Essa mudança evidencia uma estratégia de adaptação às novas demandas da conjuntura, privilegiando a agilidade em detrimento da densidade, de modo a assegurar maior frequência de contato com os trabalhadores e maior capacidade de resposta às transformações no ambiente fabril e político. Esse movimento em direção à dinamização se radicalizou em 1989, quando o jornal adotou a periodicidade semanal e reduziu-se a apenas duas páginas. Nessa configuração, assumiu de forma ainda mais clara o papel de instrumento de acompanhamento imediato da realidade operária, reforçando sua função como meio ágil de comunicação e mobilização sindical.¹³⁹

Como destacado no capítulo anterior, o *Jornal do Metalúrgico* não apresentava uma divisão formal entre as seções fixas e itinerantes e os conteúdos que eram veiculados. A organização dos textos obedecia, em geral, à ordem dos acontecimentos que se desejava relatar ao longo da publicação. Havia, contudo, algumas exceções significativas: as colunas “Nossa Opinião” e “Dito Bronca”, que, embora não figurassem em todas as edições, apareciam com relativa frequência. A primeira cumpria a função de expressar diretamente a posição da diretoria sindical — ou, ao menos, de sua maioria — diante de conjunturas políticas, fabris e sociais, funcionando como espaço privilegiado de intervenção discursiva da entidade. Já a segunda abria lugar para que os próprios trabalhadores se expressarem no jornal, por meio de cartas anônimas em que denunciavam abusos, criticavam os patrões e reivindicavam seus direitos. Essa combinação entre a palavra institucional e a voz operária criava um espaço de diálogo peculiar, ainda que mediado pela direção sindical, reforçando o caráter polifônico desse tipo de imprensa, que era feita por profissionais do jornalismo, aliada aos diretores sindicais.¹⁴⁰

¹³⁹ A publicação segue até o ano vigente da mesma forma, publicando semanalmente as edições do jornal, que podem ser consultadas de forma online pelo aplicativo do SMSJR ou pelo site <https://www.sindmetalsjc.org.br/jornal-do-metalurgico>.

¹⁴⁰ José de Assunção Barros destaca o caráter polifônico dos jornais. Ainda que os periódicos sindicais e de organizações trabalhistas tendam a sustentar um discurso unificado, sua produção é composta por diversos textos que passam pelas mãos de redatores, diretores e pelo próprio público receptor. O autor define os jornais como produções multiautorais, uma vez que, mesmo quando nem todos os autores assinam suas matérias ou colunas, a alternância de vozes ao longo da redação constitui elemento fundamental do jornal moderno enquanto fonte histórica. BARROS, José de Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2023. p.33. Ao longo desse período, a redação do jornal passou por diversas mudanças. Entre 1981 e 1983, a jornalista

Em ambas as fases de publicação do jornal, duas características se mantiveram e merecem destaque. A primeira delas é a linguagem, elaborada de forma a estabelecer uma comunicação direta com o trabalhador, mantendo na maioria das vezes falas em primeira pessoa e com variados adjetivos. Com frases curtas, objetivas e de fácil interpretação, o conteúdo veiculado buscava garantir clareza e acessibilidade, reforçando o caráter popular da imprensa sindical. O uso recorrente de verbos no imperativo conferia às mensagens um tom de convocação e engajamento, evidenciando a intenção de mobilizar os leitores para a ação coletiva.¹⁴¹

Aliada à linguagem textual, a dimensão imagética constituiu outro recurso central do jornal, desempenhando papel decisivo na atração do olhar dos trabalhadores para determinados temas. Fotografias, charges e demais recursos, frequentemente utilizadas nas capas e acompanhando matérias de maior impacto, atuavam como elementos de destaque, capazes de sintetizar visualmente denúncias, reivindicações ou mensagens políticas que a redação buscava transmitir.¹⁴² Ao articular palavra e imagem, o jornal estruturava uma ferramenta de comunicação mais expressiva, ampliando o alcance de sua mensagem e assegurando maior

responsável pela publicação foi Vitória Regina Gonçalves Neves; de 1984 a 1985, Irani Gomes de Lima; em um curto intervalo de 1986, Edna Petri; em 1987, Rosa Leal; e, por fim, entre 1988 e 1992, Graça Ferrari.

¹⁴¹ Ao tratar das possibilidades metodológicas de análise da imprensa como uma fonte histórica construída pelo historiador a partir de suas possibilidades de pesquisa, Cruz e Peixoto, alertam o pesquisador para a percepção da linguagem da imprensa como uma linguagem construtiva do campo social, ou seja, que não é a realidade pura e simples, mas a construção e a instrução da própria sociedade onde está colocada, modelando formas de agir e de pensar, constituído opiniões a partir de um lugar específico, buscando consolidar seus ideais como hegemônicos. CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, [S. l.], v. 35, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 31 maio. 2023. p.6. Denis Oliveira, por sua vez, discute o lugar social ocupado pelo jornal sindical em contraposição aos discursos veiculados pela grande imprensa, relativizando sobretudo a imagem construída pelos grandes jornais em relação às organizações de oposição ao governo. Assim, “o mundo do trabalho é o norteador do discurso da imprensa sindical - o leitor/receptor é tido como sujeito à medida que potencialmente trabalha e produz. (...) Concluindo, a conceituação de imprensa sindical deve estar situada no entrecruzamento de seu lugar social (o mundo do trabalho) transfigurado numa contraposição do discurso hegemônico (o receptor enquanto trabalhador e não como consumidor). A categoria trabalho assume, assim, o papel de orquestradora deste discurso, razão pela qual, propõe-se aqui uma nova proposta de definição conceitual da imprensa sindical: comunicação popular no mundo do trabalho.” OLIVEIRA, Dennis de. **Imprensa sindical, globalização neoliberal e mundo do trabalho**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000947464>. Acesso em: 13 nov. 2023. p.18.

¹⁴² Miani destaca que “A imagem não deve ser entendida como simples complemento de uma produção literária, apesar de reconhecer que as sociedades humanas têm por base o uso da linguagem verbal para suas comunicações habituais, e têm no signo linguístico o material privilegiado da comunicação na vida cotidiana.” O autor ao tratar dos usos da iconografia nos jornais sindicais, sobretudo das charges afirma que os sindicatos enquanto organizações políticas dos trabalhadores, se utilizará dos discursos enquanto forma de organização política dos trabalhadores, sendo assim fará a utilização de recursos para intensificar um tom persuasivo. MIANI, Rozinaldo Antonio. A charge na imprensa sindical: uma iconografia do mundo do trabalho. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 25., 2002 Salvador. Anais eletrônicos [...] Salvador: INTERCOM, 2002, p. 1-12. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/86243188546696504957505042755934407150.pdf>. Acesso em 31 maio 2025. p.

compreensão por parte da base operária. Nesse sentido, o recurso visual não cumpria apenas uma função ilustrativa, mas antecipava e orientava a leitura, transmitindo de antemão uma ideia do conteúdo e do posicionamento político que se desenvolveria ao longo do texto.

Esses atributos tornam-se substancialmente mais evidentes nos períodos de campanha salarial, quando todo o sindicato se mobilizava em torno de pautas específicas para sua base. Em 1983, duas edições do jornal foram inteiramente dedicadas à luta pela campanha salarial. O sindicato destaca que, assim como no ano anterior, recusou-se a negociar em conjunto com a Federação Sindical, por considerá-la dirigida por pelegos. Ressalta ainda que as reivindicações foram discutidas em assembleia sindical e aprovadas pelos trabalhadores, sendo o reajuste e a recuperação das perdas salariais o ponto mais importante. O sindicato reconhece que há um clima de medo entre os operários diante da possibilidade de demissões, mas argumenta que aceitar qualquer proposta não resolveria a situação, já que a demissão é um risco inerente a todo trabalhador.¹⁴³ A primeira delas trouxe em sua capa a imagem de vários homens de mãos dadas, acompanhada da frase “todos na luta pelos nossos direitos!”. Logo abaixo, um texto chamava a atenção para as mudanças na política salarial que transferiam para os trabalhadores o peso da crise produzida pelo governo e pelos patrões. Na coluna editorial, Ary Russo, então presidente do sindicato, explicava a iniciativa de iniciar a campanha salarial antes do calendário habitual. O motivo, segundo ele, era a necessidade de transmitir aos trabalhadores informações “verdadeiras” sobre a situação econômica nacional. Denunciava que o governo havia aprovado mudanças na lei salarial que eliminavam o acréscimo de 10% acima do INPC para quem recebia até três salários-mínimos. Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda e chefe da Secretaria do Planejamento (SEPLAN) no governo Figueiredo,¹⁴⁴ justificava publicamente, em rede nacional de televisão, a medida como forma de reduzir o desemprego e tornar os reajustes “mais justos”. Contudo, o presidente sindical contra-argumentava, atribuindo o arrocho à dívida externa contraída pelo alto escalão do governo, que havia recorrido, em última instância, ao FMI.

¹⁴³ **Jornal do Metalúrgico**, Ano II. nº. 13, janeiro, 1983. p.3.

¹⁴⁴ Delfim Netto foi nomeado a Ministro da Agricultura no governo Figueredo, entretanto, com a renúncia de Mario Henrique Simonsen, passou a assumir a Chefia da Secretaria do Planejamento (SEPLAN), centro das decisões econômicas do país desde 1974, Delfim exerceu o cargo até o final do governo militar em 1985. MARINELI, Felipe. **O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico brasileiro (1968-73)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.8.2018.tde-30012018-191648. Acesso em: 30 set. 2025. p.109.

Figura 5 - “De um lado o patrão, do outro o empregado”



Fonte: **Jornal do Metalúrgico**, Ano II. nº. 13, janeiro, 1983. p.3.

A tirinha publicada na campanha salarial de 1983 sintetiza com clareza a pedagogia política empregada pela diretoria sindical. Ao contrapor o trabalhador desinteressado — distraído com jornais de futebol e entretenimento — à figura do Dito Bronca, o material evidencia uma crítica à alienação e à passividade diante das lutas coletivas. O personagem, em tom direto, reforça que “ficar sentado e esperar para ver o que o sindicato conseguiu” é justamente o que “o patrão quer”. A narrativa visual, portanto, não apenas mobiliza os metalúrgicos para a campanha salarial, mas delimita os campos da disputa: de um lado, o patrão; do outro, o trabalhador, que só poderia se afirmar como sujeito coletivo a partir da participação ativa nas mobilizações sindicais. Dessa forma, o recurso imagético cumpria dupla função: denunciava os mecanismos de desmobilização e, ao mesmo tempo, buscava incutir uma consciência de pertencimento à luta de classes, sugerindo um interesse pelo tema e consequentemente, para a leitura do jornal na íntegra.

A crítica se estende na edição seguinte, que traz em sua capa uma nova charge evidenciando o entreguismo do chefe da SEPLAN e a reação dos trabalhadores diante dessas ações. Seguindo a ideia da primeira publicação, o jornal reforça a narrativa de oposição entre governo e classe trabalhadora, sublinhando que a organização sindical e a mobilização coletiva continuam sendo instrumentos essenciais para enfrentar políticas econômicas desfavoráveis e proteger os interesses da classe.

Figura 6 - "Delfim, não acreditamos em você".



Fonte: **Jornal do Metalúrgico**, Ano II. nº. 14, março, 1983. p.1.

A charge de Bosco apresenta como figura central, Delfim Netto, retratado com traços caricaturais que acentuam uma postura de desconexão em relação à realidade dos trabalhadores. A composição visual evidencia uma hierarquia clara de poder: Delfim ocupa o centro em proporções maiores, enquanto os trabalhadores são representados de forma reduzida, indignados e descrentes, expressando sua revolta por meio da frase “DELFIN, NÓS NÃO ACREDITAMOS EM VOCÊS!”. À esquerda e à direita dos ouvidos de Delfim, personagens com chapéu alto e roupas formais, simbolizando representantes de interesses internacionais, reagem com “YES!” e “OK!”, sugerindo conivência com políticas econômicas desfavoráveis à classe trabalhadora. No plano textual, o título “Não podemos aceitar a redução salarial!” funciona como uma chamada direta e incisiva, sinalizando a posição do sindicato frente às medidas do governo. O corpo do texto critica abertamente Delfim Netto e associa sua política econômica à perda do poder de compra dos trabalhadores, vinculando-a aos interesses do FMI e das multinacionais. A narrativa revela a luta salarial, transcendendo a esfera econômica e configurando-se como uma disputa política e de classe. Por fim, conclama os trabalhadores à participação ativa nas assembleias e à mobilização coletiva, apresentando a greve como a “única grande arma” disponível.

O material em questão corrobora as reflexões de Giannotti acerca da imprescindibilidade de uma imprensa operária consciente da natureza e dos impactos do

conteúdo que veicula.¹⁴⁵ Considerando que determinados temas — como os ilustrados no primeiro quadro da tirinha — tendem a despertar maior interesse do pretendido público do que os assuntos sindicais, torna-se fundamental que as pautas sindicais estejam sintonizadas com a realidade concreta dos trabalhadores que compõem sua base. Para alcançar efetividade comunicacional, é necessário que tais pautas mobilizem afetivamente os leitores, transcendendo os limites das preocupações institucionais e evitando o fechamento em torno de demandas internas. Essa abertura é especialmente relevante quando se trata da disputa de narrativas frente à visão hegemônica. Não obstante, é imperativo que o sindicato preserve o tratamento de questões que são constitutivas de sua função social e política, mesmo diante da necessidade de adaptação comunicativa.

Essa relação entre comunicação e prática política sindical ganha maior nitidez quando observada nos momentos de maior combatividade, em que o jornal assumia função estratégica para a mobilização operária. O caráter de organização sindical por meio das páginas do jornal se torna mais evidente em campanhas salariais, greves gerais e outros embates decisivos para a vida do trabalhador, articulados às propostas da diretoria sindical. Entretanto, no Brasil, esse tipo de organização ganhou novos contornos com o processo de redemocratização, quando a imprensa sindical passou a desempenhar papel relevante tanto na mobilização da categoria quanto na formação de uma consciência de classe diante das perdas salariais e das tentativas de desregulamentação das leis trabalhistas.¹⁴⁶ Nesse cenário, o *Jornal do Metalúrgicos* do SMSJR buscou disputar espaço discursivo com a grande imprensa, trazendo informações sobre o cenário nacional e local, confrontando discursos que eram veiculados, com mais intensidade, como o caso das políticas de arrocho salarial. Contudo, enfrentava limites estruturais, como a falta de continuidade editorial, que pode ter contribuído para certo desinteresse dos leitores, devido à dificuldade de se encontrar entre as matérias.

Em agosto de 1984, primeiro ano da gestão de José Gonçalves a frente da direção do sindicato, houve uma tentativa de reverter esse quadro: o periódico passou a ser publicado em cores (vermelho e preto), adotou layout mais profissional e organizou suas seções de forma fixa — “Repressão”, “Opinião”, “Dito Bronca”, “Informação”, “Economia”, “Política”, “Sindicato

¹⁴⁵ Ao tratar das pautas do jornal sindical, o autor orienta a “falar da vida, dos medos das pessoas normais, de suas esperanças, de seus sonhos. Um jornal sindical que não fala da violência que assusta todo brasileiro, que não fala da saúde que é um caso de genocídio, da procura e escolha do emprego, é um jornal que vive no mundo da lua.”. GIANNOTTI, *op. cit.* 141.

¹⁴⁶ PARANHOS, Kátia Rodrigues. Educação sindical em São Bernardo nos anos setenta e oitenta. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], n. 13, p. 153–174, 1999. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39251>. Acesso em: 8 nov. 2024. p.158.

na base”, “Nacional” e “Internacional” —, conferindo maior identidade visual. Essa experiência, no entanto, não se consolidou, já que a redução posterior do número de páginas levou ao abandono dessa estrutura. Além disso, durante o primeiro mandato do líder petista, as publicações do *Jornal do Metalúrgico* passaram por longas interrupções, sendo retomadas com maior regularidade apenas em 1988.

A descontinuidade das seções e colunas revela não apenas os impactos das trocas de gestão sindical, mas a ausência de um planejamento editorial consistente. Em um estudo sobre a imprensa sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, Bruno Fuser e Claudia Lahni, a partir de entrevistas com responsáveis pela produção do jornal, verificam que a periodicidade, o número de páginas e as reuniões de pauta não são previamente definidos nem seguidos com regularidade dentro do sindicato. Além disso, ressaltam que, no que diz respeito às reuniões de pauta, elas não constituem uma “dinâmica usual”, já que a maioria dos assuntos é pautada diretamente pela diretoria, sem que haja uma discussão efetiva entre dirigentes e jornalistas sobre o que deve se transformar em notícia.¹⁴⁷ Embora o jornal contasse com uma profissional de jornalismo para assinar as edições, eram o presidente e os diretores do sindicato que definiam o conteúdo a ser veiculado, o que reforça seu caráter de instrumento político imediato, mais do que de projeto comunicativo de longo prazo. Essa característica, longe de reduzir sua importância, evidencia a função pedagógica e mobilizadora da imprensa sindical, que se ajustava às urgências do momento e se constituía como espaço de disputa de narrativas frente à grande imprensa, inserindo-se no processo mais amplo de reorganização sindical a partir dos anos 1970.

O caráter pedagógico do jornal manifestava-se, inclusive, nas próprias notícias, que frequentemente apresentavam dados, explicavam siglas e indicavam as implicações de determinadas situações na vida do trabalhador. Essa dimensão formativa ocorria de maneira direta e indireta, sempre orientada pela busca de mobilização da categoria, o que fica evidente pelas frases de incentivo à sindicalização. A apresentação de informações era acompanhada de explicações didáticas, de modo a aproximar o conteúdo do cotidiano operário e reforçar a consciência de classe. Um exemplo significativo pode ser encontrado em 1987, durante uma campanha de sindicalização, quando o jornal publicou um texto voltado a esclarecer a

¹⁴⁷ FUSER, Bruno; LAHNI, Cláudia. A imprensa sindical em Campinas: Um estudo da comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região. In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 26., 2003 Belo Horizonte. *Anais eletrônicos* [...] Belo Horizonte: INTERCOM, 2003, p. 1-18. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/158169616949838436479768555849715594360.pdf>. Acesso em 31 maio 2025.

importância da filiação à base sindical, articulando a necessidade de participação com a defesa dos direitos coletivos

É verdade que há muita repressão, e também muita pressão nas empresas para que os empregados não se sindicalizem. E por que as empresas fazem isso? Por que sabem que, à medida em que formos aumentando nosso quadro, mais forte seremos, mais poder teremos e, conseqüentemente, ampliaremos nossas conquistas.¹⁴⁸

Esse fragmento do *Jornal do Metalúrgico* evidencia uma estratégia discursiva típica da imprensa sindical do período: simplificação conceitual aliada à mobilização política. O texto parte de uma constatação empírica da realidade do trabalhador — a repressão e a pressão patronal — e a reinterpreta sob uma chave política. Ao invés de apenas registrar a dificuldade, o jornal a ressignifica como prova da força latente da categoria. Assim, a repressão patronal é apresentada como reconhecimento indireto da potência do sindicato: quanto mais os patrões tentam frear a sindicalização, mais confirmam que a união dos trabalhadores é capaz de conquistar melhorias.

O jornal transitava entre a explicação de questões imediatas — como a importância da sindicalização e da participação na base — e a análise de temas mais complexos, sobretudo os ligados à economia e às políticas governamentais que afetavam os salários e as condições de vida dos trabalhadores. Ao articular essas diferentes dimensões, o periódico buscava traduzir problemas estruturais em termos acessíveis, mobilizando a atenção da categoria a partir dos pontos mais sensíveis de sua experiência diária e, assim, reforçando um apelo à consciência de classe. Sua função formativa, portanto, não se restringia a aspectos explicitamente educacionais: estava também nos momentos informativos, quando a mediação entre fatos e linguagem simples transformava a notícia em instrumento de luta.

Embora essa perspectiva formativa ocupasse espaço considerável por todo o jornal, em momentos específicos a formação educacional do sindicalizado perante sua realidade era evidenciada com maior destaque. Na edição publicada em agosto de 1982, duas importantes notícias são apresentadas: a informação de que, em setembro daquele ano, o sindicato abriria um curso de sindicalismo onde eram discutidas “legislação trabalhista, história do movimento sindical e nossa organização atual”. Em poucas palavras, o anúncio termina com a seguinte

¹⁴⁸ *Jornal do Metalúrgico*, Ano V. nº. 29, outubro, 1987. p.2.

frase em letras maiúsculas: “TRABALHADOR, PARTICIPE! — NÃO PODEMOS TER SÓ ESPÍRITO DE LUTA, PRECISAMOS ESTAR PREPARADOS”.¹⁴⁹

A notícia que incentivava a participação no curso de sindicalismo só não ocupou maior espaço na edição porque a folha trazia ainda um anúncio de maior destaque: a divulgação de uma série de capítulos sobre a História da Classe Operária no Brasil, inaugurada já naquele número com a publicação do primeiro texto. O material vinha acompanhado por pequenos elementos gráficos — como figuras de trabalhadores reunidos com bandeiras e a representação de um complexo industrial — que reforçavam visualmente o pertencimento coletivo da classe trabalhadora. Ao dedicar quase toda a página a esse projeto, o jornal explicitava sua intenção de articular formação imediata e memória histórica, oferecendo ao operário não apenas orientações sobre lutas conjunturais, mas instrumentos para compreender-se como parte de um processo mais amplo de construção e de resistência da classe trabalhadora no país.

A partir deste número do Jornal do Metalúrgico, publicaremos pequenos capítulos da história do Brasil, especialmente da participação da classe operária. Iniciamos com um pequeno trecho retirado de um livro publicado pela Ação Católica Operária sobre o assunto que fala do início da industrialização no Brasil, há mais ou menos 100 anos.¹⁵⁰

Ao todo, foram publicados seis capítulos no jornal, abrangendo o período que se estende do fim da escravidão (1888) até o funcionamento dos sindicatos anteriores ao governo getulista (1930). Os referidos capítulos, extraídos da obra História da Classe Operária no Brasil, foram originalmente publicados pela Ação Católica Operária (ACO), movimento vinculado à Igreja Católica, fundado em 1962. A ACO se caracterizava como uma iniciativa de “natureza educacional e de promoção humana e cristã” assumindo o perfil de “movimento de trabalhadores, educativo e apostólico, dirigido em todos os níveis por eles próprios”.¹⁵¹

¹⁴⁹ **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 8. agosto, 1982. p.8.

¹⁵⁰ *Ibid*, p.8.

¹⁵¹ Estatuto social da Ação Católica Operária. Capítulo I, Art.1. Ainda no primeiro capítulo, ao expor sua finalidade o estatuto afirma quatro pontos: “Art. 3º - A ACO tem por finalidade: a) Agrupar trabalhadores adultos de ambos os sexos, representativos de todas as categorias profissionais, sem distinção de raça, cor, religião e partidarismo, despertando-os e incentivando-os na luta pela justiça, pela igualdade e fraternidade entre todos os homens; b) Comprometer-se com a causa coletiva dos trabalhadores, levando-os a lutar pelos seus direitos na perspectiva de uma fé cristã madura, segundo as exigências evangélicas e a Doutrina Social da Igreja Católica, Apostólica, Romana; c) Formar militantes cristãos operários para atuarem dentro da classe operária, como fermento na transformação dos companheiros e das estruturas sociais, procurando construir uma sociedade justa, livre, igualitária e fraterna; d) Manter um amplo relacionamento com outros movimentos e organizações operárias, de bairro a populares em geral, apoiando-os com sua solidariedade e serviço. **ESTATUTO SOCIAL DA AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA** - ACO. Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/cedic/semui/colecoes/colecao-acao-catolica-operaria/ACO0002-compactado.pdf>. Acesso em 13 nov. 2024.

A seleção dos capítulos, marcada por uma linguagem acessível e de caráter pedagógico, tinha como objetivo estimular os trabalhadores à compreensão histórica das lutas operárias, promovendo o reconhecimento da trajetória de organização da classe trabalhadora no Brasil. Ao disponibilizar esse conteúdo por meio do jornal sindical, buscava-se fomentar a consciência crítica dos leitores, reafirmando a centralidade do sindicato como instrumento de enfrentamento das contradições presentes no contexto sociopolítico contemporâneo.¹⁵²

Em cada edição, o primeiro parágrafo das publicações era dedicado à retomada do capítulo anterior e à introdução dos temas que seriam abordados no novo segmento. Acompanhados por elementos gráficos e por vezes cercado por algumas matérias, os capítulos eram sistematicamente posicionados com destaque na última página do jornal, o que lhes conferia destaque em relação às demais notas. Entre estas, constava a indicação de que a obra completa estava disponível na biblioteca do sindicato, localizada na cidade de São José dos Campos. Tal estratégia editorial evidencia o compromisso da entidade sindical com a formação integral dos trabalhadores, promovendo não apenas o reconhecimento da experiência como vetor de aprendizado, mas a valorização de um conhecimento histórico acerca das lutas operárias no Brasil.

Por meio dessas publicações, buscava-se consolidar a consciência de classe e ampliar a compreensão crítica dos processos que moldaram a trajetória do sindicalismo no país, evidenciando a necessidade de organização dos trabalhadores mesmo em contextos adversos. Os capítulos apresentados retomavam a experiência dos sindicatos anteriores ao governo de Getúlio Vargas em 1930, destacando que “[...] os companheiros terão oportunidade de ver que os verdadeiros sindicatos, criados pela vontade da classe operária, não se preocupavam em oferecer assistencialismo aos trabalhadores”. A partir desse contraponto, reforçava-se a crítica ao modelo sindical marcado pela interferência estatal, vigente durante a Ditadura e vinculado ao rumo assistencialista do movimento. Além disso, ressaltava-se que aqueles primeiros sindicatos, por serem menores, possibilitavam relações de proximidade entre os membros, que se conheciam, cultivavam laços de solidariedade e se dispunham a enfrentar juntos as situações difíceis — fazendo do sindicato não apenas um espaço de proteção, mas sobretudo uma experiência de luta contra a burguesia e o capitalismo.

¹⁵² Foram publicados 5 capítulos, entre agosto e dezembro de 1982.

Para além dos capítulos mais amplos sobre a classe operária nas publicações do jornal, algumas edições abordaram ainda especificamente a perspectiva das mulheres trabalhadoras.¹⁵³ Uma das publicações intitulada “Mulher metalúrgica: venha brigar pelos seus direitos!” representa um esforço significativo de inclusão da pauta de gênero no discurso sindical, em um contexto historicamente marcado pela masculinização dos espaços de luta operária. Com linguagem acessível e tom convocatório, o texto busca dialogar diretamente com as trabalhadoras da indústria metalúrgica, reconhecendo suas múltiplas jornadas — entre o trabalho fabril e as responsabilidades domésticas — e convidando-as à participação ativa no sindicato. A estrutura do texto é construída a partir da experiência cotidiana da mulher trabalhadora, evocando situações de exploração, discriminação e invisibilidade, para então apresentar o sindicato como espaço legítimo de acolhimento e resistência.

A diagramação da página reforça essa intenção: o título em destaque, em letras grandes e negritas, funciona como um chamado à ação, enquanto a fotografia em preto e branco de mulheres caminhando juntas sugere solidariedade e protagonismo feminino. A seção final, intitulada “O NEGÓCIO É BRONQUEAR!”, intensifica o tom combativo, enumerando uma série de situações abusivas enfrentadas pelas trabalhadoras e culminando na orientação clara de buscar o sindicato como forma de enfrentamento. A repetição enfática das expressões como “se não aconteceu com você” e “viu como eles nos jogam umas contra as outras”, cria um ritmo de denúncia que visa despertar indignação e canalizá-la para a organização coletiva. A presença feminina nas fábricas era crescente, mas ainda marcada por desigualdades salariais e barreiras à participação institucional. Nesse sentido, a publicação não apenas informa, mas também educa e mobiliza para a construção da consciência de classe com perspectiva de gênero.

¹⁵³ Sobre as mulheres no *Jornal do Metalúrgico*, suas aparições estavam na maioria das vezes reduzidas ao papel de vítima dentro das fábricas, entre assédios e perseguições. Essas questões situavam-se principalmente na coluna Dito Bronca, onde eram destacadas violências verbais e físicas contra as mulheres.

Figura 7 - “Mulher metalúrgica: venha brigar pelos seus direitos”.

Mulher metalúrgica: venha brigar pelos seus direitos!

A gente passa a maior parte do dia dentro da fábrica; trabalha sem preguiça mesmo nos dias mais difíceis; fica preocupada com o andamento da casa já que não está dando tempo para arrumar daquele jeito que a gente gostaria e nem sempre recebe no serviço o respeito que qualquer trabalhador merece.

Se não aconteceu com você ser discriminada das outras ou até mesmo despedida do emprego porque ficou grávida, já deve ter acontecido com aquela companheira que talvez nem mesmo você tenha dado uma mãozinha para procurar o sindicato e lutar ao lado dela.

Sabe o que acontece? É que em qualquer lugar as mulheres sempre foram consideradas inferiores aos homens, mesmo fazendo serviços iguais aos deles. Mas na fábrica a coisa é pior. Se aconteceu de você não ter feito nada para ajudar uma companheira em dificuldades em alguma ocasião, pode ter certeza que a fábrica tem culpa nisso. Sabe como? Pode ser mandando o encarregado da seção falar para todo mundo que a mulher que fica grávida no emprego é isso ou aquilo e que você que não ficou é melhor, pode ser mandando esse mesmo encarregado mostrar para as outras que ela serviu de exemplo para o que vai acontecer com mais alguém que engravidar. E a porta da rua pode se abrir de novo para qualquer uma de nós. Isso é

ameaça, né? E eles fazem isso só pensando na produção.

Viu como eles nos jogam umas contra as outras? E ficar grávida é um direito humano que *tem* que ser respeitado. Como trabalhadora e ser humano a gente não pode deixar uma companheira nossa ser desrespeitada assim sem fazer nada não é? Afinal estamos todas na mesma barca.

O NEGÓCIO É BRONQUEAR!

Olha que não é só em caso de gravidez que aparecem implicâncias. Às vezes a gente faz o mesmo serviço que o homem e o salário é menor, sem motivo nenhum. Como todo mundo a gente tem vontade de ir no banheiro e qualquer um sabe que esse tipo de coisa não tem hora certa para acontecer. Se for em horário de serviço, fazer o quê? Ir, é claro.

Sabe que até nesse tipo de problema o sindicato está aí para lutar ao nosso lado? Se essas coisas que dificultam o serviço, deixam a gente nervosa, irritada, descontando a raiva dentro de casa, estiverem acontecendo, procure o sindicato, denuncie sem medo, afinal ninguém na fábrica precisa nem vai ficar sabendo disso. *Porinha a bota no mundo!*



Fonte: **Jornal do Metalúrgico**, Ano I, nº1, dezembro de 1981. p.5.

Nesse mesmo contexto, outras publicações voltadas ao Dia Internacional da Mulher ou retomando a dificuldade das trabalhadoras dentro das fábricas foram retomadas pontualmente. Em tom de denúncia, as publicações evidenciavam a o caráter discriminatório nas indústrias que além de oferecerem salários mais baixos, justificavam essas situações descredibilizando as jornadas duplas dessas mulheres que também exerciam o trabalho do cuidado.

Sabem por que os salários são mais baixos? Os patrões dizem que é por causa dos afastamentos por gestações repetidas, períodos de amamentação, cuidados com os filhos e menor força e inteligência. Quer dizer que para trabalhar é inteligente e para receber é burra? O que prova esse pensamento dos empresários é o fato de eles viverem recusando trabalho para as mulheres casadas, principalmente com filhos.¹⁵⁴

Além da maternidade — frequentemente tratada como obstáculo à contratação das mulheres na indústria da base do SMSJR —, o jornal também denunciava outras formas de discriminação, relacionadas à aparência física (a chamada “beleza”), idade, estado civil, local de residência e a uma série de atributos que, em vez de critérios técnicos, funcionavam como

¹⁵⁴ **Jornal do Metalúrgico**. Ano I, nº 7, julho, 1982. p.4.

mecanismos de exclusão.¹⁵⁵ Ao expor tais práticas, o periódico buscava transformar a revolta em ferramenta de mobilização, sobretudo entre as trabalhadoras, que já ocupavam espaço reduzido no sindicato e na própria categoria.¹⁵⁶ Dessa forma, a denúncia não apenas visibilizava desigualdades estruturais, mas buscava ampliar a participação feminina no movimento sindical e convocar as trabalhadoras para se juntarem na luta por direitos.

As publicações voltadas à formação da classe operária no Brasil ou à discussão sobre o espaço ocupado pela mulher na sociedade não eram recorrentes nas páginas do jornal sindical. Isso pode estar relacionado tanto ao espaço editorial limitado quanto à predominância de pautas ligadas aos momentos mais acalorados do contexto político nacional. Assim, conteúdos de caráter formativo eram frequentemente substituídos por anúncios de cursos promovidos pelo sindicato, divulgados com maior intensidade. Esses cursos, de natureza diversa, eram majoritariamente ofertados pela Escola do Trabalhador Metalúrgico (ETAM), instituição dedicada à capacitação de trabalhadores industriais. Entre as formações oferecidas, destacavam-se disciplinas técnicas, como trigonometria, interpretação de desenho técnico e saúde e ambiente de trabalho. Contudo, a oferta não se restringia ao universo fabril: em 1983, por exemplo, foi promovido um curso de xadrez;¹⁵⁷ já em 1985, abriram-se turmas de corte e costura e de literatura,¹⁵⁸ revelando a preocupação em ampliar os horizontes culturais dos trabalhadores para além da especialização profissional.

A formação da classe trabalhadora não se restringia às ações sindicais voltadas à organização política e econômica, também se estendia às iniciativas culturais e de lazer. A promoção de peças teatrais e sessões de cinema pelo sindicato revelava uma preocupação em alcançar não apenas o trabalhador industrial, mas suas famílias, com programações específicas voltadas ao público infantil. Essas atividades, além de oferecerem momentos de recreação, tratavam de temas diretamente relacionados à realidade dos trabalhadores, contribuindo para que se reconhecessem enquanto sujeitos pertencentes a uma classe social historicamente marcada por lutas e resistências.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p.4.

¹⁵⁶ Ao analisar os relatos de Miriam de Oliveira Lazarim, funcionária do setor administrativo da Embraer que atuou junto ao SMSJR, Martins evidencia a reduzida participação feminina no movimento sindical. Segundo o autor, “em decorrência do machismo, as poucas mulheres que ocupavam o espaço do movimento sindical eram alvo de grande atenção da maioria masculina, que também ‘estranhava’ a presença daquelas militantes no meio sindical”. Em seus depoimentos, Miriam reforça esse cenário ao afirmar: “Existiam algumas mulheres, poucas, muito poucas, de outras fábricas. Mas eram muito poucas. Tinha algumas, mas eram poucas. Nossa, muito poucas. Era muito estranho.”. MARTINS, Richard. **Lutas vigiadas: militância operária, retaliação patronal e representação no Vale do Paraíba (1979-1994)**. Salvador, BA: Sagga, 2022. p.101.

¹⁵⁷ **Jornal do Metalúrgico**, Ano II. nº. 15, abril, 1983. p.6.

¹⁵⁸ **Jornal do Metalúrgico**, Ano IV. nº. 25, abril, 1985. p.3.

Em fevereiro de 1982, foi anunciado o início de um circuito de teatro amador, profissional e infantil promovido pelo sindicato, como parte de uma ação articulada por 143 sindicatos do estado de São Paulo.¹⁵⁹ O objetivo era claro: ampliar o acesso ao lazer e à cultura como dimensões fundamentais da vida do trabalhador. Em junho do mesmo ano, uma matéria dedicada ao tema ocupou quase uma página inteira do jornal sindical, sob o título “O teatro representa nossa vida mostrada num palco”. O texto destacava a dificuldade de acesso da classe trabalhadora ao teatro, considerado uma das formas mais expressivas de lazer, e ressaltava seu potencial reflexivo, independentemente do gênero das peças apresentadas.

Mesmo quando é uma comédia que faz todo mundo rir, a peça pode estar transmitindo mensagens importantes sobre a vida do homem, sobre os tempos em que a gente vive e também sobre os sentimentos e formas que o ser humano tem de se comportar diante do mundo. Prestando atenção, a gente vai descobrir que muita coisa encenada pelos atores no palco já foi vivida por nós ou tem tudo a ver com a vida que a gente anda levando.¹⁶⁰

Neste ano foram apresentadas peças "Retalhos", apresentada pelo Grupo Nós, "A Festa do Pastoril Conta Cordel e Mamulengo", com o grupo Teatro Circo Alegria dos Pobres", Edson Sobral com "Humor & Cia." e "Encaixo Tudo, Somo e Incorporo: Oswald" com o grupo Coisa e Tal. Ente amadores e profissionais, as peças foram realizadas com intuito de promover a cultura aos trabalhadores, enquanto produzia críticas ao sistema em que se inseriam.¹⁶¹

A exibição de filmes no contexto sindical seguiu a mesma lógica das atividades teatrais, assumindo uma função formadora e cultural voltada à classe trabalhadora. Em 1984, o *Jornal do Metalúrgico* anunciou a exibição de títulos como *Origens da Riqueza*, *Santo e Jesus: Metalúrgicos*, *Linha de Montagem*, *Em Nome da Segurança Nacional* e *Braços Cruzados*, *Máquinas Paradas*, entre outros. Embora a adesão dos trabalhadores não tenha sido explicitamente registrada nas páginas do jornal, a continuidade das sessões sugere que tais iniciativas despertaram o interesse do público, consolidando-se como uma estratégia eficaz de aproximação entre cultura e consciência de classe.

¹⁵⁹ **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 3, fevereiro, 1982. p.1.

¹⁶⁰ **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 6, junho, 1982. p.8.

¹⁶¹ A proposta de arte operária – encampada por muitos grupos teatrais que atuavam na periferia – ligava dois polos: política e estética. Os trabalhadores chamavam a atenção para um outro tipo de teatro, que buscava, entre outras coisas, o engajamento social aliado ao universo lúdico. [...] O “mundo operário” era escrito e (re)encenado pelos próprio envolvidos. A pouca familiaridade com a leitura, a dificuldade em decorar textos e o ato de representar não foram obstáculos intransponíveis para aqueles homens. PARANHOS, Kátia Rodrigues. O Grupo de Teatro Galpão em cena: arte, cultura e engajamento. *Urdimento*, Florianópolis, v. 1, n. 26, p. 169–180, 2016. DOI: 10.5965/1414573101262016169. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573101262016169>. Acesso em: 30 set. 2025.

Nesse sentido, compreendemos o *Jornal do Metalúrgico* como um espaço de formação de opinião e consciência que extrapolava sua função estritamente informativa. Ao articular temas centrais da realidade operária com práticas culturais e de lazer — como a divulgação de filmes e peças teatrais —, o periódico dialogava diretamente com as experiências cotidianas dos trabalhadores e contribuía para a construção de uma identidade coletiva. Essa atuação insere o jornal no campo da luta de classes como um instrumento cultural e político, operando como espaço de mediação e disputa simbólica no qual os trabalhadores interpretavam sua própria realidade. À luz da perspectiva de E. P. Thompson, a cultura não deve ser entendida como um reflexo passivo da economia, mas como o “termo médio necessário” por meio do qual os sujeitos processam sua experiência histórica e a transformam em consciência política. Assim, ao articular cotidiano, lazer, cinema e teatro, o *Jornal do Metalúrgico* promovia o “manejar” da experiência, conferindo significados coletivos a pressões materiais que, de outra forma, seriam vividas de modo fragmentado. Tal produção cultural configurava-se, portanto, como uma forma de ação de classe, possibilitando que os trabalhadores deixassem de ocupar uma posição passiva diante das determinações estruturais e passassem a se reconhecer como sujeitos históricos capazes de organizar sua intervenção no processo social.¹⁶²

Ao analisar o *Jornal do Metalúrgico* sob a perspectiva de E. P. Thompson, estas iniciativas revelam-se como instrumentos culturais fundamentais situados no terreno da luta de classes. Para o autor, a cultura não é um mero reflexo da economia, mas o “termo médio necessário” e o espaço de mediação e disputa no qual os trabalhadores processam sua experiência histórica. Ao articular o cotidiano operário com o lazer e a arte, o sindicato promove o processo de “manejar” a experiência, transformando sentimentos e pressões materiais em valores coletivos e solidariedade. Essas ações culturais constituem formas de ação de classe, pois permitem que o trabalhador deixe de ser visto como um mero “portador” passivo de determinações estruturais e passe a agir como sujeito e autor de seu próprio drama. Assim, o

¹⁶² Ao recuperar o termo ausente — a experiência —, entendida como elo vital do materialismo histórico e que, segundo o autor, foi objeto de uma tentativa de exclusão por parte das tradições estruturalistas, Thompson introduz de forma articulada o conceito de cultura. Esta é compreendida como o espaço essencial no qual a experiência humana é processada e, posteriormente, transformada em ação social. Thompson argumenta que os indivíduos não apenas refletem passivamente suas condições materiais, mas “tratam” sua experiência na consciência e na cultura de maneiras complexas e “relativamente autônomas”. Embora essa conceituação seja compatível com as hipóteses de Marx e Engels, o autor observa que o termo específico “cultura” não estava plenamente à disposição de Marx nos moldes em que é desenvolvido atualmente. Esse tratamento da experiência ocorre não apenas por meio de ideias abstratas, mas como sentimentos manejados através de normas, valores, obrigações familiares e reciprocidades, o que constitui a consciência afetiva e moral. Dessa forma, o autor sustenta que toda contradição social constitui tanto um conflito de interesses quanto um conflito de valores, assegurando que a luta de classes seja sempre vivida em um terreno cultural. THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

jornal configura-se como um território simbólico e prático de luta, essencial para que a classe se reconheça, se organize e amplie sua consciência social.

Em menor frequência, o jornal também abria espaço para produções literárias, como poemas e cordéis, de sócios do sindicato e de seus familiares. Um exemplo é o cordel de Ludimar Gomes Molina, esposa de um trabalhador da Ericsson cujo nome não foi revelado.¹⁶³ A narrativa abordava temas de amor e ciúme: uma jovem moça vivia sob a vigilância de um coronel ciumento, e pretendentes que se aproximavam eram mortos ou intimidados, até que um “mais corajoso” que a visitava frequentemente se deparou com a figura do coronel e temendo as possíveis consequências, optou por declarar seu amor a ele, dizendo que ele e a “rapariga” eram apenas amigos. A história contada por Ludimar evoca um tom de tensão, que se dissolve em humor no desfecho.

Além do humor, a crítica também estava presente nas páginas do jornal. Publicado em dezembro de 1984, o poema intitulado “Luta secular pela paz” ocupou a última página da edição e, de autoria de Denil W. Tucci, traça um retrato histórico das lutas sociais, evidenciando a resistência e a busca por justiça ao longo do tempo.

Do início dos tempos/ Vozes clamorosas ecoam/ Galopando no lombo dos
raios/ Galgando os séculos/ No trote do trovão.
Olhem lá...
À sombra de servos, / De plebeus, de escravos/ Clamando em brandos altos/
Pelo fim da servidão.
O vento que passa despeja/ Sobre nós a experiência/ Que a história acumulou/
E nos faz seguir, resolutos/ Com o futuro nas mãos.
Olhem-nos cá.../ Braços erguidos, punhos fechados/ Tremor vibrando nas
veias/ Lutando com a força da vida/ pelo fim da exploração.
E ainda podemos nos ver/ Em muitos verões no futuro/ Onde brincam nossos
filhos/ Nossos netos, bisnetos/ Tataranetos talvez...
Olhem-nos lá.../ A todos nós... olhem.../ Pilastras que mantém firme e ereta/ A
felicidade que reina, na paz/ Que resultou dessa luta secular.¹⁶⁴

O poema retrata a luta histórica contra a opressão e a exploração, conectando passado, presente e futuro. Ele inicia evocando os tempos antigos, quando servos, plebeus e escravos lutavam pelo fim da servidão, e avança para o presente, em que a força coletiva e a experiência acumulada da história orientam a resistência. Imagens como “braços erguidos, punhos fechados” simbolizam a ação e a solidariedade na luta, enquanto a repetição de “Olhem” convoca a atenção para o protagonismo das classes populares. Por fim, o poema projeta um

¹⁶³ **Jornal do Metalúrgico**, Ano I. n.º. 12, dezembro, 1982. p.6.

¹⁶⁴ **Jornal do Metalúrgico**, Ano III. n.º. 23, dezembro, 1984. p.8.

futuro idealizado, em que as próximas gerações desfrutavam de liberdade e felicidade, sustentadas pelo legado da luta anterior. Assim, ele funciona como uma celebração da resistência coletiva e da construção histórica da justiça social, evidenciando que avanços sociais são fruto do esforço contínuo e da memória das lutas passadas.

O *Jornal do Metalúrgico* funcionava como um espaço de sociabilidade simbólica, aproximando trabalhadores, sindicalistas e suas famílias, fortalecendo vínculos e criando um senso de comunidade. A publicação de poemas, cordéis, crônicas e charges permitia aos leitores participar da produção cultural, expressando sentimentos, críticas e experiências coletivas. Ao registrar lutas históricas, reivindicações e resistências, o jornal atuava como um arquivo vivo da memória operária, transmitindo experiências entre gerações e contribuindo para a formação de uma consciência crítica. Já o Sindicato, por sua vez, recorria a espaços de sociabilidade concretos — como exposições de filmes, peças teatrais e atividades culturais — que ampliavam os laços de solidariedade e inspiravam ações de luta. Dessa forma, jornal e Sindicato se complementavam: enquanto o periódico promovia participação e engajamento político por meio da escrita e da memória, as práticas culturais promovidas em outros espaços do SMSJR reforçavam a dimensão comunitária e coletiva da experiência sindical.

A sociabilidade em torno do jornal se produzia tanto dentro quanto fora da gráfica, envolvendo aqueles que elaboravam o conteúdo e definiam sua forma e circulação em determinado espaço de tempo. Quando chegava ao público, o jornal ganhava um novo “ciclo de vida”, tornando-se um ponto de encontro simbólico e cultural. Esse espaço de sociabilidade se estendia ao público leitor, já que tratava de questões de interesse coletivo, envolvendo não apenas os metalúrgicos, mas também seus familiares e colegas de trabalho, alcançando inclusive espaços de lazer e convivência fora do chão da fábrica.

Era nesses veículos de comunicação que ocorriam debates e a divulgação de ideias, fortalecendo os valores operários que orientavam a resistência e o enfrentamento dos trabalhadores. Além disso, relatavam-se casos de violência, assédio e abusos cometidos por patrões ou por trabalhadores em posições hierárquicas superiores. O *Jornal do Metalúrgico*, ao veicular conteúdo de caráter propagandista de esquerda, posicionava-se de forma contrária às narrativas da extrema direita, consolidando seu compromisso com a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Em 1984, ano em que a nova diretoria liderada por José Luiz Gonçalves, assumiu o comando do sindicato dos metalúrgicos, foi utilizada a edição de agosto do mesmo ano para

denunciar os perigos que a organização estava correndo.¹⁶⁵ A diretoria afirma que em poucos meses a categoria havia ganhado “dignidade e confiança, levantando a cabeça, exigindo um tratamento decente dos patrões”, na sequência a diretoria afirma que as mudanças que haviam conquistado até aquele momento foram acompanhadas também pelos patrões e pelo governo por meio dos órgãos militares e do Ministério do Trabalho, a quem pouco interessava a independência da classe trabalhadora. Revelam ainda ameaças e atentados contra alguns dos trabalhadores mais combativos dentro das fabricas, na sequência explicam que boletins foram distribuídos provavelmente “por grupos de extrema direita, ligado aos patrões fascistas”, culminando numa tentativa de incêndio ao carro do presidente do sindicato. Finalizam a nota chamando a atenção do trabalhador para o que estava acontecendo

Companheiros, todos esses acontecimentos têm um alvo. O que os patrões, o governo e esses elementos de extrema direita estão querendo fazer é nos intimidar e nos confundir. É nessas horas que todos os companheiros devem estar unidos com a diretoria do sindicato. Ninguém deve dar ouvido a boatos. Vamos organizar grupos de companheiros para todos os dias, irem ao Sindicato discutir os acontecimentos. Nesse jornal, aqui mesmo nesta página, estamos mostrando alguns exemplos dos fatos sobre os quais estamos referindo.

A Diretoria.¹⁶⁶

A página do jornal retratava situações de repressão a trabalhadores na National e na Embraer, utilizando fotografias e textos para denunciar os abusos. No caso da National, duas imagens ilustravam a violência: uma mostrava um trabalhador sendo carregado nos braços pelos colegas, e outra registrava um trabalhador sendo retirado à força da fábrica por policiais, acompanhadas da legenda “Na National, a repressão selvagem dos japoneses contra os trabalhadores”. O texto detalhava as ações da empresa diante das reivindicações salariais, incluindo a repressão de homens e mulheres — a maioria menores de idade — e o afastamento de dois diretores do sindicato, Amélia Naomi e Edir Francisco Soares. O sindicato atribuía a “estupidez e intransigência” da empresa ao contato direto com a Polícia Militar para reprimir os trabalhadores.

Na Embraer, um caso semelhante ocorreu durante a greve de agosto de 1983, quando 155 trabalhadores foram afastados, incluindo os diretores da base do sindicato João Pedro Pires e Francisco Assis Souza. Além disso, militares que não pertenciam ao quadro de funcionários da empresa interrogaram trabalhadores para verificar sua participação na greve, esperando que,

¹⁶⁵ **Jornal do Metalúrgico**, Ano III. nº. 21, agosto, 1984. p.2.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p.2.

durante os depoimentos, revelassem nomes de colegas envolvidos. A Embraer justificou os interrogatórios sob a alegação de não querer cometer injustiças, mas o sindicato reforçou que a verdadeira injustiça foi o afastamento de 155 trabalhadores, desrespeitando o direito ao trabalho garantido pela Constituição, o qual “a Embraer, dirigida por militares que implementaram a ditadura no país há 20 anos, não respeitou”.¹⁶⁷

Em ambos os casos, o jornal utilizava imagens e textos para denunciar a repressão e fortalecer a consciência coletiva, consolidando-se como um espaço de visibilidade e mobilização para os trabalhadores e a comunidade sindical. As críticas contundentes dirigidas ao governo, aos patrões, aos grupos de extrema direita e aos militares evidenciavam de forma precisa o ponto de vista da diretoria, ao mesmo tempo em que denunciavam práticas contrárias aos interesses dos trabalhadores. Na contramão da grande mídia, que frequentemente retratava os atos da organização sindical como vandalismo, o jornal construía um contradiscurso, alertando para boletins falsificados e boatos e buscando incentivar a coesão e o fortalecimento da base sindical.

A sociabilização dessas informações extrapolava os limites da categoria metalúrgica, atingindo trabalhadores de diferentes empresas, fossem elas da base do sindicato ou não. Ao se depararem com as denúncias de repressão e abusos relatados no jornal, os leitores não apenas se informavam, mas também se reconheciam nas experiências de seus companheiros, fortalecendo um sentimento de pertencimento comum. Esse processo de identificação coletiva produzia laços de solidariedade e contribuía para a construção de uma consciência de classe, em que a injustiça sofrida por um trabalhador passava a ser entendida como ofensa à coletividade.

A identidade de ser metalúrgico era constantemente reafirmada nas páginas do jornal, onde a noção de pertencimento à categoria estava atrelada à disposição para a luta e ao enfrentamento das adversidades, mesmo quando estas não atingiam diretamente cada trabalhador. Ser metalúrgico significava, portanto, assumir um compromisso coletivo, colocando-se ao lado dos companheiros em momentos de repressão, greve ou perseguição. Essa construção simbólica, reiterada edição após edição, reforçava uma ética da solidariedade e do engajamento político, projetando a categoria como sujeito ativo da resistência e como referência para outros setores da classe trabalhadora.

Essas percepções tornavam-se ainda mais evidentes na coluna Dito Bronca, considerada o carro-chefe do *Jornal do Metalúrgico*. Criado como um personagem fictício que dava voz ao

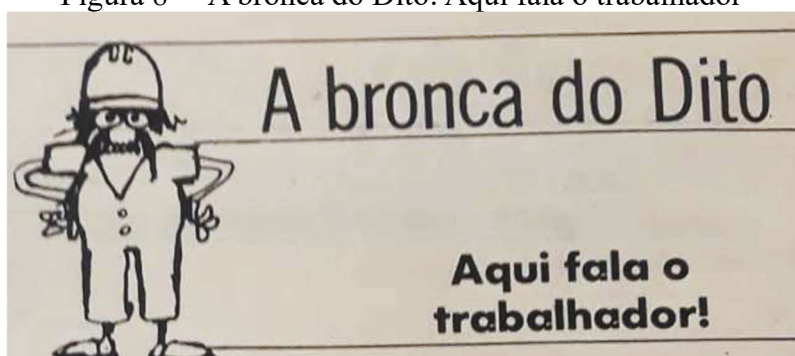
¹⁶⁷ *Ibid.*, p.2.

trabalhador comum, Dito Bronca representava o cotidiano no chão da fábrica, expressando indignações, ironias e críticas. A coluna cumpria uma dupla função: de um lado, reforçava a identificação e a sociabilidade ao compartilhar experiências vividas coletivamente pelos operários; de outro, assumia um tom de denúncia contra práticas patronais, abusos hierárquicos e injustiças. Nesse sentido, Dito Bronca se consolidava como um espaço simbólico de resistência, aproximando linguagem popular, humor e crítica social em um mesmo recurso comunicativo.

2.2 A centralidade da coluna Dito Bronca como voz operária.

No quesito comunicação, a incorporação de um personagem que serviu como um cimento entre o sindicato e os trabalhadores foi fundamental para maior divulgação do *Jornal do Metalúrgico*, pois ao perceberem que seus relatos estavam sendo apresentados e perceberem que outros trabalhadores passavam pela mesma situação, o sentido de união era reforçado. Esse papel coube à figura de *Dito Bronca*, personagem fictício criado por Henfil no ano de 1979 a pedido de metalúrgicos da OM-SMSJR. Com sarcasmo e ironia, o personagem replicava a fala dos trabalhadores, inicialmente apresentadas para diretores sindicais por meio de bilhetes anônimos, se tratando de assuntos os mais diversos (saúde, alimentação, transporte e, na maioria, perseguição no ambiente de trabalho) e ao final da bronca, *Dito* dava uma “chamada” nos patrões para que resolvessem as situações ali abordadas.

Figura 8 - "A bronca do Dito: Aqui fala o trabalhador"



Fonte: *Jornal do Metalúrgico*, Ano I, nº1, dezembro de 1981. p.2.

O personagem caricato, com bigode grande, capacete e uniforme simples, remete a imagem do trabalhador da indústria, enquanto sua expressão séria e o corpo inclinado para frente, de braços na cintura, transmitem indignação e cobrança. O próprio nome, “Dito Bronca”, reforça essa identidade: remete à oralidade e ao linguajar popular, associando-o à crítica

cotidiana e às queixas típicas do ambiente de fábrica. Sua função no jornal não é a de dirigente sindical ou intelectual, mas a de trabalhador comum, tornando-se porta-voz da base e reforçando a inscrição “Aqui fala o trabalhador!”. Dessa forma, o personagem estabelece um espaço de identificação com o leitor, que se reconhece nas denúncias e reclamações apresentadas.

A criação do *Dito Bronca* insere-se em uma tradição mais ampla do sindicalismo brasileiro, em que diferentes entidades recorreram a personagens fictícios para estabelecer um elo direto com sua base operária. Entre os exemplos estão o “Zé Protesto” (Sindicato dos Metalúrgicos de Santos), o “Décio Malho” (Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) e, de maneira mais consolidada, o “João Ferrador” (Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo). Este último, também criado por Henfil, passou a circular na *Tribuna Metalúrgica* desde o início da década de 1970, tornando-se um porta-voz dos trabalhadores por meio de bilhetes curtos, ácidos e irônicos que representavam seu cotidiano.¹⁶⁸ Nesse sentido, ao observar a aproximação do SMSJR e outras entidades sindicais do estado de São Paulo, notamos uma proximidade entre as bases sindicais e suas formas de alcançar o público leitor, sendo ele sindicalizado ou não, e aproximá-los do que buscavam para um sindicalismo autêntico.

Presente desde a primeira edição do *Jornal do Metalúrgico*, o personagem Dito Bronca inicialmente ocupava as páginas de abertura do periódico, garantindo destaque imediato ao leitor. A partir de janeiro de 1983, suas broncas passaram a ser publicadas na sexta página, uma alteração que sugere uma estratégia editorial pensada para estimular a leitura integral do jornal, incentivando os trabalhadores a percorrerem diversas seções até alcançar a coluna de interesse. Ao longo do tempo, a coluna continuou a se deslocar, fixando-se finalmente na última página, o que evidencia o cuidado do corpo editorial em combinar entretenimento, identificação do leitor e circulação da informação política.

Além da movimentação física da coluna, o próprio personagem passou por mudanças simbólicas: seu bordão inicial — “Aqui fala o trabalhador” ou “Quem fala é o trabalhador”, usado entre 1981 e 1983 — foi substituído, a partir de 1988, por “Aqui toda safadeza será

¹⁶⁸ Ao estabelecer um enunciado de força ao se referir a um “sindicalismo atuante e autêntico”, e, consequentemente, uma imagem vigorosa, positiva do sindicato, João Ferrador tem em vista suscitar uma vontade de participação e mobilização dos trabalhadores metalúrgicos. Cabe frisar que essa intenção encontrava respaldo em outras colunas do jornal. Se o Bilhete do João Ferrador tratava de examinar o cotidiano dos metalúrgicos (custo de vida, política salarial, os problemas com a aquisição da casa própria, o desemprego etc.), o objetivo final teria como alvo os próprios trabalhadores. Desenvolvendo, portanto, uma lógica de identificação operária na qual a categoria reconhecia-se pelo trabalho fabril e, necessariamente, como “classe”. PARANHOS, 1999, p.6.

castigada”, reforçando o tom crítico e a função de denúncia do personagem¹⁶⁹. Em 1984, Dito Bronca foi formalmente apresentado aos operários, numa coluna em que relatava sua criação por Henfil durante uma passeata pela Anistia “geral, ampla e irrestrita” e seu compromisso em bronear contra patrões e chefes “metidos a ditadores”. O texto ainda esclarecia seu afastamento temporário em algumas edições, relacionando-o ao contexto das eleições sindicais e reforçando sua independência em relação a qualquer diretoria.

Eu sou de toda a categoria dos metalúrgicos de São José dos Campos, Jacareí, Caçapava e Santa Branca. [...] Embora distante, jamais deixei os companheiros. Sei, por exemplo, que til coisas mudaram muito com a nova diretoria. Por isso não quero ficar para trás. Eu sempre fui só de dar broncas nos chefes e patrões, mas do jeito que andam as coisas, vou começar a falar também de outros problemas.

Vocês querem ver? Esse negócio de não deixarem a gente votar para presidente, não merece uma bronca do tamanho do Brasil? Pois é, companheiros, as broncas de agora em diante não vão ser endereçadas somente aos chefes e patrões não. Ela vai sobrar para mais gente. E por falar em bronca, se você quiser ver sua bronca publicada no jornal ou no suplemente semana, mande-a para o Sindicato. Tá dando, até comichão na garganta de vontade de bronear. E se o negócio é esse, mãos à obra...¹⁷⁰

O discurso do personagem reforça e amplia essas funções. Ao afirmar que é “de toda a categoria dos metalúrgicos de São José dos Campos, Jacareí, Caçapava e Santa Branca” e que, embora distante, jamais deixou os companheiros, Dito Bronca estabelece um vínculo direto com os leitores, promovendo identificação e solidariedade. A partir desse ponto, suas críticas passam a abordar questões mais amplas, as ações governamentais contra a classe trabalhadora, postura que refletia a posição da nova diretoria sindical, refletindo a complexidade das relações de trabalho e do contexto político da época. Além disso, ao convidar os leitores a enviarem suas próprias broncas para publicação, a coluna se consolida como um espaço de sociabilidade e engajamento coletivo, mediando a expressão das experiências, reivindicações e frustrações da categoria. Dito Bronca, por sua vez, foi consolidado a partir dessa publicação como um personagem crítico e articulador de consciência coletiva, fortalecendo a presença política e social dos trabalhadores no cotidiano da fábrica e do sindicato.

As aparições de Dito Bronca não se restringiam às broncas; o personagem também ocupava outros espaços ao longo do jornal, funcionando como um veículo de informação e

¹⁶⁹ Este bordão foi utilizado em apenas algumas edições do ano de 1988, ocorrendo uma nova mudança no ano de 1989, onde a coluna passou a se chamar apenas “Coluna do Dito Bronca”.

¹⁷⁰ **Jornal do Metalúrgico**. Ano III. nº 21 agosto, 1984. p.4

aproximação com os trabalhadores. Ele comunicava o estado de saúde de Henfil,¹⁷¹ informava sobre a reestruturação e a veiculação do próprio jornal,¹⁷² anunciava greves e assembleias, demonstrando uma função prática de mediação entre o sindicato e a categoria. A partir de 1989, suas aparições se tornaram ainda mais frequentes, consolidando Dito Bronca como uma presença constante e multifuncional, que unia crítica, informação e sociabilidade no cotidiano do trabalhador metalúrgico.

Assim, Dito Bronca representava os vários “Ditos” que compunham a base operária do sindicato, funcionando como um reflexo e um guia das práticas, valores e expectativas da categoria. A partir da personagem, o jornal delineava o que seria o metalúrgico ideal: um trabalhador engajado, crítico, consciente de seus direitos e responsabilidades, pronto para enfrentar os desafios no chão da fábrica e participar ativamente da vida sindical.

Figura 9 - "Greve mostrou a força da categoria"



Fonte: **Jornal do Metalúrgico**, Ano VII, nº 49 maio, 1989. p.1.

Uma das capas do *Jornal do Metalúrgico* de maio de 1989 ilustra claramente a personificação dos diversos “Ditos”, ao retratar sua mobilização durante uma greve que envolveu 20 fábricas da base sindical, somando 37 mil trabalhadores por 30 dias, configurando a maior greve da história de São José dos Campos. Essa mobilização vitoriosa, iniciada na campanha salarial daquele ano em resposta ao maior arrocho salarial enfrentado com o Plano Verão do governo de José Sarney, uniu mensalistas e horistas, trabalhadores da GM e da Embraer. O resultado da greve superou significativamente as propostas patronais e do Tribunal Regional do Trabalho: os trabalhadores conquistaram aumentos salariais entre 45% e 57%, valores muito superiores aos oferecidos pela Fiesp (15%) e pelo TRT (29%). A capa do jornal, ao personificar os trabalhadores por meio de Dito Bronca, reforça não apenas o papel simbólico

¹⁷¹ **Jornal do Metalúrgico**. Ano III. nº 29 outubro, 1987. p.1.

¹⁷² **Jornal do Metalúrgico**. Ano III. nº 33 agosto, 1988. p.2.

do personagem, mas a eficácia da organização coletiva e da solidariedade entre os metalúrgicos na defesa de seus direitos.

Os diversos espaços ocupados por Dito Bronca ao longo do jornal transcendem a função de mero recurso imagético, atuando como uma expressão simbólica de resistência e identidade proletária.¹⁷³ Longe de ser uma "reliquia" descontextualizada, o Dito Bronca assume uma função dinâmica e atual, manifestando o que Gramsci define como uma “concepção do mundo e da vida” das classes subalternas. Através de suas "broncas", o personagem vocaliza uma "moral do povo" — um conjunto de normas e valores da comunidade operária que se choca com a hegemonia burguesa — organizando o senso comum em direção à formação de uma consciência de classe enraizada na experiência vivida da exploração.¹⁷⁴

Embora os outros espaços do jornal também cumprissem a função de aproximar os leitores das demais matérias, o que realmente despertava maior interesse era a Coluna Dito Bronca, devido ao seu tom crítico, ácido e direto. O personagem assumia a responsabilidade pelas denúncias feitas pelos trabalhadores, muitas vezes enviadas de forma anônima, seja por bilhetes intermediados por diretores do sindicato dentro das fábricas ou por denúncias realizadas pessoalmente na sede da entidade. Essa dinâmica conferia à coluna uma dimensão participativa: os leitores não eram apenas consumidores da informação, mas atores ativos na produção do conteúdo, tornando-se parte do processo de denúncia e debate sobre as condições

¹⁷³ “A imprensa sindical desempenha um papel multifuncional nesse processo, veiculando o projeto da diretoria do Sindicato e da coalizão que a sustenta, mas também dando voz a atores que constituem o público-alvo do projeto, ou que detêm legitimidade para falar pelas páginas do jornal. A imprensa sindical informa a categoria, mas também a forma. Fala em seu nome interpelando empresários, políticos e governantes, mas também é interpelada por trabalhadores e trabalhadoras que enviam suas cartas, notas e denúncias à Redação.”. PEREIRA NETO, Murilo Leal. O Jornal O Metalúrgico como fonte para uma história social “vista de baixo para cima”. **Revista Fontes**. v.4. n.7. jul/dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/fontes/article/view/9152>. Acesso em: 6 set. 2023. p.26.

¹⁷⁴ Daniel Custódio Faria interpreta a coluna *Dito Bronca* a partir do conceito de *Folkcomunicação*, definido como um “processo de intercâmbio de informações e manifestações de opiniões, ideias e atitudes da massa, por intermédio de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore”. Embora essa perspectiva destaque a dimensão popular da comunicação, buscamos enfatizar que o *Jornal do Metalúrgico* não trata o folclore como uma “ruína desmoronada” ou mera sobrevivência mecânica do passado, como criticava Thompson. Pelo contrário, as colunas assumem o que Gramsci define como uma concepção do mundo e da vida das classes subalternas, manifestando uma “moral do povo” que frequentemente se choca com as normas oficiais. Assim, o jornal não apenas traduz a voz do povo, mas organiza o folclore como um “contra teatro” — um recurso simbólico de resistência que desafia o teatro do poder e da majestade das classes dominantes. Enraizados em experiências populares, esses instrumentos transformam o folclore em um elemento intrínseco ao modo de produção, e não um mero reflexo secundário da economia. Nesse sentido, aproximamo-nos de Thompson e Gramsci para quem o folclore e o senso comum são estratos inovadores e criadores, capazes de organizar a consciência operária em uma práxis coletiva e ação contra hegemônica orientada para a solidariedade e a luta. FARIA, Daniel Custódio. Dito Bronca: a voz que ecoa do chão de fábrica. **Comunicação e Estratégia**. v.3. n.5. p.1-15. dez. 2006. THOMPSON, E.P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001. GRAMSCI, A. Observações sobre o “folclore”. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

de trabalho. Além disso, o caráter incisivo e direto das broncas reforçava a identificação do público com o personagem, consolidando-o como um porta-voz coletivo que traduzia as experiências, frustrações e reivindicações da categoria.

A veiculação de informações seguindo uma política de anonimato¹⁷⁵ conferia aos trabalhadores uma sensação de segurança frente às possíveis repressões e perseguições dentro das indústrias. Nesse sentido, as denúncias anônimas podem ser compreendidas como uma forma cotidiana de resistência, na qual os operários buscam contestar e rejeitar as demandas das classes superiores, priorizando suas próprias necessidades imediatas sem se expor diretamente a retaliações. Ao utilizar o anonimato como estratégia, esses trabalhadores preservam sua integridade enquanto praticam insubordinação e reivindicam direitos, configurando uma forma de resistência silenciosa, porém efetiva, especialmente considerando que os jornais circulavam dentro das fábricas e em outras instâncias de vigilância, de modo que as críticas não permaneciam restritas apenas ao universo dos trabalhadores, tornando-se uma forma de resistência.¹⁷⁶

Entre 1981 e 1992, a coluna *Dito Bronca* apareceu em 107 edições. A maioria das broncas veiculadas não apenas expressava os interesses cotidianos dos trabalhadores fabris, mas refletia suas expectativas e experiências de vida dentro da fábrica. Grande parte das denúncias era direcionada àqueles operários que, ao assumirem cargos de chefia, passavam a moldar sua postura de maneira autoritária, tratando os colegas com arrogância ou grosseria e fazendo com que a vontade dos patrões se sobrepusesse às necessidades da categoria. Esse comportamento era percebido pelos trabalhadores como uma ruptura da solidariedade construída coletivamente,

¹⁷⁵ Ao tratar da política do anonimato, James Scott concentra-se principalmente em movimentos que não possuíam coordenação formal, defendendo a tese de que as formas cotidianas de resistência podem deixar vestígios tão significativos quanto as revoltas de maior escala. Essas últimas, embora possam resultar em conquistas ou derrotas, também podem desencadear processos repressivos por parte do Estado ao compreender as estratégias de mobilização utilizadas. Nesse contexto, as “armas” das pessoas comuns para enfrentar diariamente a exploração incluem “a relutância, a dissimulação, a falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocações de incêndio, sabotagem, e assim por diante”. SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 5, p. 217–243, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1764>. Acesso em: 9 jun. 2024.

¹⁷⁶ Segundo E. P. Thompson, as cartas de anonimato são as formas mais primitivas de protesto social e industrial. Ao realizar um estudo sobre cartas anônimas enviadas ao jornal *The London Gazette*, o autor emprega ao anonimato um forma de resolução de desagrvos pessoais ou um meio de extorsão, com intuito de gerar naqueles que recebiam as cartas medo, ansiedade e desespero. As cartas anônimas analisadas, eram publicadas no jornal supracitado com o intuito de encontrarem aqueles que as enviavam, sendo na grande parte das vezes oferecidas ofertas em dinheiro. Por fim, Thompson afirma que mal conseguiu chegar aos autores das cartas, entretanto, quando essas apareciam estavam associadas a homens da classe trabalhadora que sofriam de danos comuns, dentre elas a fome e a exploração, assim o anonimato seria uma forma de resistência que permitiria que aquele trabalhador que estava conformado de que seria empregado pelo resto de sua vida tinha de mostrar sua indignação. THOMPSON, Edward Palmer. **El delito de anonimato**. In: Tradición, revuelta y conciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Editorial Crítica: Barcelona, 1984.

levando-os a classificar esses superiores como “puxa-saco” ou “pelego”, expressões que denunciavam a perda de compromisso com a classe e a subordinação aos interesses patronais.¹⁷⁷

Tabela 1 - Coluna Dito Bronca entre 1981 e 1992.

Coluna Dito Bronca no <i>Jornal do Metalúrgico</i>	
Ano	Total em edições
1981	1
1982	9
1983	4
1984	1
1985	0
1986	0
1987	1
1988	3
1989	29
1990	14
1991	22
1992	23

Fonte: **Arquivo Pessoal**, 2025.

A seguir, trataremos com mais precisão dessas broncas, organizando-as em categorias que evidenciam as principais reivindicações e denúncias dos trabalhadores ao longo do período. Vale destacar que as broncas não apenas refletiam os interesses da categoria, também influenciavam o conteúdo veiculado no jornal — e, ao mesmo tempo, eram mediadas pelo corpo editorial, que decidia quais denúncias seriam publicadas. Dessa forma, a coluna funcionava como um espaço de negociação entre a voz dos trabalhadores e a curadoria editorial, consolidando-se como um instrumento tanto de expressão coletiva quanto de mediação jornalística.

¹⁷⁷ MEDEIROS, Mônica Xavier de. **Bom mesmo é ser metalúrgico**: vivências de trabalhadores metalúrgicos na cidade de São José dos Campos - SP. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. p.43.

2.3 E toda safadeza foi castigada? Autoritarismo, saúde e alimentação: as questões dos trabalhadores para o Dito Bronca.

Como mencionado, a coluna de broncas esteve presente no *Jornal do Metalúrgico* desde sua primeira edição, trazendo majoritariamente críticas às empresas e aos chefes diretos, que constituíam a principal fonte de frustração dos trabalhadores. Logo na primeira publicação, observa-se um padrão que se repetiria ao longo dos anos: embora o anonimato dos operários fosse preservado, os nomes de chefes e patrões eram expostos sem qualquer constrangimento. Assim, surgiam denúncias como a de Douglas, da Serviplan, acusado de realizar pagamentos incorretos em desrespeito aos acordos firmados entre sindicato e fábrica;¹⁷⁸ de Sueli, chefe do Departamento Pessoal da Mupre, que ameaçava funcionários demitidos afirmando que não conseguiriam mais emprego na região;¹⁷⁹ ou ainda do encarregado Paiva, da GM, que obrigava trabalhadores a seguirem em atividade mesmo feridos ou sem condições de saúde.¹⁸⁰ Casos como esses, multiplicados ao longo das edições, revelam o descontentamento com figuras que, ao ascenderem a cargos de chefia, passavam a se distanciar da solidariedade operária e a reproduzir práticas autoritárias.

Em 1984, uma dessas broncas expressava de maneira exemplar essa insatisfação generalizada com o desrespeito cotidiano nas fábricas. Embora registrasse uma situação específica na Mafersa, o conteúdo da denúncia refletia um sentimento mais amplo, recorrente nas páginas do jornal, que se estendia a diferentes empresas e experiências de trabalhadores da categoria.

A gente tá cansado de saber que todo chefe gostaria, um dia, de ser patrão. Como não conseguem, acabam sendo mais realistas que o rei, isto é, não medem esforços para alcançar objetivos escusos. É que volta e meia está acontecendo na Mafersa, onde os trabalhadores, por pura implicação dos chefes, não podem deixar o local de trabalho para resolver problemas particulares, que não podem ser resolvidos, por exemplo, pela esposa ou parentes. O último caso grave nesse sentido acontecido na Mafersa, foi em maio passado, quando um companheiro precisava levar seu filho para ser internado em Campos do Jordão e foi escalado pelo sr. Mário Flores para fazer hora extra. Diante da recusa do companheiro, o sr. Mário Flores chegou a redigir uma advertência ao trabalhador, que só não foi entregue porque o sindicato pressionou. O seu Flores, para com isso. Puxa-saquismo não da camisa pra ninguém.¹⁸¹

¹⁷⁸ *Jornal do Metalúrgico*. Ano I. nº 1. dezembro 1981. p.2.

¹⁷⁹ *Jornal do Metalúrgico*. Ano I. nº 6. junho 1982. p. 2.

¹⁸⁰ *Jornal do Metalúrgico*, Ano II. nº. 13, janeiro, 1983. p.2.

¹⁸¹ *Jornal do Metalúrgico*. Ano III. nº 21 agosto, 1984. p.4.

O texto revela a percepção, bastante difundida entre os trabalhadores, de que os chefes buscavam se diferenciar dos demais operários e se aproximar dos patrões, comportamento interpretado como “puxa-saquismo” e, portanto, como uma quebra da solidariedade de classe. A bronca denuncia uma situação específica – a tentativa de impedir que um trabalhador acompanhasse o filho em situação de saúde grave –, mas, ao mesmo tempo, generaliza o comportamento como prática recorrente da chefia. Nesse sentido, a nomeação explícita do encarregado, Mário Flores, cumpre um papel central: expõe publicamente a figura de autoridade, invertendo a lógica hierárquica ao transformar o chefe em alvo de crítica e ridicularização diante de toda a categoria. O episódio também ilustra o papel mediador do sindicato, cuja intervenção impediu a aplicação da advertência ao trabalhador, reforçando a função do jornal como espaço de denúncia e pressão política.

O uso de apelidos e adjetivos depreciativos para se referir aos chefes reforça o caráter satírico e popular da coluna, aproximando-a de formas tradicionais da cultura oral em que a ridicularização funciona como arma simbólica contra figuras de autoridade. Ao transformar a chefe do Departamento Pessoal da Mupre em “a fera”,¹⁸² o jornal não apenas denunciava sua postura autoritária, mas a inseria em uma lógica de caricatura, desumanizando-a e colocando-a sob julgamento coletivo. Nesse caso, a resposta de Dito Bronca — que caracteriza a atitude da chefe como “policial” e adverte que muitos dos companheiros estariam dispostos a se defenderem — intensifica a mensagem política da bronca. O texto, ao mesmo tempo em que ameaça simbolicamente a superiora, reafirma a solidariedade entre os operários, sugerindo que qualquer injustiça não seria tolerada individualmente, mas enfrentada de forma coletiva. A frase de encerramento, “cuidado viu, D. Sueli!”, sintetiza esse movimento: mais do que um recado pessoal, é uma advertência pública, publicada em um meio de circulação entre os trabalhadores e que, portanto, amplificava o constrangimento da figura criticada.¹⁸³

O caso do supervisor apelidado de “Zé Galinha”, na GM, mostra de forma clara a utilização do humor e da caricatura como recursos de deslegitimação da autoridade fabril. O apelido, que remete à covardia e ao ridículo, minava simbolicamente a posição de poder do chefe, transformando-o em alvo de zombaria coletiva. A bronca expõe práticas de controle rígido — como a proibição de ir ao banheiro durante a produção e as constantes ameaças aos operários —, mas a crítica não se limita à denúncia: ela se converte em ridicularização pública,

¹⁸² **Jornal do Metalúrgico**. Ano I. nº 6. junho 1982. p. 2.

¹⁸³ *Ibid.*, p.2.

com a sugestão de que o supervisor deveria “cacarejar” diante do patrão, e não contra os subordinados.¹⁸⁴ Situação semelhante aparece quando outros supervisores da GM, como Paiva e Donizete, também foram denunciados e caricaturados como “feras”, reiterando um padrão de comportamento abusivo da chefia. Além da bronca, o conteúdo foi veiculado com uma charge, contribuindo para a estratégia de constrangimento público.

Prá eles o trabalhador não tem direito à hora do café ou do banheiro, como se ainda estivéssemos no tempo da escravidão. Os babacas vivem arreganhando os dentes e ameaçando os funcionários, dizendo que quem levar atestado médico vai ser mandado embora. Seria bom que eles tomassem cuidado, porque um dia, as "feras" também podem perder os seus dentinhos...¹⁸⁵

Figura 10 - "As feras da GM"



Fonte: **Jornal de Metalúrgico**. Ano VI, nº 33, agosto, 1988. p.4.

Os conflitos com os chefes diretos emergiam, em grande medida, de questões básicas do cotidiano fabril, como o direito de utilizar o banheiro, fazer pausas para o café ou apresentar atestados médicos sem sofrer represálias. A negação desses direitos fundamentais era percebida pelos trabalhadores como uma forma de violência e desumanização, frequentemente comparada a resquícios de práticas escravistas. Nessas situações, as broncas assumiam um tom mais enfático e combativo, recorrendo à metáfora das “feras” que poderiam perder os seus “dentinhas”, formulação que combinava ironia e ameaça velada. A advertência poderia ser entendida tanto como um risco de retaliação direta dos trabalhadores quanto como a possibilidade de responsabilização formal, através da atuação sindical e jurídica.

¹⁸⁴ **Jornal de Metalúrgico**. Ano V, nº 29, outubro, 1987. p.4.

¹⁸⁵ **Jornal de Metalúrgico**. Ano VI, nº 33, agosto, 1988. p.4.

Por se tratar de um jornal com circulação dentro das próprias fábricas, as broncas inevitavelmente alcançavam aqueles que eram alvo das críticas, criando uma dinâmica de confronto indireto entre trabalhadores e chefes. Um exemplo significativo ocorreu após a publicação da bronca contra Donizete e Paiva: na edição seguinte, Donizete abordou um dos dirigentes sindicais enquanto este distribuía o jornal na GM, ironizando que gostaria de ver seu “puxa-saquismo” estampado na primeira página, já que a aparição na página 4 “só” lhe havia rendido 10% de aumento.¹⁸⁶ A fala, carregada de sarcasmo, expõe dois aspectos centrais. Em primeiro lugar, demonstra que a circulação do jornal tinha efeitos concretos dentro da hierarquia fabril, atingindo a imagem dos supervisores e, paradoxalmente, podendo até favorecer sua negociação de vantagens individuais. Em segundo lugar, a própria referência à GM sugere que os supervisores reconheciam e até admitiam que a empresa estimulava práticas de opressão e autoritarismo, transformando o ambiente fabril em um espaço de permanente insatisfação e conflito.¹⁸⁷ Desse modo, o episódio não apenas confirma a eficácia das broncas como instrumento de exposição e ridicularização, mas evidencia a contradição entre a resistência coletiva dos trabalhadores e as formas de acomodação ou oportunismo de certos chefes diante da pressão pública.

As práticas de violência e controle sobre os trabalhadores não se restringiam às linhas de produção, estendendo-se também aos departamentos médicos e de pessoal, o que ampliava significativamente o alcance da opressão dentro das fábricas. Um tema recorrente eram os impedimentos e ameaças relacionados à entrega de atestados médicos, que ocuparam grande parte das broncas publicadas na coluna. Em 1988, diversas denúncias ilustravam essa dinâmica. Uma delas envolvia o Dr. Sidnei, responsável pelo departamento médico da Philips, que intimidava os médicos dos convênios a não fornecerem atestados sob ameaça de exclusão do convênio, levantando a questão: “os médicos estariam a serviço da saúde dos trabalhadores ou do lucro da empresa?”¹⁸⁸ Na GM, o supervisor “Lambretinha” perseguia operários que apresentassem atestados, fazendo-os perder dias de trabalho, ao que Dito Bronca respondia com uma ameaça simbólica: “Não sei, não, mas qualquer hora furam o teu pneu...”.¹⁸⁹ Por fim, na

¹⁸⁶ **Jornal de Metalúrgico**. Ano VI, nº 34, setembro, 1988. p.4.

¹⁸⁷ Os casos de pressão dentro das empresas contra os trabalhadores são amplamente abordados por Martins, além dos sistemas de vigilância instalado dentro dessas indústrias. A GM, por ser uma das empresas com maior número de empregados as base, constituía também uma das que mais reforçava o policiamento em momentos de agitação. Dessa forma, não estranharíamos se o aumento a chefes, líderes e supervisores fosse realizado em momentos de atitudes contrárias ao que era colocadas como boas pelo sindicato. Cf. MARTINS, Richard. **Lutas vigiadas: militância operária, retaliação patronal e representação no Vale do Paraíba (1979-1994)**. Salvador, BA: Sagga, 2022.

¹⁸⁸ **Jornal de Metalúrgico**. Ano VI, nº 33, agosto, 1988. p.4.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p.4.

Avibras, o engenheiro de segurança Cláudio, apelidado de “bem-dotado”, extrapolava suas funções ao questionar laudos médicos da Fundacentro sobre as condições respiratórias dos trabalhadores expostos ao amianto, prática interpretada pela coluna como puxa-saquismo em favor da empresa, que sugeria a promoção para o funcionário que ocupava diversas funções.¹⁹⁰

As condições de saúde dos trabalhadores também eram abordadas em outras seções do jornal, complementando e reforçando o papel das broncas como instrumentos de denúncia. Uma edição antes da publicação que criticava o engenheiro Cláudio, uma matéria alertava sobre casos de asbestose, doença ocupacional que já havia acometido três funcionários da Avibras — os mesmos cujos laudos foram posteriormente questionados.¹⁹¹ A asbestose, causada pela exposição ao amianto utilizado na produção de mísseis SS, afetava, ao total, cerca de 120 trabalhadores, que estavam sujeitos à poeira do material sem qualquer proteção efetiva. A doença provocava desde enrijecimento pulmonar até câncer, evidenciando o risco grave e prolongado ao qual os operários eram submetidos. Além disso, a empresa planejava impor turnos de 12 horas, o que ampliaria a exposição tóxica e agravaria ainda mais as condições insalubres.¹⁹²

Em outubro de 1988, o jornal publicou uma matéria que propunha a discussão de temas centrais à saúde e ao ambiente de trabalho, a partir de um curso organizado pelo Departamento de Saúde do sindicato.¹⁹³ Para destacar a importância da atenção dos trabalhadores às questões de saúde ocupacional, a matéria apresentava dados alarmantes: 5.238 mortes por acidentes de trabalho em 1987 e mais de um milhão de acidentes registrados em carteira entre trabalhadores urbanos. Além disso, apontava a ausência de estatísticas confiáveis sobre doenças ocupacionais, ressaltando que os números disponíveis se limitavam à perspectiva dos trabalhadores urbanos e poderiam ser manipulados por patrões, por meio de subnotificações ou outras estratégias de falseamento.¹⁹⁴

¹⁹⁰ *Ibid.*, p.4. Cláudio aparece em outra bronca no ano de 1989, sendo denunciado por perseguição a um diretor do sindicato que trabalhava na Avibras. **Jornal de Metalúrgico**. Ano VII, nº 73, outubro, 1989. p.2.

¹⁹¹ **Jornal de Metalúrgico**. Ano VI, nº 32, agosto, 1988. p.4.

¹⁹² A matéria sobre os casos da doença informa que em janeiro daquele ano, 52 dos 500 trabalhadores demitidos possuíam problemas de saúde, desses trabalhadores, 3 foram diagnosticados com asbestose. Sugeriam que os trabalhadores ficassem atentos e que procurassem o departamento de saúde do sindicato para realizarem seus exames.

¹⁹³ O departamento contava com médicos do trabalho, Fonoaudióloga, Psicóloga e Engenheira do Trabalho. **Jornal de Metalúrgico**. Ano VI, nº 35, outubro, 1988. p.2.

¹⁹⁴ Ao fazer um estudos sobre os acidentes de trabalho no Brasil cobrindo uma temporalidade 1970-1995 Victor Wünsch Filho afirma que os acidentes de trabalho seria “o principal evento mórbido entre os trabalhadores brasileiros no exercício do seu ofício”, segundo as pesquisas do autor, há uma redução de casos de acidentes de trabalho na década de 1990, sendo parte desta redução atribuída a subnotificação dos acidentes leves, contribuído para o aumento da taxa de letalidade no país. WÜNSCH FILHO, Victor. Reestruturação produtiva e acidentes de trabalho no Brasil: estrutura e tendências. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 15. n. 1., 1999.

As situações de subnotificação de acidentes de trabalho eram, segundo Martins, reforçadas pelo discurso empresarial que atribuía aos operários a responsabilidade por seu próprio descuido nas atividades cotidianas da fábrica. Ao analisar um caso específico na GM, o autor destaca que, na década de 1970, a empresa produzia materiais a serem exibidos em reuniões da CIPA com o objetivo de culpabilizar os trabalhadores pela falta de atenção, transformando acidentes de trabalho em “falhas individuais” em vez de problemas estruturais. Paralelamente, conteúdos semelhantes eram veiculados nas páginas da revista *Panorama*, publicada pela própria montadora, demonstrando que a narrativa de responsabilização dos operários se estendia também aos meios de comunicação corporativos, configurando uma estratégia sistemática de despolitização e controle sobre a percepção de risco no ambiente fabril.

Através da revista *Panorama*, publicada pela montadora, os funcionários tinham acesso a outra manifestação da “mentalidade da empresa sobre a responsabilidade pelos acidentes”: a tirinha “As desventuras do Desastrino”. Em uma das tirinhas, publicada no nº 136 da revista e reproduzida pelos trabalhadores para denunciar a visão preconceituosa da GM, Desastrino, vestido com o uniforme de operário e apoiado sobre uma pilha de caixas, aparece distraído, imaginando-se a jogar futebol, o que o leva a derrubar as caixas e cair por cima delas.¹⁹⁵

Destoando do discurso empresarial que culpabilizava os trabalhadores pelos acidentes, o *Jornal do Metalúrgico* se mobilizava para promover campanhas de conscientização sobre a CIPA em diversas empresas. O sindicato orientava os trabalhadores a votarem em candidatos considerados competentes e comprometidos com a defesa dos interesses da categoria, reforçando a importância da representação operária dentro das fábricas. No entanto, mesmo diante dessa mobilização, os trabalhadores ainda enfrentavam pressões e resistências por parte das empresas, que frequentemente descredibilizavam as reivindicações da CIPA, retardavam os processos eleitorais ou simplesmente não atendiam às demandas apresentadas.¹⁹⁶

Portanto, ao abordar tanto os acidentes de trabalho quanto as doenças ocupacionais, o *Jornal do Metalúrgico* cumpria um papel fundamental na conscientização e mobilização da categoria, expondo práticas empresariais nocivas e fortalecendo a solidariedade e a consciência entre os trabalhadores. Para aprofundar essa dimensão formativa, o sindicato produziu a revista

Disponível em:
https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v15n1/0034.pdf.

Estudos mais recentes acerca do tema foram realizados por Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva. SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Corpos para o Capital: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante ditadura militar brasileira (1964-1985)**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2019, p. 35.

¹⁹⁵ MARTINS, 2022, p.258.

¹⁹⁶ *Ibid.*, 259.

Apoio Sindical, dedicada especificamente a discutir questões de saúde do trabalhador e orientar sobre prevenção e cuidados, ampliando o alcance das informações e ações sindicais.

Embora a gestão de orientação petista que assumiu o sindicato em 1984 tivesse anunciado a intenção de ampliar o escopo da coluna Dito Bronca para “bronquear” também contra personalidades e questões que extrapolassem o chão de fábrica, essa proposta não teve desdobramentos significativos.¹⁹⁷ Na prática, as denúncias permaneceram majoritariamente centradas no cotidiano laboral, com apenas raras exceções. Esse cenário coincidiu com a redução da circulação do jornal entre 1984 e 1988, o que resultou em certa estagnação no número de relatos publicados. A partir de agosto de 1988, com a retomada mais regular da circulação, a coluna voltou a ganhar fôlego, ainda que sem alterar substancialmente seu foco inicial. Por outro lado, as críticas voltadas às autoridades governamentais, que não encontraram espaço dentro da Dito Bronca, passaram a ocupar maior destaque em outras seções do jornal, especialmente em análises políticas e econômicas, alinhadas ao fortalecimento do PT e da CUT como instrumentos de organização e luta dos trabalhadores.

Um aspecto interessante a se observar no decorrer dos anos, sobretudo a partir de 1988, é o aumento das broncas relacionadas a direitos básicos, como transporte e alimentação. Essas pautas revelam como a insatisfação operária não se restringia apenas às linhas de produção, mas se estendia a esferas do cotidiano que impactavam diretamente a reprodução da força de trabalho. No caso da alimentação, os trabalhadores denunciavam principalmente a precariedade dos restaurantes e refeitórios das fábricas: a falta de higiene e a má qualidade dos alimentos eram apontadas como fatores que comprometiam a saúde e o bem-estar, além de contribuírem para o aumento do estresse e da insatisfação no ambiente fabril. Assim, ainda que aparecessem como questões “menores”, esses relatos evidenciam a centralidade das condições de vida no debate sindical e reforçam a percepção de que a luta operária abrangia tanto as relações produtivas quanto a preservação da dignidade fora delas.

¹⁹⁷ Na edição de 4 de maio de 1989, foram publicadas duas broncas que retratavam episódios de violência política. A primeira tratava do atentado a bomba contra o Monumento aos Mortos de Volta Redonda, ação atribuída ao grupo de extrema direita Falange Patriótica, de inspiração nazista. A segunda denunciava o arrombamento da sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (SMSJR), igualmente associado a grupos de extrema direita. Por fim, os dois casos foram relacionados a um terceiro episódio: o atentado contra Osmarino Rodrigues, secretário do Conselho Nacional dos Seringueiros do Acre. Sugeriam que não se tratava de fatos isolados, mas de uma ofensiva sistemática contra lideranças e símbolos ligados à luta dos trabalhadores e movimentos sociais. Ao reunir esses acontecimentos sob a mesma perspectiva, era evidenciada a permanência de práticas autoritárias e violentas no cenário pós-ditadura, revelando que a redemocratização ainda convivía com ameaças concretas de setores conservadores dispostos a reprimir e deslegitimar as organizações populares. **Jornal de Metalúrgico**. Ano VII, nº 48, maio, 1989. p.2.

Em abril de 1989, a coluna trouxe dois relatos sob o título de “Rango Brabo”. O primeiro denunciava o restaurante da Embraer, que preparava a comida do turno da noite com 12 horas de antecedência, o que resultou em um episódio coletivo de intoxicação: 260 trabalhadores foram parar no banheiro logo após o jantar. As críticas, entretanto, não se limitavam à má qualidade da refeição, mas alcançavam também a situação dos funcionários da cozinha, que recebiam salários baixos e não possuíam registro correto em carteira. A bronca seguinte fazia uma sátira ao cardápio da Eaton, que era alterado sem informar previamente os trabalhadores. A gravidade da situação veio à tona quando um deles encontrou uma lesma em seu prato. A coluna ironizava afirmando que “gosto não se discute”, mas a experiência era de fato indigesta para os operários, que viam na precariedade da alimentação uma violação direta de sua dignidade. Esses relatos deixam evidente que os restaurantes das fábricas, em vez de garantirem condições mínimas de nutrição e bem-estar, tornavam-se mais um espaço de exploração e descaso patronal, afetando tanto os que produziam quanto os que consumiam a comida.¹⁹⁸

Outro episódio relatado envolvia um cipeiro da GM, cujo foi suspenso por um dia após cumprir rigorosamente as tarefas da CIPA e informar a presença de um caco de vidro na comida, evidenciando o descaso da empresa com a higiene e a segurança alimentar.¹⁹⁹ Em edição de 1990, a coluna denunciava ainda a situação do restaurante da Inbrac, responsabilizando diretamente a nutricionista Adriana pela péssima qualidade da alimentação e pelo tratamento inadequado dado aos funcionários da cozinha: “Uma lesminha aqui, um mosquitinho ali... Varia muito o cardápio do dia no restaurante da Inbrac! A péssima qualidade da comida se soma ao mau-caratismo da nutricionista Adriana que, além de incompetente, maltrata os trabalhadores da cozinha”.²⁰⁰

As denúncias sobre as condições alimentares dentro das empresas, embora menos frequentes do que outras pautas abordadas pelo jornal, refletem problemas que atravessavam diretamente a vida dos trabalhadores. Em um contexto marcado por políticas de arrocho salarial intensificadas no período pós-redemocratização, os operários viam comprometido seu poder de compra e sua segurança alimentar, tornando o acesso a refeições de qualidade dentro da fábrica ainda mais crucial para conseguirem desenvolver suas práticas laborais.²⁰¹ Refeições

¹⁹⁸ **Jornal de Metalúrgico**. Ano VII, nº 45, abril, 1989. p.2.

¹⁹⁹ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VI, nº 34, setembro 1988. p.4.

²⁰⁰ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII, nº 83, março 1990. p.2.

²⁰¹ Em um trabalho que revisitou a literatura sobre a alimentação dos trabalhadores no Brasil, Araújo et al. apontam que o interesse dos governos pela questão alimentar não se deu por um reconhecimento do direito social à alimentação, mas pela necessidade de garantir maior produtividade da classe trabalhadora. Nesse sentido, políticas como o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ambos derivados de iniciativas anteriores do Saps, foram formuladas dentro de uma lógica de

inadequadas, seja pela falta de higiene, pela má qualidade dos alimentos ou pela desorganização dos refeitórios, geravam não apenas desconforto e insatisfação, mas impactos concretos na saúde física e mental dos operários. A má nutrição podia provocar fadiga, queda de atenção e aumento do risco de acidentes, comprometendo a segurança coletiva no chão de fábrica.

As denúncias realizadas na coluna Dito Bronca desempenham um papel crucial para a investigação sobre organizações sindicais, na medida em que permitem acessar de forma direta as demandas imediatas da classe trabalhadora. Mais do que simples registros de insatisfação cotidiana, essas manifestações evidenciam como os operários articulavam suas experiências de exploração com reivindicações concretas, revelando tensões que extrapolam as dimensões estritamente econômicas ou políticas ligadas às ações governamentais. Ao expor situações que envolviam desde condições de trabalho, saúde, transporte e alimentação até formas de desrespeito, ameaças e violências físicas e verbais, a coluna se configurava como espaço de expressão coletiva e de construção de identidade, no qual os trabalhadores transformavam queixas individuais em pautas coletivas.

Nesse sentido, a imprensa sindical — e em particular o *Jornal do Metalúrgico* — cumpria uma função política decisiva, ao não apenas dar visibilidade a tais denúncias, mas também ao organizá-las e ressignificá-las como parte de um projeto de luta mais amplo. A seleção, publicação e circulação das broncas constituíam um processo ativo de mediação entre a experiência imediata dos trabalhadores e a estratégia política do sindicato, reforçando a solidariedade de classe, legitimando o espaço sindical como porta-voz da categoria e tensionando permanentemente as relações de poder dentro e fora das fábricas.

A publicação da coluna de broncas foi um recurso fundamental para tornar o jornal mais atrativo e, sobretudo, para garantir um espaço em que o trabalhador pudesse se fazer presente dentro da imprensa sindical, permitindo que a “voz operária” fosse ouvida e adquirisse legitimidade. Produzidas em tom satírico e irônico, as broncas conferiam visibilidade às denúncias cotidianas e cumpriam o papel de gerar identificação entre os trabalhadores, ao

gestão da força de trabalho. Criado em 1979, o PAT estabelecia que os custos da alimentação deveriam ser compartilhados entre governo, empresas e trabalhadores, de modo que o operário foi concebido como uma espécie de “trabalhador-máquina”, que necessitava de “combustível” para manter o ritmo produtivo, mas não como sujeito de direitos integrais. Como destacam as autoras, a preocupação governamental emergia da constatação de que um chefe de família mal alimentado, ao ter sua capacidade laboral reduzida, comprometia também a reprodução social de sua família. Assim, a política alimentar, mais do que atender às necessidades humanas, funcionava como um dispositivo de controle social e econômico, reforçando a centralidade do trabalho assalariado e sua vinculação direta à sobrevivência familiar. ARAÚJO, Maria da Purificação Nazaré; COSTA-SOUZA, Jamacy; TRAD, Leny Alves Bomfim. A alimentação do trabalhador no Brasil: um resgate da produção científica nacional. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n.4, out.-dez. 2010, p.975-992. <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/kgH5dqvq9yck4PjmW597JBg/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2025.

mesmo tempo em que contribuíam para sua mobilização na luta coletiva. A efetividade desse tipo de ação pode ser medida pela própria longevidade da iniciativa, que permanece até hoje como parte integrante do *Jornal do Metalúrgico*. Mais recentemente, ganhou continuidade e novas formas de expressão com a criação da Coluna Mulher Metalúrgica, em 2015, na qual, a partir da personagem “Dita”, desenvolvida pelo chargista Bruno Galvão, passaram a ser registradas especialmente as denúncias das mulheres da base operária, com destaque para a luta contra o machismo.

Dessa forma, percebe-se que, para concretizar os aspectos formativos e educativos tão caros à “nova imprensa sindical”, foi necessário que o *Jornal do Metalúrgico* se adaptasse aos interesses concretos dos trabalhadores. Sem deixar de informar sobre as ações do sindicato, o periódico passou a selecionar conteúdos que permitissem aos operários compreenderem melhor sua realidade, como a diminuição do poder de compra e outras consequências que impactavam diretamente o cotidiano fabril. A adaptação às necessidades da categoria também se refletiu em mudanças estruturais: a redução do número de páginas, a periodicidade semanal e a escolha de temas mais objetivos e imediatos foram medidas que aperfeiçoaram o processo de comunicação do sindicato, tornando o jornal mais acessível, atraente e efetivo enquanto instrumento de mobilização e formação.

Em síntese, este capítulo buscou contribuir para a compreensão da perspectiva do *Jornal do Metalúrgico* sobre os trabalhadores, bem como de como eles eram retratados no periódico. A coluna Dito Bronca e outras ferramentas de mobilização não se restringiam aos sindicalizados nem às páginas do jornal, mas funcionavam como canais efetivos de comunicação e participação. As ações culturais e demais iniciativas promovidas pelo sindicato contribuíram não apenas para a construção de consciência entre os trabalhadores já organizados, mas também fortaleceram a solidariedade e a luta coletiva, desempenhando papel fundamental na ampliação da base operária e na incorporação de novos membros à organização.

CAPÍTULO 3: À SOMBRA DA ‘NOVA REPÚBLICA’: A CLASSE TRABALHADORA ENTRE DIREITOS, CRISES E DEMOCRACIA (1985–1992)

Os processos que marcaram o fim da Ditadura Empresarial-Militar despertaram entre os trabalhadores expectativas em relação ao futuro: eleições diretas, uma nova Constituição e, sobretudo, melhores condições de vida e de trabalho. Na edição de julho de 1985, o *Jornal do Metalúrgico* apresentou a concepção do sindicato sobre a chamada “Nova República”: a de uma traidora dos operários.²⁰² No editorial que abre a edição, a diretoria afirma que, assim como a grande imprensa se fortaleceu em uma campanha contra os trabalhadores ao longo do processo de transição, as esperanças depositadas na Nova República foram rapidamente frustradas, uma vez que ela concedia liberdade aos patrões diante das lutas operárias. A República nascente, após vinte anos de ditadura, era apresentada pelo jornal como uma formulação política que reproduzia aspectos do regime autoritário recém-encerrado, marcado pela repressão e pela violência contra os trabalhadores. O clima de confronto era ilustrado por uma charge que retratava o enfrentamento durante a greve geral na General Motors, enquanto o policiamento nas portas das fábricas permanecia como uma prática já familiar ao operariado.²⁰³

As esperanças de que o novo período político proporcionasse condições mais favoráveis também foram frustradas diante da tentativa de impor novas leis de greve aos trabalhadores.²⁰⁴ Em resposta, a CUT — em suas instâncias nacional, estadual e regional — promoveu mobilizações contrárias a essas medidas.²⁰⁵ Nesse contexto, o novo governo tornou-se alvo recorrente de críticas nas páginas do jornal. O desencanto com a Nova República, contudo, não significou a paralisação da atuação sindical. Na campanha salarial daquele ano, os trabalhadores contaram com as garantias do Fundo de Greve — uma alternativa criada por meio de doações e arrecadação de recursos, com o objetivo de sustentar a mobilização mesmo diante da intransigência dos patrões e do governo.²⁰⁶ Este último era alvo ainda mais intenso de críticas

²⁰² *Jornal do Metalúrgico*, Ano IV. n°. 25, julho, 1985. p.1.

²⁰³ *Idem*, p.6.

²⁰⁴ As tentativas de frear as lutas trabalhistas estavam também relacionadas as políticas econômicas adotadas pelos governos pós redemocratização, as quais incidiram categóricos arrochos salariais para os brasileiros. As discussões acerca dessas políticas podem ser aprofundadas em Maciel, que avança nas discussões sobre as relações institucionais desde o período que antecedeu as eleições indiretas para a presidência. MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985–1990)**. Goiânia, 2008. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás.

²⁰⁵ Além da CUT, outras centrais, sindicatos e organizações foram responsáveis por organizarem e ampliarem o número de greves no Brasil. Uma noção desses números pode ser consultada em Noronha, que elabora uma tabela com a média anual das greves no país por períodos político-econômicos. NORONHA, Eduardo G. *Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978–2007*. **Lua Nova**, v. 76, p. 119–168. 2009. p. 126.

²⁰⁶ O Fundo de greve era utilizado como ferramenta para manter a luta sindical ativa. Segundo a publicação feita pelo SMSJR o Fundo de Greve “assumiu várias tarefas, como a arrecadação e distribuição de alimentos durante

por ser composto, em grande medida, pelas mesmas figuras que haviam representado a violência ditatorial e por “defenderem e protegerem também os mesmos interesses dos capitais nacional e multinacional, dos grandes proprietários de terra, dos banqueiros etc.”,²⁰⁷ mantendo os trabalhadores novamente à própria sorte.

A eleição para a Presidência da República, realizada em janeiro de 1985, ocorreu sem a participação popular e elegeu Tancredo Neves — um político de perfil conciliador — para o cargo de presidente. No entanto, Tancredo nunca chegou a assumir o posto e, após rodadas de discussões, a incumbência do cargo recaiu sobre seu vice, José Sarney, um político que havia apoiado a ditadura e que se opunha ao termo “restauração democrática”, sob o argumento de que o Brasil jamais teria experimentado, de fato, um regime democrático. Sarney votou contra a emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para a Presidência e alegava desconhecer os atos repressivos e as práticas de tortura cometidas durante o regime militar. Sua ascensão ao poder, portanto, simbolizava aquilo que muitos trabalhadores e setores progressistas consideravam impensável: a sobrevivência do regime autoritário na figura de um de seus antigos apoiadores.²⁰⁸ Neste sentido, se consolidava um novo governo de velhos atores e a preservação da institucionalidade autoritária que o assegurava.²⁰⁹

A partir de 1984, o *Jornal do Metalúrgico* passou a desenvolver críticas mais contundentes ao governo federal. As manifestações de descontentamento se estenderam à gestão de José Sarney, a seus ministros — em especial Delfim Netto — e a outras figuras públicas de destaque no cenário nacional e internacional.²¹⁰ As principais reivindicações dos

a campanha salarial, e continuou depois, promovendo shows beneficentes e festas, sempre com o objetivo de angariar fundos para a nossa luta, que não acabou com a última campanha salarial”. As arrecadações, sejam elas de alimentos ou dinheiro, contribuíram igualmente para ampliar a solidariedade entre os trabalhadores. *Jornal do Metalúrgico*, Ano IV, nº. 25 julho 1985. p. 7.

²⁰⁷ *Idem*, p. 7.

²⁰⁸ “Desde o golpe de 1964, muitos brasileiros colocaram em risco a liberdade individual, a própria integridade física e a de suas famílias, e as carreiras profissionais na luta por liberdades democráticas. Muitos foram exilados. Outros, espancados ou torturados. Muitos amargaram anos nas prisões, enquanto outros tantos foram assassinados. Mesmo para aqueles que não se envolveram diretamente nas lutas contra a ditadura, apenas manifestando suas convicções democráticas, parecia que o imponderável conduzia os destinos do país. Era absolutamente surpreendente e, na mesma medida, decepcionante que um político que serviu à ditadura e manifestou-se, por diversas vezes, contra as liberdades democráticas, tenha sido incumbido para dirigir a transição democrática. Parecia que o regime autoritário conseguira sobreviver naquele momento na figura de um defensor da própria ditadura.” FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da nova república: da transição democrática à crise política de 2016: quinta república (1985–2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p.39.

²⁰⁹ David Maciel avança no debate ao afirmar que, embora com manutenções, o caráter autocrático-burguês do Estado foi mantido. MACIEL, *op. cit.*, p. 40.

²¹⁰ Críticas foram direcionadas principalmente aos governos estadunidenses, com relação ao conflito no Golfo Pérsico, nº 98 e 105. Ao golpe de Estado na União Soviética e a crítica a Gorbachev (deposto) e Yeltsin (presidente da Rússia). nº138. Outras críticas também foram propagas principalmente no período de 1990 em

trabalhadores estavam relacionadas à elevada taxa de inflação, que ultrapassava os 200% ao ano, e à consequente perda do poder de compra. Além disso, as tentativas de privatizações de empresas estatais e o aumento do desemprego, sobretudo durante o governo Collor, estampavam as páginas do jornal em um tom marcadamente crítico e de insatisfação.²¹¹

No interior do sindicato, as tensões também se intensificaram, especialmente em relação às divergências com as chapas majoritárias da CUT e do PT. Críticas direcionadas a Jair Meneguelli ganharam destaque quando se discutia a participação da CUT no Pacto Social e a falta de escuta aos trabalhadores de alas minoritárias. Neste sentido, a postura contra a conciliação com o governo foi sendo fixada e gerando, respectivamente, o afastamento dos setores cutistas e petistas.

Neste capítulo, buscaremos compreender quais eram as expectativas do sindicato e dos trabalhadores diante do processo de redemocratização do Brasil, pelos diferentes vieses que orientaram a ação das lideranças sindicais. Analisaremos, ainda, como se deu a reorganização da estrutura sindical, o movimento em torno da Constituinte e os rearranjos políticos estabelecidos no interior da base operária.

3.1 Os Primeiros Momentos da Nova República: promessas, tensões e disputas

Essa é a lógica da Nova República, governo dos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros. O único caminho que restou aos trabalhadores diante de tudo isso foi a luta pela reposição salarial, contra o arrocho, contra o desemprego, reivindicando para isso 40 horas semanais, congelamento real dos preços dos gêneros de 1ª necessidade, salário-mínimo real, salário desemprego integral e para todos, escala móvel a partir de 5% de inflação, direito de greve, liberdade e autonomia sindical.²¹²

Imersos em um novo plano econômico e em um jogo político favorável às grandes empresas de capital estrangeiro, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (SMSJR) foi enfático em sua percepção sobre a chamada “Nova República”: esta já nascera defasada. Diante de uma crise econômica iminente e da crescente pressão popular sobre o governo desde seus primeiros dias, o sindicato alertava os trabalhadores de que o Plano Cruzado não representava a “maravilha econômica” divulgada pela propaganda oficial. Tratava-se,

diante. **Jornal do Metalúrgico**, Ano VIII. n°. 98, setembro, 1990. p.2.; **Jornal do Metalúrgico**, Ano VIII. n°. 105, novembro, 1990. p.2.; **Jornal do Metalúrgico**, Ano VIII. n°. 138, setembro, 1991. p.2.

²¹¹ Dentre outras empresas como a Mafersa, que vinha sendo alvo de discussões para a privatização desde o governo Sarney, a Embraer foi a que mais ganhou destaque no período posterior. A questão da privatização, tanto na Mafersa quanto na Embraer foram discutidas em 12 e 27 edições, respectivamente.

²¹² **Jornal do Metalúrgico**. Ano IV. n°25, agosto, 1986 p. 2.

segundo o jornal, de uma medida voltada a atender aos interesses do governo em sanar a dívida externa e, simultaneamente, garantir sua popularidade por meio do congelamento de preços. Entretanto, tal política desconsiderava a inflação acumulada durante a ditadura militar e impedia a reposição das perdas salariais no mesmo período, revelando, assim, seus limites e contradições.

As perdas salariais dos metalúrgicos eram crescentes, e a política salarial imposta pelo governo os atingia como um verdadeiro rolo compressor. Em 1986, durante a campanha salarial, o sindicato rejeitou a proposta apresentada pela Fiesp e organizou uma mobilização, do tipo, fábrica por fábrica, conquistando, ainda que limitadamente, parte das reivindicações da categoria. Entre as conquistas daquele ano estava a implementação da escala móvel de reajuste a partir de 5%, o que significava que, ao atingir esse índice de inflação, os salários seriam reajustados automaticamente — uma vitória significativa diante do previsto no pacote econômico, que só considerava reajustes a partir de 20%. Além disso, a luta pela redução da jornada de trabalho, já presente desde 1985, ganhou força nas campanhas seguintes, resultando em reduções graduais em algumas indústrias da região, fruto direto da pressão e da organização dos trabalhadores.²¹³

Essa postura combativa também se refletiu nas disputas políticas ao nível nacional. Entre os impasses de um novo plano econômico que contrariava as pautas defendidas pelos trabalhadores, as tentativas de construção de um pacto social fracassaram quando a CUT — central sindical à qual o sindicato era filiado — recusou-se a sentar à mesa de negociação com Sarney e seus aliados. O pacto em questão pretendia estabelecer um acordo entre empresários, bancários e trabalhadores, com o objetivo de consolidar uma certa ordem social que também serviria de base para a legitimação do governo. Contudo, o projeto foi amplamente questionado e criticado, inclusive por setores progressistas que integravam a administração federal, além dos movimentos sociais e sindicais. Como observa Maciel, o pacto social foi “‘engolido’ pelo acirramento da luta de classes no período e pelas próprias contradições políticas da Aliança Democrática, havendo poucas iniciativas concretas.”²¹⁴

As críticas ao pacto também foram registradas nas páginas do *Jornal do Metalúrgico* em um balanço sobre os três anos de fundação da CUT. O texto tece elogios à Central e a seu presidente à época, Jair Meneguelli — então dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São

²¹³ Um amplo debate sobre a greve geral de 1985 pode ser consultado em GUERRA, Caio. Nem “carneirinhos”, nem “mineirada”: A greve dos operários da General Motors. In: GUERRA, Caio. **“Mais vale um ano de leão que cem anos de cordeiro”**: trajetórias dos metalúrgicos de São José dos Campos (1956-1990). Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015. pp. 139-199.

²¹⁴ MACIEL, *op. cit.*, p.79.

Bernardo do Campo —, destacando sua fidelidade aos princípios de defesa dos trabalhadores urbanos e rurais e a recusa em firmar qualquer pacto ou compromisso com a burguesia que freasse a luta da classe trabalhadora. Por fim, o jornal enfatiza a postura democrática e aberta da Central às posições de sua base, que repudiou o Plano Cruzado e manteve-se firme na negativa ao pacto social.

As críticas ao governo e às políticas salariais implementadas a partir do Plano Cruzado continuaram a ocupar as páginas do *Jornal do Metalúrgico*. As mudanças promovidas pelo plano eram frequentemente explicadas de forma acessível, de modo que o trabalhador compreendesse o impacto real sobre seu salário e, conseqüentemente, sobre suas condições de vida. Para isso, o sindicato passou a recorrer a recursos visuais, como gráficos e charges, além de exemplos concretos baseados em objetos e situações do cotidiano operário. Esses materiais ilustravam temas como a desvantagem entre a URP e o reajuste trimestral, a forma como os salários deveriam ser fixados após as campanhas salariais e os acordos coletivos, as taxas de lucro dos patrões em comparação aos salários dos trabalhadores e a injustiça das demissões em contraste com a exploração da realização de horas extras por outros.

Além das pautas explicitamente econômicas, outra questão de grande relevância permanecia no horizonte dos trabalhadores: a redação da nova Constituição Federal. Em agosto de 1988, um tema recorrente do *Jornal do Metalúrgico* era a votação, em segundo turno, do texto da Constituinte. O sindicato alertava para o risco de supressão dos direitos já conquistados e propunha campanhas de conscientização nas portas das fábricas, a fim de manter os trabalhadores informados sobre seus direitos. Essa atuação não ocorria por acaso: na mesma matéria, o sindicato afirmava que os patrões já se articulavam para sair favorecidos na votação, razão pela qual a atenção da categoria deveria ser redobrada.²¹⁵ Logo abaixo do editorial, um outro texto sobre o andamento da constituinte é apresentado, relatando o *lobby* entre empresários desde o setor empresarial até o agropecuário contra o direito dos trabalhadores na constituinte, o que já havia sofrido sequelas no primeiro turno da votação, onde parlamentares alinhados à direita votaram contra os direitos dos trabalhadores.

No primeiro turno conseguimos assegurar: o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os interesses que devam por meio dela defender; jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos; os aposentados terão seus proventos atualizados para os valores originais, em salários mínimos da data da aposentadoria; licença-

²¹⁵ Em primeiro turno havia sido aprovada a jornada de 6 horas para trabalho consecutivo, o direito a estabilidade de 120 dias da gestante, o direito a greve e outras considerações.

maternidade de 120 dias; licença-paternidade de oito dias; salário mínimo nacional unificado; reconhecimento das convenções e acordos coletivos.

Esses poucos pontos conquistados correm o risco de serem suprimidos da Constituição. Houveram denúncias de que o empresariado industrial, comercial, bancário e agropecuário estaria reunindo uma soma em torno de dois milhões de dólares para comprar os constituintes na hora da votação. Principalmente estavam de acordo para eliminar dois pontos: o direito de greve e o turno de seis horas.

O governo não ficou atrás com suas “artimanhas” para obter apoio para a supressão de itens importantíssimos como: eliminar o pagamento de um adicional sobre o salário de trabalhadores em funções penosas; proibir de fazer greve as categorias que trabalham em serviços essenciais como saúde e segurança pública; propor o fim do ensino público e gratuito (para não se ver obrigado a financiar as universidades).²¹⁶

Assim, o descontentamento registrado no jornal não se restringia a uma crítica conjuntural, mas expressava uma leitura mais ampla sobre a correlação de forças em disputa. A Constituinte se configurava como um terreno hegemônico, no qual as classes dominantes buscavam garantir sua direção política, preservando mecanismos de exploração sob o revestimento democratizante. A reação sindical, portanto, revelava a tentativa de construir uma contra hegemonia capaz de inscrever os interesses dos trabalhadores no texto constitucional. O conflito em torno do direito de greve, da jornada reduzida e da seguridade social ilustra como as reivindicações operárias chocavam-se diretamente com o projeto das frações do capital, evidenciando o caráter essencialmente político e classista do processo constituinte.

Na edição seguinte do jornal, eram relatadas algumas das conquistas obtidas pelos trabalhadores com a continuidade das votações do segundo turno da Constituinte — avanços que, embora significativos, também evidenciavam as tensões daquele processo.²¹⁷ O direito de greve, uma das reivindicações centrais da classe trabalhadora, foi finalmente aprovado, autorizando não somente paralisações por melhores salários, mas greves de caráter político ou de solidariedade, ainda que se mantivessem restrições às atividades consideradas essenciais, cuja definição ficaria a cargo de legislação complementar. Nesse mesmo contexto, confirmou-se a jornada de seis horas para turnos ininterruptos, embora a retirada do termo “máxima” deixasse margem para negociações individualizadas entre empresas e empregados. Além disso, foram preservados alguns avanços conquistados no primeiro turno, como o salário-mínimo unificado, o adicional de 50% para horas extras, o acréscimo de um terço sobre o salário nas férias, a licença-gestante de 120 dias e a ampliação, de dois para cinco anos, do prazo de prescrição dos créditos trabalhistas urbanos e rurais. A ampliação do prazo de prescrição dos

²¹⁶ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VI. nº32, agosto, 1988 p. 2.

²¹⁷ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VI. nº33, agosto, 1988 p. 2.

créditos trabalhistas foi introduzida pela Constituição de 1988, que passou a fixá-lo em cinco anos durante a vigência do contrato de trabalho, observado o limite de dois anos após a sua extinção (art. 7º, XXIX). Essa alteração representou um avanço no sentido de ampliar a segurança jurídica dos trabalhadores, ao permitir a reivindicação de direitos sonegados ao longo de um período mais extenso, especialmente diante das assimetrias estruturais que marcam as relações entre capital e trabalho no Brasil.²¹⁸

Apesar dessas conquistas, o *Jornal do Metalúrgico* evidenciava que tais avanços não eliminavam as contradições estruturais que atravessavam o processo constituinte. As votações revelavam um cenário no qual a obtenção de direitos coexistia com mecanismos de flexibilização e com a permanente ameaça de supressão de garantias básicas, resultado direto da forte influência exercida pelo empresariado e por setores conservadores do Congresso. Nesse sentido, o jornal interpretava a Constituinte não como um espaço neutro de elaboração democrática, mas como um campo de disputa no qual projetos antagônicos de sociedade se confrontavam. Essa leitura é reforçada pelo próprio texto editorial, que destacava que a Constituição recém-aprovada trazia “avanços e recuos”²¹⁹: ao mesmo tempo em que assegurava direitos fundamentais, preservava pilares do poder conservador, especialmente no tocante à reforma agrária e ao papel das Forças Armadas. A manutenção desses dispositivos era, para o jornal, expressão direta do caráter “conservador da Constituinte”, marcada pela predominância parlamentar de representantes dos patrões e latifundiários. Assim, longe de celebrar a Constituição como ruptura, o periódico reafirmava que somente a mobilização contínua dos trabalhadores poderia garantir o cumprimento das conquistas inscritas no texto e avançar naquilo que fora suprimido pelas forças dominantes do processo constituinte.

Embora a nova Constituição não contemplasse integralmente as reivindicações da classe trabalhadora, ela passou a ocupar um papel estratégico nas lutas sindicais. Como legislação máxima do país, tornou-se um argumento de autoridade mobilizado pelos metalúrgicos tanto

²¹⁸ ASSIS, Roberta Maria Corrêa de. A Constituição de 1988 e o Direito do Trabalho. In: DANTAS, Bruno *et. al.* (org.) **Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois – Estado e economia em vinte anos de mudanças**. Brasília: Senado Federal, 2008. pp. 378-388.

²¹⁹ Em matéria que a penúltima página da edição de número 34 o sindicato faz uma análise mais elaborada sobre a constituinte “Várias análises se fazem hoje da Nova Carta. Para uns a Constituição é renovadora. Para outros é conservadora. Ainda para terceiros a Nova Constituição é cheia de contradições: constam no seu conteúdo leis progressistas e leis conservadoras. [...] É bom lembrar que a Constituição só não foi mais conservadora porque, com a mobilização da população e a pressão dos sindicalistas no Congresso, os constituintes sabiam que se não garantissem o direito de greve, o turno de seis horas e alguns pontos mais que só favorecem os trabalhadores perderiam seus votos nas eleições de novembro.” Tal postura reafirma novamente o descrédito a grande parte dos constituintes. Embora reafirmassem a participação de movimentos sindicais e populares para a constituição, reconheciam o interesse dos parlamentares em aprovarem algumas das reivindicações em benefício próprio. **Jornal do Metalúrgico**. Ano VI. nº34, setembro, 1988 p. 3.

nos processos grevistas e nas campanhas salariais quanto nas disputas políticas travadas ao longo das páginas do *Jornal do Metalúrgico*. O texto constitucional era recorrentemente acionado para questionar práticas patronais e decisões do governo, servindo como base legal para denunciar arbitrariedades e exigir o cumprimento de direitos recém-estabelecidos. Nesse sentido, a coluna Dito Bronca assumia destaque, pois concentrava críticas diretas às violações e omissões do Estado e dos empregadores, reforçando a Constituição como instrumento político de contestação e afirmação das pautas trabalhistas.

Em março de 1989, a coluna Dito Bronca denunciava um caso emblemático da precariedade e da violação cotidiana de direitos nas fábricas da região: trabalhadores da Aema estavam tendo 20% do valor de suas horas extras subtraídos, prática facilitada pelo fato de a empresa não fornecer cartão de ponto, o que impedia qualquer comprovação formal das horas efetivamente trabalhadas.²²⁰ Já na edição seguinte, a bronca recorria diretamente ao texto constitucional ao cobrar o cumprimento do artigo 8º das Disposições Transitórias da Constituição, que garantia a recontratação dos trabalhadores demitidos por motivo de greve — direito que permanecia ignorado pela Embraer, onde o processo seguia completamente paralisado.²²¹ Outras denúncias reforçavam a percepção de que grande parte das empresas da região desrespeitava deliberadamente as novas conquistas trabalhistas. Os guardas da Inbrac, por exemplo, embora tivessem direito a turnos de seis horas ininterruptas, continuavam submetidos a jornadas de oito horas sem a devida compensação salarial.²²² Em outro caso, uma chefe de seção da Amplimatic praticava discriminação explícita ao não permitir a contratação de mulheres casadas, violando princípios constitucionais de igualdade e não discriminação.²²³

A série de denúncias publicadas na coluna Dito Bronca evidencia que, embora a Constituição de 1988 representasse um avanço jurídico-formal para a classe trabalhadora, sua efetivação prática permanecia profundamente limitada. Os casos relatados demonstram que os direitos recém-conquistados eram sistematicamente tensionados no cotidiano fabril. Essa distância entre a letra constitucional e as relações concretas de trabalho evidencia uma dinâmica típica do processo de transição democrática brasileiro, caracterizado pela permanência de

²²⁰ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº40, março, 1989. p. 2.

²²¹ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº41, março, 1989. p. 2. O sindicato fala que a Embraer recorreu a decisão da justiça do trabalho de São José dos Campos de readmissão dos 32 trabalhadores demitidos na greve de 1988. O sindicato ainda afirma que a Constituição Federal determina a recontratação de demitidos políticos desde 1979. Na Embraer, cerca de 450 trabalhadores foram demitidos desde 1981. Afirma ainda que após a greve de abril, a empresa demitiu em retaliação mais 30 funcionários. **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº51, maio, 1989. p. 2.

²²² **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº52, junho, 1989. p. 2.

²²³ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº61, agosto, 1989. p. 2.

estruturas autoritárias e pela força política do empresariado. Nesse sentido, o *Jornal do Metalúrgico* atuava como um espaço de tradução das conquistas constitucionais para a realidade operária, além de ser mobilizado enquanto um instrumento de denúncia da incapacidade do Estado e dos padrões de garantir o cumprimento das normas recém-instituídas. A constante referência ao texto constitucional na coluna não deve ser lida somente como apelo moral ou jurídico, mas como estratégia de luta: ao acionar a Constituição, o sindicato buscava criar legitimidade pública para suas reivindicações, tensionando a disputa entre o caráter universalista da nova ordem legal e os interesses particularistas do capital.

Embora as demandas mencionadas anteriormente ganhassem visibilidade na coluna Dito Bronca, outra pauta central para os trabalhadores e especialmente para a organização sindical, era tratada com ênfase ainda maior: a defesa do direito de organização e participação em greves. Em 1989, o jornal relatava casos de perseguição direta aos trabalhadores da Swissbras, onde a empresa instaurava um clima de intimidação para impedir novas filiações ao sindicato. A repressão chegava ao ponto de demitir um empregado após descobrirem que ele já havia sido sindicalizado, ação denunciada pelo jornal como violação explícita da Constituição de 1988.²²⁴ Situações semelhantes apareciam em outras indústrias da região, onde operários eram punidos por aderirem a movimentos grevistas ou por participarem de mobilizações coletivas.²²⁵ Essa dinâmica se estendia nos anos seguintes: em 1992, a coluna registrou o caso de uma coordenadora da Amplimatic, conhecida como Cidinha, que “dedurava” aos superiores os nomes de trabalhadores identificados como lideranças grevistas, contribuindo para práticas de perseguição interna.²²⁶

O direito de greve, recém-inscrito na Constituição de 1988, tornou-se tema recorrente no *Jornal do Metalúrgico* já em 1989, sobretudo diante do aumento das pressões trabalhistas por reposição salarial em um contexto marcado pela escalada do desemprego no país. No final de abril daquele ano, o jornal publicou, na coluna Anote, uma série de observações sobre a ofensiva contra o exercício desse direito.²²⁷ Em sua segunda nota, destacava que cerca de 1,5 milhão de trabalhadores em todo o território nacional encontravam-se em greve, buscando recuperar as perdas salariais acumuladas desde o início da Ditadura. A amplitude dessa mobilização gerou reações do então ministro da Justiça, que chegou a afirmar que o presidente Sarney estava sendo “muito paciente” diante das greves. O sindicato, em tom crítico,

²²⁴ *Jornal do Metalúrgico*. Ano VII. nº44, abril, 1989. p. 2.

²²⁵ *Jornal do Metalúrgico*. Ano VII. nº45, abril, 1989. p. 2.

²²⁶ *Jornal do Metalúrgico*. Ano IX. nº160, abril, 1992. p. 2.

²²⁷ *Jornal do Metalúrgico*. Ano VII. nº47, abril, 1989. p. 1.

questionava se o ministro teria lido a Constituição recém-promulgada. Na sequência, o jornal denunciava a tentativa do governo de restringir o alcance das greves, por meio do envio ao Congresso de um projeto de lei que condicionava a validade de uma greve à presença de um terço dos associados do sindicato em assembleia — um requisito considerado inviável na prática pelo movimento sindical. A nota concluía denunciando o absurdo de o Executivo pretender regulamentar não somente o conteúdo, mas o próprio processo decisório das greves, contrariando frontalmente o princípio constitucional de que caberia aos trabalhadores definir a oportunidade e os interesses a serem defendidos por meio dessa ferramenta de luta. Ao denunciar tanto as declarações do ministro quanto o projeto de lei encaminhado pelo Executivo, o sindicato evidenciava que a simples positivação do direito na Constituição não garantia sua efetividade. Pelo contrário, o período imediatamente posterior à promulgação constitucional expôs a permanência de forças interessadas em limitar a ação coletiva dos trabalhadores, seja por meio de discursos que criminalizavam as greves, seja por propostas legislativas que buscavam esvaziar sua potência organizativa.

A sequência dos fatos foi retomada na edição seguinte do jornal, quando críticas à ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, apareceram na coluna Anote.²²⁸ Segundo o periódico, a ministra teria cogitado pedir demissão durante os protestos contra a lei antigreve, mas acabou se resignando à situação — um reconhecimento explícito de que o Ministério do Trabalho não exercia nenhuma autoridade no interior do governo. Sua permanência no cargo, de acordo com a avaliação do jornal, evidenciava a fragilidade institucional da pasta e sua conivência com as medidas truculentas adotadas pelo Executivo para conter a mobilização dos trabalhadores. Na página seguinte, a Medida Provisória n.º 50 era apresentada aos leitores como uma lei antigreve que ignorava abertamente o Artigo 9º do Capítulo II da Constituição, aproximando-se, segundo o sindicato, muito mais do Chile do general Pinochet do que do “tudo pelo social” que José Sarney proclamava defender.²²⁹ Para os metalúrgicos, a Nova República e seus aparatos legislativos não representavam uma ruptura efetiva com o passado autoritário, mas um rearranjo institucional que mantinha intactas as estruturas de poder capazes de restringir a ação coletiva da classe trabalhadora. Essa crítica sintetizava uma percepção aguda de que a disputa em torno do direito de greve era, na verdade, uma disputa sobre os limites da própria democracia em construção — limites que, na visão do sindicato, estavam sendo moldados segundo os interesses

²²⁸ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº48, maio, 1989. p. 1.

²²⁹ *Idem*, p.2.

do empresariado e de setores conservadores que continuavam a ocupar posições estratégicas no aparelho estatal.

A Medida Provisória nº 50 passou por alterações ao longo de 1989 e foi sucessivamente reeditada pelo governo naquele mesmo ano. Em junho, sua versão atualizada — a Medida Provisória nº 59 — foi finalmente convertida em lei (nº 7.783, de 28 de junho de 1989), que regulamentou o direito de greve no país. Como observa Carolina Mercante, a nova legislação pouco se diferenciava do conteúdo original da MP nº 50 e, em muitos aspectos, reproduzia a lógica restritiva da Lei de Greve do período militar.²³⁰ Segundo a autora, o Congresso Nacional acabou por sancionar uma lei que já nascia marcada por inconstitucionalidades, apontadas tanto por juristas quanto por entidades sindicais. A principal delas estava no próprio artigo 1º: embora reiterasse formalmente o artigo 9º da Constituição de 1988 — que garantia aos trabalhadores o direito de greve —, o dispositivo submetia o exercício desse direito aos limites e procedimentos definidos pela própria lei infraconstitucional. Produzia-se, assim, uma contradição evidente: uma lei ordinária passava a restringir um direito fundamental inaugurado na ordem constitucional da Nova República, tensionando o projeto democrático em curso e evidenciando a permanência de mecanismos de controle estatal sobre a ação coletiva dos trabalhadores.

Continuando com o viés autoritário das legislações anteriores, a Lei de Greve da “Nova República” condiciona a cessação coletiva do trabalho ao não êxito da negociação ou à verificação de impossibilidade de solução arbitral e à notificação da entidade patronal correspondente ou dos empregadores diretamente interessados com antecedência mínima de 48 horas da paralisação.

Além disso, a atual Lei de Greve é capaz de fragilizar o movimento paredista na medida em que permite, no parágrafo único de seu art. 9º, que, caso não haja acordo com o sindicato profissional ou com a comissão de negociação, o empregador substitua trabalhadores grevistas, sob a justificativa de evitar prejuízos irreparáveis aos bens de propriedade do empregador.²³¹

Ao abordar a lei antigreve, Martins afirma que

A medida provisória de Sarney antecipava a nova lei de greve, aprovada dois meses mais tarde pelo Congresso Nacional, endossada pelos militares e por um arco político ampliado, que incluía políticos supostamente identificados com o campo democrático, como os do PSDB, dissidência do PMDB fundada no ano anterior, e que se colocava na oposição a Sarney. Embora fizesse algumas concessões ao movimento operário, por exemplo, ao vetar a prática

²³⁰ MERCANTE, Carolina. “As raízes autoritárias da atual lei de greve brasileira”. *Revista de Direito Mackenzie*, Vol. 7, nº 1, p. 42-55, 2013. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rmd/article/view/6791>. Acesso em 10 nov. 2025. p.49.

²³¹ *Idem.*, p.50.

do *lockout* (greve patronal), a nova lei limitava as formas da greve que seriam toleradas pelo Estado, condicionando sua legalidade ao esgotamento dos canais de negociação, e elencando um amplo rol de “atividades essenciais”, nas quais o direito seria ainda mais severamente restrito.²³²

As tentativas de limitar os direitos assegurados pela Constituição de 1988 não se restringiram ao debate sobre a lei de greve, embora este tenha ganhado destaque por atingir um instrumento central da ação trabalhadora.²³³ Consideramos, portanto, que no *Jornal do Metalúrgico*, as menções ao texto constitucional cumpriam uma função política estratégica: reafirmar garantias recém-incorporadas ao ordenamento jurídico e, ao mesmo tempo, evidenciar que a disputa em curso ultrapassava o campo legal. Para o sindicato, recorrer à Constituição era uma maneira de demonstrar que o conflito dizia respeito à definição dos contornos da democracia emergente e ao lugar que a classe trabalhadora ocuparia nela. Assim, a Carta Magna aparecia menos como um documento consensual e mais como terreno de disputa, cuja efetividade dependia da ação organizada dos trabalhadores.

3.2 “Nada de colocar raposa para tomar conta do galinheiro”: discursos e disputas políticas no *Jornal do Metalúrgico*

Por um lado, o debate sobre a efetivação dos direitos assegurados pela Constituição de 1988 mobilizou fortemente o sindicato, por outro, entretanto, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores após as greves, especialmente quanto à recontração prevista em lei, já apontavam para um problema crescente que extrapolava o campo jurídico: o avanço do desemprego. A recorrência desses casos nas páginas do jornal demonstrava que, mesmo com novas garantias formais, a instabilidade no mercado de trabalho se tornava um elemento central da experiência operária desde meados da década de 1980,²³⁴ abrindo caminho para o tema ganhar destaque próprio nas edições seguintes.

²³² MARTINS, *op. cit.*, p. 325.

²³³ Outra demanda abordada com expressividade pelo jornal acerca da constituição se tratava do emendão de Collor para mudanças na constituição no ano de 1991 (nº 139,140,144), além das mudanças que tem relação com a crise do desemprego e das negociações de privatizações de estatais.

²³⁴ Embora a pauta tenha ganhado mais centralidade no jornal a partir de 1985, o tema vinha sendo abordado desde 1982, sendo o desemprego uma das pautas das campanhas salariais. Em entrevista, a Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Edemir de Paula, conhecido como “Passarinho” afirma que as greves até 1984 tinham cunho deliberadamente economicista, e que essa perspectiva foi alterada na greve geral de 1985, tendo como pauta central a perspectiva da redução da jornada de trabalho. Nessa mesma direção, percebemos que após 1988, o desemprego passou a ser uma das principais pautas sindicais. Edemir de Paula “Passarinho”, entrevista concedida ao programa “**História e Memórias**”, da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), Parte 3. 26 jun. 2014. <https://youtu.be/u6N4FdDIHzY?si=1C3SbJ0qleUfHJ0v>. Acesso em 30 abr. 2025.

No ano de 1984, um artigo intitulado “A luta dos trabalhadores no mundo, em 1984” apresentava um panorama da mobilização internacional da classe trabalhadora, tratada pelo jornal como um sujeito coletivo unificado na luta contra seus exploradores, independentemente do país, idioma ou especificidades locais. O texto, publicado sem assinatura, destacava episódios centrais das lutas trabalhistas daquele ano, como os efeitos da recessão no governo Reagan e a paralisação de mais de 100 mil operários da GM nos Estados Unidos, acompanhada de mobilizações similares no Canadá pela recomposição salarial. Na Inglaterra, o artigo criticava duramente a política de Margaret Thatcher, cuja proposta de fechamento das minas ameaçava ampliar a miséria e o desemprego entre os mineiros; já na Alemanha, enfatizava-se a greve de sete semanas motivada pelo avanço do desemprego. Ao abordar o contexto latino-americano, o tom tornava-se ainda mais incisivo: o texto denunciava o papel das ditaduras militares no aprofundamento da dependência econômica e no avanço da miséria, apontando que os trabalhadores eram os que arcavam com o peso das políticas de ajuste destinadas ao pagamento da dívida externa — dívida contraída, segundo o jornal, pelos próprios governos autoritários que os reprimiam.²³⁵

Ao apresentar esse panorama, o jornal estabelecia uma leitura internacionalizada do desemprego como expressão estrutural do capitalismo em crise, criando um contraste que iluminava a realidade brasileira naquele mesmo período. Longe de ser uma particularidade nacional, o avanço do desemprego no Brasil, intensificado ao longo da “transição democrática”, era interpretado pelos metalúrgicos como parte de um processo global, em que governos recorriam a ajustes recessivos e reformas pró-mercado que recaíam diretamente sobre a classe trabalhadora. Esse enquadramento permitia ao sindicato inserir a experiência local dos operários da base em uma dinâmica mais ampla, reforçando que a precarização e o desemprego enfrentados no Brasil não eram meros efeitos conjunturais, mas manifestações de uma mesma lógica que afetava trabalhadores em diversas partes do mundo.

Em agosto de 1988, o desemprego foi retratado no jornal a partir de dados da Subseção dos Metalúrgicos do DIEESE. O primeiro parágrafo já alertava sobre a utilização dos dados estatísticos quando comparados com dados dos anos anteriores.

O Emprego Metalúrgico nas cidades de São José dos Campos, Jacareí e Caçapava de abril de 1987 a março de 1988 apresentou um crescimento de 2,25%. Mesmo sendo positivo, este número significa uma queda brutal em

²³⁵ **Jornal do Metalúrgico**. Ano III. nº23, dezembro, 1989. p. 2.

relação à média dos três anos anteriores, que foi cerca de 9.9%. Além disso, esse número esconde as tendências recentes do emprego na categoria.²³⁶

O boletim apresenta um quadro de inflexão negativa no emprego metalúrgico da região de São José dos Campos entre 1987 e 1988, revelando que o modesto crescimento de 2,25% registrado no período não expressa uma expansão real, mas antes uma queda acentuada em relação à média dos anos anteriores. A partir de dezembro de 1987, os dados indicam uma trajetória consistente de retração, com projeções de milhares de postos de trabalho eliminados até o fim de 1988. A análise comprova ainda que a crise não incide de forma homogênea sobre os subsetores: siderurgia, mecânica e autopeças foram os primeiros a apresentar resultados negativos, enquanto apenas o ramo eletroeletrônico manteve algum dinamismo. O texto conclui que desemprego e “dinheiro curto” derivam diretamente da política econômica do governo Sarney, que transfere o custo da crise para os trabalhadores.²³⁷

Na mesma edição, o jornal do sindicato registra diferentes estratégias patronais diante do agravamento da crise no setor. No caso da Tecnasa, denunciou-se a tentativa de negociar a preservação de um número maior de postos de trabalho em troca da redução salarial, manobra que transferia aos trabalhadores o custo do ajuste empresarial. Paralelamente, a situação dos demitidos da Engesa evidenciava outra forma de violação de direitos: o sindicato acusava a empresa de suprimir horas trabalhadas relativas a um turno completo, o que reduziria ilegalmente o valor das rescisões.²³⁸ Na edição seguinte, a Amplimatic foi alvo de críticas ao justificar a demissão de 30% de seu quadro sob o argumento da crise econômica, ao mesmo tempo em que mantinha sua produção inalterada e convocava funcionários para realizar horas extras. Em movimento semelhante, a Inbrac, em Santa Branca, dispensou mais de cem trabalhadores, muitos deles detentores de estabilidade por motivos de saúde, indicando que a crise era utilizada como pretexto para práticas patronais arbitrárias e seletivas.²³⁹

Enquanto um eixo estruturante das críticas sindicais, a questão do desemprego foi reafirmada com ainda mais intensidade quando o jornal denunciou que diversos empresários da região teriam promovido demissões em massa às vésperas de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da nova Constituição, numa estratégia para evitar o cumprimento dos direitos recém-estabelecidos. A matéria também reiterava a anistia aos trabalhadores dispensados por

²³⁶ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VI. nº33, agosto, 1988. p. 3.

²³⁷ *Idem.*, p.3.

²³⁸ *Idem.*, p.2.

²³⁹ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VI. nº34, setembro, 1988. p. 3.

participação em greves desde 1979, enfatizando que tais garantias constitucionais não poderiam ser anuladas por expedientes patronais.²⁴⁰

As demissões atribuídas à crise econômica tornaram-se particularmente expressivas no setor bélico da região. A Avibrás dispensou cerca de 3 mil trabalhadores entre janeiro e meados de fevereiro de 1989, justificando o corte pelo agravamento de sua situação financeira após o fim da guerra Irã-Iraque e pelo não pagamento das dívidas assumidas pelo governo iraquiano.²⁴¹ O sindicato, porém, ressaltava que havia alertado a empresa desde o ano anterior sobre a vulnerabilidade de manter uma produção dependente de conflitos armados, recomendando a diversificação das atividades. Além dos cortes, os salários dos trabalhadores empregados passaram a sofrer atrasos, assim como o pagamento das verbas rescisórias dos empregados já desligados. No mesmo grupo empresarial, a Usiforja enfrentou uma greve deflagrada pelos trabalhadores para impedir novas demissões e denunciar as precárias condições de trabalho, que haviam resultado na morte de um operário em janeiro. O conjunto dessas tensões evidenciava o declínio progressivo da indústria bélica na região, desaguando em iniciativas de privatização das empresas (Mafersa, Engesa, Avibrás e demais empresas do grupo como Usiforja e Tectran) para o capital internacional, medidas que o governo justificava como parte dos esforços para enfrentar a dívida externa, mas que eram duramente criticadas pelo sindicato.²⁴²

Além das demissões associadas à conjuntura econômica nacional, a retaliação patronal diante das greves e paralisações também se configurava como um fator decisivo para o agravamento do desemprego na região. Martins, ao analisar esse processo, destaca que os empregadores recorreram sistematicamente às dispensas para desmobilizar a ação coletiva e impor limites à organização sindical. Os números evidenciam a magnitude desse movimento.

Na Engesa, de Caçapava, 750 dos 1.800 funcionários foram demitidos. Em São José, também foram anunciadas 35 demissões na Hitachi e 115 na Eaton. Apesar disso, novos contingentes ainda se somavam à greve: no dia 28,

²⁴⁰ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VI. nº35, outubro, 1988. p. 3.

²⁴¹ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº37, fevereiro, 1989. p. 2.

²⁴² Na edição nº33 de 1988, o então presidente do sindicato, José Luiz Gonçalves, assinava um editorial “O fim da guerra e a indústria bélica”, trata sobre o fim da guerra Irã-Iraque e a transformação da indústria bélica em não militar (Avibras, Engesa, Tecnasa e Tectran) e qual seria o fim para os trabalhadores dessas indústrias. Além disso, indica direcionamento para matéria da revista Apoio Sindical produzida pelo sindicato que não é distribuída como o jornal, o trabalhador encontrando-a na sede do sindicato. A revista apoio sindical de nº1 foi lançada no dia 1º de março de 1988, esta edição tratava especificamente da indústria bélica no Brasil e sua relação com a economia mundial. Destacavam-se temas como a corrida armamentista, o histórico da indústria bélica no Brasil e a proposta de reconversão dessas indústrias pelo sindicato. Cf. Os trabalhadores e a Indústria Bélica. **Apoio Sindical**. nº1, março, 1988.

paralisaram suas atividades 800 operários da Manesmann (antiga Fi-El), em São José dos Campos, e mais 120 na Masa Alsthom, em Caçapava²⁴³

A dimensão punitiva das demissões, embora eficaz como mecanismo de intimidação, não impediu que a classe trabalhadora mantivesse sua capacidade de mobilização. Ao contrário, o recrudescimento das práticas patronais evidenciou que a defesa do emprego estava intrinsicamente ligada ao enfrentamento das condições precárias de trabalho e da instabilidade econômica. Por isso, mesmo em meio a cortes massivos e à repressão aos grevistas, os casos de demissões, independentemente de suas justificativas, eram debatidos coletivamente, tanto nas assembleias do sindicato quanto nos encontros promovidos pela CUT. Esses espaços reforçavam a percepção de que o desemprego ultrapassava os limites de cada fábrica e constituía uma pauta comum às diversas categorias, exigindo formas de ação articuladas entre os trabalhadores. No 1º Congresso dos Metalúrgicos da CUT, a readmissão dos trabalhadores demitidos por participação em greves nas empresas estatais figurou como uma das pautas centrais.²⁴⁴ O tema reapareceu na assembleia que elegeu os delegados para os congressos regional e estadual da CUT, ocasião em que foi aprovado apoio irrestrito aos metalúrgicos da Embraer que, mesmo após a promulgação da Constituição, continuavam sem ser readmitidos em decorrência da greve de 1981.²⁴⁵ Em agosto de 1989, a direção nacional da CUT, reunida em Plenária Nacional em São Bernardo do Campo, voltou a enfatizar a defesa dos empregos ao levantar a bandeira: “Não à inflação, pela defesa dos salários e do emprego”.²⁴⁶

Ao reunir denúncias de demissões fraudulentas, cortes no setor bélico, retaliações a grevistas, práticas patronais que afrontavam direitos trabalhistas e dispositivos recém-estabelecidos pela Constituição de 1988, o jornal evidenciava que a precarização do trabalho assumia dimensões simultaneamente estruturais e deliberadas. Nesse contexto, a mobilização dos metalúrgicos, expressa em greves, assembleias, congressos e iniciativas articuladas pela CUT, buscava não apenas responder aos impactos imediatos da crise, mas sustentar uma interpretação crítica que relacionava o desemprego ao projeto econômico em curso, cujo ajuste recaía desproporcionalmente sobre os trabalhadores.

²⁴³ O autor relaciona a retaliação as greves e paralisações com a lei “antigreve” de 1989, evidenciando que ainda que o governo e a legislação não estivessem do lado do trabalhador para o enfrentamento ao setor patronal, os trabalhadores não paralisavam suas lutas. MARTINS, *op. cit.*, p.310.

²⁴⁴ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº39, fevereiro, 1989. p. 1.

²⁴⁵ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº52, junho, 1989. p. 2.

²⁴⁶ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº61, agosto, 1989. p. 1.

3.2.1 A fábrica entra na urna: as perspectivas de 1989 na visão sindical

Diante desse quadro de desemprego crescente, intensificação das demissões punitivas e enfrentamentos constantes entre capital e trabalho, a conjuntura política nacional tornou-se ainda mais significativa para os metalúrgicos e para o movimento sindical na totalidade. A percepção de que a precarização não era um fenômeno isolado, mas expressão de um projeto econômico mais amplo, ampliou a compreensão de que a disputa institucional se tornava parte essencial da luta por direitos. Assim, enquanto o cotidiano de greves, assembleias e denúncias dava visibilidade à deterioração das condições de vida e trabalho, ganhava força entre os trabalhadores a expectativa de que a arena eleitoral poderia abrir novos caminhos de intervenção política. Nesse sentido, imersos em um contexto de flexibilização trabalhista e busca pela recomposição de seus direitos, os metalúrgicos ingressavam na primeira eleição presidencial participativa pós-ditadura atentos ao fato de que a escolha de um projeto político seria também uma escolha sobre o futuro do trabalho no país.

A intenção cutista de fortalecer eleitoralmente seu projeto político por meio da candidatura da Frente Brasil Popular²⁴⁷ passou a ocupar lugar de destaque nas páginas do *Jornal do Metalúrgico* e no próprio cotidiano urbano de São José dos Campos. Em julho de 1989, o periódico anunciou na coluna *Anote* a realização de um comício do então candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 25 daquele mês, na praça Afonso Pena, espaço central da cidade e tradicional ponto de mobilização operária.²⁴⁸ Já na edição seguinte, a convocação deixou de ser exclusivamente um aviso e transformou-se em chamada de capa, evidenciando a centralidade que a disputa eleitoral assumia para o sindicato.²⁴⁹ A ampliação do destaque gráfico e discursivo mostra que, naquele momento, a participação no processo eleitoral não era percebida simplesmente como apoio a um candidato, mas como parte estratégica da luta mais ampla travada pelos trabalhadores contra a precarização das condições de vida e trabalho.

A convocação para o comício de 25 de julho operava como um dispositivo de construção política da figura de Lula, apresentado pelo jornal como síntese da trajetória recente de lutas da classe trabalhadora. O texto exaltava sua legitimidade e histórico de lutas ao rememorar seu papel central nas greves do ABC de 1978 e 1980, sua atuação na fundação da CUT e sua expressiva votação como deputado federal em 1986, elementos que reforçavam a continuidade entre liderança sindical e liderança política. A matéria também destacava a condução da bancada

²⁴⁷ Coligação formada pelo PT, PSB e PCdoB para as eleições de 1989.

²⁴⁸ *Jornal do Metalúrgico*. Ano VII. nº58, julho, 1989. p. 1.

²⁴⁹ *Jornal do Metalúrgico*. Ano VII. nº59, julho, 1989. p. 1.

do PT na Constituinte, sublinhando alinhamento sistemático dele às pautas trabalhistas, um dado mobilizado para demonstrar coerência programática. Ao apresentar o Programa de Governo da Frente Brasil Popular, enfatizando propostas como a elevação dos salários, a suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária, a moralização da administração pública, o combate à especulação financeira e a defesa dos direitos conquistados, o jornal articulava a campanha eleitoral a um projeto de transformação estrutural, apresentado como extensão direta das reivindicações históricas do movimento sindical. A conclusão, ao qualificar Lula como “um companheiro valoroso” que teria dado “grande contribuição à luta dos trabalhadores”, reafirmava essa operação simbólica: a eleição do candidato era representada não como uma disputa entre projetos partidários, mas como continuação e ampliação da luta coletiva dos trabalhadores no campo institucional.²⁵⁰

Acompanhando a cobertura favorável à candidatura de Lula, o jornal também buscava reforçar o clima de otimismo eleitoral entre os trabalhadores ao divulgar, na coluna *Anote*, uma prévia das intenções de voto realizada com 7.794 jornalistas.²⁵¹ A sondagem, que colocava Lula e Brizola em situação de quase empate técnico — com 26,6% e 20,07%, respectivamente — seguida por Mário Covas (18,03%) e um ainda pouco expressivo Fernando Collor (9,81%), produzia uma percepção de avanço das candidaturas identificadas com o campo popular. Embora discrepantes dos resultados que marcariam o desfecho eleitoral, esses números cumpriam uma função política importante no interior do jornal: sinalizar que, naquele momento, a disputa presidencial parecia favorável ao projeto defendido pela classe trabalhadora, seja por meio de Lula ou de Brizola, e reforçar a percepção de que o bloco sindical-popular possuía reais condições de conquistar o governo federal após décadas de autoritarismo e exclusão política.

Na edição seguinte, o jornal anunciava a presença de mais de duas mil pessoas no comício de Lula. O clima da campanha presidencial começava a ganhar intensidade em São José dos Campos, que se tornava ponto de passagem de diferentes candidaturas — a próxima seria a de Mário Covas.²⁵² As pesquisas de intenção de voto também se multiplicavam, e dessa vez o *Jornal do Metalúrgico* reproduziu dois levantamentos realizados pelo *Bandeirante*, jornal

²⁵⁰ *Idem*, p.1. Após o comício de Mario Covas na cidade anunciado na edição nº60, José Paulo Bisol, Vice de Lula pela Frente Brasil Popular também esteve na cidade. Bisol, senador pelo Rio Grande do Sul, foi retratado no jornal como candidato nota 10 devido ao seu desempenho na Constituinte a favor dos trabalhadores e sua posição favorável a estabilidade no emprego, a jornada de 40 horas semanais, o salário-mínimo real e o direito a greve. **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº71, outubro, 1989. p. 2.

²⁵¹ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº59, julho, 1989. p. 1.

²⁵² **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº59, agosto, 1989. p. 1.

interno da Embraer. Na primeira pesquisa semanal, entre 195 trabalhadores consultados, Collor aparecia na frente com 16,9% (33 votos), enquanto Lula alcançava 10,07% (21 votos). Apesar de indicar um cenário aparentemente favorável ao candidato alagoano, o próprio levantamento evidenciava sua fragilidade: 37,9% dos participantes (74 pessoas) declararam-se indecisos, proporção que comprometia qualquer leitura mais sólida sobre as preferências políticas do grupo. Já a segunda pesquisa semanal revelava uma inversão importante, entre 130 entrevistados, Lula liderava com 25,38% (33 votos), superando Collor, que manteve 16,15% (21 votos). Ainda assim, os indecisos continuavam representando a maior parcela — 38,46% (50 pessoas).²⁵³ Essa oscilação entre os levantamentos e o peso significativo dos indecisos sugerem, além da volatilidade do clima eleitoral no ambiente de trabalho da Embraer, a dificuldade de se mensurar, naquele momento, uma tendência consolidada entre os trabalhadores. Tal postura torna-se ainda mais evidente quando o jornal destaca os resultados de uma pesquisa do *Bandeirante* realizada com 482 trabalhadores da Embraer no mês de setembro — apenas 4% do total do efetivo da empresa. Embora o levantamento indicasse Lula como o candidato mais citado, com 18% das intenções de voto, o próprio dado revelava um apoio longe de ser majoritário, especialmente diante dos 30% de trabalhadores indecisos, o que indicava a intencionalidade do jornal em destacar Lula enquanto preferido, mesmo que não fosse, de fato, o que revelavam os dados apresentados nas páginas metalúrgicas.²⁵⁴

A atuação do sindicato na campanha eleitoral de 1989 evidenciava um alinhamento explícito com a candidatura petista, deixando pouco espaço para a circulação ou consideração de alternativas políticas. Esse direcionamento não se explicava apenas pelas convicções dos dirigentes, como também pela própria identidade construída pela entidade ao longo da década, marcada pela filiação à CUT e pela estreita relação dos diretores sindicais com o PT — vínculos que orientavam tanto suas leituras de conjuntura quanto suas expectativas sobre o futuro democrático do país. Nesse contexto, candidaturas situadas mais à esquerda, além da de Lula, como a de Leonel Brizola, praticamente não encontravam ressonância nas páginas do jornal, surgindo marginalmente e atreladas à divulgação de pesquisas ou prévias eleitorais.

Enquanto candidato do PDT à presidência, Brizola representava uma das principais forças da esquerda. Segundo o pesquisador Cássio Guilherme, sua candidatura era a que mais preocupava empresários e militares, já que liderava as pesquisas pré-eleitorais. Deputado,

²⁵³ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº65, agosto, 1989. p. 1.

²⁵⁴ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº68, setembro, 1989. p. 1. Na edição seguinte, o jornal volta a destacar as pesquisas realizadas na Embraer. Dessa vez, mobilizando 853 funcionários. O SMSJR estava positivo para as eleições destacando que “LULA é o primeiríssimo entre os candidatos à Presidência, com 188 votos (22%), passando na frente até dos indecisos (20,6%)”. **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº69, setembro, 1989. p.1.

prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul, Brizola também era cunhado de João Goulart e se destacara por sua atuação na Campanha da Legalidade, em 1961. Teve seu mandato cassado após o golpe, exilou-se durante toda a ditadura empresarial-militar e só retornou ao país após a promulgação da Lei de Anistia, em 1979.²⁵⁵ Sua campanha presidencial articulava um projeto nacional-desenvolvimentista combinado a elementos de social-democracia, trabalhismo e anti-imperialismo. Apesar de sua posição gerar inquietação entre setores empresariais e militares, Brizola adotou um tom mais moderado ao longo da campanha, buscando atenuar resistências e ampliar sua base de apoiadores.²⁵⁶

O historiador David Maciel, ao analisar as eleições presidenciais de 1989, retoma o cenário das eleições municipais de 1988 e o expressivo crescimento dos partidos de esquerda, que, de certa forma, antecipariam as dinâmicas políticas do pleito seguinte. Segundo o autor,

Os resultados eleitorais de 1988 indicam claramente a insatisfação popular com o governo da Nova República e com os partidos que o apoiavam, favorecendo os partidos de oposição, principalmente de esquerda. Nesta eleição, a esquerda conquistou um desempenho expressivo, particularmente nas grandes cidades. Se somarmos os resultados eleitorais de PDT e PT em 1982, teremos 0,7%, ao passo que em 1985 ambos conquistaram 12% das capitais. Em 1988, ambos tiveram um desempenho somado de 5,4% em geral, mas de 29% nas principais cidades. Se incluirmos neste índice o desempenho do PSB, o resultado chega a 6,3% em todas as cidades e 32% nas cem maiores. Estes resultados fortaleceram claramente as candidaturas de Lula e Brizola, dando uma demonstração antecipada do seu desempenho em 1989 e do peso do voto urbano em suas votações. No 1º turno das eleições presidenciais, com o apoio do PSB, Lula teria 16,1% dos votos, enquanto Brizola chegaria a 15,5%; somando ambos, 31,6% do total.²⁵⁷

Enquanto o pleito presidencial evidenciava o avanço dos partidos de esquerda, as legendas detentoras das mais influentes máquinas eleitorais foram relegadas a um papel secundário, reunindo 13,5% dos votos totais.²⁵⁸ Esse cenário também evidenciava a crescente insatisfação da população com o tradicionalismo partidário e com as candidaturas convencionais que concorriam naquele ano, indicando uma abertura para alternativas políticas percebidas como mais renovadoras ou conectadas às demandas populares.

²⁵⁵ Martins destaca sua militância a favor da democracia, convocando os companheiros gaúchos para a luta. MARTINS, *op.cit.*, p.333.

²⁵⁶ GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. **1989: história da primeira eleição presidencial pós-ditadura.** Jundiaí: Paco Editorial, 2019. p.102. Martins retoma que a campanha de Brizola aproximava-se mais de um perfil de esquerda associada ao populismo do que dos novos movimentos sociais. MARTINS, *op.cit.*, p.334.

²⁵⁷ MACIEL, *op. cit.*, p.314.

²⁵⁸ “Somados, os candidatos dos maiores partidos conseguiriam apenas 13,5% dos votos no 1º turno: 8,3% para Paulo Maluf (PDS), 4,4% para Ulysses Guimarães (PMDB) e 0,8% para Aureliano Chaves (PFL).” *Idem.*, p.314.

A campanha eleitoral de 1989 também foi marcada significativamente pelo uso da televisão como principal meio de disputa política. Segundo o sindicato, o programa eleitoral fazia o debate sobre a situação do país “pegar fogo”, ao mesmo tempo em que reivindicava maior participação dos trabalhadores nesse processo, reforçando a ideia de que a classe trabalhadora deveria intervir ativamente nos rumos da eleição.²⁵⁹ A grande mídia televisiva, principalmente a Rede Globo, colocou em destaque um candidato pouco conhecido pela população brasileira, mas que já era parte de uma família tradicional da política.²⁶⁰ As aparições de Fernando Collor de Mello no horário eleitoral e sua ausência nos debates políticos construíram ao redor de sua imagem a ideia de um político novo e incorruptível.²⁶¹ Sua campanha buscava destacá-lo tanto do governo Sarney — associado ao fracasso econômico — quanto da “ameaça esquerdista” representada, sobretudo, por Lula e Brizola, reforçando a narrativa de que Collor seria a alternativa capaz de renovar a política nacional. O “Caçador de Marajaras” já havia passado pela Arena, PDS, PMDB e consolidava sua candidatura pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), fundado especialmente para sua candidatura. Sua campanha era acompanhada por um programa “neoliberal extremado”.

Collor se comprometia a privatizar estatais; reduzir o tamanho do Estado fechando órgãos, cortando gastos e demitindo funcionários públicos; abrir a economia ainda mais ao capital externo e deixar a questão salarial para livre negociação entre patrões e empregados. No plano retórico, comprometia-se a reduzir o peso dos militares no governo, chegando a afirmar que fecharia o SNI, além de fazer uma devassa nas contas públicas e varrer a corrupção.²⁶²

²⁵⁹ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº71, outubro, 1989. p. 2.

²⁶⁰ A tradição política da família Collor, vinha de seu avô, Lindolfo Collor, que foi Ministro do Trabalho no governo de Vargas (1930-1932), seu pai, Aron de Melo, foi governador do estado do Alagoas (1951-1956) e senador por 3 mandatos consecutivos (1962; 1970; 1978). Já Fernando Collor de Mello foi nomeado enquanto prefeito biônico de Maceió durante a ditadura empresarial-militar (1979-1982), posteriormente foi eleito deputado federal pelo PDS (1982-1986) e governador do estado do Alagoas pelo mesmo partido (1987-1989).

²⁶¹ “Até meados de 1987, poucos brasileiros, além dos alagoanos, conheciam Fernando Collor. A partir de então, com ajuda de Marcos Coimbra, sociólogo do instituto de pesquisa Vox Populi, do irmão Leopoldo Collor funcionário da TV Globo de São Paulo, do jornalista Cláudio Humberto e do deputado Renan Calheiros (PRN), passou a construir uma rede de contatos com jornalistas dos grandes veículos de comunicação. Muitos encontros, reuniões, jantares e brindes enviados de Alagoas chegavam às redações. Volta e meia, o jovem Collor aparecia numa capa de *Veja*, numa edição do *Globo Repórter* ou do *Jornal Nacional* e passou a ser mais conhecido nacionalmente.” GUILHERME, *op. cit.*, p.103. Em pesquisa realizada a partir do levantamento da distribuição do sinal da emissora televisiva Rede Globo e filiais durante o segundo turno das eleições presidenciais de 1989 Cavgias *et. al.*, utilizando uma estratégia empírica baseada na distribuição geográfica dos sinais de transmissão de TV, isolaram o impacto da reportagem editada do efeito direto do debate. Os resultados demonstram que esse evento isolado de reportagem enganosa causou uma perda de milhões de votos para Lula, salientando o poder da mídia concentrada em contextos de eleitores politicamente inexperientes com poucas fontes de informação alternativas, sugerindo que a manipulação pode ter decidido o pleito. Cf. CAVGIAS, Alexandros et al. *Media Manipulation in Young Democracies: Evidence From the 1989 Brazilian Presidential Election*. **Comparative Political Studies**, v. 57, n. 2, p. 221-253, 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/00104140231169027>. Acesso em 05 dez. 2025.

²⁶² MACIEL, *op. cit.*, p.332.

Suas aparições na televisão foram acompanhadas por um forte respaldo da grande mídia impressa. Roberto Marinho, um dos principais artífices de sua campanha, chegou a publicar em O Globo um editorial conclamando as forças conservadoras a se unirem em torno de um candidato capaz de barrar Lula e Brizola.²⁶³ Esse alinhamento midiático contrastava profundamente com a cobertura realizada pelo sindicato: enquanto o SMSJR insistia em destacar o suposto favoritismo de Lula entre os operários da região — especialmente da Embraer — jornais como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* atuavam de forma sistemática para moldar a opinião pública contra a esquerda, tendo em vista que se tratava de jornais inseridos numa visão política liberal. Ao utilizar o conceito de paralelismo político para analisar a relação entre a grande imprensa brasileira — especialmente O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo — e o petismo entre 1989 e 2014, o cientista político Fernando Antônio Azevedo identifica um padrão consistente de enquadramento negativo do PT e de suas lideranças. Entre 1989 e 2002, grande parte dos editoriais de O Globo caracterizava a liderança petista por meio de adjetivações depreciativas, como “esquerdista” e “populista”.²⁶⁴ Em 1989, na Folha de S. Paulo, foram registradas 46 menções ao PT em editoriais: segundo Azevedo, 30 (65,2%) eram negativas e 17 (37%) foram classificadas como “neutras”, sendo esse um dos momentos de maior intensidade crítica do jornal ao petismo. Já O Estado de S. Paulo destacou-se por um posicionamento ainda mais contundente. No mesmo ano, dos 66 editoriais que mencionaram o PT (25,1% do total), 59 (89,4%) apresentavam valência negativa, enquanto somente 7 (10,6%) foram classificados como neutros. O jornal recorria a expressões como “radicalismo” e “populismo” para definir o partido, dirigindo críticas sistemáticas às suas “ideias, projetos, ações e personagens”.²⁶⁵

O contraste entre a postura da grande imprensa e a atuação do *Jornal do Metalúrgico* evidencia dois projetos de comunicação política profundamente divergentes nas eleições de 1989. Enquanto os principais jornais do país, conforme demonstra Azevedo, atuavam na construção de um enquadramento de fundo ideológico negativo do PT e de suas lideranças, os

²⁶³ *Idem.*, p.333.

²⁶⁴ Em 1989, dos 93 editoriais do jornal O Globo, 8 deles (8,6%) se tratava de valências negativas. A tabela pode ser consultada em AZEVEDO, Fernando Antônio. "PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014)". *Opinião Pública*, vol. 24, nº 2, p. 270-290, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8653385>. Acesso em: 15 nov. 2025.

²⁶⁵ Os dados podem ser conferidos nas tabelas de 3 e 4 organizadas por AZEVEDO, *op. cit.*, p.282; 284. Guilherme mobiliza em seu livro os embates da rede televisiva com ambos os candidatos, citando mais emblematicamente a comparação realizada por Roberto Marinho ao adjetivar Lula e Brizola como “neonazistas e neofascistas”. GUILHERME, *op. cit.*, p.108.

enquadrando como “esquerdistas” e “populistas”, o boletim sindical caminhava na direção oposta, mobilizando sua estrutura comunicacional para fortalecer a imagem de Lula entre os trabalhadores da região. Assim, em meio ao ambiente midiático nacional amplamente desfavorável à esquerda, o SMSJR buscava contrapor-se a essa narrativa dominante, reafirmando o protagonismo operário e apresentando o candidato petista como porta-voz legítimo das demandas da classe trabalhadora.

Enquanto Collor decolava nas pesquisas eleitorais da grande imprensa e da mídia televisiva, o SMSJR continuava a pautar pela certeza da vitória de Lula. Na última edição do mês de outubro, a coluna Anote foi inteiramente dedicada às eleições. Na edição de outubro, selecionava e organizava dados de fábricas, bancos e empresas para reforçar essa narrativa, ao mesmo tempo em que ironizava empresários como Mário Amato, presidente da Fiesp e da CNI, e desqualificava Collor como “marajá das Alagoas” e candidato ausente de debates. Constatemos o conteúdo a seguir.

- 1- Pelo jeito, os 800 mil cidadãos classe A liderados pelo patrão Mário Amato terão mesmo de se mudar de país. Se depender da intenção de voto dos trabalhadores de São José dos Campos, Luís Inácio Lula da Silva será o vencedor das eleições de novembro.
- 2- Nos principais locais de trabalho da cidade – que é o maior colégio eleitoral do Vale do Paraíba, com 231 mil eleitores – Lula é o primeiro disparado. O caso mais conhecido é da Embraer, onde Lula vem liderando as pesquisas há três meses. Na última, consultados 326 trabalhadores, deu Lula em primeiro com 26,48%, depois Covas com 18,61%, Maluf com 14,20% e Afif com 12,85%. Quinto colocado: indecisos com 12,85%.
- 3- O marajá das Alagoas, Collor, que não participa de debates nem dá entrevistas à imprensa, despencou e tem apenas 3,64% na Embraer. A pesquisa é conduzida pelo jornal oficial da empresa, o Bandeirante.
- 4- Lula é o primeiro também na Petrobrás (Revap). O Sindipetro realizou uma prévia. Votaram 1010 trabalhadores (votos válidos, 993) e o candidato da Frente Brasil Popular obteve 474 votos ou 47,7%. O segundo é Covas, bem distanciado, com 229 votos ou 23%.
- 5- Lula vence também na Fundação da GM, com 60% (211 votos de um total de 350); na Tecnasa, com 47,75 (170 votos entre 356); na Neu, com 37,93% (55 votos entre 145); nos Semicondutores da Philips, com 38,89% (42 votos em 108).
- 6- Tem mais. Ele é o primeiro também na Nossa Caixa, com 29% (24 votos num total de 83) e no Banco do Brasil. É bom sacar o passaporte, Amato!²⁶⁶

Apesar do descompasso entre as pesquisas nacionais e os levantamentos regionais divulgados pelo sindicato, a última edição do jornal antes do primeiro turno expressava plena confiança no voto operário da região — confiança que, em boa medida, se confirmou nas urnas.

²⁶⁶ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº76, outubro, 1989. p. 1.

Em São José dos Campos, Lula obteve 53.392 votos, superando Maluf (47.828), Collor (45.181) e Covas, que não alcançou 40 mil votos. No conjunto do Vale do Paraíba, foram mais de 150 mil votos ao candidato petista, resultado que o sindicato interpretou como prova da força política dos metalúrgicos, capazes, segundo o jornal, de “produzir riquezas” e, portanto, também de “dirigir o País”. Encerrando a matéria sobre a relevância do “voto da fábrica”, o sindicato projetava que Lula ampliaria substancialmente sua votação no segundo turno, ao receber o apoio dos trabalhadores que haviam optado por outras candidaturas no primeiro momento.²⁶⁷

A matéria que divulgava os votos regionais vinha acompanhada de outra que ocupava quase toda a capa do jornal. Sob a manchete “Mudar o Brasil depende de você. Lula na cabeça!”, o sindicato intensificava o apelo aos metalúrgicos para que apoiassem Lula no segundo turno, apresentando-o como a única alternativa capaz de promover mudanças estruturais e garantir melhores condições de trabalho, em oposição ao projeto representado pela direita. Embora Lula tivesse alcançado 11,6 milhões de votos — contra os 20,6 milhões obtidos por Collor —, o jornal interpretava sua votação como a expressão das “esperanças de uma vida melhor, mais digna e feliz”, marcada pela busca de uma existência “sem opressão e miséria”. A eventual vitória de Lula era tratada simultaneamente como o triunfo da classe trabalhadora e a derrota simbólica de empresários e latifundiários, resultado atribuído ao amadurecimento da consciência política dos trabalhadores em meio à crise. Contudo, o sindicato reconhecia o desafio colocado pelo segundo turno: a expressiva votação de Collor era atribuída ao papel da Rede Globo, acusada de manipular a opinião pública ao ocultar a origem oligárquica do candidato e seus vínculos com a ditadura. Com o segundo turno marcado para 17 de dezembro, a matéria encerrava-se reafirmando a necessidade de intensificar a mobilização operária para impedir a vitória de um projeto identificado como contrário aos interesses populares.²⁶⁸

De um lado estará Collor, que vai manter os privilégios da elite, arrochando salários e pagando a dívida externa às custas da fome do povo. Por isso ele tem o apoio da FIESP, que representa os grandes empresários; por isso tem o apoio dos fazendeiros da UDR; por isso tem o apoio do Roberto Marinho, dono da Globo.

Do outro lado estará Lula, apoiado por milhões de trabalhadores que já não suportam a exploração e a crise econômica e apoiado também por todas as forças progressistas deste País. A maior parte da população tem uma grande vontade de mudança, e só é possível mudar a situação combatendo a especulação financeira, suspendendo o pagamento da dívida externa,

²⁶⁷ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº78, novembro, 1989. p. 1.

²⁶⁸ *Idem.*, p.1.

combatendo os privilégios econômicos dos poderosos, garantindo as liberdades democráticas da sociedade. Temos certeza de que seu voto será um voto consciente!²⁶⁹

O apelo à consciência, já mobilizado pelo sindicato em outros momentos, reaparecia agora com intensidade ampliada: tratava-se, segundo o *Jornal do Metalúrgico*, de uma decisão capaz de redefinir os rumos da sociedade brasileira. A defesa do voto em Lula não era apresentada simplesmente como uma escolha eleitoral, mas se tratava de um posicionamento histórico diante da crise econômica, da ofensiva conservadora e da manipulação midiática, reforçando a ideia de que a vitória da Frente Brasil Popular significaria uma possibilidade concreta de reversão das desigualdades e de afirmação dos direitos sociais recém-inscritos na Constituição. Entre o primeiro e o segundo turno, o jornal reduziu significativamente sua circulação, publicando uma única edição especial em dezembro, dedicada principalmente ao 1º Encontro Brasil–Itália, cujo foco eram as perspectivas da indústria bélica e aeroespacial. Nessa edição, somente uma coluna na lateral da página fazia referência direta ao pleito, anunciando um debate sobre a indústria armamentista com representantes das duas candidaturas: José Genoíno (PT-SP) confirmava presença pelo campo de Lula, enquanto o representante de Collor ainda não havia sido definido. A escolha do tema, embora discreta no espaço gráfico, revelava sua centralidade para os trabalhadores da região, cuja economia era profundamente marcada pelo setor bélico.²⁷⁰

Passado o segundo turno e confirmada a vitória de Fernando Collor de Mello, o sindicato não se deixou abater. A edição nº 80 do *Jornal do Metalúrgico* dedicou sua capa a celebrar os mais de 30 milhões de votos recebidos por Lula, interpretando esse desempenho como a expressão da força crescente da classe trabalhadora e da esquerda. A matéria, além de retificar a votação final e destacar a unidade construída entre diferentes setores da esquerda, valorizava também o caráter democrático do processo eleitoral, que mobilizou mais de 70 milhões de brasileiros. Segundo o jornal, a campanha havia cumprido um papel fundamental: “abrir a cabeça de muita gente” para a gravidade da crise econômica e para os limites do projeto representado por Collor.²⁷¹

Esse “quase lá” de uma conquista histórica não diminuía, entretanto, o peso da derrota para o candidato amplamente favorecido pela grande mídia — em especial a Rede Globo. No texto que marca o início declarado da oposição sindical ao novo presidente, o jornal denuncia

²⁶⁹ *Idem.*, p.1.

²⁷⁰ *Jornal do Metalúrgico*. Ano VII. nº79, dezembro, 1989. p. 1.

²⁷¹ *Jornal do Metalúrgico*. Ano VII. nº80, dezembro, 1989. p. 1.

a manipulação midiática nos dias finais da disputa: a edição tendenciosa do debate de 14 de dezembro, a divulgação seletiva de cenas que beneficiavam Collor e até pesquisas apresentadas como se fossem verdades incontestáveis. “Para Collor, Collor é o melhor”, ironiza a matéria, sintetizando o alinhamento da emissora ao projeto “collorido”. O jornal também alerta para as declarações do presidente recém-eleito, apoiado por empresários e centrais patronais, que já se mostrava abertamente contrário às greves e disposto a “baixar o sarrafo nos peões” — sinal claro de que seu governo buscava restringir direitos trabalhistas e fortalecer os interesses patronais.

Por isso, teremos de lutar muito para garantir as conquistas que estão na Constituição: direito a um salário digno; direito de greve; direito de liberdade e autonomia sindicais. Passamos os últimos anos lutando por reposição salarial, correndo atrás do prejuízo, brigando para não morrer de fome. Não aceitaremos um novo arrocho salarial!

Queremos uma vida decente. Queremos viver como gente. Queremos o controle da inflação. Porque, do jeito que está, a hiperinflação vai devorar nosso salário e nossas condições de vida.

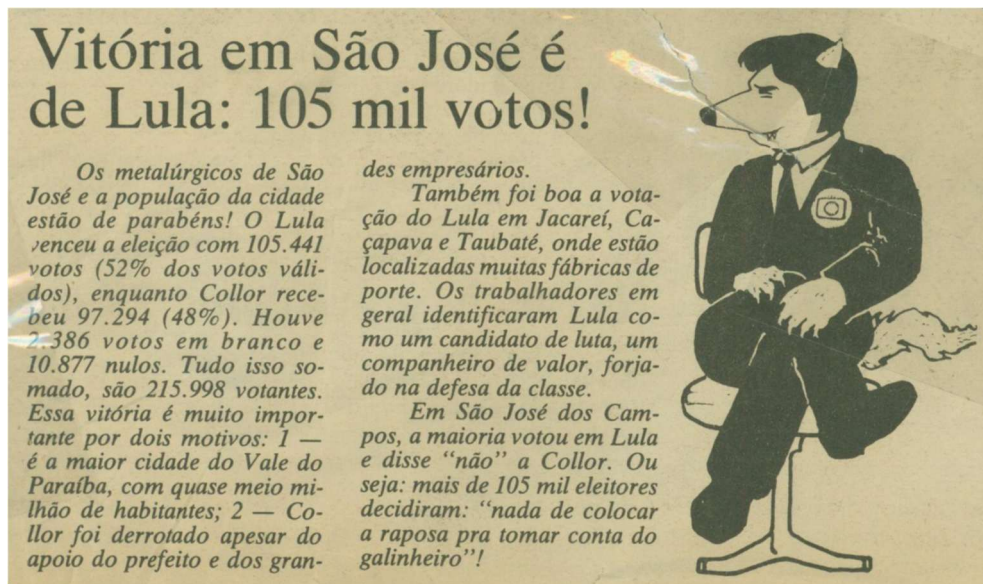
Os trabalhadores deste País vão fazer oposição à política econômica anunciada por Collor. Os mesmos poderosos que sustentaram a campanha do ex-governador de Alagoas terão que ceder parte dos lucros, para que os trabalhadores tenham maior poder aquisitivo. Se precisar, faremos greve sim! Democracia é aumento real de salário. Democracia é liberdade de dizer **não** ao arrocho. Democracia é fiscalizar o governo e impedir atos lesivos à população. Não abriremos mãos dos nossos direitos!²⁷²

Ao reivindicar a defesa das conquistas constitucionais — salário digno, direito de greve, autonomia sindical — o jornal reafirma que as disputas de 1989 não se tratava de disputas entre projetos de governo, mas entre projetos de sociedade. A retórica mobilizada ecoa o clima de mobilização do período: os trabalhadores haviam passado anos na defensiva, lutando contra perdas salariais impostas pela hiperinflação e por políticas de arrocho, e agora se recusavam a aceitar nova ofensiva patronal sob um governo eleito com forte apoio dos “poderosos”. Nesse sentido, a oposição anunciada a Collor aparecia como continuidade da luta de classes: fiscalizar o governo, defender direitos, conduzir greve se necessário. Ao definir democracia como aumento real de salário, liberdade de dizer não ao arrocho e capacidade de controlar o Executivo, o jornal articula uma concepção de democracia substantiva, enraizada na experiência cotidiana de exploração e na expectativa de que a participação política deveria resultar em melhoria real das condições de vida. Assim, o processo eleitoral é interpretado como espaço de disputa, mas não como limite da ação política; a verdadeira democracia, para o

²⁷² *Idem.*, p.1.

sindicato, se afirmaria na capacidade de resistir ao novo governo e de impor suas reivindicações no período pós-eleitoral.

Figura 11 - "Nada de colocar a raposa pra tomar conta do galinheiro"



Fonte: **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº80, dezembro, 1989. p. 1.

Ainda que a eleição não tenha alcançado os resultados desejados pelo sindicato, o *Jornal do Metalúrgico* celebrou a vitória de Lula em São José dos Campos — com 105.441 votos, equivalente a 52% dos votos válidos — reforçando o esforço do sindicato em construir uma leitura politicamente engajada do processo eleitoral.²⁷³ O texto da matéria destaca que a derrota de Collor na maior cidade do Vale do Paraíba ocorreu apesar do apoio que o candidato recebia de empresários e do prefeito, apresentando Lula como o “candidato de luta” identificado pelos trabalhadores da região, inclusive em centros industriais menores como Jacareí, Caçapava e Taubaté, onde a expressividade dos votos foi um pouco menor. A metáfora final, “nada de colocar a raposa pra tomar conta do galinheiro”, é intensificada pela charge que acompanha a matéria, na qual um jornalista do grupo Globo, representado como uma raposa de terno, com um símbolo da rede de televisão, sugere a aliança entre Collor e setores da mídia. A combinação entre dados eleitorais, linguagem celebratória e crítica visual evidencia o modo como o jornal buscava afirmar a consciência de classe dos trabalhadores e consolidar uma narrativa oposicionista diante da influência empresarial e midiática no pleito.

Desse modo, ao longo de todo o processo eleitoral de 1989, o *Jornal do Metalúrgico* não se restringiu a registrar os acontecimentos, todavia buscou moldar a interpretação política

²⁷³ *Idem.*, p.1.

dos trabalhadores, reforçando uma identidade classista e construindo sentidos para além das urnas. A comemoração da vitória de Lula em São José dos Campos, acompanhada da crítica à influência empresarial e midiática na candidatura de Collor, funciona como a culminação desse esforço: mesmo diante da derrota nacional, o sindicato reafirmava a legitimidade da luta, celebrava a força operária regional e convocava a categoria à resistência frente ao governo que se instalaria. Assim, o balanço eleitoral apresentado pelo jornal não se encerrava na constatação dos resultados, mas convertia-se em ponto de partida para a organização política no novo contexto, reafirmando a centralidade da consciência e da mobilização dos trabalhadores como única via possível para enfrentar o projeto econômico e social representado pelo presidente eleito.

3.3 A Base Decide: as eleições sindicais e a ruptura no campo cutista

Em meio ao próprio processo das eleições presidenciais, o Sindicato dos Metalúrgicos já anunciava a realização de suas eleições internas para o ano seguinte. As eleições de 1990, como amplamente analisadas por Martins, evidenciavam tensões, rugas e desentendimentos no interior da chapa petista à frente do sindicato. Segundo o autor, tais conflitos não eram novidade: estavam enraizados nas disputas mais amplas da CUT, sobretudo nas decisões que consolidaram o projeto da Articulação Sindical como linha majoritária, relegando a um papel secundário as correntes trotskistas e outras tendências de esquerda. Assim, o processo eleitoral de 1990 no sindicato refletia, em escala local, a dinâmica de hierarquização, alianças e conflitos que marcava o interior da central desde sua fundação.²⁷⁴

A publicação do edital de convocação para as eleições compôs a capa da edição nº 76 do *Jornal do Metalúrgico*.²⁷⁵ As eleições, previstas para fevereiro de 1990, contariam inicialmente com duas chapas inscritas, conforme registrava o jornal. Na edição nº 78, eram

²⁷⁴ Martins destaca que a fragilidade nas relações petistas se intensificou após a derrocada das eleições presidenciais. Conforme o autor “Embora fosse evidente que o partido havia enfrentado interesses poderosíssimos (empresariais, militares, midiáticos), unidos para sabotar a candidatura petista, isso não evitou que a corrente majoritária do petismo buscasse responsáveis pela derrota nas próprias fileiras do partido, de modo que o balanço eleitoral impulsionou a retomada da ofensiva conduzida pela Articulação contra os “radicais” ou “xiitas” – isto é, as agremiações marxistas que atuavam no seio do PT. Tal como discutimos em outra ocasião, essa política já havia se desenhado entre 1986 e 1987, com a regulamentação do direito de tendências, mas grande parte das medidas aprovadas sequer havia sido implementada. A partir de 1990, contudo, as disputas intrapartidárias assumem um caráter mais agudo, e as ameaças de expulsão dos agrupamentos da esquerda petista, comuns ao longo do período, convertem-se em medidas concretas de retaliação e cerceamento que culminarão na exclusão da Causa Operária (1990) e da Convergência Socialista (1992) das fileiras do partido.” MARTINS, *op. cit.*, p.349

²⁷⁵ *Jornal do Metalúrgico*. Ano VII. nº76, outubro, 1989. p. 1.

apresentados os nomes dos componentes de ambas as chapas, o que tornava pública e concreta a divisão no interior do bloco cutista — uma ruptura significativa na direção atuante, sobretudo porque as demais forças políticas tinham pouca capacidade real de disputa.²⁷⁶

Embora a chapa situacionista contasse com o apoio de figuras de grande peso político, como Jair Meneguelli, então presidente da CUT, além do PT e do próprio Lula em seus panfletos de campanha — apoio que parecia reforçar suas chances diante da votação expressiva alcançada pelo petismo na região, especialmente em São José dos Campos —, tal sustentação externa não foi suficiente para garantir sua vitória. A chapa não conseguiu se eleger, evidenciando que o prestígio nacional do PT e da CUT não necessariamente se traduzia em consenso interno ou estabilidade política no âmbito local.

Ao tratar da campanha eleitoral da chapa da Articulação, Martins destaca a intensa mobilização realizada por seus membros para alavancar sua candidatura.

Entre novembro de 1989 e janeiro de 1990, o grupo editou ao menos sete edições do Jornal da Chapa 1, publicação de até quatro páginas, apresentando os membros da lista e seu programa, e divulgando as entidades e figuras públicas que apoiavam a chapa de Jair Stroppa. Além do jornal, o grupo produziu uma série de panfletos mais curtos, voltados para os trabalhadores de fábricas específicas, buscando demonstrar o conhecimento dos membros da chapa a respeito da realidade e dos problemas de cada um dos maiores estabelecimentos fabris da região. Complementarmente, os membros da chapa divulgavam cartas e listas de apoiadores, que incluíam membros da Pastoral Operária, parlamentares (em sua maioria, petistas) e dirigentes de mais de trinta entidades sindicais, incluindo o SMSBCD e o SMVR.²⁷⁷

A campanha, entretanto, não se restringiu à circulação de materiais impressos. A Chapa 1 também organizou um questionário destinado a identificar as principais demandas da base para a direção futura. O levantamento revelou que a reivindicação mais expressiva entre os trabalhadores era a ampliação da formação sindical (37,4%), seguida pela proposta de realização de torneios esportivos (28,1%). Esses dados reforçam o esforço da Articulação em se apresentar como um grupo sensível às necessidades da base, articulando competências organizativas, capilaridade política e uma imagem de renovação no próprio sindicato, embora

²⁷⁶ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº78, novembro, 1989. p. 3. A Chapa 1 contava com os membros efetivos da diretoria com Jair Stroppa, Ivanil Ribeiro da Silva, Joaquim Augusto Pio, José Luiz Gonçalves, Maurício Rodrigues Monteiro, Maurílio de Oliveira e Carlos Souto. A Chapa 2 com Antônio Donizete Ferreira, Edmilson Rogério de Oliveira, Luiz Antônio Tararan, José Benedito de Oliveira, Josias de Oliveira Melo, Ivan Trevisan e Luiz Carlos Prates.

²⁷⁷ MARTINS, *op. cit.*, p.352.

se tratasse de uma diretoria já conhecida pelos trabalhadores, tendo em vista os seus dois mandatos consecutivos.

A Chapa 2, formada principalmente pelo grupo trotskista e vencedora das eleições de 1990, também produziu materiais de campanha, ainda que operasse com recursos significativamente mais modestos. Apoiada pelo Coletivo CUT pela Base e pela Convergência Socialista, a chapa apostou em uma estratégia de contraste político para fortalecer sua posição: em seus panfletos e jornais, destacava que a Chapa 1 havia recusado a formação de uma chapa unificada para disputar o pleito sindical, apresentando essa decisão como um sinal de sectarismo e de distanciamento em relação à base. Além disso, o grupo buscava reforçar sua legitimidade afirmando que os acordos conquistados nas empresas onde seus diretores atuavam vinham sendo superiores aos negociados pela Chapa 1, construindo assim a narrativa de que representavam uma direção mais combativa, democrática e eficaz na defesa dos interesses imediatos da categoria.²⁷⁸

As eleições, realizadas por meio de urnas distribuídas nas fábricas da região, tiveram seu resultado divulgado na edição nº 81 do *Jornal do Metalúrgico*.²⁷⁹ A publicação apresentava os números finais — uma disputa apertada, com pouco mais de mil votos de diferença entre as duas chapas mais votadas: 5.785 votos (53%) para a Chapa 2 e 4.760 votos (43%) para a Chapa 1. Informava-se ainda que o mandato da nova diretoria se estenderia até março de 1993. Um elemento significativo, contudo, é a narrativa construída pelo jornal ao caracterizar o processo como uma “disputa democrática e sem nenhum conflito grave”, sugerindo normalidade e legitimidade institucional. A interpretação de Martins, entretanto, tensiona essa leitura ao apresentar, por meio de entrevista realizada com Toninho, a percepção existente na Chapa 2: caso a Chapa 1 não estivesse tão confiante em sua vitória, seus integrantes — pertencentes à ala majoritária da CUT — poderiam ter recorrido a manobras burocráticas para inviabilizar a realização das eleições. Assim, o resultado oficial e a narrativa sindical convivem com uma memória alternativa, que evidencia as assimetrias internas e os conflitos latentes no interior do bloco cutista naquele momento.²⁸⁰

A edição de transição entre as diretorias não pôde ser localizada, o que impossibilitou o acesso a um eventual editorial ou matéria que revelasse a percepção inicial que a nova diretoria buscou mobilizar entre os metalúrgicos.²⁸¹ Na edição seguinte, entretanto, a programação do

²⁷⁸ *Idem.*, p.352-353.

²⁷⁹ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº81, fevereiro, 1990. p. 2.

²⁸⁰ MARTINS, *op. cit.*, p.356.

²⁸¹ Embora essa recuperação não tenha sido possível, em dezembro de 1990, na edição de balanço anual do jornal, o sindicato relembra que, em fevereiro, se efetivara a vitória da nova diretoria. O periódico enfatiza o peso

jornal seguiu seu curso habitual, centrado nas lutas cotidianas dos trabalhadores — especialmente nas mobilizações contra o Plano Brasil Novo, do governo Collor, cujas medidas aprofundavam ainda mais as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora.²⁸² Entretanto, a postura da nova diretoria pôde ser identificada ao longo de seu mandato. Ela se expressa em pequenos gestos — como as homenagens a companheiros falecidos acompanhadas da saudação “até o socialismo, sempre”²⁸³ — e em posicionamentos políticos mais amplos, como a crítica contundente ao imperialismo estadunidense. Soma-se a isso o tom igualmente duro das críticas dirigidas à ala majoritária da CUT e ao então presidente da central, Jair Meneguelli, especialmente no que diz respeito ao debate sobre o pacto social.

3.3.1 Da ruptura à reconstrução: o posicionamento da nova direção sindical

A divisão no interior da CUT e do PT — já perceptível desde o acirramento das eleições presidenciais — tornou-se ainda mais evidente ao longo da gestão da nova diretoria do sindicato. A primeira grande tensão entre as vertentes da Articulação e da Convergência Socialista apareceu no *Jornal do Metalúrgico* quando a CUT decidiu desmarcar a greve geral prevista para 12 de junho de 1990. As bandeiras inicialmente levantadas para a paralisação incluíam a reposição das perdas salariais acumuladas entre março e maio, a adoção de uma nova política salarial, o fim das demissões e da redução de salários, além da defesa da reforma agrária e das empresas estatais.²⁸⁴ Embora o sindicato tenha sustentado a realização da greve na base — conquistando avanços em diversas empresas da região²⁸⁵ — o jornal atribuiu o fato de as

político do resultado, destacando que a chapa vencedora superara tanto a candidatura apoiada por Lula e Meneguelli quanto aquela respaldada pela Federação Metalúrgica. A fotografia da comemoração dos integrantes da chapa 2, publicada na mesma edição, reforça a autodefinição do grupo como representantes da “democracia e luta”. Ainda de acordo com o texto, “este resultado deixou os patrões com dor de cabeça e os trabalhadores confiantes de que a briga ia ser pra valer”. **Jornal do Metalúrgico**. Ano VIII. nº110, dezembro, 1990. p. 3.

²⁸² **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº88, maio, 1990. p. 2.

²⁸³ “Faleceu no dia 10 de junho o companheiro da Embraer Marcos José dos Santos, mais conhecido como “Beia”, atingido por sete facadas quando voltava do trabalho. Beia sempre esteve à frente das lutas da categoria por isso foi eleito delegado sindical em 1990. Cinco representantes do nosso Sindicato estiveram em sua missa de sétimo dia, em Itajubá, MG, para prestar-lhe a última homenagem. Beia, até o socialismo, sempre!” **Jornal do Metalúrgico**. Ano VIII. nº128, junho, 1991. p. 2. No dia 7, perdemos José de Melo Barbosa, o Barbosinha. Ele morreu depois que sofreu um acidente num dos ônibus da São Bento, quando estava indo trabalhar. Foi jogado fora do banco do bondão em alta velocidade e teve duas costelas fraturadas e, em consequência disso, o pulmão perfurado [...] Estão sendo encaminhadas ações de responsabilidade civil contra a São Bento e de apuração para verificar se houve omissão de socorro no hospital. No meio de tanta lama, que bom que existiu um trabalhador como Barbosinha, um modelo de luta e coragem. Até o socialismo, sempre, Barbosinha!” **Jornal do Metalúrgico**. Ano IX. nº72, julho, 1992. p. 4.

²⁸⁴ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº89, maio, 1990. p. 1.

²⁸⁵ Cerca de 30 mil trabalhadores da região estavam em greve. **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº90, maio, 1990. p. 1.

vitórias não terem sido mais expressivas justamente ao cancelamento da greve em âmbito nacional.

Esse fato enfraqueceu as greves por categoria e explica, por exemplo, a volta ao trabalho na Ericsson, Bundy, Mafersa e Schrader em São José dos Campos e Jacareí. Além disso, ficamos isolados dentro de nossa própria categoria no Estado. Enquanto a GM daqui parou 30 dias, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano não chamou à paralisação da GM local. A greve na Volks em Taubaté perdeu força para pressionar os patrões, porque não foi acompanhada pela Volks em São Bernardo.²⁸⁶

O descompasso entre os ideais da diretoria trotskista e a ala majoritária da CUT também emergiu com força no balanço anual de 1990. Nessa edição, as críticas ao cancelamento da greve geral foram ainda mais incisivas, sendo apontadas como um dos principais marcos negativos do mês de junho na rememoração das ações do ano.

A manchete destacada na Figura 2 sintetiza o tom adotado pelo jornal, apresentando o cancelamento como uma decisão abrupta da central e geradora de profundo desgaste entre as bases. O texto que acompanha a imagem evidencia a insatisfação da diretoria local, que interpretou a medida como uma ruptura unilateral da CUT com um processo de mobilização já em curso. A greve havia mobilizado um número expressivo de trabalhadores em diversas regiões do país e, embora não tenha sido oficialmente conduzida pela CUT, produziu resultados entre várias categorias. No caso dos metalúrgicos, conforme destacou o jornal, o cancelamento nacional da greve acabou por isolar os trabalhadores do estado em suas lutas, reduzindo o impacto de suas reivindicações.²⁸⁷

²⁸⁶ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº92, julho, 1990. p. 2.

²⁸⁷ O sindicato convoca a perspectiva de isolamento embora tenham destacada na edição nº 90 a greve da categoria em outras cidades de São Paulo e outros estados da federação. A ênfase mais negativa de adesão à greve se deu em São Bernardo do Campo, onde, na edição que cobria o período de 13 a 20 de junho, era destacada a paralisação de apenas 6 mil trabalhadores. **Jornal do Metalúrgico**. Ano VII. nº90, junho, 1990. p. 2.

Figura 12 - "CUT desmarca greve geral"



Fonte: **Jornal do Metalúrgico**. Ano VIII. nº110, dezembro, 1990. p. 4.

A repercussão da decisão da CUT ultrapassou o movimento sindical e alcançou a grande imprensa. Em matéria publicada pelo *O Estado de S. Paulo* em 8 de junho, anunciava-se a mudança de caracterização da paralisação — antes tratada como “greve geral” de abrangência nacional — para uma “greve geral das categorias em luta”. O jornal atribuía às centrais sindicais uma tentativa de “salvar” a mobilização parcial, afirmando buscarem paralisar ao menos as categorias que já se encontravam engajadas. Jair Meneguelli, por sua vez, justificou publicamente a decisão afirmando que setores essenciais à paralisação urbana, como transportes e comércio, não haviam aderido ao movimento. Segundo ele, a ausência dessas categorias impossibilitou a construção de um clima real de greve geral, levando a CUT a defender a manutenção de um “estado de greve” entre as categorias mobilizadas.²⁸⁸

As tensões provocadas pelo cancelamento da greve geral revelam mais do que um desalinhamento conjuntural: apontam para um processo de reconfiguração política no interior da CUT, marcado pelo avanço de uma estratégia conciliatória que se distanciava das tradições combativas do sindicalismo metalúrgico. Esse movimento, criticado pela diretoria trotskista,²⁸⁹ expressava a crescente adesão, por parte da direção nacional, à lógica do pacto social — um projeto que, sob o argumento de garantir estabilidade econômica e diálogo institucional.

A tentativa da realização de um pacto social já vinha sendo alvo de críticas pelo sindicato desde o governo Sarney e a postura da CUT, que era contrária a esta posição, foi alvo de mudança. O posicionamento de não se sentar à mesa para debater com empresários e com o

²⁸⁸ *O Estado de S. Paulo*. 08/06/1990. p.31.

²⁸⁹ A relação da vertente trotskista no PT e na CUT podem ser compreendidas a partir do trabalho MARTINS, Richard de Oliveira. *A regulamentação do direito de tendências no Partido dos Trabalhadores (1986-1992)*. Dissertação de Mestrado (Ciência Política). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015.

governo uma saída que prejudicasse o trabalhador foi alterado. A participação na reunião na qual o ex-Ministro Bernardo Cabral solicitava uma “trégua” na luta pelos salários, ou seja, não fariam greves, foi vista pelos líderes da CUT com indignação. O sindicato, por sua vez, inconformado com a situação, pontua que os representantes da central não deveriam nem ter se feito presentes naquele espaço. De forma irônica, finalizam: “mas, também, o que eles queriam? Que o governo virasse papai-noel?”²⁹⁰

A rejeição à participação da CUT no pacto social aparecia de forma cada vez mais explícita nas páginas do *Jornal do Metalúrgico*. Mesmo antes de se consolidar a presença da central nas discussões do pacto, a edição anterior já estampava em sua capa o forte descontentamento da diretoria com os setores da CUT que defendiam a adesão às negociações propostas pelo governo. Esse tensionamento ganhou ainda mais força após a assembleia realizada em 13 de setembro, convocada pelo Sindicato, na qual os trabalhadores votaram massivamente contra a adesão da CUT ao pacto de Collor. Para Toninho, presidente do Sindicato, tanto essa assembleia quanto mobilizações como a greve da McQuay, em São José dos Campos, demonstravam que a classe trabalhadora estava disposta a radicalizar sua luta — e não a participar do que ele classificava como uma “manobra de enrolação”. Mancha, diretor do sindicato da GM, reforçava essa interpretação, afirmando que o pacto social não passava de uma estratégia do governo para conter greves e desmobilizar os trabalhadores. Segundo ele, Collor esperava que a categoria aceitasse passivamente salários cada vez mais corroídos, o avanço do desemprego e a perda de direitos, renunciando à greve — a principal ferramenta de pressão dos trabalhadores. Na própria CUT, no entanto, havia dirigentes que defendiam a presença da central nas reuniões para apresentar reivindicações e pressionar pela recomposição salarial. Ivan, dirigente da Philips, posicionou-se de maneira contrária a essa leitura. Ressaltava que o sindicato não rejeitava a negociação em si, mas sim o caráter unilateral do pacto. Para ele, não havia nenhuma possibilidade real de diálogo quando o próprio governo já havia declarado, de antemão, que não renunciaria à Medida Provisória nº 219 — responsável por aprofundar o arrocho salarial — nem das demissões. Diante desse cenário, Ivan questionava: que tipo de negociação poderia existir quando uma das partes se recusava a ceder em qualquer ponto?²⁹¹

Durante os quase três meses que durou o pacto social, milhares de trabalhadores lutaram contra a fome, o desemprego e a entrega de nossas

²⁹⁰ *Jornal do Metalúrgico*. Ano VIII. nº99, outubro, 1990. p. 2.

²⁹¹ *Jornal do Metalúrgico*. Ano VIII. nº98, setembro, 1990. p. 1.

estatais aos patrões estrangeiros. Milhares de greves foram realizadas contra o arrocho. Enquanto Jair Meneguelli, presidente da CUT, perdia seu tempo em reuniões que não levavam a nada, o consumo de alimentos caiu 15%, as tarifas públicas foram reajustadas todos os meses, a inflação disparou e ocorreram demissões na Philips, Inbrac, Mannesmann, Embraer e em todo o país.

Nós, que sempre combatemos a ida ao pacto social, perguntamos: valeu a pena? E a resposta é uma só: Não! Justamente a CUT, que sempre orientou corretamente os trabalhadores a não esperar nada dos governos patronais, comprometidos com o pagamento da dívida externa, com os banqueiros e latifundiários, não poderia incorrer neste erro.²⁹²

A crítica publicada no balanço de final de ano demonstra contundentemente o descontentamento do sindicato com a postura da ala majoritária da CUT. O texto formula uma pergunta incisiva — “valeu a pena?” — à qual responde categoricamente: não. Para o sindicato, a CUT, que historicamente orientara os trabalhadores a não depositarem expectativas nos governos “patronais”, não poderia ter cometido o erro de aderir ao pacto. Segundo a avaliação apresentada no jornal, essa decisão teve um custo elevado. O movimento sindical teria perdido a oportunidade de derrotar o programa econômico do governo Collor por meio da unificação das greves nacionais e de recuperar o reajuste mensal de salários. Após meses de negociações consideradas infrutíferas, o governo apresentou uma proposta vista como “ridícula”: um abono de 12% em janeiro, diante de perdas salariais que o jornal estimava em cerca de 300%. Esse seria, segundo o Sindicato, o “grande resultado” do chamado entendimento nacional. Para a diretoria, a CUT teria errado em duas frentes: primeiro, por não consultar amplamente sua base — rompendo com o que consideravam ser a tradição democrática da central — e, segundo, por substituir a mobilização combativa pela cooperação com o governo. O jornal recorda que, antes e durante o pacto, o sindicato havia combatido essa posição por meio de boletins e assembleias, citando especificamente as da GM e da Embraer, que votaram pela saída imediata de Meneguelli das negociações. Às vésperas da Campanha Salarial de Emergência, o texto conclui com uma exigência direta à CUT: “pacto nunca mais”. Para o sindicato, a tarefa urgente seria unificar as lutas para derrotar o Plano Collor em 1991, reconquistar a estabilidade no emprego, restaurar o reajuste mensal e enfrentar o aprofundamento da recessão.²⁹³

²⁹² **Jornal do Metalúrgico**. Ano VIII. nº110, dezembro, 1990. p. 2.

²⁹³ *Idem.*, p.2. Na edição nº 103, o sindicato continuou com suas críticas a participação da CUT no pacto para eles “a CUT, representada pelo seu presidente, Jair Meneguelli, tem de se retirar imediatamente das reuniões do pacto social. O lugar de Meneguelli é aqui, ao lado dos trabalhadores da Embraer, na luta de todos os brasileiros contra a fome que este famigerado governo dos patrões quer impor”. A menção de apoio a Embraer naquele momento estava relacionada ao anúncio de demissões de 4 mil trabalhadores. **Jornal do Metalúrgico**. Ano VIII. nº103, novembro, 1990. p. 2. Na edição 105 a crítica a participação volta a ganhar as páginas do jornal, dessa vez, apresentam que em assembleia realizada na GM, 5 mil trabalhadores votaram a favor da saída imediata da CUT do pacto, voltando a mencionar que o lugar de Meneguelli era ao lado dos trabalhadores. **Jornal do Metalúrgico**. Ano VIII. nº105, novembro, 1990. p. 3.

O descontentamento do sindicato com essa posição apareceu de forma ainda mais enfática em outra notícia. A frustração dos dirigentes e da base era explícita ao afirmarem que “enquanto o Meneguelli ficava lá tomando cafezinho com a Zélia, eram mais e mais trabalhadores sem emprego e salário”, sugerindo uma desconexão entre a direção nacional da CUT e as condições concretas enfrentadas pelos metalúrgicos. O jornal ressaltava que, após três meses de reuniões improdutivas, o próprio presidente da central teria finalmente defendido a saída da CUT do pacto — decisão que, segundo o sindicato, “nunca deveria ter acontecido”.²⁹⁴ Ao recuperar esse episódio, o jornal buscava reafirmar sua postura combativa, apresentando o fracasso do pacto como prova de que a estratégia conciliatória da Articulação Sindical não somente falhou em proteger os trabalhadores, como também contribuiu para desarticular a resistência num contexto de aprofundamento das políticas neoliberais do governo Collor.

As críticas do sindicato à postura da CUT continuavam a repercutir nas páginas do *Jornal do Metalúrgico*. Em 1991, ano da realização do 1º Congresso dos Metalúrgicos do SMSJR, Antônio Donizete, em análise publicada na edição especial do jornal, avaliou que o evento superou as expectativas, tanto pelo nível das discussões políticas quanto pela forte participação da base. Apesar dos debates intensos, o Congresso foi interpretado como sinal de maturidade, especialmente pelo acordo entre as correntes de encaminhar o debate sobre os estatutos diretamente à categoria. Para Toninho, sua simples realização já representava uma vitória, ao fortalecer a organização de classe, os comandos regionais nas fábricas e a defesa da independência sindical — reafirmando, inclusive, a posição contrária ao pacto social.²⁹⁵

As resoluções contrárias à Articulação Sindical também se intensificaram no período, especialmente quando, durante o 4º Congresso Nacional da CUT, o sindicato denunciou em suas páginas um verdadeiro “festival de fraudes” destinado a garantir a aprovação das propostas da corrente majoritária e a manutenção de sua hegemonia na nova Executiva.²⁹⁶ O episódio confirma, em parte, a preocupação expressa por Toninho, em entrevista concedida a Martins, sobre o risco de interferência da Articulação — receio que já se manifestava nas eleições sindicais de 1990 e que, segundo o jornal, acabaria se concretizando no âmbito da CUT nacional. Segundo a denúncia publicada pelo sindicato, as irregularidades incluíram impedir o credenciamento de delegados opositores no Rio de Janeiro, inflar artificialmente o número de sindicalizados no Espírito Santo e vetar 97 delegados — 57 deles pertencentes à oposição, sobretudo de Minas Gerais e da Bahia. Diante desse cenário, formou-se um bloco unitário de

²⁹⁴ *Jornal do Metalúrgico*. Ano VIII. nº109, dezembro, 1990. p. 1.

²⁹⁵ *Jornal do Metalúrgico*. Ano VIII. nº132, julho, 1991. p. 2.

²⁹⁶ *Jornal do Metalúrgico*. Ano VIII. nº139, setembro, 1991. p. 2.

oposição em defesa da democracia interna da central e contra qualquer aproximação com o governo. Esse bloco, composto pela Convergência Socialista, CUT pela Base, Corrente Sindical Classista, O Trabalho, PLP e outros grupos, conquistou 12 cadeiras na Executiva, frente às 13 obtidas pela Articulação, evidenciando um equilíbrio mais tenso das forças internas.

Em entrevista com o diretor sindical José Carlos Prastes, o Mancha, ao avaliar o 4º Concut, afirma que, como o sindicato já vinha afirmando, “a atual direção da CUT não responde mais às necessidades dos trabalhadores”.²⁹⁷ Ele destaca a importância da formação de um bloco único de oposição, que, em sua percepção, perdeu por apenas um voto devido a fraudes, vendo-o como um passo para resgatar a democracia na CUT. Mancha critica ainda as resoluções aprovadas, que defendem uma política de conciliação e admitem pactos com o governo, e acusa a ala majoritária da CUT de abandonar bandeiras históricas como salário-mínimo do DIEESE e o reajuste mensal. Ele conclama os trabalhadores a romper o imobilismo da direção e unificar as campanhas salariais com o bloco de oposição.

Se durante este ano foram milhares de greves, também é verdade que a maioria delas ficaram isoladas. Mais uma vez, depois de ter ficado o ano passado nas reuniões do “pacto social”, a direção da CUT não unificou as lutas. Não convocou a greve geral em março, quando havia muitas greves. Convocou depois, sem discussão na base e a greve foi parcial. O Congresso da CUT este ano não armou os trabalhadores com um plano de luta para enfrentar o governo Collor. Ao contrário, por imposição da Articulação — corrente majoritária da CUT — aprovou uma política de entendimento nacional, a prioridade ao parlamento e não às lutas, bem ao gosto da social-democracia. Esta política está levando a CUT à paralisia e deixa os trabalhadores desarmados. Contra esta situação nosso Sindicato liderou um bloco de oposição no Congresso da CUT, que teve quase 49% da votação e se tornou uma alternativa à atual direção e que defende que a CUT tem que voltar a repudiar os pactos, o entendimento com o governo e enfrentar na luta o governo Collor de Mello. A luta por uma nova direção para a CUT é mais atual que nunca e em 92 os trabalhadores saberão avançar nesta tarefa.²⁹⁸

O imobilismo da CUT e o crescente distanciamento entre sua direção majoritária e setores importantes de sua base foram destacados pelo sindicato na edição especial de dezembro de 1991. A vitória da Convergência Socialista nas eleições sindicais de 1990, ao assumir a direção do SMSJR, contribuiu para tornar ainda mais visíveis esses conflitos internos, que, segundo o jornal, influenciavam diretamente a capacidade de organização das lutas. A disputa por uma nova orientação para a central prosseguiu ao longo de 1991 e 1992, mas a insistência

²⁹⁷ *Idem.*, p.2.

²⁹⁸ **Jornal do Metalúrgico**. Ano VIII. nº148, dezembro, 1991. p. 1.

da ala minoritária — alinhada à CS — não conseguiu impedir a adoção de práticas consideradas conciliatórias. Isso ficou evidente no I Congresso Estadual dos Metalúrgicos da CUT, realizado em fevereiro de 1992, quando a proposta do sindicato pela saída imediata da CUT de pactos e fóruns de entendimento com empresários e com o governo estadual acabou rejeitada.²⁹⁹ Para os dirigentes do SMSJR, a manutenção dessa estratégia de diálogo reforçava entre os trabalhadores a falsa ideia de que seria possível resolver seus problemas em conjunto com os patrões.³⁰⁰

O isolamento do sindicato diante das decisões da ala majoritária da CUT tornou-se ainda mais evidente durante a campanha salarial de 1992. Os metalúrgicos de São José dos Campos afirmam ter tomado conhecimento pela imprensa — e não por meio das instâncias internas de deliberação — do acordo firmado entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, o governo e as montadoras, que adiava para julho a data-base da categoria. O entendimento, alinhado à proposta da Fiesp, resultou em uma perda de 22% na reposição salarial, consequência direta, segundo o sindicato, da política de conciliação adotada pelos sindicalistas de São Bernardo e pela CUT. Para o SMSJR, o desfecho poderia ter sido completamente distinto caso tivesse sido implementada a campanha salarial unificada aprovada no congresso da Federação Estadual dos Metalúrgicos uma semana antes da reunião decisiva. Diante desse cenário, restou ao sindicato a estratégia de buscar, fábrica por fábrica, a recomposição das perdas, conforme deliberado em assembleia.³⁰¹

As divergências políticas não se limitaram ao interior da CUT, estendendo-se ao Partido dos Trabalhadores, cuja direção também era hegemonizada pela Articulação. Em nota publicada no *Jornal do Metalúrgico*, Toninho expõe sua interpretação sobre a expulsão da Convergência Socialista do partido, criticando duramente a decisão. A manchete destacava a contradição, segundo ele, entre expulsar a CS enquanto se mantinha no partido figuras como a prefeita de

²⁹⁹ **Jornal do Metalúrgico**. Ano IX. nº153, fevereiro, 1992. p. 2.

³⁰⁰ Na capa da edição o jornal publicava um artigo com o título “Pactos e fóruns são a saída para os trabalhadores?” “Devem ou não os trabalhadores participarem dos pactos e fóruns de negociação que o governo e os patrões organizam? É certo que quando estamos numa greve ou campanha salarial devemos negociar com os patrões ou governo as nossas reivindicações. Outra coisa, porém, é sentarmos com eles para gerir a crise do país. Principalmente, porque foram eles que causaram esta crise e não nós. Nós na verdade estamos pagando a conta. Os pactos e os fóruns são reuniões organizadas pelos patrões e o governo com o objetivo de atrair as direções dos trabalhadores para com eles encontrar soluções conjuntas para a crise. O que isto significa? Que nós trabalhadores teremos que fazer mais sacrifícios para tirar o país da crise. Porém, para os patrões tirar o país da crise é igual a manter os lucros. Resultado, nós pagamos o pato, pois o arrocho continua. Além disso, enquanto pactuamos, eles continuam demitindo, arrochando. Isto é lógico. Se os dirigentes sindicais estão fazendo acordos, não estão mobilizando. Isso deixa os trabalhadores desorganizados, e os patrões se aproveitam. Os pactos e fóruns acabam, também, criando uma confiança do trabalhador na bondade do patrão e governo. Esta ilusão nos prejudica, porque, em vez de ficarmos espertos, ficamos confiando de que eles farão alguma coisa por nós. E já sabemos que isto não acontece. Por isso votamos nas nossas assembleias que a direção da CUT rompa com estas arapucas.” **Jornal do Metalúrgico**. Ano IX. nº153, fevereiro, 1992. p. 1.

³⁰¹ **Jornal do Metalúrgico**. Ano IX. nº160, abril, 1992. p. 2.

São Paulo, Luiza Erundina. Toninho acusava Erundina de adotar uma postura “hipócrita”: alguém que, no passado, participara de piquetes, mas que agora recorrerá à polícia para reprimir a greve dos motoristas e acionar judicialmente o sindicato. Sob essa perspectiva, a “traição” ao legado histórico do PT não estaria na presença da CS, mas no alinhamento de parte da direção nacional a políticas consideradas antipopulares e conciliatórias com a burguesia. Ao final, Toninho afirmava que o PT precisava definir se continuaria a representar os interesses da classe trabalhadora ou se seguiria em direção oposta — cenário que, segundo ele, poderia exigir a construção de um novo partido pelos militantes de base.³⁰²

Embora as divergências políticas e as críticas às lideranças do PT — culminando na cisão com o partido — tenham aprofundado o distanciamento do sindicato em relação à Articulação, isso não resultou em um rompimento completo na CUT. As relações permaneceram tensas, mas não inviabilizaram a atuação conjunta em momentos decisivos. Um exemplo emblemático foi a mobilização pelo Fora Collor, quando o *Jornal do Metalúrgico* seguia divulgando as ações unificadas com a central, destacando tanto os posicionamentos de Lula quanto a participação ativa dos metalúrgicos e de amplos setores da população brasileira nas manifestações. Assim, mesmo em meio à crise interna, a CUT continuou a ser um espaço de articulação importante para a luta contra o governo Collor.

As insatisfações com o governo Collor e as mobilizações por sua derrubada já apareciam na primeira edição do jornal em 1992 e ganharam força ao longo do ano, impulsionadas principalmente pelas ações de rua. Em março, PT e CUT organizaram atos de repúdio ao FMI, a Collor e à sua política econômica em diversas cidades, incluindo São José dos Campos, onde uma manifestação com a presença de Lula reuniu cerca de 2 mil pessoas no centro.³⁰³ As comemorações do 1º de maio também evidenciaram o crescimento da mobilização: enquanto o ato organizado pela CUT Regional São Paulo e CUT Vale do Paraíba levou 30 mil pessoas à Praça da Sé — com 10 ônibus mobilizados pelo sindicato — o evento convocado pela maioria da direção nacional da CUT em São Bernardo do Campo reuniu somente 7 mil. A diferença de público evidenciou a discrepância organizativa, como o conflito político interno: na Sé, a palavra de ordem “Fora Collor, já!” consolidava uma postura mais combativa, enquanto em São Bernardo prevaleceu o mais moderado “Diga não ao governo Collor”, reafirmando a posição de conciliação atribuída à direção majoritária da central.³⁰⁴

³⁰² *Jornal do Metalúrgico*. Ano IX. nº164, maio, 1992. p. 2.

³⁰³ *Jornal do Metalúrgico*. Ano IX. nº156, março, 1992. p. 2.

³⁰⁴ *Jornal do Metalúrgico*. Ano IX. nº162, maio, 1992. p. 1.

Entre rusgas e alfinetadas que buscavam reafirmar a postura combativa do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, o jornal noticiou que, em julho, a Plenária Nacional da CUT aprovou uma ampla jornada de luta pelo fim do governo Collor, acusado de aprofundar o arrocho, tentar aprovar uma reforma fiscal destrutiva e manobrar para escapar da CPI do caso PC. O Sindicato defendia que somente a mobilização popular urgente poderia barrar esse projeto, convocando a categoria para uma série de ações — atos públicos nacionais de 6 a 8 de agosto, carreata em São José em 7 de agosto e uma vigília em Brasília no dia 11 — exigindo eleições gerais.³⁰⁵ No dia nacional de lutas, 8 de agosto, milhares de trabalhadores se reuniram na Praça da Sé, registrado pela edição nº 175 do jornal, entre 15 e 20 mil participantes, e destacou o discurso de Lula defendendo novas mobilizações pela saída de Collor, posição alinhada à diretoria sindical. Em São José, a carreata convocada pela CUT Regional levou mais de 60 automóveis às ruas, evidenciando a capilaridade do movimento. Contudo, embora o impeachment fosse consenso entre as diferentes alas do PT e da CUT, as perspectivas para o pós-queda reacenderam divergências: enquanto a maioria aceitava a sucessão via Itamar Franco, os setores trotskistas representados no sindicato defendiam a palavra de ordem “Nem Collor, nem Itamar! Eleições gerais!”, argumentando que um novo projeto radical de esquerda poderia romper com a política econômica vigente.³⁰⁶

Para nós, o principal problema de Collor é a sua política econômica que nos massacra, e não apenas a corrupção em que está envolvido. Tirar Collor e pôr no seu lugar Itamar ou o Congresso Nacional significa apenas substituir quem vai aplicar a política do FMI. Itamar foi eleito com a mesma política de Collor e o Congresso Nacional é quem a aplica atualmente, enquanto Collor está em crise. Não nos servem. É preciso um outro plano econômico que comece pelo não pagamento da dívida externa e atenda às reivindicações dos trabalhadores, que garanta emprego e salário, o que só é possível com um governo dos trabalhadores que rompa com o FMI.³⁰⁷

A postura combativa adotada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos não era isolada: ela contribuiu para a articulação de um encontro em Belo Horizonte, no final de agosto, que reuniu os setores mais combativos da CUT e movimentos populares alinhados à palavra de ordem “Fora Collor” e à defesa de novas eleições, articulando a luta sindical e social contra os patrões e o governo.³⁰⁸

³⁰⁵ **Jornal do Metalúrgico**. Ano IX. nº173, julho, 1992. p. 1.

³⁰⁶ **Jornal do Metalúrgico**. Ano IX. nº175, agosto, 1992. p. 1.

³⁰⁷ *Idem.*, p. 1

³⁰⁸ **Jornal do Metalúrgico**. Ano IX. nº176, agosto, 1992. p. 1.

O clima de indignação que tomava as ruas continuava a atravessar as páginas do jornal, e a edição nº 177 expressou diretamente esse ambiente ao ser inteiramente dedicada à preparação da categoria para a intensificação das mobilizações que se anunciavam.³⁰⁹

Figura 13 - "Dia de protesto"



Fonte: **Jornal do Metalúrgico**. Ano IX. nº177, agosto, 1992. p. 1.

A capa da edição evidencia o esforço do sindicato em utilizar o jornal como um instrumento direto de mobilização política. O uso de letras grandes, contrastes marcados e comandos explícitos — “Vista-se de preto”, “Faça barulho”, “Vá à praça” — demonstra uma estratégia discursiva que buscava interpelar o leitor como sujeito ativo na luta contra o governo Collor. A estética da capa reforçava a urgência do momento ao orientar passo a passo as ações previstas para o protesto de 25 de agosto. As charges que representam o país mergulhado em

³⁰⁹ **Jornal do Metalúrgico**. Ano IX. nº177, agosto, 1992. p. 1.

lama funcionavam como síntese visual da denúncia de corrupção, conectando indignação moral e ação política.

A indicação de luto pelo governo “collorido” convocava todos para não ficarem parados diante da corrupção e da miséria do Governo Collor. A população era direcionada, na página seguinte, a ir à Praça Afonso Pena às 18h para fazer muito barulho (buzinas, panelas), pois só o povo na rua poderá derrubar Collor e exigir eleições gerais.³¹⁰ Após esse momento, não foi possível acompanhar pelas páginas do jornal os desdobramentos imediatos das mobilizações ou do processo eleitoral. Ainda assim, a edição de balanço anual, publicada em dezembro, estampava em sua capa a frase “92: O ano em que derrubamos o presidente”.³¹¹ Embora não apresentasse dados específicos sobre as mobilizações em São José dos Campos, o sindicato expressava orgulho ao destacar que as manifestações em São Paulo reuniram mais de 1 milhão de pessoas e que o movimento metalúrgico local havia se consolidado como referência nacional do sindicalismo classista — mesmo que a pauta das eleições gerais não tenha sido aprovada.

Entre idas e vindas, a relação entre o sindicato e a CUT — marcada por tensões decorrentes de inúmeros fatores — continuou sendo fundamental para a organização dos trabalhadores, especialmente nas lutas regionais. Essa perspectiva se evidencia no fato de que, mesmo em meio às turbulências, a chapa da CS, que dirigiria o sindicato até março de 1993, insistia na necessidade de unificar uma chapa da CUT para as próximas eleições. O objetivo era garantir uma diretoria forte, capaz de manter a oposição ao governo Itamar e defender os interesses da categoria. Ainda que favorável à unificação, a direção optou por submeter a decisão aos próprios trabalhadores: um plebiscito seria realizado nas fábricas em 10 de novembro, permitindo que a base decidisse se a chapa da CUT deveria concorrer de forma unificada ou dividida. O jornal, por sua vez, abria espaço para a publicação de opiniões contrárias à unificação, reforçando o compromisso formal com o debate democrático interno.³¹² Essa iniciativa também dialogava com as resoluções aprovadas no II Congresso dos Metalúrgicos, que defendiam a representação dos diversos setores da CUT no interior do sindicato, reconhecendo que tais diferenças políticas já se expressavam no cotidiano das fábricas.

O plebiscito convocado pelo sindicato resultou em ampla aprovação da unificação da chapa cutista para as eleições de 9, 10 e 11 de fevereiro. Dos 9.948 trabalhadores que votaram — participação considerada expressiva pelo próprio sindicato — 66% posicionaram-se a favor

³¹⁰ *Idem.*, p.2.

³¹¹ **Jornal do Metalúrgico**. Ano IX. nº195, dezembro, 1992. p. 1.

³¹² **Jornal do Metalúrgico**. Ano IX. nº189, outubro, 1992. p. 1.

da unificação. Após a confirmação dessa decisão, o sindicato convocou uma assembleia para discutir, de forma pública e democrática, a formação da chapa da CUT e os primeiros passos do processo eleitoral, incluindo as convenções de base e a escolha dos candidatos por fábrica. Três pré-chapas (A, B e C) foram inscritas para a votação interna que definiria a composição da chapa única, cujas eleições ocorreriam em 10 e 11 de dezembro. Segundo o sindicato, embora as pré-chapas expressassem diferenças políticas, a unidade cutista era considerada fundamental para enfrentar os patrões, assegurar a representação proporcional de todos os setores da central — maioria e minoria — e reafirmar o compromisso democrático da entidade. A votação definiria o número proporcional de diretores de cada pré-chapa entre as 41 vagas que comporiam a chapa oficial da CUT.³¹³

A edição seguinte, que convocava mais diretamente os trabalhadores para as prévias das eleições sindicais, apresentou também os candidatos que compunham as três pré-chapas. O resultado confirmou a liderança da chapa A, encabeçada por Toninho, que obteve 55% dos mais de 12 mil votos, seguida pela chapa C, com 29,8%, e pela chapa B, com 14,9%. Como somente essas três chapas estavam inscritas para o pleito, o resultado das prévias consolidou a certeza de que a direção do sindicato permaneceria sob a CUT no ano seguinte. Nesse sentido, o jornal projetava para 1993 a continuidade das mobilizações e das lutas por conquistas da categoria, agora reforçadas por um processo eleitoral marcado pela ampla participação e pelo exercício interno da democracia sindical.³¹⁴

Ao final de 1992, o SMSJR encerrava um ciclo marcado por confrontos, denúncias e disputas por legitimidade — mas também por mobilização, participação e fortalecimento de sua proposta de independência de classe. Entre divergências com a CUT, ataques ao PT, mobilizações pelo Fora Collor e embates internos no movimento sindical, o que se vê é um sindicato que se recusava a ceder ao desânimo ou à conciliação. Sua força vinha da fábrica, das ruas e das páginas do jornal, que funcionava simultaneamente como instrumento de formação, denúncia e organização. Assim, compreendemos que, mesmo isolado em muitos momentos, o SMSJR consolidou sua identidade combativa e se preparou para enfrentar os desafios que se aprofundariam na década que se iniciava, uma década marcada pela reestruturação produtiva, pelo avanço neoliberal e pela crescente fragmentação do mundo do trabalho.

³¹³ **Jornal do Metalúrgico**. Ano IX. nº193, dezembro, 1992. p. 2.

³¹⁴ **Jornal do Metalúrgico**. Ano IX. nº194, dezembro, 1992. p. 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta dissertação, retoma-se ao objetivo que guiou todo o estudo: compreender como o *Jornal do Metalúrgico* foi produzido e mobilizado como instrumento de comunicação e luta no contexto do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região entre 1981 e 1992, e de que maneira esse periódico articulou as experiências dos trabalhadores naquele momento histórico crucial. Em resposta a essa questão, o trabalho mostrou que o jornal funcionou como um espaço estratégico de mediação entre experiências operárias, disputas políticas e a construção de sentidos coletivos, configurando-se como elemento central para a compreensão das dinâmicas do sindicalismo combativo da época.

A metodologia histórica adotada – baseada na análise qualitativa das edições do periódico como fonte primária, articulada a quadros teóricos da história do trabalho e da imprensa – permitiu reconstruir sentidos e práticas presentes nas páginas do jornal, sem reduzi-lo a um simples registro de eventos. Essa abordagem possibilitou interpretar o jornal tanto como produto das lutas sindicais quanto como componente ativo na construção de projetos coletivos de ação.

No que se refere aos objetivos propostos, este estudo alcançou sua finalidade principal ao demonstrar que o *Jornal do Metalúrgico* desempenhou múltiplas funções no interior do movimento operário: articulador de informações, formador de consciências críticas, espaço de disputa política interna e meio de construção de narrativas alternativas às hegemônicas na grande imprensa. A investigação evidenciou, ainda, que o periódico expressou tensões internas e contradições próprias do movimento sindical, refletindo diferentes concepções de organização e comunicação entre dirigentes e trabalhadores.

A síntese dos principais resultados indica que o jornal foi um veículo que acrescentou densidade e complexidade à experiência operária, situando a ação coletiva no diálogo entre o vivido e o pensado, entre o local e o nacional. Ele forneceu, por meio de suas páginas, ferramentas para leitura crítica de conjunturas políticas e econômicas, especialmente em um período marcado por transição democrática e pela emergência de políticas neoliberais que impactaram profundamente o mundo do trabalho no Brasil.

Por fim, como uma forma de olhar para além dos limites desta pesquisa, sugere-se que estudos futuros possam aprofundar questões como: comparações entre diferentes jornais sindicais brasileiros do mesmo período; investigações sobre a recepção desses periódicos por parte da base trabalhadora; ou ainda a inserção de fontes orais que tensionem e complementem a análise das práticas de comunicação sindical. Essas direções podem expandir o entendimento

sobre os papéis da imprensa sindical e sua relação com identidades e organizações coletivas no movimento operário.

REFERÊNCIAS

Fontes

“Carta Aberta a População: Presidente da UJES agredido”. fls. 2-3. “Informe nº 007/AI/CTA”. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/ VAZ.49A.86) p.1/16.

“Chapa 1”. fls. 9-12. “Informe nº 007/AI/CTA”. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/ VAZ.49A.86) p.1/16.

“Chapa 2 – Avançar na Luta” fls 15-16. “Informe nº 012/AI/CTA” (BR/NA/BSB/VAZ.49A8) p.1/18.

Os trabalhadores e a Indústria Bélica. **Apoio Sindical**. nº1, março, 1988.

Jornal do Metalúrgico, Ano I, nº 1, dezembro de 1981.

Jornal do Metalúrgico, Ano I, nº 3, fevereiro de 1982.

Jornal do Metalúrgico, Ano I, nº 5, abril de 1982.

Jornal do Metalúrgico, Ano I, nº 6, junho de 1982.

Jornal do Metalúrgico, Ano I, nº 7, julho de 1982.

Jornal do Metalúrgico, Ano I, nº 8, agosto de 1982.

Jornal do Metalúrgico, Ano I, nº 9, setembro de 1982.

Jornal do Metalúrgico, Ano I, nº 11, novembro de 1982.

Jornal do Metalúrgico, Ano I, nº 12, dezembro de 1982.

Jornal do Metalúrgico, Ano II, nº 13, janeiro de 1983.

Jornal do Metalúrgico, Ano II, nº 15, abril de 1983.

Jornal do Metalúrgico, Ano II, nº 18, agosto de 1983.

Jornal do Metalúrgico, Ano II, nº 20, outubro de 1983.

Jornal do Metalúrgico, Ano III, nº 21, agosto de 1984.

Jornal do Metalúrgico, Ano III, nº 23, dezembro de 1984.

Jornal do Metalúrgico, Ano IV, nº 25, abril de 1985.

Jornal do Metalúrgico, Ano IV, nº 25, julho de 1985.

Jornal do Metalúrgico, Ano IV, nº 25, agosto de 1986.

Jornal do Metalúrgico, Ano V, nº 29, outubro de 1987.

Jornal do Metalúrgico, Ano VI, nº 32, agosto de 1988.

Jornal do Metalúrgico, Ano VI, nº 33, agosto de 1988.

Jornal do Metalúrgico, Ano VI, nº 34, setembro de 1988.

Jornal do Metalúrgico, Ano VI, nº 35, outubro de 1988.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 37, fevereiro de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 39, fevereiro de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 40, março de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 41, março de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 44, abril de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 45, abril de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 47, abril de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 48, maio de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 52, junho de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 58, julho de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 59, julho de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 59, agosto de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 61, agosto de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 65, agosto de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 68, setembro de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 71, outubro de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 76, outubro de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 78, novembro de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 79, dezembro de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 80, dezembro de 1989.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 81, fevereiro de 1990.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 83, março de 1990.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 88, maio de 1990.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 89, maio de 1990.

Jornal do Metalúrgico, Ano VII, nº 92, julho de 1990.

Jornal do Metalúrgico, Ano VIII, nº 98, setembro de 1990.

Jornal do Metalúrgico, Ano VIII, nº 99, outubro de 1990.

Jornal do Metalúrgico, Ano VIII, nº 109, dezembro de 1990.

Jornal do Metalúrgico, Ano VIII, nº 110, dezembro de 1990.

Jornal do Metalúrgico, Ano VIII, nº 132, julho de 1991.

Jornal do Metalúrgico, Ano VIII, nº 139, setembro de 1991.

Jornal do Metalúrgico, Ano VIII, nº 148, dezembro de 1991.

Jornal do Metalúrgico, Ano IX, nº 153, fevereiro de 1992.

Jornal do Metalúrgico, Ano IX, nº 156, março de 1992.

Jornal do Metalúrgico, Ano IX, nº 160, abril de 1992.

Jornal do Metalúrgico, Ano IX, nº 162, maio de 1992.

Jornal do Metalúrgico, Ano IX, nº 164, maio de 1992.

Jornal do Metalúrgico, Ano IX, nº 173, julho de 1992.

Jornal do Metalúrgico, Ano IX, nº 175, agosto de 1992.

Jornal do Metalúrgico, Ano IX, nº 176, agosto de 1992.

Jornal do Metalúrgico, Ano IX, nº 177, agosto de 1992.

Jornal do Metalúrgico, Ano IX, nº 189, outubro de 1992.

Jornal do Metalúrgico, Ano IX, nº 193, dezembro de 1992.

Jornal do Metalúrgico, Ano IX, nº 194, dezembro de 1992.

Jornal do Metalúrgico, Ano IX, nº 195, dezembro de 1992.

O Estado de S. Paulo, 05/11/1978.

O Estado de S. Paulo, 01/06/1978.

O Estado de S. Paulo, 20/05/1978.

O Estado de S. Paulo, 05/11/1978.

O Estado de S. Paulo. 08/06/1990.

Valeparaibano, 05/07/1983.

Edemir de Paula “Passarinho”, entrevista concedida ao programa “**História e Memórias**”, da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), Parte 3. 26 jun. 2014. <https://youtu.be/u6N4FdDIHzY?si=1C3SbJ0qleUfHJ0v>. Acesso em 30 abr. 2025.

José Luiz Gonçalves, entrevista concedida ao programa “**História e Memórias**”, da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), Parte 1. 12 mar 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ugdrbuUkifs&t=3s>. Acesso em 30 abr. 2025.

José Luiz Gonçalves, entrevista concedida ao programa “**História e Memórias**”, da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), Parte 2. 9 maio 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HOnuCAvIADA>. Acesso em 30 abr. 2025.

Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, **Revista Comemorativa dos 65 anos de fundação** – 1956/2021, p.9. Disponível em: <https://www.sindmetalsjc.org.br/historia>. Acesso: 20 abr. 2025.

Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, **Revista Comemorativa dos 50 anos de fundação** – 1956/2006, p.5. Disponível em <https://issuu.com/sindmetalsjc/docs/revista>. Acesso em: 30 abr. 2025.

Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Os caminhos do movimento operário: do (res)surgimento dos movimentos grevistas à fundação da Central Única dos Trabalhadores. **Tempos Históricos**, v. 1, pág. 157-175, 1999. Disponível em: dialnet.unirioja.es. Acesso em: 27 abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.36449/rth.v1i1.6803>.

ANTUNES, Ricardo. A dialética das formas de greve. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 18, 2025. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/20170>. Acesso em: 12 jan. 2026. DOI: <https://doi.org/10.20396/cemarx.v18i00.20170>.

ARAÚJO, Maria da Purificação Nazaré; COSTA-SOUZA, Jamacy; TRAD, Leny Alves Bomfim. A alimentação do trabalhador no Brasil: um resgate da produção científica nacional. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.17, n.4, out.-dez. 2010, p.975-992. <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/kgH5dqvq9yck4PjmW597JBg/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702010000400008>.

ASSIS, Roberta Maria Corrêa de. A Constituição de 1988 e o Direito do Trabalho. *In*: DANTAS, Bruno et. al. (org.) **Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois** – Estado e economia em vinte anos de mudanças. Brasília: Senado Federal, 2008.

AVELAR, Sonia M. de. **The social basis of workers' solidarity: a case study of textile workers in São José dos Campos, Brazil**. Tese (doutorado) – University of Michigan, 1985. 2 Vol.

AZEVEDO, Fernando Antônio. "PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014)". **Opinião Pública**, vol. 24, nº 2, p. 270-290, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8653385>. Acesso em: 15 nov. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912018242270>.

BARROS, José de Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2023.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CAVGIAS, Alexandros et al. Media Manipulation in Young Democracies: Evidence From the 1989 Brazilian Presidential Election. **Comparative Political Studies**, v. 57, n. 2, p. 221-253, 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/00104140231169027>. Acesso em 05 dez. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/00104140231169027>.

CORRÊA, L. A ‘rebelião dos índices’: Política salarial e Justiça do Trabalho na Ditadura Civil-Militar (1964-1968)”. In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. (Orgs.) **A Justiça do Trabalho e sua história**: os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

CORRÊA, Larissa; FONTES, Paulo. “As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar”. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/60849/39214>. Acesso em 10 maio 2025. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.60849>.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, [S. l.], v. 35, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 31 maio. 2023.

CRUZ, H. F. Comunicação popular e trabalhadores: redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de São Paulo – 1970/1990. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 48, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/20703>. Acesso em: 9 jun. 2024.

ESTATUTO SOCIAL DA AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA - ACO. Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/cedic/semui/colecoes/colecao-acao-catolica-operaria/ACO0002-compactado.pdf>. Acesso em 13 nov. 2024.

FARIA, Daniel Custódio. Dito Bronca: a voz que ecoa do chão de fábrica. **Comunicação e Estratégia**. v.3. n.5. p.1-15. dez. 2006.

FERREIRA, Jorge. O presidente accidental: José Sarney e a transição democrática. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da nova república: da transição democrática à crise política de 2016: quinta república (1985–2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. *In*: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.) **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. v.4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FONTES, P; MACEDO, F. Piquetes como repertório: organização operária e redes sociais nas greves de 1957 e 1980. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.18, n.34, p. 23-47, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/rYjGYsXB8FGnnW3kDhB5qqB/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101x0183402>.

FONTES, Paulo. **Trabalhadores e Cidadãos: Nitro Química: a Fábrica e as Lutas Operárias nos Anos 50**. São Paulo: Editora Anna Blume, 1997.

FUSER, Bruno; LAHNI, Cláudia. A imprensa sindical em Campinas: Um estudo da comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região. *In*: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 26., 2003 Belo Horizonte. **Anais eletrônicos [...]** Belo Horizonte: INTERCOM, 2003, p. 1-18. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/158169616949838436479768555849715594360.pdf>. Acesso em: 31 maio 2025.

GIANNOTTI, Vito. **Comunicação dos trabalhadores e hegemonia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: <https://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/11/Comunicação-web-ok.pdf>. Acesso em 14 ago. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-25542014206>.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. Observações sobre o “folclore”. *In*: GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. Sindicatos e Conselhos. *In*: GRAMSCI, Antonio; BORDIGA, Amadeo. **Conselhos de Fábrica**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

GRAMSCI. Antonio. **Sobre democracia operária e outros textos**. n. 4. Lisboa/Portugal: Ulmeiro. 1976. p. 47-48.

GUERRA, Caio Cesar da Silva. **Mais vale um ano de leão que cem anos de cordeiro:** trajetória dos metalúrgicos de São José dos Campos (1956-1960)' 25/03/2015 281 f. (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

GUERRA, Caio; SOARES, João Ricardo; MENCIONI, Amanda(orgs.). **Metalúrgicos de São José dos Campos e Região** - 65 anos de história e luta. São Paulo: Sundermann, 2021.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. **1989:** história da primeira eleição presidencial pós-ditadura. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!** Memória operária, cultura e literatura no Brasil. 4. ed. São Paulo: Unesp Digital, 2024.

HORTA, Celso. A greve da GM. São Paulo: Página Aberta, 1993.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. A longa transição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade. *In:* SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). **Desarquivando a ditadura:** memória e justiça no Brasil. v. 2. São Paulo: Hucitec, 2009.

JARDIM, Jorge. Imprensa Operária: comunicação e organização. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 22, n. 2, p. 27-40, 1996. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1996.2.28550>.

KECK, Margaret E. **PT-A lógica da diferença:** o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. 2010. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788579820298>.

KUHN, Thomas. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University Chicago Press, 1962.

LÊNIN, Vladímir I. **Por onde começar**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1901/05/onde.htm>. Acesso em 12 ago. 2025.

LÊNIN, Vladímir I. **Sobre os sindicatos**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1961. p.29-37. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/livros/sindicato/04.htm>. Acesso em 12 ago. 2025.

MACIEL, David. **De Sarney à Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. Goiânia, Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, UFG, 2008.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. *In: FENELON, Déa Ribeiro et. al. (orgs.) Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olhos d'Água, 2004.

MARINELLI, Felipe. **O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico brasileiro (1968-73)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2017. Acesso em: 30 set. 2025. DOI:10.11606/D.8.2018.tde-30012018-191648.

MARTINS, Richard de Oliveira. **A regulamentação do direito de tendências no Partido dos Trabalhadores (1986-1992)**. Dissertação de Mestrado (Ciência Política). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/947418>. Acesso em: 10 mar. 2026.

MARTINS, Richard de Oliveira. **O Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba (CECOSE/VP): Cumplicidade patronal-militar na 'redemocratização'**. Anais do XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP. Guarulhos/SP, UNIFESP, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530830288_ARQUIVO_CECOS EanpuhspRMartins.pdf. Acesso em: 2 maio 2025.

MARTINS, Richard de Oliveira. **Lutas vigiadas**. Militância operária, retaliação patronal e repressão no vale do paraíba (1979-1994). Salvador: Sagga, 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre o sindicalismo**. Lisboa/Portugal: Iniciativas Editoriais, 1974.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. O novo sindicalismo. *In: MATTOS, Marcelo Badaró. O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MEDEIROS, Mônica Xavier de. **Bom mesmo é ser metalúrgico: vivências de trabalhadores metalúrgicos na cidade de São José dos Campos - SP**. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

MELO, D. B. de; HOEVELER, R. C. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 13–43, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11096>. Acesso em: 18 maio. 2025. DOI: 10.36449/rth.v18i1.11096.

MELO, Demian Bezerra. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MERCANTE, Carolina. “As raízes autoritárias da atual lei de greve brasileira”. **Revista de Direito Mackenzie**, Vol. 7, nº 1, p. 42-55, 2013. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rmd/article/view/6791>. Acesso em 10 nov. 2025. p.49.

MIANI, Rozinaldo Antonio. A charge na imprensa sindical: uma iconografia do mundo do trabalho. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 25., 2002 Salvador. **Anais eletrônicos** [...] Salvador: INTERCOM, 2002, p. 1-12. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/86243188546696504957505042755934407150.pdf>. Acesso em 31 maio 2025.

MIANI, Rozinaldo Antonio. O sindicato cidadão nas páginas da imprensa sindical. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, SP, v. 11, n. 3, p. 69–89, 2016. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/71>. Acesso em: 9 jun. 2024.

NAGASAVA, Heliene. **O Sindicato que a ditadura queria: o Ministério do Trabalho no Governo Castelo Branco (1964-1967)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de Montagem**. O industrialismo nacional desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2004.

NORONHA, Eduardo Garutti. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 119-168, 2009. Disponível em: <https://www.cedec.org.br/de-volta-aos-movimentos-sociais/>. Acesso em: 14 jan. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100005>.

OLIVEIRA, Dennis de. **Imprensa sindical, globalização neoliberal e mundo do trabalho**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000947464>. Acesso em: 13 nov. 2023.

OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de *et. al.* **A rentabilidade do FGTS**. 1999. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2717>. Acesso em 12 nov. 2024.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. Educação sindical em São Bernardo nos anos setenta e oitenta. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], n. 13, p. 153–174, 1999. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39251>. Acesso em: 8 nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44781999000200012>.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. O Grupo de Teatro Galpão em cena: arte, cultura e engajamento. **Urdimento**, Florianópolis, v. 1, n. 26, p. 169–180, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573101262016169>. Acesso em: 30 set. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5965/1414573101262016169>.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. O Jornal O Metalúrgico como fonte para uma história social “vista de baixo para cima”. **Revista Fontes**. v.4. n.7. jul/dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/fontes/article/view/9152>. Acesso em: 6 set. 2023. p.26. DOI: <https://doi.org/10.34024/fontes.2017.v4.9152>.

PETERSEN, S. R. F. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. **Anos 90**, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 62–78, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6195>. Acesso em: 29 mar. 2025. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6195>.

Resultados. Justiça Eleitoral. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1982/resultados>. Acesso em: 28 abr. 2025.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. *In*: REVEL, J. **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REZENDE, Vinícius de. **Vidas Fabris**: Trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980). São Paulo: Alameda, 2017.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política**: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973). Tese (Doutorado em História), Centro de Pesquisa e Documentação, FGV. Rio de Janeiro, 2015.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Osasco 1968**: A greve no feminino e no masculino. Tese (Doutorado em História), FFLCH/USP. São Paulo, 2012.

SADER, Eder. Matrizes discursivas. *In*: SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e ditadura militar: o 1968 operário no Brasil. *In*: Carlos Fico; Maria Paula de Araujo (orgs.). **1968**. 40 anos depois: história e memória. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Forjando lideranças**: comportamentos políticos e militância operária no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem durante a ditadura militar (1964-1984). Doutorado em História. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 5, p. 217–243, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1764>. Acesso em: 9 jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100009>.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Corpos para o Capital**: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2019.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital**: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). 2016. 423 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18673>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários sem patrões**: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’. *In*: THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva (Orgs.). Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

THOMPSON, E.P. Folclore, Antropologia e História Social. *In*: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. El delito de anonimato. *In*: THOMPSON, E.P. **Tradición, revuelta y conciencia de clase**. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Editorial Crítica: Barcelona, 1984.

WEFFORT, Francisco Correa. **Origens do sindicalismo populista no Brasil**: a conjuntura do após-guerra. Estudos Cebrap, São Paulo, n. 4, p. 65-105, 1973.

WÜNSCH FILHO, Victor. Reestruturação produtiva e acidentes de trabalho no Brasil: estrutura e tendências. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 15. n. 1., 1999. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v15n1/0034.pdf. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1999000100005>.